

RELATÓRIO DE GESTÃO





**PROCURADORIA-GERAL DE
JUSTIÇA**

Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira
Procurador-Geral de Justiça

Dr. José Omar de Almeida Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente

Dr. José Demóstenes de Abreu
Secretário

Dr. Alcir Raineri Filho
Dr. João Rodrigues Filho
Dr. Marco Antonio Alves Bezerra

**CORREGEDORIA-GERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Dr. João Rodrigues Filho
Corregedor-Geral

Dra. Jacqueline Borges Silva Tomaz
Corregedora-Geral Substituta

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE
JUSTIÇA**

Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente

Dra. Elaine Marciano Pires
Secretária

Dr. Ricardo Vicente da Silva
Secretário Substituto

Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães
Dr. José Omar de Almeida Júnior
Dr. Alcir Raineri Filho
Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira
Dr. João Rodrigues Filho
Dr. José Demóstenes de Abreu
Dr. Marco Antonio Alves Bezerra
Dr. José Maria da Silva Júnior
Dra. Jacqueline Borges Silva Tomaz

**OUIDORIA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO**

Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães
Ouvidora



ELABORAÇÃO

Marcos Conceição da Silva

Luciele Ferreira Marchezan

João da Silva Macedo

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

Servidores das Unidades do MPTO, relacionadas no relatório

REVISÃO

Luciana Carla da Hora Dualibe

Jair Kennedy Felix Monteiro

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

T631r	<p>Tocantins. Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão</p> <p>Relatório de Gestão – 2017 / Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão. – Palmas: MPE/TO, 2017.</p> <p>249 p.:il.</p> <p>1. Ministério Público – Tocantins – Relatório – 2017/ 2. Planejamento. I. Título.</p> <p>CDD – 341.3852 CDU – 336.126.5</p>
-------	---

Catálogo na fonte: Biblioteca do Ministério Público do Tocantins



Relatório de Gestão 2017

Sumário

1 APRESENTAÇÃO	7
2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	8
2.1. IDENTIFICAÇÃO	8
2.2. COMPETÊNCIAS	8
2.3. ATRIBUIÇÕES	9
2.4. ORGANIZAÇÃO	9
2.5. A ESTRATÉGIA	13
3 DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO	15
3.1. INTRODUÇÃO	15
3.2. RESULTADOS DA PERSPECTIVA IMPACTO SOCIAL	15
3.3. RESULTADOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	17
3.3.1 TEMA - INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	18
3.3.2 TEMA – CIDADANIA.....	19
3.3.3 TEMA - CRIMINAL.....	20
3.3.4 TEMA – ATUAÇÕES ESPECIAIS.....	21
3.3.5 TEMA – INSTITUCIONAL.....	22
3.4. RESULTADOS DA PERSPECTIVA PESSOAS, TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA	23
3.5. RESULTADOS DA PERSPECTIVA FINANCEIRA	24
3.6. CONCLUSÃO SOBRE O DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO ...	25
4. AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL 2016-2019	26
4.1 INTRODUÇÃO	26
4.1.1 A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL E O ORÇAMENTO APROVADO DE 2017.....	26
4.1.2 RECEITA ESTIMADA X REALIZADA.....	27
4.1.3 CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS.....	28
4.1.4 DESPESA AUTORIZADA X EMPENHADA.....	28
4.1.5 ALTERAÇÕES DA DESPESA APROVADA.....	29
4.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1170 – MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA JUSTIÇA	30
4.2.1 AÇÃO 1082 – REALIZAÇÃO DE ADEQUAÇÕES FÍSICAS E MOBILIÁRIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	33
4.2.2 AÇÃO 1088 – RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	34



Relatório de Gestão 2017

4.2.3	AÇÃO 1023 – CONSTRUÇÃO DE SEDES DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	35
4.2.4	AÇÃO 1037 – ESTRUTURAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AS UNIDADES DO MPE.....	36
4.2.5	AÇÃO 2339 – REALIZAÇÃO DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PEN-MP	37
4.2.6	AÇÃO 1127 - REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	38
4.3	EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1173 - JUSTIÇA.....	39
4.3.1	AÇÃO 1079 – PROMOÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	42
4.3.2	AÇÃO 2099 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	43
4.3.3	AÇÃO 2100 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	44
4.3.4	AÇÃO 2101 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, CONTRAINTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	45
4.3.5	AÇÃO 2147 – REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	46
4.3.6	AÇÃO 2149 – REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PARA DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIAL	47
4.3.7	AÇÃO 2148 – REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	49
4.4	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO: 1144 – MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	50
4.4.1	AÇÃO 2289 – MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	51
4.4.2	AÇÃO 2285 – MANUTENÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	52
4.4.3	AÇÃO 2284 – MANUTENÇÃO DE AUXÍLIOS E OUTROS DIREITOS A MEMBROS E SERVIDORES.....	53
4.4.4	AÇÃO 2210 – COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS.....	54
4.4.5	AÇÃO 2310 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE.....	56
4.4.6	AÇÃO 2294 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	57
4.5	CONCLUSÃO SOBRE AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL 2016-2019(2017).....	59



Relatório de Gestão 2017

5	MONITORAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	60
5.1	INTRODUÇÃO	60
5.2	INFORMAÇÕES POR PROJETO	60
5.2.1	OPERAÇÃO PRÓ-CONSUMIDOR – AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	61
5.2.2	MEIO AMBIENTE LEGAL – AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	62
5.2.3	GRUPO DE VIVÊNCIAS CORPORAIS	63
5.2.4	2º PRÊMIO MINISTÉRIO PÚBLICO DE JORNALISMO	65
5.2.5	SEMANA DA SAÚDE	68
5.2.6	PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA	70
5.2.7	FORTALECER A ESTRATÉGIA, VALORIZAR A INTEGRAÇÃO	71
5.2.8	S.O.S MULHER	73
5.2.9	ROMPIMENTO DO CICLO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS	75
5.2.10	DIREITO À EDUCAÇÃO	77
5.2.11	VIVÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ASSERTIVIDADE	80
5.2.12	APRENDIZES MP, AGENTES DE INTEGRAÇÃO E CIDADANIA	82
5.2.13	LAPIDANDO TALENTOS	84
5.2.14	UMA PARCERIA RUMO À PAZ	88
5.2.15	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MOBILIÁRIA DAS PROMOTORIAS DE 1ª ENTRÂNCIA E ARAGUAÇU	90
5.2.16	AMPLIAÇÃO DA FROTA 2017	92
5.2.17	CONSTRUINDO A EXCELÊNCIA NA FORMAÇÃO	93
5.2.18	GESTÃO DOCUMENTAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS	96
5.2.19	DEFESA DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE	97
5.2.20	MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI	99
5.2.21	É DE DIREITO	101
5.2.22	MP ENCANTO	105
5.2.23	RESTRUTURAÇÃO DO CAOPAC	107
5.2.24	ESPAÇO CONVIVER	108
5.2.25	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – RECICLAMP	111
5.2.26	OPERAÇÃO PRÓ-CONSUMIDOR – ESTRUTURAÇÃO	117
5.2.27	MEIO AMBIENTE LEGAL – ESTRUTURAÇÃO	118
6	ATIVIDADES DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS	119



Relatório de Gestão 2017

6.1	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (INSTITUCIONAL)	119
6.2	COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA	119
6.3	CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	120
6.4	CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	122
6.5	OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	127
6.6	ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	129
6.7	ESTRUTURA DE APOIO DIRETO ÀS ÁREAS FINALÍSTICAS	153
6.7.1	CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR - CAOCON.....	153
6.7.2	CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CIDADANIA, DOS DIREITOS HUMANOS E DA MULHER – CAOCID	160
6.7.3	CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E CRIMINAL - CAOPAC.....	169
6.7.4	CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	170
6.7.5	CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - CAOMA	181
6.7.6	NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL – NIS.....	184
6.7.7	CARTÓRIOS DE DISTRIBUIÇÃO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS	186
6.8	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (ADMINISTRATIVO)	188
6.8.1	DIRETORIA-GERAL	189



Relatório de Gestão 2017

1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Ministério Público do Tocantins, exercício 2017, foi elaborado de forma coletiva pelos integrantes desta Instituição, sob a coordenação do Departamento de Planejamento e Gestão. Esse documento pretende apresentar o desempenho organizacional, bem com a gestão orçamentária e financeira da Instituição, de acordo com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE) nº 006/2003.

O ano de 2017, no cenário nacional, mostrou-se instável, marcado pela inflexão na taxa do produto interno bruto, controle inflacionário, elevado desemprego, déficit público recorde e muitas incertezas políticas. Os reflexos deste cenário sob a gestão das finanças do Estado do Tocantins se converteram na frustração de mais de R\$ 174 milhões de receitas da fonte do tesouro.

Diante desse quadro, o Ministério Público manteve-se orientado pelo rigoroso planejamento das ações, o que nos permitiu permanecer organizacionalmente estáveis. Como consequência, apesar de não sairmos do ano ilesos, pois nos foi imposto contingenciamento recursos, vencemos as batalhas que serão apresentadas neste Relatório.

Apostamos em soluções criativas, de baixo custo e alta resolutividade, a exemplo do Sistema Extrajudicial (E-Ext), que virtualizou a tramitação interna dos autos extrajudiciais, melhorando a eficiência operacional de nosso macroprocesso.

Desenvolvemos novas ações voltadas à valorização do nosso capital intelectual, cumprindo com os direitos de membros e servidores, promovendo capacitações e proporcionando condições adequadas de trabalho, tudo isso sem comprometer o limite de gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para o ano vindouro, contaremos com um reajuste bastante tímido do nosso Orçamento. Mas não fazemos dessa dificuldade uma limitação. Pois contamos com a energia da equipe dos integrantes para prosseguir com todas as ações.

Todo esse esforço conjunto tem como finalidade possibilitar ao Ministério Público do Tocantins a defesa eficiente da democracia, das leis e dos interesses da sociedade. Com esse intuito, iniciamos 2018 com ânimo renovado.

Palmas, 22 de fevereiro de 2018.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



Relatório de Gestão 2017

2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

2.1. IDENTIFICAÇÃO

Quadro 2.1.1 – Identificação do Órgão Orçamentário

Nome completo da unidade e sigla:	<i>Procurador- Geral de Justiça - PGJ</i>
Natureza jurídica:	<i>Administração Direta</i>
Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado:	<i>Lei nº 51, de 2 de janeiro de 2008 Publicado no Diário Oficial nº 2.562</i>
CNPJ:	<i>01.786.078/0001-46</i>
Nome e código no SIAFEM:	<i>PGJ</i>
Código da Unidade Gestora:	<i>070100</i>
Endereço completo da sede:	<i>202 Norte, Conj. 03 Av. Teotônio Segurado c/ Av. LO 04 – Cep 77.020-494</i>
Endereço da página institucional na internet:	<i>www.mpto.mp.br</i>
Função de governo predominante:	<i>Essencial à Justiça</i>
Tipo de atividade:	<i>Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis</i>

Fonte: Assessoria de Comunicação

2.2. COMPETÊNCIAS

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu como funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins:

- ✚ promover, privativamente, a ação penal pública;
- ✚ zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- ✚ promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- ✚ promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

- + expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- + exercer o controle externo da atividade policial;
- + requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- + exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas;
- + defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

2.3. ATRIBUIÇÕES

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou devidamente estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

“Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça” (art. 76);

“Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça” (art. 77).

2.4. ORGANIZAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão localizadas as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, da Ouvidoria do Ministério Público, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros.

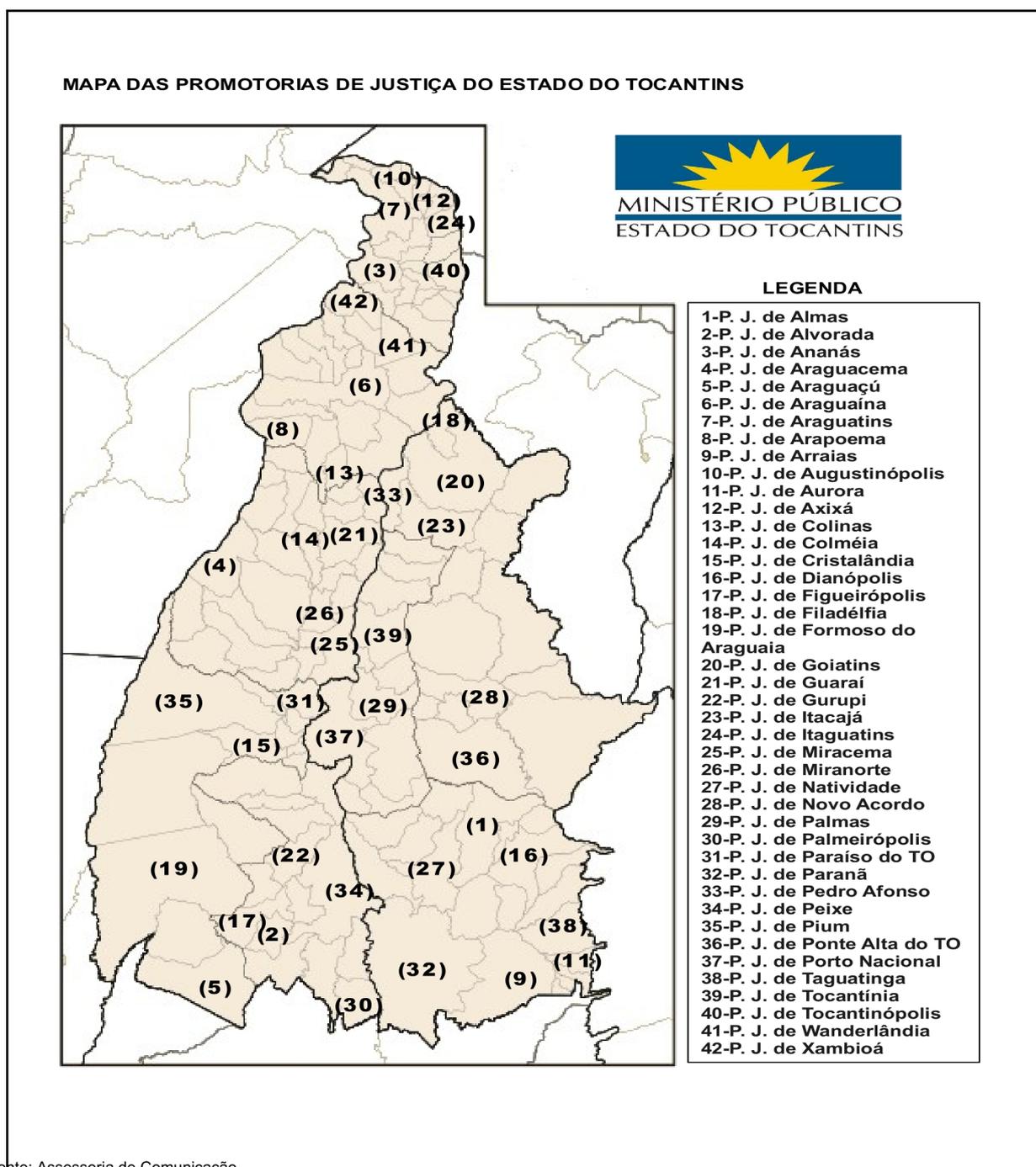
Os Órgãos da Administração Superior são estruturas organizacionais que atuam diretamente para regulação dos demais componentes da Instituição. Eles são o Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Corregedoria-Geral do Ministério Público e esta Procuradoria-Geral de Justiça.

As Procuradorias de Justiça atuam em segundo grau, isto é, oficiam nos processos de competência originária dos tribunais, cíveis ou penais, naqueles que se encontram na corte em grau de recurso e nos quais haja interesse público a justificar a intervenção do Ministério Público, participando das sessões de julgamento. Atualmente o MPTO conta com doze Procuradorias de Justiça.

Relatório de Gestão 2017

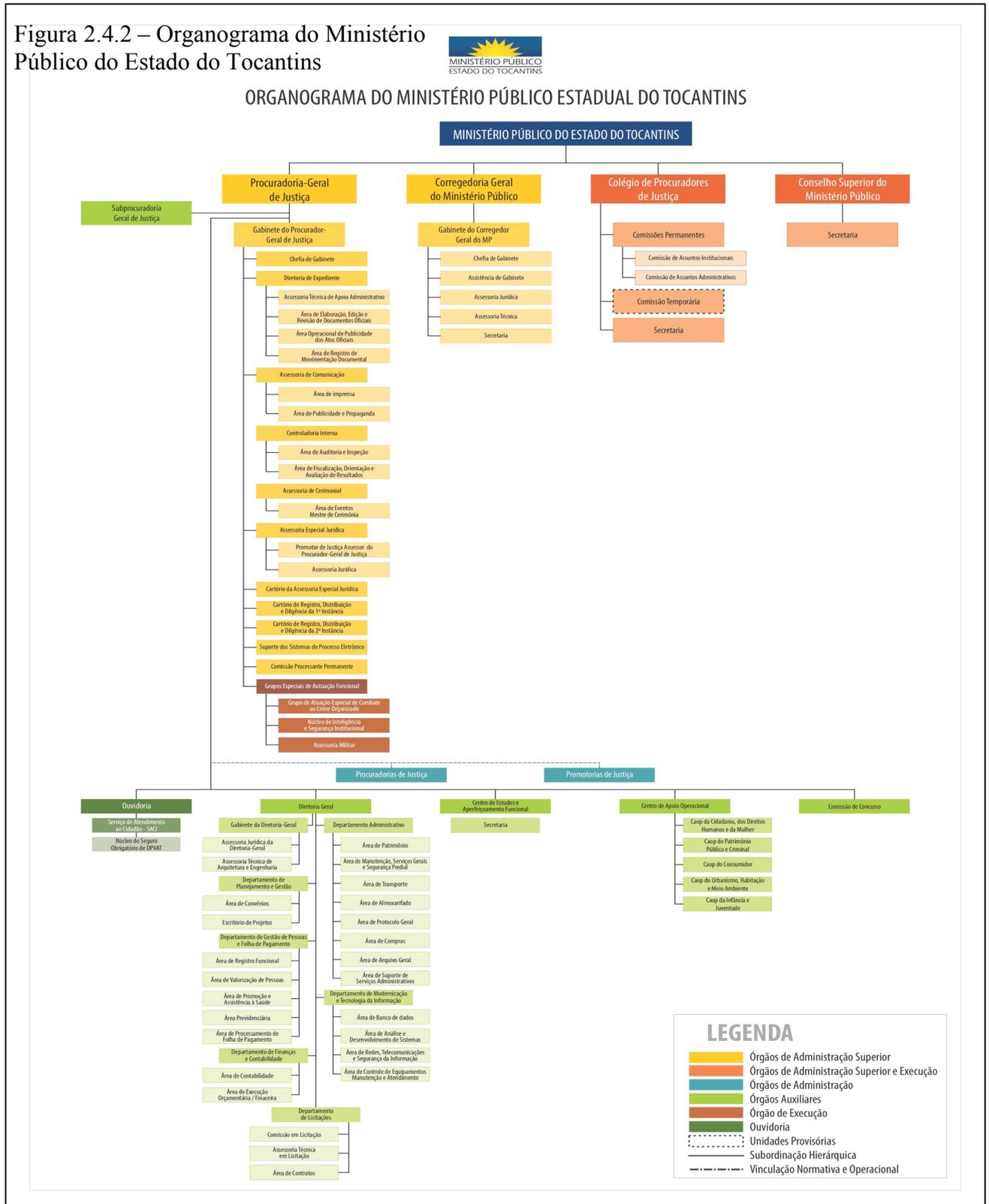
Por sua vez, as Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, estão localizadas em comarcas de primeira, segunda ou terceira entrâncias. Nas comarcas de segunda e terceira entrâncias, as promotorias de justiça podem ser divididas por áreas específicas.

Figura 2.4.1 - Localização das Sedes de Promotorias de Justiça em Tocantins.



A disposição da organização administrativa e das vinculações hierárquicas do Ministério Público do Estado do Tocantins foi normatizada pela Resolução CPJ nº 008/2015, que aprovou o organograma da instituição.

Figura 2.4.2 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins





R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

2.5.A ESTRATÉGIA

Missão:

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

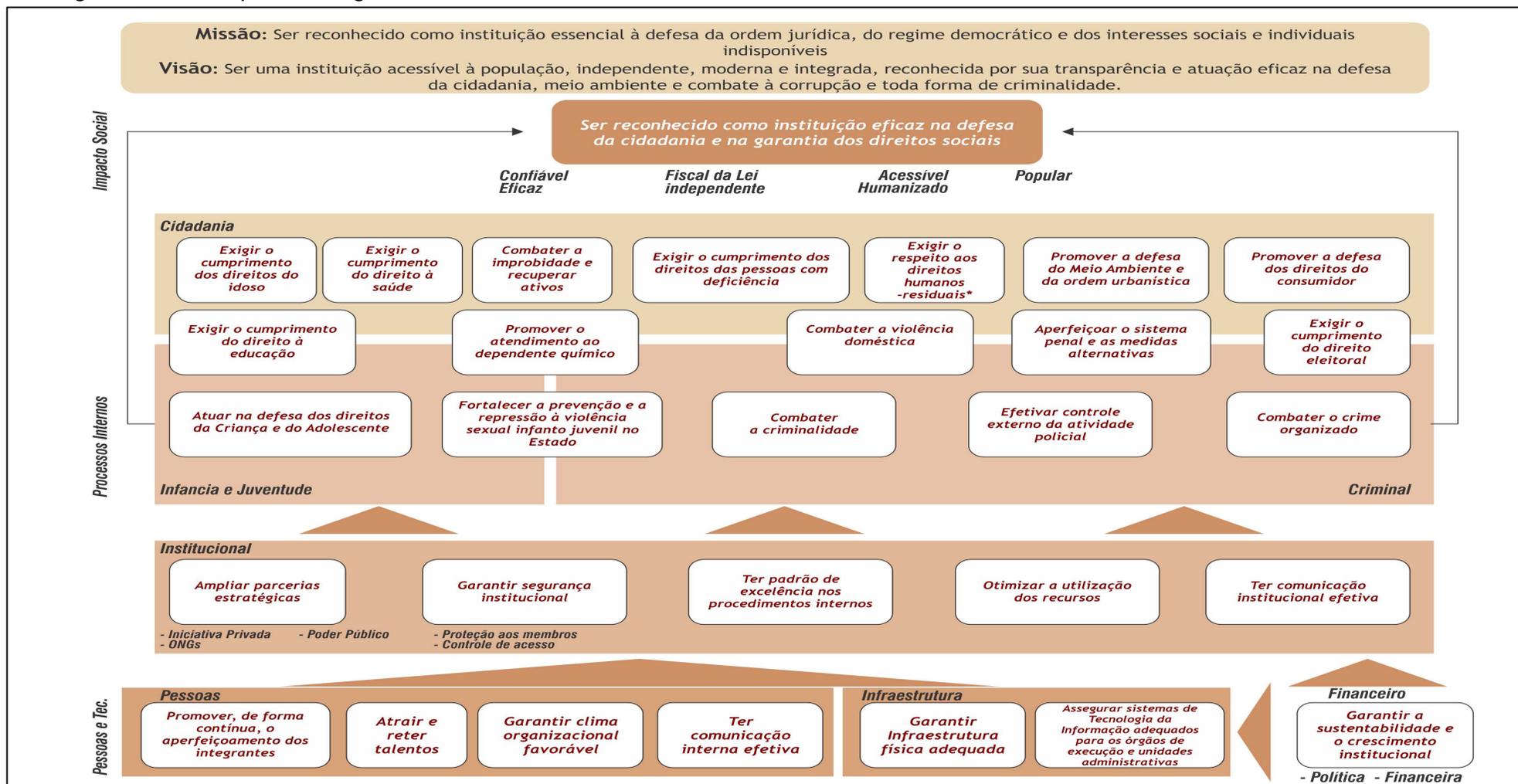
Visão:

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

Valores:

- Confiável
- Eficaz
- Fiscal da Lei
- Popular
- Independente
- Acessível
- Humanizado
- Transparente

Figura 2.5.1 – Mapa Estratégico do MPTO





3 DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO

3.1. INTRODUÇÃO

O monitoramento e a avaliação da gestão estratégica do Ministério Público do Tocantins (MPTO) fundamentam-se no acompanhamento dos indicadores de desempenho estabelecidos para os objetivos do Plano Estratégico 2010-2019. Indicadores são algoritmos de alto nível que captam dados do contexto organizacional com vistas a produzir informações que auxiliem a tomada de decisão. Nossos indicadores atuais foram construídos seguindo a metodologia do *Balance Scorecard* (BSC) adaptada às organizações públicas.

No nosso modelo de gestão estratégica, cinquenta e cinco indicadores procuram oferecer uma visão detalhada do desempenho institucional quanto ao alcance dos trinta objetivos traçados no Mapa Estratégico. As metas de valores dos indicadores para o ano de 2017 foram definidas a partir do resultado de 2016, acrescido de oito pontos percentuais. Procuramos, dessa forma, assegurar a continuidade dos resultados até o término do ciclo longo de planejamento.

A base de dados utilizada para cálculo dos indicadores foram as informações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF, gerido pela Corregedoria-Geral do MPTO, e outros relatórios produzidos pelas estruturas organizacionais da Instituição, compilados pelo Departamento de Planejamento e Gestão. Com estas informações, foi possível apurar os valores de quarenta e um indicadores em 2017. Entre estes, nove superaram as metas estabelecidas, outros trinta e dois ficaram aquém. Os quatorze indicadores não calculados serão objeto de reflexão na próxima revisão do Planejamento Estratégico.

Apresentaremos os resultados dos indicadores conforme a divisão do Mapa Estratégico, ou seja, nas perspectivas impacto social, processos internos, pessoas, tecnologias e infraestrutura; e, por fim, na perspectiva financeira. Dessa forma, esperamos demonstrar a hipótese estratégica assumida por nossos líderes quando conceberam o Plano atualmente em vigor: “Reconhecimento pela Excelência em Gestão”.

Com esta seção do relatório, esperamos traçar um panorama de nossa gestão, fornecendo subsídios para correção de rumo, evitando a deriva estratégica.

3.2. RESULTADOS DA PERSPECTIVA IMPACTO SOCIAL

A perspectiva impacto social do mapa estratégico procura retratar o contexto do ambiente externo do MPTO, ou seja, as variáveis não controláveis. Nessa ótica, gerar resultados palpáveis e agregar valores à sociedade são a tônica do impacto social que envolve missão, visão e valores institucionais.



Relatório de Gestão 2017

Entretanto, os dois indicadores definidos para esta perspectiva não foram mensurados devido às restrições de ordem financeira, que obrigaram o MPTO a preterir a pesquisa de imagem da Instituição, e em virtude da não conclusão da estruturação do processo de atendimento ao cidadão-usuário, o que impossibilitou a realização periódica da pesquisa de satisfação quanto ao atendimento.

Entretanto, para não prejudicar a análise, apresentamos o número total de ações dos membros do Ministério Público Estadual como indicador proxy da dimensão impacto social. Seu valor no exercício de 2017, alcançou 373.328 movimentos produtivos, o que representou crescimento de 5,63% em relação ao ano de 2016, mesmo diante da redução dos recursos disponibilizados à Instituição.

Quadro 3.2.1 – Indicadores da Perspectiva Impacto Social

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>1.1. Grau de satisfação no atendimento do MP/TO</i>	N/A	Bom	N/A
<i>1.2. Pesquisa de imagem do MPTO, em nível regional</i>	N/A	70%	N/A
<i>1.3. (Proxy) Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins</i>	353.423	381.700	373.328

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Registramos também os destaques jornalísticos em nosso Portal, como indicador substituto, que evidenciam o impacto social das ações da Instituição e o reconhecimento da população tocantinense.

Quadro 3.2.2 – Destaques Jornalísticos de Impacto Social

Data	Título
02/02/17	<i>MPE é a instituição tocantinense com melhor desempenho no Índice Enccla 2016</i>
24/02/17	<i>Empresas destinam recursos para projeto do MPE voltado à construção de UTI pediátrica</i>
28/03/17	<i>MPE é considerado exemplo de modernização na gestão em evento realizado pela CGU</i>
10/05/17	<i>MPE conquista ótimo desempenho em índices de transparência</i>
09/06/17	<i>Dois projetos de membros do MPTO estão na disputa do 14º Prêmio Innovare</i>
20/06/17	<i>MPE obtém doação do Sindicato Rural de Araguaína para implantação de UTI Pediátrica</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 3.2.2 – Destaques Jornalísticos de Impacto Social

Data	Título
08/08/17	<i>MPE alcança melhor nível de transparência segundo Conselho Nacional do Ministério Público</i>
26/09/17	<i>Promotor de Justiça é homenageado em encontro de políticas de reintegração e alternativas penais do Tocantins</i>
11/10/17	<i>Experiência tocantinense com o FIA é apresentada em Encontro de Promotores de Justiça da Infância e Juventude</i>
24/10/17	<i>Campanha de doações para o FIA completa um ano e chama atenção de outros municípios</i>
21/11/17	<i>MP do Tocantins obtém melhor índice no ranking do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público</i>
29/11/17	<i>Promotora de Justiça é homenageada em Araguaína</i>
05/12/17	<i>Promotora de Justiça recebe título de Cidadã Ipueirense</i>
14/12/17	<i>Dia do Ministério Público é celebrado com entrega de prêmios aos melhores trabalhos jornalísticos com foco na atuação da instituição em 2017</i>
14/12/17	<i>Promotor de Justiça é homenageado na Câmara Municipal de Belo Horizonte</i>
18/12/17	<i>Promotor de Justiça recebe título de cidadão Dianopolino</i>

Fonte: Assessoria de Comunicação do MPTO

3.3.RESULTADOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Em nosso mapa estratégico, a perspectiva processos internos refere-se aos aspectos que devem ser melhorados em nossas atividades organizacionais para alcançar a hipótese estratégica. Conforme o enfoque, os processos internos são voltados tanto para a área-fim como para área-meio, entretanto, ambos devem estar atrelados à missão e à visão ministerial. No Mapa Estratégico, os processos da área-fim foram organizados com base nos temas infância e juventude, cidadania, criminal e atuações especiais; já os processos internos da área-meio foram categorizados como institucionais.

Dentro da perspectiva dos processos internos, verifica-se que a atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística foi o indicador que superou a meta estabelecida em seu maior valor, em mais de 123%, tendo alcançado o score de 5.809 movimentos no ano. O resultado obtido é reflexo do trabalho dos órgãos de execução voltados para cumprimento do objetivo estratégico de “Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística”. Outro destaque foi a



Relatório de Gestão 2017

ampliação de parcerias, indicador que superou sua meta em 143% e contribuiu para expandir a rede de comunicação e relacionamento da Instituição. O fato de haver indicadores não calculados, nesta perspectiva, deve-se a projetos que não puderam ser implementados devido à restrição orçamentário-financeira.

3.3.1 TEMA - INFÂNCIA E JUVENTUDE

Quadro 3.3.1.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Infância e Juventude

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>2.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente</i>	3.506	3.800	3.221
<i>2.2. Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execuções de medidas socioeducativas</i>	17.949	19.400	17.300
<i>2.3. Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente</i>	19.182	20.700	21.005
<i>3.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação</i>	520	600	339
<i>3.2. Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação</i>	372	400	295
<i>4.1. Ações voltadas a execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”</i>	N/A	N/A	N/A
<i>5.1. Ações voltadas a execução do Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infanto juvenil”</i>	N/A	N/A	N/A

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Os valores dos indicadores ligados ao tema infância e juventude apresentaram-se aquém das metas estabelecidas. O resultado é reflexo da acomodação do efeito da virtualização dos processos judiciais sobre o crescimento da produtividade ministerial. O argumento é reforçado ao observarmos que o indicador “Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente”, único que apresentou valor acima da meta, mas de forma muito discreta 1,5% acima do valor definido.

Entre os destaques do ano para o tema estão o cumprimento da ação do MPTO que visou ao fortalecimento do sistema socioeducativo do Estado, através da posse dos aprovados do concurso da Secretaria de Segurança Pública; a iniciativa do MPTO para a ampliação do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVIS), através do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente com a implantação da cadeia de custódia e as ações ministeriais para manutenção e melhoria dos serviços educacionais no Estado, em especial as escolas da zona rural nos municípios. Além desses destaques, MPTO ofereceu denúncia contra suspeito de pedofilia que trabalhava como professor na rede pública de ensino de Palmas-TO, além



Relatório de Gestão 2017

de conseguir a condenação a 27 anos e nove meses de reclusão, com de cinco anos de detenção, do ex-suplente de Senador, Manoel Alencar Neto, por abuso sexual de duas meninas (de seis e de nove anos).

3.3.2 TEMA – CIDADANIA

Quadro 3.3.2.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Cidadania

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>11.1. Ações Judiciais de crimes contra pessoas com deficiência</i>	7	10	1
<i>11.2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência</i>	144	160	135
<i>12.1. Ações de fiscalização da execução da política do idoso</i>	353	380	457
<i>13.1. Ações Judiciais de cumprimento do direito à saúde</i>	5.585	6.000	5.803
<i>13.2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde</i>	2.722	2.900	4.012

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

O MPTO cumpriu duas das três metas estabelecidas para os indicadores do tema cidadania. O trabalho da Instituição neste recorte se concentra no objetivo “Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde”, que representa 94,3% do total de movimentos no tema. Esse volume é explicado pela importância do assunto para a população tocantinense e pela situação peculiar em que o Sistema Único de Saúde (SUS) se encontra. A meta do indicador “Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde” foi superada em mais de cinco vezes, demonstrando o volume de trabalho que vem sendo realizado pelas promotorias com atuação na área de saúde pública.

Como destaque do tema cidadania, citamos a iniciativa para o aperfeiçoamento da saúde pública no Estado, através da participação do MPTO em mais de vinte e cinco eventos ligados à gestão do SUS e à obtenção de decisões judiciais favoráveis ao MPTO que obrigaram o Poder Executivo do Estado a regularizar o atendimento a doentes renais em Araguaína-TO, a bloquear R\$ 425 mil das contas para garantir alimentação dos pacientes da UTI do Hospital Geral de Palmas (HGP) e R\$ 250 mil para estruturação do centro para tratamento de pacientes com transtornos mentais em Araguaína-TO, a disponibilizar leitos de UTI aos pacientes no prazo de até 24 horas após a prescrição médica, a adquirir equipamento para normalizar a realização de cirurgias neurológicas no HGP, a realizar melhorias nos serviços de saúde destinados às gestantes e aos recém-nascidos no Estado, além de outras obrigações de fazer a Municípios e União.



Relatório de Gestão 2017

3.3.3 TEMA - CRIMINAL

Quadro 3.3.3.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Criminal

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>6.1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade</i>	115.270	124.500	112.152
<i>6.2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade</i>	447	500	237
<i>7.1. Ações Judiciais de Controle Externo da Atividade Policial</i>	527	600	496
<i>7.2. Ações extrajudiciais de Controle Interno da Atividade Policial</i>	256	300	165
<i>7.3. Recomendações de melhorias nas delegacias requisitadas</i>	N/A	N/A	N/A
<i>8.1. Ações de Fiscalização da Execução Penal</i>	31.052	33.500	31.846
<i>8.2. Inspeções nas unidades prisionais</i>	177	190	159
<i>9.1. Ações de combate ao crime organizado</i>	754	800	966
<i>10.1. Ações de combate à violência doméstica</i>	26.494	28.600	22.169

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Os resultados dos indicadores do tema criminal ficaram abaixo da meta estabelecida devido à acomodação do efeito da virtualização dos processos judiciais sobre o crescimento da produtividade ministerial. Como houve redução no tempo de duração dos processos criminais no Estado, que atualmente se encontra em 7 meses para 2º grau e de 2 anos e 3 meses para o 1º grau, conseguiu-se dar maior vazão ao fluxo de demandas. Consequentemente, a meta de crescimento de 8% em relação ao ano anterior não foi alcançada para a maioria dos indicadores.

O indicador “Ações de Combate ao Crime Organizado” foi o único que superou a meta estabelecida, refletindo o crescimento das ações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) decorrente da sinergia produzida pela atualização tecnológica do Laboratório de Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). Como exemplo deste avanço, citamos as 245 diligências e requisições de perícias realizadas pelo GAECO no ano de 2017.

Embora os dados apontem para divergência negativa da meta estabelecida para os indicadores, houve destaques na atuação finalística do tema criminal, como o crescimento no número de atuações junto ao tribunal do júri, que somaram 283 sessões,

R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

representando um crescimento de 62% em relação às realizadas em 2016 (174); a condenação de delegado de polícia, Manoel Laeldo dos Santos, que chefiava quadrilha formada por outros três indivíduos que extorquia cidadãos em Araguaína-TO, quando estes buscavam a delegacia solicitando a investigação de crimes por aqueles. Além disso, o MPTO atuou para combater a violência contra a mulher, resultando, entre outros movimentos, na proposição de 125 medidas protetivas e oferecimento de 1.041 denúncias contra agressores.

3.3.4 TEMA – ATUAÇÕES ESPECIAIS

Quadro 3.3.4.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Atuações Especiais

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>14.1. Ações Judiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos</i>	2.727	2.900	2.575
<i>14.2. Ações extrajudiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos</i>	5.186	5.600	4.994
<i>15.1. Ações de cumprimento do direito eleitoral</i>	14.229	15.400	14.415
<i>16.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística</i>	2.411	2.600	5.809
<i>16.2. Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística</i>	459	500	487
<i>16.3. Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística</i>	4.354	4.700	4.408
<i>16.4. Participação e promoção de iniciativas institucionais voltadas à efetividade das políticas com viés ambiental e urbanístico</i>	N/A	N/A	N/A
<i>17.1. Ações voltadas à execução de Projeto “DH” (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)</i>	N/A	N/A	N/A
<i>18.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor</i>	593	640	1.339
<i>18.2. Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor</i>	304	330	318
<i>18.3. Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor</i>	135	150	141
<i>18.4. Promoção de iniciativas institucionais voltadas ao respeito dos direitos consumeristas</i>	N/A	N/A	N/A

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)



Relatório de Gestão 2017

Dois resultados dos indicadores do tema atuação especial alcançaram resultados excepcionais. Os demais, apesar de ficarem aquém de suas metas, não comprometeram demasiadamente o desempenho organizacional nos assuntos improbidade administrativa e direito eleitoral.

Os destaques da perspectiva temática incluem ações de improbidade administrativa que resultaram no bloqueio de mais de R\$ 318 milhões em bens de ex-gestores que aplicaram mal os recursos públicos e suspensão de R\$ 14,4 milhões em licitações com indícios de sobre preço; a atuação na defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, por meio de duas ações cautelares para interromper o uso irregular da água para atividades agrícolas, espera-se que essa iniciativa reverta o estado de depleção em que a Bacia se encontra; e a atuação para implantação dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), visando à melhoria na qualidade dos produtos ofertados à população tocantinense.

3.3.5 TEMA – INSTITUCIONAL

Quadro 3.3.5.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-meio / Institucional

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>19.1. Parcerias realizadas</i>	25	30	43
<i>20.1. Produtos conclusos do Plano de Segurança Institucional / Total de Produtos do Plano de Segurança Institucional</i>	8/30	12/30	8/30
<i>21.1. Nota GESPÚBLICA</i>	586	630	N/A
<i>22.1. Custo médio por processo (Em R\$)</i>	494	450	507
<i>23.1. Número de acessos ao portal do MPE</i>	689.713	744.890	786.238
<i>23.2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia</i>	6.386	6.900	7.507
<i>23.3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras</i>	N/A	90%	94%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Quatro indicadores do tema institucional superaram suas metas, o número de parcerias realizadas, o percentual de matérias positivas, o número de acessos ao portal do MPE e de matérias veiculadas na mídia. A nota do Gespública não pôde ser calculada devido à descontinuidade do programa por parte do Governo Federal, através do Decreto Federal nº 9.094, de 17/07/2017, deixando-nos sem a possibilidade de realizar outra auto-avaliação institucional. O custo médio do processo elevou-se devido



Relatório de Gestão 2017

à superação do crescimento do orçamento em relação ao crescimento dos movimentos produtivos do RAF.

Entre os destaques da perspectiva dos processos internos, área-meio, estão o estabelecimento de parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público para localização e identificação de desaparecidos, além de quarenta e duas novas parcerias firmadas com outras instituições. Citamos ainda as oitenta e quatro inspeções realizadas pela Corregedoria-Geral do MPTO; e a aprovação da política de gestão documental e de sigilo da informação. Por fim, a realização do 2ª Prêmio Ministério Público de Jornalismo, que distribuiu R\$ 19 mil em prêmios, estimulando e valorizando a produção jornalística voltada à defesa da cidadania relativa ao MPTO como agente de proteção dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

3.4.RESULTADOS DA PERSPECTIVA PESSOAS, TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

Quadro 3.4.1 – Indicadores da Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
24.1. Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	4,33	20	8,11
24.2. Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição	24,34%	30,0%	52,24
25.1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	0,34%	3,00%	0,76%
25.2. Concorrência nos Concursos Públicos	N/A	N/A	N/A
25.3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.	N/A	N/A	N/A
26.1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional - anual	N/A	N/A	N/A
26.2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	3.911	4.224	3.664
27.1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)	N/A	N/A	N/A
27.2. Número de acessos às áreas da intranet	N/A	N/A	N/A
28.1. Percentual de Execução de Infraestrutura	70,49%	85,0%	75,8%



Relatório de Gestão 2017

29.1. Integração dos Sistemas do MPE-TO	61,75%	85,00%	63,68%
---	--------	--------	--------

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Na perspectiva pessoas, tecnologia e infraestrutura, estão objetivos e indicadores ligados à aprendizagem organizacional e individual, à comunicação interna e ao aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia, os quais devem ser disponibilizados a fim de realizar a missão e alcançar a visão institucional. O desenvolvimento institucional associa o avanço da infraestrutura física e tecnológica com o crescimento dos recursos humanos, adaptando-se a estrutura organizacional às mudanças e às novas demandas dos ambientes interno e externo, num ciclo dinâmico e de expressiva importância.

Sob esta perspectiva, os resultados dos indicadores em 2017 refletiram a restrição financeira à qual a instituição vem sendo submetida nos últimos dois anos. Tal restrição acaba por obrigar a Alta Administração a fazer escolhas difíceis, priorizando alocar grande parte do orçamento em despesas não-discricionárias. Devido a esta circunstância, com exceção da rotatividade dos servidores, os demais indicadores desta perspectiva ficaram aquém de suas metas ou não foram calculados porque o fato que deveriam captar não ocorreu, como, por exemplo, concurso público.

A restrição dos recursos não impediu o desenvolvimento de todos os objetivos, podemos destacar nesta perspectiva a realização de onze cursos/workshops pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF) do MPTO, a viabilização do mestrado em Administração Pública na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a realização de ações de melhoria do clima organizacional como a VII Semana da Saúde do MPTO. Além dessas conquistas, a equipe do Departamento de Tecnologia da Informação concluiu a implantação do sistema extrajudicial, E-Ext, que elevará a produtividade da atuação extrajudicial da Instituição.

3.5. RESULTADOS DA PERSPECTIVA FINANCEIRA

No mapa estratégico de organizações públicas, a perspectiva financeira sofre adequação para que a metodologia do BSC possa ser corretamente utilizada. Inverteu-se a posição desta perspectiva na relação causa e efeito do BSC, uma vez que o orçamento para um órgão público é um meio e não um fim da organização. Assim, a esta perspectiva coube garantir os recursos e a segurança política necessários ao pleno desempenho das demais perspectivas, visando ao alcance do impacto social pretendido.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 3.5.1 – Indicadores da Perspectiva Financeira

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>30.1. Participação orçamentário-financeira do MP/TO em relação à Receita Corrente Líquida</i>	2,49%	2,69%	2,63%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

O pífio desempenho econômico do Brasil ano de 2017, expresso no crescimento do produto interno bruto (PIB) de 0,7%, afetou o desempenho fiscal do Estado, obrigando o Poder Executivo a expedir o Decreto nº 5.743, de 30/11/2017 que contingenciou R\$ 6.935.385,00 do Orçamento do Ministério Público do Tocantins, devido à frustração da arrecadação de receitas próprias do Ente, em conformidade com Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em razão do contingenciamento de recursos, a participação do MPTO na (RCL) do Estado se situou em 2,63%, acima do exercício anterior, mas abaixo da meta de 2,69% para o ano. Tal fato obrigou a Instituição a adiar a execução de projetos e outros investimentos em manutenção da infraestrutura físico-tecnológica.

3.6. CONCLUSÃO SOBRE O DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO

De forma geral, os indicadores sinalizam a continuidade do cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos. Entretanto, devido à restrição financeira, a Instituição tem priorizado a atuação finalística em detrimento dos processos de apoio. Essa opção, a longo prazo, pode comprometer o avanço no cumprimento da missão Institucional, por estrangulamento da infraestrutura. Dessa forma, urge a busca de outras fontes de recursos.



Relatório de Gestão 2017

4. AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL 2016-2019

4.1 INTRODUÇÃO

Os esforços para tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocaninenses, documentam-se no Plano Plurianual (PPA). Este é o instrumento que explicita como o governo enxerga e procura construir o desenvolvimento do Ente da Federação. Sua finalidade é definir as ações que suprirão as necessidades mediatas, segundo a estratégia e visão de longo prazo, entendendo que o futuro se constrói com atitudes no presente. Por meio de um recorte setorial, o PPA retrata uma determinada política pública. No caso do Ministério Público do Tocantins (MPTO), seu PPA 2016-2019 representa a Política de Estado Essencial à Justiça, por isso, todas as suas ações se classificam nesta função de governo.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual (LOA), ou Lei dos Meios, evidencia a política fiscal do Ente Federativo, estimando suas receitas e fixando suas despesas, estabelecendo os programas de trabalho para um determinado exercício financeiro. Da perspectiva setorial, a Lei Orçamentária Anual de 2017 refletiu a autorização dada pelo Parlamento ao Ministério Público quanto à aplicação dos recursos do Erário, segundo um determinado conjunto de ações que produza resultados na forma de bens e serviços à sociedade.

A presente seção do relatório procura evidenciar a execução destes dois instrumentos de planejamento, na perspectiva setorial do MPTO, através da apresentação da execução dos programas autorizados, seguida do desdobramento de suas ações, com esclarecimentos sobre as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas, tanto as financeiras quanto as físicas.

4.1.1 A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL E O ORÇAMENTO APROVADO DE 2017

A Lei 3.176, de 28 de dezembro de 2016, trouxe modificações à Lei 3.051/2015, que aprovou o PPA 2016-2019. No recorte setorial do MPTO, o instrumento atualmente em vigor manteve seu arcabouço fundamentado no Planejamento Estratégico 2010-2019, nas oportunidades de melhoria apontadas pelo Gespública e na análise de ambiente institucional na visão dos Procuradores de Justiça. Preservou-se a estrutura de 03 programas e 24 metas propostos, mas incluiu-se 01 ação, que será apresentada no decorrer deste texto, e excluiu-se a ação 1010 - Aperfeiçoamento Funcional de Membros e Servidores do MPTO, do programa 1170 – Modernização e Governança da Justiça da Unidade Orçamentária 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça.



Relatório de Gestão 2017

Por sua vez, a Lei 3.177, de 28 de dezembro de 2016, LOA 2017, aprovou o orçamento de R\$ 196.237.385,00 para a Unidade 07100 – Procuradoria-Geral de Justiça, em sua totalidade vinculados à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro. Orientamos a alocação destes valores segundo as prioridades elencadas pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, reservando recursos para garantir a manutenção dos serviços já instituídos e preservação do patrimônio público.

Foi acrescido, via crédito adicional suplementar, cancelado de outras unidades orçamentárias, o valor de R\$ 2.409.121,00 à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro; e o valor de R\$ 142.020,00, por meio de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, à fonte 0225 – Recursos de Convênios Federais à Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça em 2017. Os recursos foram programados para custeio de pessoal e encargos sociais e no projeto de suporte a virtualização. Com isso, o orçamento autorizado para o exercício de 2017 alcançou R\$ 198.788.526,00, variando 6,24% em relação ao exercício de 2016.

Tabela 4.1.1.1 - Evolução do Orçamento Autorizado da Unidade 07100 - Procuradoria-Geral de Justiça

FONTE	Ano (R\$)			
	2014	2015	2016	2017
0100 - Recursos Ordinários do Tesouro*	140.527.725,00	162.681.030,00	186.862.634,00	198.646.506,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	0,00	0,00	0,00	142.020,00
Total do Orçamento Autorizado no ano	140.527.725,00	162.681.030,00	186.862.634,00	198.788.526,00
Varição em Relação ao Ano Anterior	14,0%	15,8%	14,9%	6,4%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.1.2 RECEITA ESTIMADA X REALIZADA

Segundo a LOA 2017, por fazer parte da estrutura dos órgãos da administração direta, a unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça não possui receitas, exceto os valores da fonte 0225 – Recursos de Convênios com Órgãos Federais contabilizados em abril/2017. Os ingressos devem ser repassados na forma de duodécimos, conforme art. 83 da Constituição Estadual, proporcionando liquidez ao Orçamento autorizado. Neste diapasão, no exercício de 2017 foram previstos e repassados à Unidade, com base no Orçamento autorizado e créditos adicionais, os R\$ 176.156.524,41 da fonte 0100 – Recursos do Ordinários do Tesouro.

Tabela 4.1.2.1 - Previsão e Realização da Fonte 0100 - Recursos do Ordinários do Tesouro

Mês	Duodécimo Programado	Duodécimo Recebido	Dif. Fluxo Mensal
jan/17	16.553.875,50	10.129.071,00	(6.424.804,50)
fev/17	16.553.875,50	12.679.610,10	(3.874.265,40)
mar/17	16.553.875,50	17.624.700,00	1.070.824,50
abr/17	16.553.875,50	14.292.787,86	(2.261.087,64)



Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.1.2.1 - Previsão e Realização da Fonte 0100 - Recursos do Ordinários do Tesouro

Mês	Duodécimo Programado	Duodécimo Recebido	Dif. Fluxo Mensal
<i>mai/17</i>	16.553.875,50	16.877.713,72	323.838,22
<i>jun/17</i>	16.553.875,50	15.753.115,42	(800.760,08)
<i>jul/17</i>	16.553.875,50	16.672.951,34	119.075,84
<i>ago/17</i>	16.553.875,50	11.699.412,66	(4.854.462,84)
<i>set/17</i>	16.553.875,50	13.804.391,76	(2.749.483,74)
<i>out/17</i>	16.553.875,50	15.353.115,42	(1.200.760,08)
<i>nov/17</i>	16.553.875,50	11.718.333,45	(4.835.542,05)
<i>dez/17</i>	16.553.875,50	19.551.321,68	2.997.446,18
Total	198.646.506,00	176.156.524,41	(22.489.981,59)

Fonte: Sistema SIAFEM e DEFIN/DG/PGJ

Conforme tabela 4.1.2.1, verifica-se que restou a diferença de R\$ 22.489.981,59 da fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro não repassada no exercício de 2017 ao MPTO. Parte deste valor, R\$ 15.554.596,59 foi objeto do Mandato de Segurança nº 00226247-98.2017.827.0000, firmado com a Secretaria de Estado da Fazenda para regularizar os repasse. A parte restante, R\$ 6.935.385,00, refere-se ao contingenciamento de recursos imposto ao MPTO.

4.1.3 CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Diante da frustração de receitas, fruto do baixo desempenho econômico de 2017, o Poder Executivo editou o Decreto nº 5.743, de 30 de novembro de 2017, que estabeleceu o contingenciamento de R\$ 174.795.407,00 sobre a fonte 0100-Recursos Ordinários do Tesouro. Ao ratear a frustração entre os Poderes e Órgão Autônomos, tomando por base o orçamento autorizado, coube ao MPTO o valor de R\$ 6.935.385,00, que, por meio do Ato nº 112/2017, contingenciou-o.

4.1.4 DESPESA AUTORIZADA X EMPENHADA

Ao somamos os créditos adicionais suplementares extras, R\$ 2.409.121,00 da fonte 0100 mais R\$ 142.020,00 de fonte 0225, ao valor inicialmente aprovado, R\$ 196.237.385,00, sem deduzirmos os valores contingenciados, obtemos o orçamento autorizado para o Ministério Público do Tocantins, ou seja, os valores disponíveis para utilização no exercício, R\$ 198.788.526,00. Utilizaremos o confronto entre os valores autorizados e empenhados para conduzirmos a análise das metas financeiras do Orçamento de 2017.

R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Tabela 4.1.4.1 – Execução do Orçamento 2017, por Fonte de Recurso e Grupo de Despesas, Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça

<i>Fonte de Recursos</i>	<i>Grupo de Despesas</i>	<i>Orçamento Autorizado</i>	<i>Orçamento Empenhado</i>	<i>% Executado</i>
0100 – Recursos Próprios	31 – Pessoal e Encargos Sociais	142.436.644,00	142.382.832,16	99,96%
	33 – Outras Despesas Correntes	50.466.616,00	47.050.399,65	93,69%
	44 – Investimentos	5.743.246,00	1.763.491,93	30,72%
	Subtotal	198.646.506,00	191.196.723,74	96,25%
0225 – Recursos de Convênios com Órgão Federais	44 – Investimentos	142.020,00	0,00	0,00%
Total		198.788.526,00	191.196.723,74	96,18%

Fonte: Sistema SIAFEM

Conforme tabela 4.1.4.1, observa-se que o orçamento autorizado da fonte 0100-Recursos Próprios resultou em R\$ 198.646.506,00, e que o mesmo alcançou 96,25% de execução. Se deduzíssemos os valores que foram contingenciados do orçamento autorizado, chegaríamos a 99,73% de execução, evidenciando a eficiência na gestão das finanças da Instituição, visto que as organizações públicas setoriais não visam ao superávit orçamentário. Já os recursos da fonte 0225 – Recursos de Convênios com Órgãos Federais não foram realizados devido à morosidade na análise, por parte do Ministério da Justiça, de questionamento levantado pelo MPTO, quanto à adesão a ata de registro de preço do órgão estadual.

4.1.5 ALTERAÇÕES DA DESPESA APROVADA

A gestão das finanças das organizações exige alguma flexibilidade para sua realização. Nesse sentido, a Lei nº 3.175, de 28 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017, previu e a LOA 2017 autorizou alterações nas dotações aprovadas até o limite de 5%. Os diplomas legais também conferiram permissão aos Poderes e Unidades Autônomas para realizarem transferências entre as dotações orçamentárias do mesmo grupo de despesas e projeto/atividade.



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Tabela 4.1.5.1 – Alterações Orçamentária em 2017, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100- Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito		Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
			31 - Pessoal e Encargos Sociais	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos
Movimentação	Concedidos	03.126.1144.2294	-	-354.000,00	-
		03.131.1173.2148	-	-35.473,00	-
		03.091.1170.1082	-	-113.143,00	-
		03.091.1170.1088	-	-	-93.901,00
		03.122.1144.2284	-	-1.067.409,00	-
	Subtotal		-	-1.570.025,00	-93.901,00
	Recebidos	03.122.1144.2289	3.347.459,00	-	-
		03.122.1144.2310	-	93.901,00-	-
		03.126.1170.1037	-	-	137.720,00
		03.091.1170.1082	-	-	116.543,00
		03.091.1173.2101	-	36.579,00	-
		03.122.1144.2210	-	497.161,00	-
	Subtotal		3.347.459,00	627.641,00	254.263,00
	Total		3.347.459,00	-942.384,00	160.362,00

Fonte: Sistema SIAFEM

Observa-se pela tabela 4.1.5.1, ao somarmos as modificações entre as dotações da Unidade, que esta atingiu apenas 1,3% de alterações entre os valores de suas ações. Este resultado foi obtido graças aos resultados do projeto “Gerenciamento Analítico do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD)”, implantado em 2017, que individualizou os itens de despesas do Ministério Público, reduzindo o risco de erro da programação orçamentária.

Concluída esta breve apresentação, passemos à análise da execução dos programas de trabalho ocorrida em 2017.

4.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1170 – MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA JUSTIÇA

O programa temático “1170-Modernização e Governança da Justiça” reúne as ações que traduzem o esforço voltado ao aperfeiçoamento organizacional. A realidade problematizada no programa parte do pressuposto de que a disponibilização de infraestrutura física e tecnológica adequadas resulta em melhoria da atuação ministerial, que, conseqüentemente, fortalece a defesa do interesse coletivo.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 4.2.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Denominação:	<i>Modernização e Governança da Justiça</i>			
Objetivo:	<i>Aperfeiçoar as estruturas de apoio à área-fim, racionalizando a gestão administrativa, proporcionando à atuação ministerial condições de trabalho com saúde, segurança e comodidade, bem como da proteção dos bens e sistemas.</i>			
Público-Alvo:	<i>Sociedade Tocantinense</i>			
Dotação Orçamentária do Exercício 2017	<i>Inicial: R\$ 6.782.000,00</i>	<i>Autorizada: R\$ 6.814.923,00</i>	<i>Empenhada: R\$ 2.227.087,81</i>	
Indicadores				
Indicadores	Resultado 2015	Resultado 2016	Esperado 2019	Resultado 2017
<i>Custo médio por processo, em (R\$)</i>	507,00	494,00	418,00	507,00
<i>Nota obtida na auto avaliação da Gestão pelo Programa GESPÚBLICA – Nota Padrão</i>	586	586	750	N/A

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.2.1 apresenta a sinopse do ocorrido no programa “1170-Modernização e Governança da Justiça” ano de 2017. Observa-se que a execução do orçamento obteve 32,68% do total autorizado (valor empenhado sobre o total autorizado). Este baixo percentual de execução restringiu parte do alcance dos objetivos pretendidos, pois o custo médio por processo, indicador do programa, elevou-se em R\$ 13,00. Dessa forma, será necessário realizar esforço suplementar para melhorar a eficiência operacional, para produzir, como consequência, uma redução de nossos custos em 17,55%, e, assim, alcançarmos o alvo de 2019, onde o custo médio por processo atingiria R\$ 418,00.

A partir do objetivo do programa, estabeleceram-se 07 metas, conforme apresentado na tabela 4.2.1. Percebe-se que o principal destaque foi a meta “Manter 42 Unidades do Ministério Público em Condições Físicas e Mobiliárias Adequadas ao Trabalho dos Integrantes do Ministério”, que atingiu 100% de alcance em relação ao previsto para 2019, evidenciando a preocupação da Alta Administração com a manutenção do funcionamento dos serviços instituídos.

Tabela 4.2.1 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2017 (B)	% (B/A)
<i>Alcançar 90% de Integração nos Sistemas de TIC do Ministério Público</i>	<i>Estadual</i>	90%	63,68%	71

Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.2.1 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

<i>Descrição da meta</i>	<i>Regionalização</i>	<i>Meta 2016-2019(A)</i>	<i>Realizado 2017 (B)</i>	<i>% (B/A)</i>
<i>Ampliar a média de horas de capacitação por membros e servidores para 23,30 horas</i>	<i>Estadual</i>	23,30	8,11	35
<i>Construir 14 sedes de promotorias de justiça</i>	<i>Região de Planejamento Bico do Papagaio</i>	3	0	0
	<i>Região de Planejamento Central</i>	1	0	0
	<i>Região de Planejamento Centro-Oeste</i>	1	0	0
	<i>Região de Planejamento Nordeste</i>	2	0	0
	<i>Região de Planejamento Noroeste</i>	2	0	0
	<i>Região de Planejamento Norte</i>	1	0	0
	<i>Região de Planejamento Sul</i>	3	0	0
<i>Dar tratamento adequado a 100% do acervo documental do Ministério Público</i>	<i>Estadual</i>	100%	12,06%	12,06
<i>Manter 42 Unidades com Tecnologia de Informação Estruturada (equipamentos e sistemas)</i>	<i>Estadual</i>	42	42	100,00
<i>Manter 42 Unidades do Ministério Público em Condições Físicas e Mobiliárias Adequadas ao Trabalho dos Integrantes do Ministério Público</i>	<i>Estadual</i>	42	42	100,00
<i>Renovar 70% da frota de veículos com mais de 5 anos de uso</i>	<i>Estadual</i>	70	40,00	57,14

Fonte: PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

A principal razão para a inexecução do orçamento aprovado, bem como para o não alcance de algumas das metas propostas para o Programa foi o contingenciamento de R\$ 4.408.919,00 de suas dotações, que representou 64,69% de seu orçamento autorizado. As despesas que foram preteridas serão apresentadas na análise das ações que compõem o Programa.



Relatório de Gestão 2017

Este é composto por 06 ações, sendo 05 classificadas como projetos e 01 como atividade. É por meio dos projetos e atividades que o Ministério Público do Estado do Tocantins busca concretizar os objetivos do programa temático “1170-Modernização e Governança da Justiça”.

4.2.1 AÇÃO 1082 – REALIZAÇÃO DE ADEQUAÇÕES FÍSICAS E MOBILIÁRIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A finalidade desta ação é oferecer condições físicas propícias ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando ao melhor atendimento da população tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2017 foi manter 50% das unidades em condições físicas e mobiliárias favoráveis, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 1.376.004,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.1.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1082, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Realização de adequações físicas e mobiliárias do Ministério Público</i>			
Descrição:	<i>A adequação das unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins será realizada mediante a realização de reformas, ampliações e adequações, aquisição de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação ou procedimento de dispensa, realização dos serviços ou recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
<i>Unidade adequada</i>	<i>Porcentagem</i>	50%	25%	50,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.386.900,00	1.376.004,00	530.680,73	152.505,71	38,56%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.2.1.1 resume o ocorrido no exercício concluído com a ação 1082. Consta-se que a meta física alcançou 50% da planejada e a meta financeira resultou em 38,56% de execução.

Foram contingenciados R\$ 829.686,00 da ação 1082, que representam 60,3% da dotação autorizada para a mesma. Com isso, várias despesas foram preteridas, entre as quais a aquisição de mobiliários e eletrodomésticos para diversas unidades, e reformas para adequação do prédio sede das promotorias de Colinas-TO, do entorno do prédio sede das promotorias de Araguaína-TO, além de adequações no prédio sede da Capital. Os resultados ficaram aquém do previsto devido ao contingenciamento do orçamento.

Os recursos da ação que não sofreram contingenciamento foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.2.1.1.



Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.2.1.1 - Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
52.41 - Construção Civil	298,30	0,06%
52.38 - Máquinas, Ferramentas e Utensílios para Oficina	861,19	0,16%
52.45 - Aparelhos e Instrumentos Técnicos de Medição, Teste e Controle	3.085,00	0,58%
39.17 - Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	5.081,00	0,96%
52.36 - Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	5.228,00	0,99%
52.32 - Máquinas e Equipamentos Gráficos	5.340,00	1,01%
39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	11.846,81	2,23%
52.12 - Aparelhos e Utensílios Domésticos	23.225,25	4,38%
52.33 - Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	38.610,51	7,28%
52.42 - Mobiliário em Geral	45.902,70	8,65%
51.93 - Benfeitorias ou Melhorias	58.941,06	11,11%
52.35 - Equipamentos de Processamento de Dados	332.260,91	62,61%
Total	530.680,73	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.2.2 AÇÃO 1088 – RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A ação desta seção tem por objetivo oferecer condições de transporte adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando o melhor atendimento da sociedade tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2017 foi adquirir 09 veículos para o MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 556.099,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.2.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1088, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Renovação da frota de veículos do Ministério Público</i>			
Descrição:	<i>Aquisição de veículos visando substituição de frota obsoleta e sua ampliação, quando possível, compreendendo as seguintes etapas: análise da demanda; abertura de processo licitatório; recebimento dos veículos; distribuição dos veículos para as unidades demandantes.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	%(B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	9	0	0,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
650.000,00	556.099,00	0,00	0,00	0,00%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.2.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 1088. Verifica-se que a meta física e a meta financeira não foram executadas.



Relatório de Gestão 2017

Foram contingenciados R\$ 556.099,00 da ação 1088, que representam 100% da dotação autorizada para a mesma. Com isso, não foi possível realizar a ampliação da frota de veículos do MPTO. Os resultados ficaram aquém do previsto devido ao contingenciamento do orçamento.

4.2.3 AÇÃO 1023 – CONSTRUÇÃO DE SEDES DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

O projeto destinado à construção de sedes de promotorias de justiça tem por objetivo proporcionar infraestrutura adequada e permanente às unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins, para o atendimento efetivo e de qualidade aos cidadãos-usuários de seus serviços. A meta física proposta para a ação no exercício de 2017 foi construir 04 unidades, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 2.640.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.3.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1023, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Construção de sedes de Promotorias de Justiça</i>			
Descrição	<i>Construção das unidades do Ministério Público tendo como etapas: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
<i>Unidades construídas</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>P-1= 3 P-2= 1</i>	<i>P-1= 0 P-2= 0</i>	<i>P-1= 0,00% P-2= 0,00%</i>
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.640.000,00	2.640.000,00	5.525,00	5.525,00	0,21%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

Legenda: P-1: Região de Planejamento Bico do Papagaio, P-2: Região de Planejamento Central

O quadro 4.2.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 1023. Consta-se que a meta física não foi executada e a meta financeira resultou em apenas 0,21% de cumprimento em relação ao planejado.

Foram contingenciados R\$ 2.634.474,00 da ação, que representam 99,79% da dotação autorizada para a mesma. Com isso, não foi possível realizar a construção de prédios sedes de promotorias nas cidades de Araguatins-TO, Goiatins-TO e Gurupi-TO, nem o Anexo I da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO.

Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se para aprovação dos projetos básicos do prédio sede de Araguatins-TO, conforme subitens de despesas da tabela 4.2.3.1.



Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.2.3.1 – Valores Empenhados da Ação 1023, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
51.80 - Estudos, Projetos, Supervisão e Fiscalização	5.525,00	100,00%
Total	5.525,00	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.2.4 AÇÃO 1037 – ESTRUTURAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AS UNIDADES DO MPE

A finalidade desta ação é oferecer tecnologia de ponta para o desenvolvimento das atividades do Ministério Público do Estado do Tocantins visando prestar um serviço de qualidade e eficaz para a sociedade tocantinense. A meta física proposta a ação no exercício de 2017 foi manter 62% das unidades do MPTO com estrutura tecnológica adequada, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 1.972.820,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.4.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1037, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Estruturação de tecnologia da informação para unidades do MPE</i>			
Descrição:	<i>Estruturação das Unidades do MP/TO para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on-line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender às demandas das Unidades do MP/TO, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade estruturada tecnologia adequada	Percentual	62%	74%	119,35%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.835.100,00	1.972.820,00	1.690.882,08	870.585,49	85,71%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.2.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação “Estruturação de Tecnologia da Informação para Unidades do MPE”. Constata-se que a meta física ultrapassou em 19,35% o planejado, verificando-se economia de recursos, pois a meta financeira resultou 85,71% do planejado. Os valores empenhados possibilitaram a execução de parte do projeto de adequação da infraestrutura física para o processo de virtualização e armazenamento de dados, bem como aquisição de solução



Relatório de Gestão 2017

de segurança, switches de bordas e de data center, servidores de rede e outros equipamentos de processamento de dados.

Os recursos da ação 1037 foram poupados do contingenciamento de 2017, pois apenas R\$ 118.660,00, que representam 6,01% da dotação autorizada, foram bloqueados. As licenças de softwares para área de redes foram o único item preterido, como consequência do contingenciamento.

Os recursos da ação que não foram bloqueados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.2.4.1.

Tabela 4.2.4.1 - Valores Empenhados da Ação 1037, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
30.17 - Material de Processamento de Dados	5.366,04	0,32%
30.47 - Aquisição de Softwares de Base	49.480,00	2,93%
39.57 - Serviços de Processamento de Dados	44.795,60	2,65%
39.90 - Manutenção de Software	8.526,24	0,50%
39.94 - Aquisição de Software e Licença de Software (Personalizados)	355.428,00	21,02%
52.35 - Equipamentos de Processamento de Dados	1.219.186,40	72,10%
52.39 - Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	8.099,80	0,48%
Total	1.690.882,08	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.2.5 AÇÃO 2339 – REALIZAÇÃO DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PEN-MP

Na Lei nº 3.176/2016, Revisão do PPA 2016-2019(2017), foi incluída a ação 2339. A ação visou atender à Resolução nº 147/2016 – CNMP, norma que dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público e estabelece diretrizes sobre a matéria no Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, nas unidades e nos ramos do Ministério Público. Foi proposta sob o argumento de desenvolver a cultura orientada a resultados e um novo padrão de desempenho que vincule o comportamento no trabalho ao alcance das metas e dos objetivos estratégicos da Instituição, com a finalidade de promover a implementação de medidas que visem ao gerenciamento e aperfeiçoamento do processo de gestão.

A meta física proposta para a ação no exercício de 2017 foi apoiar 05 iniciativas de implementação do Pen-MP, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 20.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.5.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2339, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	Realização de Ações para Implementação e Execução do Pen-MP
Descrição:	<i>Realização de ações para o aperfeiçoamento e inovação da gestão pública no âmbito do Ministério Público, compreendendo melhorias nas áreas de gestão de pessoas, de organização e funcionamento da administração, acervo documental e bibliográfico, pactuação de resultados e sistemas de incentivos e de avaliação de desempenho, aperfeiçoamento e inovação da gestão dos órgãos e promoção</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 4.2.5.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2339, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

<i>da gestão do conhecimento e da cooperação em gestão pública, com a finalidade de orientar a ação para resultados, com foco no cidadão, com eficiência e qualidade do gasto público.</i>				
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
<i>Iniciativa Apoiada</i>	<i>Unidade</i>	5	1	20,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.2.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2339. Consta-se que a meta física alcançou 20% do estabelecido no plano e a meta financeira não foi executada. A iniciativa apoiada, sem utilização de recursos, foi o projeto “Fortalecer a Estratégia, Valorizar a Integração”, fruto da ação estruturante do CNMP “Desdobramento da Estratégia”.

Foram contingenciados R\$ 20.000,00 da ação 2339, que representam 100% da dotação autorizada para a mesma. Com isso, não foi possível realizar as demais iniciativas planejadas.

4.2.6 AÇÃO 1127 - REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A fim de viabilizar o ingresso de servidores no quadro de pessoal, visando suprir a demanda operacional da Instituição, foi proposta a ação 1127. A meta física prevista para a ação no exercício de 2017 era realizar 01 concurso para membros e servidores do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 250.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 5.2.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1127, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Realização de Concursos Públicos para Membros e Servidores do Ministério Público</i>
Descrição:	<i>Viabilizar o ingresso de servidores no quadro de pessoal, visando suprir a demanda operacional do Ministério Público. Definição de número de vagas; elaboração de edital para contratação empresa especializada para realização de concurso; licitação/contratação de empresa para realização de certame; elaboração do edital de concurso; realização das inscrições e realização do concurso.</i>
Meta Física	



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 5.2.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1127, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Concurso Realizado	Unidade	1	0	0,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.2.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 1127. Constata-se que a meta física e a meta financeira não foram executadas.

Foram contingenciados R\$ 250.000,00 da ação 1127, que representaram 100% da dotação autorizada para a mesma. Os resultados ficaram aquém do previsto devido ao contingenciamento do orçamento.

4.3 EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1173 - JUSTIÇA

O programa temático “1173 - Justiça” planifica a missão constitucional desta Organização. A partir da perspectiva do programa, a realidade problematizada parte do pressuposto de que o interesse coletivo é vulnerável e se encontra sob constante ameaça, necessitando da atuação ministerial para defendê-lo.

Quadro 5.3.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Denominação:	<i>Justiça</i>			
Objetivo	<i>Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas nas áreas de educação, de saúde, de direitos humanos, medidas socioeducativas, de proteção, voltadas aos dependentes químicos, aos portadores de necessidades especiais e à pessoa com deficiência, além do combate a criminalidade, à exploração sexual infanto-juvenil, violência doméstica, crimes eleitorais, crimes contra os consumidores e desvio de recursos públicos.</i>			
Público-Alvo	<i>Sociedade tocantinense</i>			
Dotação Orçamentária do Exercício 2017	<i>Inicial: R\$ 5.505.060,00</i>	<i>Autorizada: R\$ 5.051.166,00</i>	<i>Empenhada: R\$ 4.225.786,95</i>	
Indicadores				
Indicador	Resultado 2015	Resultado 2016	Índice desejado 2019	Resultado 2017



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.3.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

<i>Total Anual de Ações dos Membros do MPTO</i>	317.697	353.423	368.080	373.328
---	---------	---------	---------	---------

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.3.1 apresenta o resumo do ocorrido no programa “1173-Justiça” em 2017. Observa-se que a priorização da execução do orçamento autorizado (83,66% do total autorizado foi empenhado) permitiu o alcance dos resultados pretendidos, pois o número de ações dos membros do Ministério Público, indicador do Programa, atingiu a cifra de 373.328 ações, superando o resultado esperado para 2019. Com isso, deduzimos que a produtividade dos integrantes do MPTO continua a se elevar, embora a uma taxa menor, pois o indicador variou em 5,6% no período de 2016/2017, ante 11,24% do período anterior de 2015/2016.

A partir do objetivo do Programa, foram propostas 17 metas, conforme apresentado na tabela 4.3.1. Utilizando o Relatório de Atividade Funcional – RAF e relatórios setoriais de acompanhamento, foi possível apurar o resultado de 14 dessas metas. As 03 (três) metas restantes, que não puderam ser calculadas devido à limitação de informações, serão superadas no momento da revisão do PPA 2016-2017(2018).

Ainda conforme a tabela 4.3.1, percebe-se que o destaque foi a meta “Promover 23.273 ações exigindo o cumprimento do direito à saúde até 2019”, que já atingiu 42,17% em relação ao previsto para 2019, evidenciando a preocupação ministerial com a política de saúde. Outras metas que se destacaram em 2017 por terem alcançado resultado acima do esperado foram: “Promover 76.826 ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas até 2019” (41,66%) e “Promover 114.311 ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente até 2019” (36,33%).

Tabela 4.3.1 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

<i>Descrição da meta</i>	<i>Regionalização</i>	<i>Meta 2016-2019(A)</i>	<i>Realizado 2017 (B)</i>	<i>% (B/A)</i>
<i>Promover 1.261 ações exigindo o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência até 2019</i>	<i>Estadual</i>	1.261	136	10,79
<i>Promover 1.960 ações exigindo o cumprimento do direito à educação até 2019</i>	<i>Estadual</i>	1.960	634	32,35
<i>Promover 10.864 ações voltadas para o controle externo da atividade policial até 2019</i>	<i>Estadual</i>	10.864	661	6,08

Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.3.1 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2017 (B)	% (B/A)
<i>Promover 114.311 ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente até 2019</i>	<i>Estadual</i>	114.311	41.526	36,33
<i>Promover 116 ações voltadas a defesa dos direitos humanos fundamentais – residuais até 2019</i>	<i>Estadual</i>	116	-	0,00
<i>Promover 14.717 ações voltadas a defesa dos direitos dos consumidores até 2019</i>	<i>Estadual</i>	14.717	1.657	11,26
<i>Promover 158 ações voltadas para o fortalecimento da prevenção e da repressão à violência sexual infanto-juvenil até 2019</i>	<i>Estadual</i>	158	-	0,00
<i>Promover 21.717 ações voltadas para o combate ao crime organizado até 2019</i>	<i>Estadual</i>	21.717	966	4,45
<i>Promover 23.273 ações exigindo o cumprimento do direito à saúde até 2019</i>	<i>Estadual</i>	23.273	9.815	42,17
<i>Promover 3.064 ações exigindo o cumprimento dos direitos dos idosos até 2019</i>	<i>Estadual</i>	3.064	457	14,92
<i>Promover 32.114 ações voltadas ao combate à improbidade e à recuperação de ativos até 2019</i>	<i>Estadual</i>	32.114	7.569	23,57
<i>Promover 40.718 ações voltadas ao cumprimento do direito eleitoral até 2019</i>	<i>Estadual</i>	40.718	14.415	35,40
<i>Promover 473 ações voltadas ao atendimento de dependentes químicos até 2019</i>	<i>Estadual</i>	473	-	0,00
<i>Promover 49.033 ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística até 2019</i>	<i>Estadual</i>	49.033	10.704	21,83
<i>Promover 560.177 ações voltadas para o combate à criminalidade até 2019</i>	<i>Estadual</i>	560.177	112.389	20,06
<i>Promover 76.826 ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas até 2019</i>	<i>Estadual</i>	76.826	32.005	41,66
<i>Promover 91.390 ações voltadas para o combate à violência doméstica até 2019</i>	<i>Estadual</i>	91.390	22.169	24,26

Fonte: PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

A principal razão para a inexecução de parte do orçamento aprovado, bem como pelo não alcance de algumas das metas propostas para o programa, foi o contingenciamento de R\$ 790.297,00 de suas dotações, que representou 15,64% de seu



Relatório de Gestão 2017

orçamento autorizado. As despesas preteridas serão apresentadas na análise das ações que compõem o Programa.

Passemos ao detalhamento das ações que compõem o Programa, é por meio destas que o Ministério Público do Estado do Tocantins manifesta seu empenho no sentido de alcançar seus objetivos. O Programa é formado por 07 (sete) ações, sendo 01 classificada como projeto e 06 como atividades.

4.3.1 AÇÃO 1079 – PROMOÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

A fim de alcançar o objetivo estratégico de “ser uma instituição acessível à população”, tornando o MP-TO uma instituição “popular e transparente”, foi proposta a ação 1079. A meta física prevista para a ação no exercício de 2017 foi manter o Serviço de Atendimento ao Cidadão – SACI em funcionamento, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 60.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.1.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1079, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Promoção dos canais de acesso ao cidadão pelo Ministério Público</i>			
Descrição:	<i>Realização das ações do Sistema de Atendimento ao Cidadão - S.A.C.I. e do Núcleo do DPVAT, órgãos constantes do sistema de acesso do cidadão ao MP, além da ampliação dos serviços de acesso do cidadão ao Ministério Público.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
S.A.C.I. mantido	Porcentagem	100	100	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.3.1.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 1079. Constata-se que a meta física alcançou 100% do estabelecido no plano e a meta financeira não foi executada. O SACI foi mantido utilizando recursos das ações do Programa 1144 – Manutenção do Ministério Público. Esta ação foi objeto de alteração na Revisão do Plano Plurianual 2016-2019 (2018), sendo proposta sua exclusão.

Foram contingenciados R\$ 60.000,00 da ação 1079, que representam 100% da dotação autorizada para a mesma, entretanto não houve prejuízos para manutenção do SACI, pela razão já manifestada.



Relatório de Gestão 2017

4.3.2 AÇÃO 2099 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A finalidade da ação 2099 é propiciar instrumentos de avaliação e correição das metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, por meio dos programas de fiscalização, inspeções, correição permanentes e procedimento disciplinar, com o fim de contribuir com maior celeridade na manifestação processual, no trâmite burocrático do processo e no tempo de solução do problema e com prestígio institucional. A meta física prevista para a ação no exercício de 2017 foi manter as atividades da Corregedoria-Geral do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 70.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.2.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2099, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título		<i>Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público</i>		
Descrição:	<i>Realização de Correição, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e servidores da Corregedoria, bem como realização das atividades inerentes à avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apuração das infrações disciplinares.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
<i>Corregedoria mantida</i>	<i>Unidade</i>	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
70.000,00	70.000,00	48.120,00	48.120,00	68,74%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.3.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2099. Constata-se que a meta física atingiu a planejada, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou 68,74% do planejado. Os recursos permitiram a manutenção das atividades da Corregedoria-Geral do MPTO, inclusive com a execução do projeto de Tutela Coletiva, que prestou apoio aos Órgãos de Execução com volume de trabalho acumulado.

Foram contingenciados R\$ 19.190,00 da ação 2099, que representam 27,41% da dotação autorizada para a mesma, entretanto não houve prejuízos para manutenção da Corregedoria-Geral do MPTO, pois foram realizadas as 30 correições previstas para o exercício de 2017.

Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.3.2.1.



Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.3.2.1 - Valores Empenhados da Ação 2099, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País	47.310,00	98,32%
92.14 - Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	810,00	1,68%
Total	48.120,00	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.3.3 AÇÃO 2100 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A finalidade da ação 2100 é proporcionar uma Ouvidoria forte e capaz de promover suas ações e o atendimento à sociedade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2017 foi manter o funcionamento da Ouvidoria do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 25.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.3.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2100, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Manutenção das Ações da Ouvidoria do Ministério Público</i>			
Descrição	<i>Manter a Ouvidoria do Ministério Público com o custeio de seus programas, projetos e ações, inclusive quanto aos deslocamentos de sua equipe para as ações, aquisição de serviços e materiais específicos para sua atuação.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ouvidoria mantida	Unidade	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
25.000,00	25.000,00	5.100,00	5.100,00	20,40%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.3.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2100. Consta-se que a meta física atingiu a proposta, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou 20,40% do planejado.

Foram contingenciados R\$ 19.000,00 da ação 2100, que representam 76,00% da dotação autorizada para a mesma, entretanto não houve prejuízos para manutenção da Ouvidoria do MPTO, vez que as suas despesas acabaram custeadas com outras ações de pessoal e de serviços administrativos gerais do programa 1144 – Manutenção do Ministério Público.

Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.3.3.1.



Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.3.3.1 - Valores Empenhados da Ação 2100, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País	5.100,00	100,00%
Total	5.100,00	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.3.4 AÇÃO 2101 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, CONTRAINTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A ação 2101 tem como objetivo permitir a coleta de informações destinadas a identificar, entender, revelar, prevenir e assessorar os órgãos de execução do Ministério Público no efetivo combate a todas as formas de criminalidade e garantir a segurança institucional de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins. A meta física prevista para a ação no exercício de 2017 foi manter o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 3.818.480,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.4.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2101, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Manutenção das ações de inteligência, contra inteligência e segurança institucional</i>			
Descrição:	<i>Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência, contra inteligência e segurança institucional; deslocamentos de Integrantes do NIS para a realização de atividades; ampliação da plataforma de interceptação de monitoramento de sinais – Guardiã e de outros produtos do sistema de inteligência e contra inteligência do MPE; atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho das atribuições do NIS.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
<i>N.I.S. mantido</i>	<i>Porcentagem</i>	100	100	100
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
3.818.480,00	3.855.059,00	3.666.637,46	3.639.306,15	95,11%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.3.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2101. Constata-se que a meta física atingiu a proposta, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou 95,11% do planejado. Os recursos permitiram o financiamento das despesas com segurança e com missões da equipe do NIS na execução das atividades.



Relatório de Gestão 2017

Foram bloqueados R\$ 183.711,00 da ação 2101, que representam 4,8% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitem de despesas da tabela 4.3.4.1.

Tabela 4.3.4.1 - Valores Empenhados da Ação 2101, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
92.15 - Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Militar	341,50	0,01%
30.26 - Material Elétrico e Eletrônico	411,00	0,01%
92.39 - Desp. Exerc. Ant. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	451,40	0,01%
39.17 - Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	620,00	0,02%
30.24 - Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	2.190,00	0,06%
15.01 - Diárias - Pessoal Militar no País	2.811,00	0,08%
14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País	13.481,25	0,37%
39.99 - Outros	36.578,80	1,00%
39.95 - Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados	149.430,95	4,08%
39.82 - Vigilância Monitorada	456.755,64	12,46%
37.03 - Vigilância Ostensiva	3.003.565,92	81,92%
Total	3.666.637,46	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.3.5 AÇÃO 2147 – REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

A finalidade da ação 2147 é garantir a atuação de forma sistemática no combate ao crime organizado. A meta física prevista para a ação no exercício de 2017 foi realizar 5.205 ações de combate ao crime organizado, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 30.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.5.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2147, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição	<i>Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de Membros e Servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ações que envolvam o controle regional da atividade policial.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação de combate ao crime organizado	Unidade	5.205	966	18,56%



Relatório de Gestão 2017

Quadro 4.3.5.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2147, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
30.000,00	30.000,00	15.739,25	15.739,25	52,46%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.3.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2147. Consta-se que a meta física atingiu 18,58%, valor aquém do planejado devido ao superdimensionamento da meta, que será revista. Os recursos permitiram o financiamento das despesas com as atividades da equipe do GAECO na execução das missões.

Foram bloqueados R\$ 9.581,00 da ação 2101, que representam 31,93% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.3.5.1.

Tabela 4.3.5.1 - Valores Empenhados da Ação 2147, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
30.28 - Material de Proteção e Segurança	36,00	0,23%
30.19 - Material de condicionamento e embalagem	940,00	5,97%
39.96 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Pagamento Antecipado	1.400,00	8,89%
30.16 - Material de Expediente	1.430,00	9,09%
36.96 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física - Pagamento Antecipado	1.600,00	10,17%
14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País	2.388,75	15,18%
30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	3.326,00	21,13%
15.01 - Diárias - Pessoal Militar no País	4.618,50	29,34%
Total	15.739,25	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.3.6 AÇÃO 2149 – REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PARA DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIAL

A finalidade da ação 2149 é buscar o reconhecimento do MPTO como Instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2017 foi realizar 315.569 ações ministeriais, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 880.580,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2149, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial e extrajudicial</i>
---------------	---

R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 4.3.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2149, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Descrição	<i>Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação Ministerial	Unidade	315.569	373.328	118,30%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
880.580,00	880.580,00	430.205,24	415.587,76	48,85%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.3.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2149. Constata-se que a meta física superou a planejada, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou 48,85% do valor proposto. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades de apoio direto a atividade-fim, bem como a execução de projetos dos Centros de Apoio Operacional - Caops.

Foram bloqueados R\$ 432.657,00 da ação 2149, que representam 49,13% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 5.3.6.1.

Tabela 4.3.6.1 - Valores Empenhados da Ação 2149, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
30.42 - Ferramentas	12,50	0,00%
30.21 - Material de Copa e Cozinha	80,00	0,02%
30.19 - Material de condicionamento e embalagem	455,00	0,11%
30.28 - Material de Proteção e Segurança	1.046,64	0,24%
39.41 - Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffets, lanches e similares)	2.200,00	0,51%
30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	2.496,00	0,58%
32.04 - Material Educacional e Cultural	3.600,00	0,84%
92.93 - Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições	3.939,61	0,92%



Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.3.6.1 - Valores Empenhados da Ação 2149, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
39.57 - Serviços de Processamento de Dados	7.474,11	1,74%
92.14 - Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	12.115,46	2,82%
39.63 - Serviços Gráficos	14.187,20	3,30%
93.02 - Obrigações Tributárias - Pagamento Antecipado	24.360,84	5,66%
14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País	165.840,00	38,55%
93.03 - Indenizações de Transportes	192.397,88	44,72%
Total	430.205,24	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.3.7 AÇÃO 2148 – REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A ação 2148 tem como objetivo proporcionar a disseminação de dados institucionais e ampliar o acesso da sociedade ao MPTO e suas informações. A meta física prevista para a ação no exercício de 2017 foi buscar a divulgação de 5.756 matérias veiculadas na mídia, de forma espontânea, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 130.527,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.7.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2148, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Realização das ações de comunicação do Ministério Público</i>			
Descrição	<i>Ampla divulgação das ações institucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos de comunicação como tv, rádio, jornal, outdoor, revistas e sites, entre outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots. Além disso, será divulgado informativo periódico para a divulgação das ações institucionais; articulação, acompanhamento e divulgação junto à imprensa estadual e implantação de banco de imagens do Ministério Público; desenvolvimento de programas e projetos visando dar conhecimento à sociedade sobre as funções institucionais do Ministério Público e como fazer para ter acesso.</i>			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Matérias veiculadas na mídia	Unidade	5.756	7.507	130,42%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
166.000,00	130.527,00	59.985,00	59.985,00	45,96%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.3.7.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2148. Constata-se que a meta física superou a planejada em 30,42%, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou 45,96% do planejado. Os recursos permitiram



Relatório de Gestão 2017

o desenvolvimento de diversas atividades da Assessoria de Comunicação, como a 2ª Edição do Prêmio MP de Jornalismo, impressão de materiais gráficos e contratação de empresa para serviço de clipagem de mídia.

Foram bloqueados R\$ 66.158,00 da ação 2148, que representam 50,68% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.3.7.1.

Tabela 4.3.7.1 - Valores Empenhados da Ação 2148, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
39.01 - Assinatura de Periódicos e Anuidades	1.560,00	2,60%
39.41 - Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffets, lanches e similares)	2.220,00	3,70%
14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País	2.610,00	4,35%
39.63 - Serviços Gráficos	8.935,00	14,90%
31.03 - Prêmios em Pecúnia	19.000,00	31,67%
39.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	25.660,00	42,78%
Total	59.985,00	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.4 EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO: 1144 – MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” agrega as ações de suporte financeiro ao apoio administrativo da Instituição. Produz resultado mediato à sociedade, mas imprescindível à atividade finalística, que se encontra no cerne de seu objetivo. O programa não possui indicadores, seu desempenho é intrinsecamente dependente e mensurado a partir dos resultados dos programas temáticos a que oferece suporte.

As ações do programa são atividades que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção das ações dos programas “1173 – Justiça” e “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Ressaltamos ainda, em relação as ações do programa 1144, que conforme a metodologia de elaboração do PPA 2016-2019, não há definição de metas físicas, mas apenas financeiras, para suas ações.

O Quadro 4.4.1 apresenta o objetivo do programa e o resumo de sua execução orçamentária. Seu orçamento inicial foi definido em R\$ 184.405.325,00, tendo sido acrescido em R\$ 2.517.112,00, encerrando o exercício com orçamento autorizado no montante de R\$ 186.922.437,00. Observa-se ainda que o programa foi executado em 98,83% de sua totalidade, pois a despesa empenhada atingiu o total de R\$ 184.743.848,98.



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 4.4.1 - Caracterização e Execução Orçamentária do Programa de Gestão 1144, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Denominação	<i>Manutenção do Ministério Público</i>		
Objetivo	<i>Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, permitindo a realização de despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos Programas Temáticos.</i>		
Dotação Orçamentária do Exercício 2017	<i>Inicial: R\$ 184.405.325,00</i>	<i>Autorizada: R\$ 186.922.437,00</i>	<i>Empenhada: R\$ 184.743.848,98</i>

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

As despesas custeadas pelo programa englobam a manutenção de recursos humanos, de recursos informáticos, de material e de patrimônio para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça e as demais sedes de promotorias do interior do Estado. Incluem-se entre suas despesas os contratos de limpeza e conservação, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

A razão para inexecução de parte do orçamento aprovado foi o contingenciamento de R\$ 1.736.169,00 de suas dotações, que representou 0,94% de seu orçamento autorizado. As despesas que foram preteridas serão apresentadas na análise das ações que compõem o Programa.

Apresentado o Programa, passemos ao detalhamento das ações que o compõem. É por meio destas que o Ministério Público do Estado do Tocantins provê os meios à implementação e gestão de seus programas temáticos. O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” é formado por 06 (seis) ações, sendo todas classificadas como atividades.

4.4.1 AÇÃO 2289 – MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Com a finalidade de promover a continuidade dos serviços à sociedade tocantinense, o MPTO mantém o corpo de promotores e procuradores de justiça e o quadro auxiliar de servidores, como integrantes da Instituição, através da ação 2289. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 142.436.644,00.

Quadro 4.4.1.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2289, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Manutenção de Recursos Humanos</i>
Descrição	<i>Custeio das despesas com pessoal e encargos sociais para desempenho das atividades do Ministério Público.</i>
Meta Financeira (em R\$ 1,00)	



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 4.4.1.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2289, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
139.089.185,00	142.436.644,00	142.382.832,16	139.258.686,74	99,96%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.4.1.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2289. Consta-se que sua meta financeira cumpriu com 99,96% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de subsídios, vencimentos, vantagens e encargos sociais aos 121 membros e 453 servidores, em média, por mês.

Não foram contingenciados valores da ação, seus recursos empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.4.1.1.

Tabela 4.4.1.1 - Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
13.16 - Multas	415,03	0,00%
13.40 - Encargos de Pessoal Requisitado de Outros Entes RPPS	2.701,25	0,00%
12.45 - Férias - Abono Constitucional	15.811,18	0,01%
12.22 - Décimo Terceiro Salário	24.117,00	0,02%
13.14 - Seguridade Municipal - Requisitado	41.220,37	0,03%
12.33 - Gratificação de Exercício de Funções	45.901,76	0,03%
12.01 - Soldo	243.502,24	0,17%
13.03 - Contribuições Assistenciais - PLANSAÚDE	375.512,98	0,26%
11.07 - Abono de Permanência	528.709,52	0,37%
92.13 - Desp. Exerc. Ant. - Obrigações Patronais	753.472,51	0,53%
94.01 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	817.185,82	0,57%
13.02 - Contribuições Previdenciárias - INSS	1.953.421,69	1,37%
92.11 - Desp. Exerc. Ant. - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	2.307.283,89	1,62%
92.94 - Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.449.549,25	2,42%
11.45 - Férias - Abono Constitucional	5.952.582,07	4,18%
11.01 - Vencimento e Salários	6.202.960,06	4,36%
11.33 - Gratificação por Exercício de Funções	8.386.489,68	5,89%
11.43 - Décimo Terceiro Salário	8.669.665,73	6,09%
13.01 - IGEPREV	17.841.443,62	12,53%
11.74 - Subsídios	84.770.886,51	59,54%
Total	142.382.832,16	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.4.2 AÇÃO 2285 – MANUTENÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A finalidade da ação 2285 é manter o programa de estágio instituído pelo MPTO. A meta financeira para a ação foi definida em R\$ 1.020.200,00.



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 4.4.2.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2285, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Manutenção de estagiários do Ministério Público</i>			
Descrição	<i>Contratação e manutenção de programa de estágio remunerado e não-remunerado para atender às necessidades do Ministério Público.</i>			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.020.200,00	1.020.200,00	688.316,24	665.804,00	67,47%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.4.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2285. Constata-se que sua meta financeira resultou na execução de 67,47% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento do agente de integração, Instituto Elvaldo Lodi – IEL, bem como das 61 bolsa-estágio aos aprendizes de diversos cursos de graduação.

Foram bloqueados R\$ 331.883,00 da ação 2285, que representam 32,25% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.4.2.1.

Tabela 4.4.2.1 - Valores Empenhados da Ação 2285, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	22.135,00	3,22%
39.72 - Vale-Transporte	102.000,00	14,82%
39.79 - Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	564.181,24	81,97%
Total	688.316,24	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.4.3 AÇÃO 2284 – MANUTENÇÃO DE AUXÍLIOS E OUTROS DIREITOS A MEMBROS E SERVIDORES

A ação 2284 tem como objetivo custear o pagamento de auxílios e outros direitos, estabelecidos conforme a legislação em vigor, aos integrantes da Organização. A meta financeira para a ação, no exercício, foi estabelecida em R\$ 31.490.991,00.

Quadro 4.4.3.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2284, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores</i>			
Descrição	<i>Manutenção dos benefícios, auxílios e direitos dos membros e servidores do Ministério Público</i>			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
32.558.400,00	31.490.991,00	31.074.219,09	31.074.219,09	98,68%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.4.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2284. Constata-se que sua meta financeira resultou na execução de 98,68% do planejado. Os



Relatório de Gestão 2017

recursos permitiram o pagamento de auxílio-alimentação a 712 colaboradores, de auxílio creche a 190 beneficiários, de auxílio-moradia a 114 membros, Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, bem como auxílio natalidade, especial e funeral.

Foram bloqueados R\$ 309.928,00 da ação 2284, que representam 0,98% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.4.3.1.

Tabela 4.4.3.1 - Valores Empenhados da Ação 2284, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
08.01 - Auxílio Funeral Ativo Civil	21.200,08	0,07%
08.05 - Auxílio Natalidade Ativo Civil	27.641,50	0,09%
08.20 - Auxílio-Especial	41.041,67	0,13%
92.93 - Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições	100.526,95	0,32%
08.19 - Auxílio-Creche	520.319,27	1,67%
93.99 - Outras	2.558.448,03	8,23%
93.04 - Indenizações de Moradia	5.847.124,45	18,82%
46.01 - Indenização Auxílio-Alimentação	10.325.950,45	33,23%
93.02 - Obrigações Tributárias - Pagamento Antecipado	11.631.966,69	37,43%
Total	31.074.219,09	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.4.4 AÇÃO 2210 – COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Com a finalidade de garantir a infraestrutura e os serviços necessários para manutenção das unidades e para realização das ações previstas, o programa 1144 – Manutenção do Ministério Público desenvolveu a ação 2210. A meta financeira proposta para a ação foi estabelecida em R\$ 8.868.901,00 no exercício de 2017.

Quadro 4.4.4.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2210, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais</i>			
Descrição	<i>Custeio de despesas tais como: viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; aluguéis, despesas de condomínio, seguros; locação de mão-de-obra para serviços de vigilância e limpeza; conservação, reformas e adaptações de imóveis (que não envolvam alteração na estrutura do imóvel); serviços de utilidade pública: água, luz, gás e afins; aquisição de equipamentos de ar condicionado, de preservação de incêndio, elevadores, escadas rolantes e outros afins.</i>			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
8.371.740,00	8.868.901,00	7.933.510,92	7.703.874,76	89,45%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ



Relatório de Gestão 2017

O quadro 4.4.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2210. Consta-se que sua meta financeira resultou na realização de 89,45% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender às despesas administrativas do MPTO, sendo relacionadas com energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção de serviços gerais, postagens, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom funcionamento das atividades-meio e atividades finalísticas desenvolvidas pela Instituição.

Foram bloqueados R\$ 697.560,00 da ação 2210, que representam 7,86% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.4.4.1, em ordem decrescente de valor.

Tabela 4.4.4.1 - Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
30.20 - Material de Cama, Mesa e Banho	87,50	0,00%
92.36 - Desp. Exerc. Ant. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	103,76	0,00%
15.01 - Diárias - Pessoal Militar no País	112,50	0,00%
47.18 - Contribuição Previdenciárias - Serviços de Terceiros	300,00	0,00%
92.14 - Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	360,00	0,00%
30.22 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização	370,60	0,00%
30.09 - Material Farmacológico	716,51	0,01%
47.96 - Obrigações Tributárias - Pagamento Antecipado	791,00	0,01%
41.04 - Instituição de Caráter Assistencial, Cultural, Educacional e Profissional	937,00	0,01%
39.46 - Serviços Domésticos	1.325,00	0,02%
39.78 - Limpeza e Conservação	1.440,00	0,02%
36.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	1.500,00	0,02%
92.39 - Desp. Exerc. Ant. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.532,89	0,02%
39.72 - Vale-Transporte	1.625,72	0,02%
39.51 - Serviços de Análise e Pesquisa Científicas	2.352,00	0,03%
39.80 - Hospedagens	2.976,00	0,04%
30.42 - Ferramentas	3.474,93	0,04%
30.31 - Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	3.542,00	0,04%
36.96 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física - Pagamento Antecipado	3.955,00	0,05%
92.47 - Desp. Exerc. Ant. - Obrigações Tributárias e Contributivas	4.023,27	0,05%
30.50 - Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	4.186,16	0,05%
30.30 - Material p/ Comunicações	5.165,00	0,07%
30.04 - Gás e outros materiais Engarrafados	6.037,24	0,08%
30.14 - Material Educativo e Esportivo	6.225,40	0,08%
39.96 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Pagamento Antecipado	6.374,40	0,08%
39.63 - Serviços Gráficos	6.487,45	0,08%
30.36 - Material Hospitalar	6.536,35	0,08%
30.10 - Material Odontológico	6.696,68	0,08%

Relatório de Gestão 2017

Tabela 4.4.4.1 - Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
30.15 - Material para Festividades e Homenagens	7.088,16	0,09%
30.19 - Material de acondicionamento e embalagem	7.261,84	0,09%
30.99 - Outros Materiais de Consumo	7.412,10	0,09%
30.96 - Material de Consumo - Pagamento Antecipado	7.976,07	0,10%
33.06 - Locomoção Urbana	8.160,00	0,10%
30.28 - Material de Proteção e Segurança	9.349,50	0,12%
93.09 - Indenizações por Contrato	9.565,00	0,12%
47.10 - Taxas	10.383,25	0,13%
39.83 - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	11.057,02	0,14%
39.01 - Assinatura de Periódicos e Anuidades	13.373,36	0,17%
30.17 - Material de Processamento de Dados	16.302,73	0,21%
30.03 - Combustíveis e Lubrificantes p/ outras Finalidades	17.935,20	0,23%
39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	18.629,07	0,23%
39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos	19.781,15	0,25%
39.41 - Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffets, lanches e similares)	23.076,30	0,29%
39.90 - Manutenção de Software	23.181,84	0,29%
30.44 - Material de Sinalização Visual e Outros	24.268,92	0,31%
39.47 - Serviços de Comunicação em Geral	32.967,20	0,42%
30.21 - Material de Copa e Cozinha	34.365,61	0,43%
30.24 - Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	41.128,66	0,52%
39.81 - Serviços Bancários	46.893,43	0,59%
30.07 - Gêneros de Alimentação	53.356,87	0,67%
39.58 - Serviços de Telecomunicação	58.999,34	0,74%
30.26 - Material Elétrico e Eletrônico	62.269,97	0,78%
39.10 - Locação de Imóveis	66.496,44	0,84%
30.16 - Material de Expediente	132.583,90	1,67%
39.20 - Reparo e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas	153.296,73	1,93%
39.55 - Serviços de Postagens	157.493,86	1,99%
14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País	165.202,50	2,08%
39.44 - Serviços de Água e Esgoto	165.292,69	2,08%
33.01 - Passagens para o País	188.095,08	2,37%
39.93 - Serviços de Telefonia Fixa	192.928,28	2,43%
39.17 - Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	223.094,47	2,81%
36.15 - Locação de Imóveis	312.984,24	3,95%
39.43 - Serviços de Energia Elétrica	1.079.629,85	13,61%
37.02 - Limpeza e Conservação	4.452.395,93	56,12%
Total	7.933.510,92	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.4.5 AÇÃO 2310 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

A finalidade da ação 2310 é contribuir para a manutenção e aperfeiçoamento das atividades e serviços desenvolvidos na área de transportes,



Relatório de Gestão 2017

agregando as despesas com deslocamentos que não são passíveis de apropriação nos programas temáticos. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 544.301,00.

Quadro 4.4.5.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2310, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Manutenção dos serviços de transporte</i>			
Descrição	<i>Despesas relacionadas a serviços de transporte, tais como: manutenção, revisão e reparos de veículos; combustíveis: gasolina, álcool, óleo diesel, lubrificantes; peças e acessórios; aquisição de veículos; licenciamento e seguros; e, aluguel ou contratação de serviços de transporte.</i>			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
450.400,00	544.301,00	402.991,74	400.967,86	74,04%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.4.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2310. Consta-se que sua meta financeira resultou na execução de 74,04% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender despesas com aquisição de combustíveis, peças e acessórios, seguros e serviços para a frota de veículos do MPTO, além do pagamento de diárias aos motoristas.

Foram bloqueados R\$ 114.076,00 da ação 2310, que representaram 20,96% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação não contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.4.5.1.

Tabela 4.4.5.1 - Valores Empenhados da Ação 2310, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
47.10 - Taxas	35,66	0,01%
39.96 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Pagamento Antecipado	120,00	0,03%
47.15 - Multas	127,69	0,03%
92.14 - Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	1.477,50	0,37%
92.30 - Desp. Exerc. Ant. - Material de Consumo	3.341,31	0,83%
30.39 - Material para Manutenção de Veículos	26.288,36	6,52%
39.69 - Seguros em Gerais	51.484,53	12,78%
39.19 - Manutenção e Conservação de Veículos e Máquinas Pesadas	57.287,91	14,22%
14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País	101.947,50	25,30%
30.01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	160.881,28	39,92%
Total	402.991,74	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM

4.4.6 AÇÃO 2294 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A ação 2294 tem como finalidade garantir infraestrutura e sistemas adequados para a realização das ações do MPTO. A meta financeira para a ação no exercício foi definida em R\$ 2.561.400,00.



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 4.4.6.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2294, conforme Revisão do PPA 2016-2017 (2017)

Título	<i>Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação</i>			
Descrição	<i>Despesas relacionadas a serviços de tecnologia da informação, tais como: apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e aquisição e locação de softwares básicos de informática.</i>			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.915.400,00	2.561.400,00	2.261.978,33	2.055.981,42	88,31%

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 4.4.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2017 com a ação 2294. Consta-se que sua meta financeira resultou em 88,31% do planejado. Os recursos consignados na ação foram empregados na aquisição de suprimentos de informática, de licenças de softwares e na manutenção de link para conexão de dados e internet para as unidades do MPTO.

Foram bloqueados R\$ 282.722,00 da ação 2294, que representaram 11,04% da dotação autorizada para a mesma. Os recursos da ação que não foram contingenciados empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.4.6.1.

Tabela 4.4.6.1 - Valores Empenhados da Ação 2294, por Subitem de Despesas, em 2017

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – SEPLAN 2017)	Valor	% Total
<i>30.22 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização</i>	67,80	0,00%
<i>30.29 - Material de Áudio, Vídeo, Foto e Imagem de Satélite</i>	150,00	0,01%
<i>92.14 - Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil</i>	382,50	0,02%
<i>39.90 - Manutenção de Software</i>	3.680,00	0,16%
<i>30.30 - Material p/ Comunicações</i>	4.823,00	0,21%
<i>30.99 - Outros Materiais de Consumo</i>	5.095,50	0,23%
<i>14.01 - Diárias - Pessoal Civil no País</i>	19.995,00	0,88%
<i>39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos</i>	42.996,00	1,90%
<i>39.95 - Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados</i>	77.848,80	3,44%
<i>30.17 - Material de Processamento de Dados</i>	148.981,35	6,59%
<i>39.58 - Serviços de Telecomunicação</i>	1.957.958,88	86,56%
Total	2.261.978,83	100,00%

Fonte: Sistema SIAFEM



Relatório de Gestão 2017

4.5 CONCLUSÃO SOBRE AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL 2016-2019(2017)

A operacionalização do plano plurianual é materializada na execução dos orçamentos anuais. Nesse diapasão, conforme o conjunto de informações disponíveis, o Ministério Público do Tocantins conseguiu realizar a maioria das metas propostas, apesar do contingenciamento de recursos imposto à Unidade. Isso prova que o maior desafio para garantir a continuidade no alcance dos resultados vem sendo o alinhamento organizacional. Havendo unidade, mesmo num cenário adverso de restrição de recursos, é possível, se não superar, ao menos alcançar as metas definidas.



5 MONITORAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

5.1 INTRODUÇÃO

Os projetos estratégicos fazem parte do arcabouço conceitual do *Balance Scorecard* (BSC), sendo imprescindíveis para o sucesso do planejamento estratégico das organizações. No MPTO, os projetos estratégicos possuem metodologia de gestão própria que atende às peculiaridades da Instituição, abrangendo desde a fase de elaboração até a avaliação de projetos.

Esta seção do relatório de gestão é o resultado do processo de acompanhamento da execução dos projetos estratégicos aprovados. A metodologia para sua elaboração parte do confronto entre o plano de ação, aprovado no termo de abertura, e a descrição dos resultados obtidos em cada etapa pelo gerente responsável. Munido desses dois componentes, o Escritório de Projetos avalia se as etapas propostas para o período foram ou não cumpridas. Em caso afirmativo, é atribuído o score 1 (um), caso contrário, 0 (zero). O Escritório, então, apura o indicador de execução de cada projeto, chamado de Índice de Realização Física (IRF), a partir da média simples dos scores obtidos. Por último, documentam-se como lições aprendidas os comentários dos gerentes em relação às dificuldades enfrentadas durante a execução do projeto.

O monitoramento de 2017 foi realizado semestralmente e permitiu que se tivesse uma visão da totalidade dos projetos, destacando os pontos que exigem atenção adicional. Nesta seção, além de monitorar e controlar o trabalho que está sendo realizado dentro de cada projeto, também é possível verificar os recursos financeiros alocados, o que facilitou a gestão orçamentária face o contingenciamento dos recursos. Em resumo, o monitoramento produz informação tempestiva que auxilia a tomada de decisão da Alta Administração quanto à estratégia da Instituição.

5.2 INFORMAÇÕES POR PROJETO

Adiante, apresentamos as informações consolidadas e o IRF dos projetos estratégicos em andamento no MPTO, aprovados pela Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE) e homologados pelo Procurador-Geral de Justiça (PGJ).



Relatório de Gestão 2017

5.2.1 OPERAÇÃO PRÓ-CONSUMIDOR – AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Gerente: CAOMA – Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Objetivo Estratégico Vinculado: Promover a Defesa dos Direitos do Consumidor

Quadro 5.2.1.1 – Monitoramento do Projeto Operação Pró-Consumidor – Ações de Fiscalização

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Receber a Demanda Proveniente da Promotoria de Justiça Requerente	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Foram recebidas 07 demandas até Dezembro/17, avaliadas e atendidas 07 demandas.
2	Iniciar Procedimento de Articulação e Agendamento	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Foram realizados 06 procedimentos de articulação e agendamento das ações com parceiros para definir, datas, condutas, área de atuação ou tema.
3	Reuniões de Alinhamento	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Foram realizadas 05 reuniões de alinhamento sendo 03 em Palmas e 01 em Palmeirópolis e 01 em Tocantinópolis.
4	Fiscalizações em Segmentos Comerciais ou Serviços Definidos	Etapa realizada	R\$ 5.220,00	1	Foram realizadas 06 ações de fiscalização sendo 05 estabelecimentos comerciais/industriais e 01 no Transporte Público Municipal de Palmas
5	Geração de Relatórios	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Foram gerados 05 relatórios das ações realizadas no ano de 2017, tendo 02 ações dispensadas de relatório pois o MP-TO atuou como parceiro
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 5.220,00	100,00%	



Relatório de Gestão 2017

5.2.2 MEIO AMBIENTE LEGAL – AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Gerente: CAOMA – Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Objetivo Estratégico Vinculado: Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística

Quadro 5.2.2.1– Monitoramento do Projeto Meio Ambiente Legal – Ações de Fiscalização

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Receber a demanda proveniente do Promotor de Justiça requerente	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa sendo executada pelo CAOMA, na medida em que os Promotores de Justiça demandam o CAOMA para realização de vistorias técnicas.
2	Iniciar procedimentos de análise da demanda, complementação de informações, articulação e agendamento de vistoria (triagem das solicitações registradas no CAOMA encaminhadas e pendentes)	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa sendo executada pelo CAOMA, na medida em que os Promotores de Justiça demandam o CAOMA para realização de vistorias técnicas.
3	Solicitar Diárias ao Procurador-Geral de Justiça	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa sendo executada pelo CAOMA, na medida em que os Promotores de Justiça demandam o CAOMA para realização de vistorias técnicas.
4	Realizar Vistoria	Etapa em execução	R\$ 27.720,00	1	Realizadas 55 vistorias técnicas, em 19 viagens e 44 diárias para 03 servidores, sendo 01 motorista, totalizando R\$ 27.720,00 referente ao pagamento de diárias.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.2.1– Monitoramento do Projeto Meio Ambiente Legal – Ações de Fiscalização

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
5	Geração de Relatórios	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Até o dia 11 de dezembro de 2017 foram realizados: 67 Relatórios de Vistoria; 89 Pareceres Técnicos; 02 Relatórios Técnicos; 01 Orientação Técnico jurídico; 02 Quesitos para processos; 20 Relatórios Expeditos.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 27.720,00	100,00%	

5.2.3 GRUPO DE VIVÊNCIAS CORPORAIS

Gerente: DGPFP – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Objetivo Estratégico Vinculado: Garantir Clima Organizacional Favorável

Quadro 5.2.3.1 – Monitoramento do Projeto Grupo de Vivências Corporais

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Definir/reservar espaço físico destinado ao desenvolvimento do Projeto.	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Realizada com algumas interrupções pois o espaço disponível (auditório do térreo) não é o mais adequado porém é o que disponível no momento
2	Solicitar materiais de consumo para desenvolvimento das atividades	Etapa realizada	R\$ 4.961,00	1	Materiais solicitados conforme instrução expedida pela Diretoria-Geral, licitação efetuada, aguardando entrega prevista para Agosto/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.3.1 – Monitoramento do Projeto Grupo de Vivências Corporais

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
3	Divulgar a atividade, tomando por base a avaliação postural (Dia "D")	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Realizada com abordagens pessoais por considerar mais viável haja visto a instabilidade na utilização do espaço físico destinado ao projeto.
4	Desenvolver a atividade (aulas duas vezes por semana/por turma)	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	O desenvolvimento das atividades(aulas) está sendo realizado com turmas de 8 alunos por período (matutino/vespertino)
5	Reavaliar após 6 meses	Etapa Realizada	R\$ 0,00	1	Realizada com abordagens pessoais por considerar mais viável haja visto a instabilidade na utilização do espaço físico destinado ao projeto, a indisponibilidade dos acadêmicos da ULBRA para realizar a avaliação postural e a diminuição de uma fisioterapeuta na instituição no segundo semestre de 2017.
6	Elaborar relatório final do projeto	Etapa Realizada	R\$ 0,00	1	O programa de Vivências corporais em grupo proporcionou aos participantes reduções nas queixas de dores musculares, melhora da flexibilidade muscular e mobilidade articular, desenvolvimento de consciência postural, diminuição do cansaço e fadiga muscular, além de desenvolver a prática de atividade física entre os participantes. No período de agosto a dezembro de 2017 foram realizados 228 atendimentos em grupo aos servidores e/ou membros do MPE. Desde que foi autorizado em agosto de 2016 até dezembro de 2017 foram feitos um total de 713 atendimentos.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 4.961,00	100,00%	



Relatório de Gestão 2017

5.2.4 2º PRÊMIO MINISTÉRIO PÚBLICO DE JORNALISMO

Gerente: Assessoria de Comunicação

Objetivo Estratégico Vinculado: Ter Comunicação Institucional Efetiva

Quadro 5.2.4.1 – Monitoramento do Projeto 2º Prêmio Ministério Público de Jornalismo

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
1	<i>Solicitar abertura de procedimento licitatório</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Memorando encaminhado a Diretoria-Geral em 13/03 via Edoc nº 070100155766201715.</i>
2	<i>Elaboração de edital</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Regulamento 01/17 elaborado em abril/17.</i>
3	<i>Análise do Edital por parte da Assessoria Jurídica</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Parecer de aprovação nº 068/17 emitido pela Assessoria Jurídica Especial em 12/05/17.</i>
4	<i>Buscar parcerias</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Parcerias firmadas com: SINDISEMP, ASAMP, ATMP, SINDJOR.</i>
5	<i>Produção de identidade visual</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Identidade visual produzida pela Assessoria de Comunicação do MP/TO.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.4.1 – Monitoramento do Projeto 2º Prêmio Ministério Público de Jornalismo

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
6	Lançamento do prêmio	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	O lançamento do 2º Prêmio Ministério Público de Jornalismo, edição 2017, ocorreu com a publicação do Edital de Licitação, no Diário Eletrônico do MP/TO nº 334, de 31 de julho de 2017. A opção por realizar o Prêmio por meio de processo licitatório teve a finalidade de dar mais transparência ao certame.
7	Publicação de edital	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	O Edital foi publicado no Diário Eletrônico do MP/TO nº 334, de 31 de Julho de 2017, bem como no portal do MP.
8	Divulgação	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Uma vez que o MP não dispõe de verba para publicidade, as ações de divulgação do 2º Prêmio foram realizadas por meio das mídias sociais da Instituição, Facebook, Twitter, Instagram e site do MP www.mpto.mp.br . A equipe da Assessoria de Comunicação também realizou visitas às redações dos veículos de comunicação, a fim de divulgar o Prêmio, além do uso de mídia espontânea, com matérias publicadas no T1 Notícias, O Coletivo, Norte do Tocantins, Portal CT e Jus Tocantins, também foi feito o uso de mailing e grupos de WhatsApp.
9	Julgamento dos trabalhos	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	A etapa de julgamento dos trabalhos inscritos no Prêmio foi realizada com a definição da banca julgadora e a distribuição dos trabalhos aos jurados. A etapa foi registrada por meio das Atas das reuniões da Comissão Organizadora, publicadas no Diário Eletrônico do MP nº 413/2017 de 29/11/2017 e da Portaria nº 777/2017 publicada no Diário Eletrônico do MP nº 424 de 18/12/2017.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.4.1 – Monitoramento do Projeto 2º Prêmio Ministério Público de Jornalismo

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
10	<i>Divulgação dos finalistas</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>A divulgação dos finalistas foi realizada diretamente aos interessados por meio de WhatsApp e e-mail, além de matéria publicada no portal do MP no dia 11/12/17, e nas mídias locais como CBN Tocantins, Jornal do Tocantins, TVE Tocantins, 96 FM, entre outros. O certame foi homologado pelo DESPACHO N° 622/2017, publicado no Diário Eletrônico do MP n° 424/17, de 18 de dezembro de 2017.</i>
11	<i>Entrega de premiação</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 21.946,00	1	<i>Solenidade de premiação realizada na sede do Ministério Público do Tocantins no dia 14 de dezembro de 2017, com a premiação dos 18 trabalhos finalistas com troféus e a entrega do cheque simbólico ao primeiro colocado de cada uma das 6 categorias. O evento contou com a participação de autoridades Estaduais, parceiros, integrantes do Ministério Público Estadual e personalidades ligadas a mídia e jornalismo.</i>
<i>Realização Física das Etapas para o Período</i>			<i>R\$ 21.946,00</i>	<i>100,00%</i>	



Relatório de Gestão 2017

5.2.5 SEMANA DA SAÚDE

Gerente: DGPFP – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento / Área da Saúde

Objetivo Estratégico Vinculado: Garantir Clima Organizacional Favorável

Quadro 5.2.5.1 – Monitoramento do Projeto Semana da Saúde

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Realizar o planejamento da temática a ser abordada (a cada ano a temática muda)	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Planejamento efetuado e definido tema: Pensar bem, sentir-se bem, viver melhor.
2	Contatar potenciais parceiros e apoiadores (solicitação de passagens e diárias/hospedagem)	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Contato realizado e confirmado parcerias: ULBRA, Instituto Dale Carnegie, Psicólogo, ASAMP, Nutricionista, Profissional de Tai Chi Chuan, Supera Palmas, Secretaria Municipal de Saúde, Nova Cosméticos, Sebrae e um profissional da área de Bioquímica.
3	Solicitar materiais de consumo para desenvolvimento das atividades (cremes de massagem, produtos de higiene para a pele, saúde bucal, café da manhã e lanche de estagiários e parceiros convidados)	Etapa realizada	R\$ 5.020,00	1	Solicitação encaminhada a Diretoria-Geral através dos Memorandos 01 de 26/06/17 e 02 de 18/07/17. Nota de Empenho nº 2017NE00609.
4	Elaborar o Cronograma das atividades a serem desenvolvidas	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Cronograma finalizado com previsão de início das atividades em 25/09/17 ate 29/09/2017.
5	Reservar espaços físicos destinados ao desenvolvimento das Atividades da Semana;	Etapa realizada	R\$ 0,00		Reservado os auditórios de térreo e do 1º piso através do Memorando 03/17 encaminhado à Diretoria-Geral em 27/07/2017.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.5.1 – Monitoramento do Projeto Semana da Saúde

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
6	<i>Divulgar as atividades que serão desenvolvidas</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 137,17</i>	<i>1</i>	<i>Divulgação realizada em parceria com a Assessoria de Comunicação no site do MPE, intranet, redes sociais e rádio institucional. Aquisição de Banner de divulgação segundo ata de registro de preços nº 73/2016 aquisição solicitada através do Memo. 04/2017 à Diretoria-Geral sob Edoc nº 07010176206201796.</i>
7	<i>Desenvolver a atividade</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Descrição das atividades: Palestra de abertura: A constelação familiar e seu olhar na depressão e ansiedade; Oficina Coaching de emagrecimento – 2 turmas; Oficina: Um polvo por amor – 5 turmas; realização de Bioimpedância, peso, estatura, glicemia, pressão arterial, frequência cardíaca, saturação de oxigênio; palestra: A saúde das relações; Higienização e hidratação da face; Oficina: comportamento alimentar – 2 turmas; oficina – Tai chi chuan; Oficina – Exercício para o cérebro; Vacinação – 2 dias; Massagem – 2 dias; Oficina – Medicina quântica; Oficina – auto maquiagem; oficina: Reprogramação no estilo de vida e os impactos na saúde; palestra de encerramento: Ser melhor, o desafio de cada dia; maquiagem.</i>
8	<i>Elaborar relatório final do projeto</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Quantitativo de atendimento das atividades realizadas: Vacinas: 68 pessoas, Oficinas: 163 participantes, Bioimpedância: 200 pessoas, Higienização da pele: 26 pessoas, Massagem: 49 pessoas, outros procedimentos (peso, estatura, glicemia, pressão arterial, frequência cardíaca, saturação de oxigênio): 1200 procedimentos, Palestras: 195 pessoas.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.5.1 – Monitoramento do Projeto Semana da Saúde

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
	Realização Física das Etapas para o Período		R\$ 5.157,17	100%	

5.2.6 PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA

Gerente: CAOCID – Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher

Objetivo Estratégico Vinculado: Exigir o Cumprimento dos Direitos do Idoso

Quadro 5.2.6.1 – Monitoramento do Projeto Proteção à Pessoa Idosa

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
1	<i>Criação da logomarca e material de divulgação do projeto.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 200,00</i>	<i>1</i>	<i>Logomarca elaborada pela ASCOM, impressão de banner para divulgação do projeto.</i>
2	<i>Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a VISA, SETAS, SECIJU e CBM-TO.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Acordo de Cooperação Técnica firmado nº 2017.0701.00162 com validade até 12/06/2018.</i>
3	<i>Receber a demanda proveniente da Promotoria de Justiça Requerente</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Recebido durante o período de 2017 1 (uma) demanda de fiscalização em Instituição de Longa Permanência na comarca de Cristalândia demandada pelo Promotor Francisco José Pinheiro Brandes Júnior.</i>
4	<i>Iniciar procedimentos de articulação e agendamento</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Realização de contatos com os parceiros para agendamento da vistoria demandada.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.6.1 – Monitoramento do Projeto Proteção à Pessoa Idosa

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
5	Reuniões de alinhamento	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Reuniões de alinhamento realizadas no ato da vistoria demandada.
6	Realização de Fiscalização em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)	Etapa realizada	R\$ 105,00	1	Realização de fiscalização da ILPI “Raimundo Rodrigues” em 07/11/2017 na cidade de Cristalândia-TO. Diária Gabriela Arantes Protocolo nº 07010185584201761 e Diária Alane Torres Protocolo nº
7	Geração de relatórios e avaliar resultados	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Envio do Relatório Conclusivo nº 001/2017 ao Promotor demandante o qual instruirá o Procedimento Preliminar nº 007/2015 que apura possíveis irregularidades na Instituição de Longa Permanência Raimundo Rodrigues, município de Cristalândia-TO
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 305,00	100%	

5.2.7 FORTALECER A ESTRATÉGIA, VALORIZAR A INTEGRAÇÃO

Gerente: DEPLAN – Departamento de Planejamento e Gestão Orçamentária

Objetivo Estratégico Vinculado: Ter Padrão de Excelência nos Procedimentos Internos / Ter Comunicação Interna Efetiva



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.7.1 – Monitoramento do Projeto Fortalecer a Estratégia, Valorizar a Integração

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Assessorar as Unidades Decisórias metodologicamente (capacitação) no preenchimento do formulário de cadastro de iniciativas/projetos;	Etapa realizada	R\$ 1.376,28	1	"Etapa prevista para todo o período do projeto. Índice elevado de ocorrência de dúvidas quanto ao acesso aos recursos financeiros aprovados no projeto e a forma de operacionalização, denota uma falta de conhecimento das áreas quanto aos procedimentos de operacionalização institucionais. Realização de um evento de lançamento do projeto em 31/05/2016.
2	Consolidar todos os Painéis de Contribuição das Unidades Decisórias;	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para o período total do projeto. Através de relatórios, os gerentes informam periodicamente ao Escritório de Projetos os dados referentes a execução física e financeira dos projetos.
3	Realizar três ciclos de monitoramento dos projetos elaborados, com apuração de Índice de Realização Física – IRF de cada um deles;	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Realizados 2 (dois) ciclos de monitoramento, um em Agosto/17 e outro em Dezembro/17, publicados em dois relatórios institucionais.
4	Realizar reuniões para elaboração e atualização dos Painéis de Contribuições;	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Atividade realizada de forma diferente do previsto; através de reuniões individuais com os gerentes e o preenchimento de relatórios como Cronograma de Execução Físico-Financeiro e Relatório de Acompanhamento de Realizações Físicas por Período os quais são consolidados pelo Escritório de Projetos a cada atualização sinalizada pelos gerentes.
5	Realizar ações de sensibilização para envio dos relatórios de monitoramento;	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Ação de sensibilização prevista para Jun/17 não realizada pelo atraso no início da execução dos projetos e conseqüentemente baixo índice de execução. Ações de mídia internas realizadas.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.7.1 – Monitoramento do Projeto Fortalecer a Estratégia, Valorizar a Integração

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
6	Assessorar metodologicamente as Unidades Decisórias no preenchimento do formulário de monitoramento;	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para o período total do projeto
7	Apurar o Índice de Realização Física (IRF) dos painéis de contribuição;	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para o período total do projeto. Apurados até dezembro/17 2 ciclos de realizações físicas.
8	Publicar Relatórios de Avaliação Quadrimestral de metas do Planejamento Estratégico	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Em virtude do atraso no início da execução dos projetos, os relatórios foram reprogramados para publicações semestrais, tendo sido publicados nos períodos de janeiro a julho/17 e de agosto até dezembro/17.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 1.376,28	87,50 %	

5.2.8 S.O.S MULHER

Gerente: Núcleo Maria da Penha

Objetivo Estratégico Vinculado: Combater a Violência Doméstica

Quadro 5.2.8.1 – Monitoramento do Projeto S.O.S Mulher

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Estruturar a equipe do Núcleo Maria da Penha com profissionais capacitados para o	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Equipe multidisciplinar lotada no Núcleo Maria da Penha.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.8.1 – Monitoramento do Projeto S.O.S Mulher

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
	<i>acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica.</i>				
2	<i>Elaboração de ficha onde conste o procedimento operacional a ser adotado pela equipe do Núcleo Maria da Penha quando do acolhimento a uma mulher vítima de violência doméstica.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Procedimentos definidos e sendo seguidos a cada atendimento.</i>
3	<i>Elaboração de cartilha, logomarca, flyers informativos e anúncios publicitários sobre a atuação do Ministério Público do Tocantins através do Núcleo Maria da Penha, no acolhimento à mulheres em situação de risco pelo projeto SOS Mulher.</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Etapa não realizada e readequada aos ajustes financeiros, estão sendo utilizadas cartilhas que estavam disponíveis no NMP.</i>
4	<i>Firmar convênio/termos de parcerias com Rede de Atendimento a Mulher</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Convênio 2016.0701.456 firmado com parceiros da rede.</i>
5	<i>Reunião de alinhamento com parceiros dos projeto.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Reuniões são realizadas em todo o período de desenvolvimento do projeto para alinhamento de atuação. Tendo em vista que o projeto possui muitos parceiros, as reuniões aconteceram com cada parceiro de forma individual de acordo com a necessidade para o desenvolvimento do projeto.</i>
6	<i>Início dos atendimentos e divulgações quanto a atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins no projeto SOS Mulher no município de Palmas-TO</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Foram realizados até Dezembro de 2017: 48 atendimentos.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.8.1 – Monitoramento do Projeto S.O.S Mulher

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
7	Reunião de Avaliação com parceiros do projeto.	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	A Reunião de Alinhamento com os parceiros aconteceu de forma individual em razão da dificuldade de se reunir todos os parceiros.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	85,71%	

5.2.9 ROMPIMENTO DO CICLO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

Gerente: NMP – Núcleo Maria da Penha

Objetivo Estratégico Vinculado: Combater a Violência Doméstica

Quadro 5.2.9.1 – Monitoramento do Projeto Rompimento do Ciclo de Violência Doméstica através da Conscientização das Crianças

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Criação de uma identidade visual para divulgação como: banner, logomarca, flyers, anúncios publicitários e símbolo de premiação para os alunos.	Etapa realizada	R\$ 200,00	1	Identidade visual e banner desenvolvidos pela ASCOM.
2	Impressão de flyers para distribuição para os alunos e de banner com a logomarca do projeto.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa adequada a realidade orçamentária utilizando os materiais que estavam em estoque no núcleo evitando a impressão.
3	Reuniões com a SEMED para escolha das escolas que receberão as palestras.	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Etapa realizada entre a pedagoga lotada no Núcleo Maria da Penha e validada pela SEMED.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.9.1 – Monitoramento do Projeto Rompimento do Ciclo de Violência Doméstica através da Conscientização das Crianças

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
4	<i>Elaboração e treinamento da peça teatral que retrata a Lei Maria da Penha.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Etapa substituída pela produção de vídeo tendo em vista a indisponibilidade de pessoal especializado para a apresentação teatral prevista no cronograma. Elaboração de vídeo, em parceria com a Assessoria de Comunicação, com orientações sobre a atuação do Ministério Público Estadual e do Núcleo Maria da Penha no combate à violência doméstica.</i>
5	<i>Impressão de símbolo para premiação (para ser entregue as crianças).</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 3.041,50</i>	<i>1</i>	<i>Impressão de certificado como “Anjos da Guarda” entregue aos alunos participantes das palestras.</i>
6	<i>Realização das palestras nas escolas selecionadas.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Realização de palestras em 05 escolas municipais no período de agosto a dezembro/17.</i>
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 3.241,50	83,33 %	



Relatório de Gestão 2017

5.2.10 DIREITO À EDUCAÇÃO

Gerente: CAOPIJ – Centro Operacional de Apoio às Promotorias da Infância e Juventude

Objetivo Estratégico Vinculado: Exigir o Cumprimento do Direito a Educação / Atuar na Defesa do Direito da Criança e Adolescente

Quadro 5.2.10.1 – Monitoramento do Projeto Direito à Educação

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	<i>Produção de diagnóstico da demanda de vagas na Educação Infantil.</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
2	<i>Realização de Ciclo de Estudos e Debates sobre Educação e Atuação do MP</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 8.715,00</i>	<i>1</i>	<i>Realizado 1 evento em Junho/17 com a participação de promotores e rede atuante na matéria.</i>
3	<i>Realização de Audiências Públicas sobre Direito à Educação</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Foi realizada 1 audiência pública em Monte do Carmo e 01 em Palmas.</i>
4	<i>Monitoramento dos sistemas de ensino municipais e a qualidade da educação.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
5	<i>Produção de Cartilha sobre Direito à Educação Infantil e Atuação do MP.</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Foi produzido o roteiro da cartilha, mas não foi possível a sua conclusão porque a Diretoria-Geral indeferiu a solicitação de editoração e serviço gráfico, devido ao contingenciamento de recursos ocorrido no ano.</i>
6	<i>Criação de Sistema Online par que os PJ possam postar ação judicial e /ou extrajudicial.</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Foi elaborado projeto do programa pela equipe do DMTI e do CAOPIJ, tendo sido aprovado pela coordenação do CAOPIJ, mas não foi realizado, porque se encontra na lista de espera do DMTI, que tinha outras prioridades de execução.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.10.1 – Monitoramento do Projeto Direito à Educação

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
7	<i>Criação do grupo de trabalho de Educação com PJ's, técnicos do MP, representantes da comunidade científica e sociedade organizada.</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Etapa não realizada por inviabilidade de execução</i>
8	<i>Sistematizar legislações, jurisprudências, acórdãos, peças processuais para disponibilização aos Promotores de Justiça na forma de e-book.</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ. Mas não foi sistematizada na forma de e-book, por inviabilidade de execução.</i>
9	<i>Orientação aos Promotores de Justiça para que notifiquem os gestores sobre a divulgação, monitoramento e avaliação dos Planos de Educação.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
10	<i>Estímulo a criação e o fortalecimento dos Fóruns Municipais de Educação</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
11	<i>Fomento a realização de audiências e fóruns para o acompanhamento e monitoramento do PEE e dos PMEs.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
12	<i>Orientação aos Pjs sobre a fiscalização do planejamento orçamentário anual municipal e estadual das políticas de educação, para cumprimento dos Planos de Educação.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
13	<i>Celebração de termo de cooperação com instituições afins visando potencializar as</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Etapa não realizada por inviabilidade de execução. Dificuldade de agendamento de reuniões com Seduc e também com outros órgãos como TCE.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.10.1 – Monitoramento do Projeto Direito à Educação

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
	<i>ações de monitoramento e fiscalização dos Planos de Educação.</i>				
14	<i>Envio dos cronogramas das vistorias educacionais do transporte escolar pelo Detran.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
15	<i>Gestão junto aos gestores, CTs e conselhos da educação para assegurar que toda frota de veículos seja vistoriada.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
16	<i>Incidência política para criação do selo de qualidade do transporte escolar.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, executada pela equipe de servidores do CAOPIJ. Selo criado pelo Detran, já em utilização nos veículos escolares.</i>
17	<i>Produção de cartilha sobre transporte escolar</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Foi produzido o roteiro da cartilha, mas não foi possível a sua conclusão porque a Diretoria-Geral indeferiu a solicitação de editoração e serviço gráfico, devido ao contingenciamento de recursos ocorrido no ano.</i>
18	<i>Vistoria do transporte escolar quando da realização das vistorias educacionais.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
19	<i>Realização de vistorias educacionais.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 30.800,00</i>	<i>1</i>	<i>Realizadas vistorias em Monte do Carmo-TO, Colinas-TO, Juarina-TO, Bernardo Saião-TO, Brasilândia-TO, Presidente Kennedy-TO e Tupiratins-TO, Tupirama-TO, Bom Jesus-TO, Gurupi-TO, Cariri-TO, Miranorte-TO, Santa Maria-TO e São Félix-TO.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.10.1 – Monitoramento do Projeto Direito à Educação

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
20	<i>Apoio às ações judiciais e extrajudiciais para assegurar melhorias estruturais, pedagógicas e formativas nas unidades escolares.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
21	<i>Orientação aos Promotores de Justiça para assegurarem o funcionamento dos conselhos municipais de educação, de alimentação escolar e do Fundeb.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
22	<i>Produção de material de apoio sobre o Controle Social sobre o financiamento da educação</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 14.187,20</i>	<i>1</i>	<i>Cartilha produzida e distribuída para Promotorias, escolas e municípios tocaninenses.</i>
23	<i>Contratação de profissional da área de educação.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 77.600,00</i>	<i>1</i>	<i>Lotação de servidores, valor pago de salário de Janeiro até Dezembro/2017.</i>
24	<i>Estímulo à formação dos conselheiros de educação.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade sem custo, prevista para todo o período do projeto, executada de forma constante pela equipe de servidores do CAOPIJ.</i>
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 131.302,20	75,00%	

5.2.11 VIVÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ASSERTIVIDADE

Gerente: DGPFP – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Objetivo Estratégico Vinculado: Garantir Clima Organizacional Favorável



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.11.1 – Monitoramento do Projeto Vivências para o Desenvolvimento da Assertividade

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Implantação, realização e avaliação de grupo piloto no DGFPF	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Grupo piloto realizado no departamento de gestão de pessoas totalizando 10 participantes com atividades finalizadas em maio/17.
2	Divulgação	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Divulgações feitas por meio da rádio MPE, cartazes e transmissão por e-mail e intranet.
3	Organização de 2 grupos iniciais de vivências	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Definição dos grupos realizada em 2016.
4	Realização das sessões de modificação de comportamento dos 2 grupos iniciais	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Sessões realizadas com aproximadamente 09 concluintes em um grupo e outro grupo 13 pessoas sendo os setores participantes: Assessoria de Comunicação, Controladoria interna, Departamento Financeiro, Assessoria de Cerimonial e 23ª PJC.
5	Avaliação trimestral pós-intervenção	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Avaliações com os grupos já concluídos, em realização (2 avaliações trimestrais com cada grupo).
6	Realização das sessões de modificação de comportamento dos 2 grupos finais	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Realizadas 8 sessões com o grupo do CAOPIJ, 11 sessões do grupo do DMTI e 11 sessões do grupo da Diretoria Geral.
7	Avaliação trimestral pós-intervenção	Não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa a realizar a ser realizada em Janeiro/18.
8	Avaliações trimestrais pós-intervenção	Não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa a ser realizada após conclusão do projeto
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	77,78%	



Relatório de Gestão 2017

5.2.12 APRENDIZES MP, AGENTES DE INTEGRAÇÃO E CIDADANIA

Gerente: CESAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Objetivo Estratégico Vinculado: Atrair e Reter Talentos

Quadro 5.2.12.1 – Monitoramento do Projeto Aprendizes do MPTO, Agentes de Integração e Cidadania

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Realizar processo de seleção e contratação do agente de integração para operar programa de estágios	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Processo de seleção realizado onde o Instituto IEL-Instituto Euvaldo Lodi foi definido como instituição gestora do programa de estágio através do procedimento licitatório.
2	Levantar demandas atualizadas por estagiários no MPE	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Processo de levantamento de demandas executado pela equipe do CESAF junto aos Coordenadores de Área, Chefes de Departamento, Promotores e Procuradores.
3	Prover a criação das vagas para fins de abertura processo seleção	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Etapa realizada com o lançamento do Programa de Estágios no Ministério Público em Dezembro/16. Vagas definidas por meio de 12 portarias PGJ: 135/17, 151/17, 169/17, 218/17, 315/17, 679/16, 707/16, 761/16, 900/16, 927/1-16, 979/16 e 454/17.
4	Montar home page e banco de dados associados do Programa de Estagiários	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa não executada por impossibilidade de operacionalização
5	Realizar processo de seleção dos estagiários com quadro de reserva	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Etapa de responsabilidade do Instituto IEL com monitoramento do Cesaf conforme demanda.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.12.1 – Monitoramento do Projeto Aprendizes do MPTO, Agentes de Integração e Cidadania

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
6	<i>Firmar com cada estagiário o Termo de Compromisso</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Etapa sendo executada pelo Instituto IEL com monitoramento do Cesaf.</i>
7	<i>Implementar estrutura de identificação e registro de ponto</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Etapa considerada desnecessária a partir de julho/17 pela coordenação do CESAF através de Memorando nº 033/17 de 27/06/17.</i>
8	<i>Orientar os supervisores de estagiários, quanto ao processo de acolhida, orientação, controle frequência e avaliação do estagiário</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Etapa prevista para todo o período do projeto.</i>
9	<i>Disponibilizar estrutura de suporte para atender o agente de integração e estagiários</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Comunicação constante com o Agente e os estagiários. Etapa prevista em todo o período do projeto.</i>
10	<i>Realizar conferência de frequências e autorizar pagamentos</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 665.804,00</i>	<i>1</i>	<i>Etapa prevista em todo o período de execução do projeto; até Dezembro/17 foram pagos R\$665.804,00 correspondente a Administração de Contratos de Estágio.</i>
11	<i>Gerenciar relatórios e documentação inerente ao programa de estagiários</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Etapa prevista em todo o período de execução do projeto; até Dezembro/17 é gerenciado e monitorado a documentação de 77 estagiários.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.12.1 – Monitoramento do Projeto Aprendizes do MPTO, Agentes de Integração e Cidadania

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
12	Realizar a emissão dos certificados	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa não executada por impossibilidade de operacionalização
13	Atualizar normas e atos necessários ao aprimoramento do Programa de Estágios	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa prevista em todo o período de execução do projeto; atualização de portarias e atos institucionais para atender às demandas afetas ao estágio.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 665.804,00	76,92%	

5.2.13 LAPIDANDO TALENTOS

Gerente: CESAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Objetivo Estratégico Vinculado: Promover, de Forma Contínua, o Aperfeiçoamento dos Integrantes

Quadro 5.2.13.1 – Monitoramento do Projeto Lapidando Talentos

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Definir calendário de eventos do ano	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Calendário definido pela equipe do CESAF, porém está sendo readequado ao modelo de gestão da nova coordenadoria.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.13.1 – Monitoramento do Projeto Lapidando Talentos

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
2	Elaborar o Projeto Pedagógico da atividade / ação educativa	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.
3	Aprovar Projeto Pedagógico no CSMP para fins de pontuação	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.
4	Contratar instrutor (es) para atender o Projeto Pedagógico	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Realizados 02 cursos com pagamento de instrutoria que foram Direção Defensiva e Evasiva e Gestão de Promotorias.
5	Preparar material instrucional	Etapa em execução	R\$ 8.200,00	1	Etapa prevista para todo o período do projeto. Gastos no período de agosto até dezembro/17 R\$8.200,00 com material gráfico, pastas e blocos de anotações. Em execução.
6	Preparar material de divulgação	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.
7	Divulgar e gerenciar inscrições dos participantes	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.
8	Disponibilizar passagens e hospedagem	Etapa em execução	R\$ 10.189,00	1	Até dezembro/17 foram gastos um total de R\$10.189,00 sendo: Vanessa Evangelista para ministrar mini curso sobre Gestão de Promotorias; Fabiana Sabaine para palestra sobre Audiência de



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.13.1 – Monitoramento do Projeto Lapidando Talentos

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
					<i>Custódia e Jorge Maluly para mini curso sobre Recursos extraordinário e especial.</i>
9	<i>Organizar a logística do evento</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.</i>
10	<i>Coordenar o evento em sua execução efetiva</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.</i>
11	<i>Gerenciar a lista de participantes</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.</i>
12	<i>Realizar a avaliação do evento</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Em implementação na home page do CESAF aguardando validação prevista para até Dezembro/17.</i>
13	<i>Realizar a avaliação dos participantes, quando for pertinente</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Em implementação na home page do CESAF aguardando validação prevista para até Dezembro/17.</i>

Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.13.1 – Monitoramento do Projeto Lapidando Talentos

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
14	Emitir certificados	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Certificados são emitidos após a conclusão do curso e encaminhados via e-mail ao participante. Etapa prevista para todo o período do projeto.
15	Produzir e editar material gravado para o Módulo Moodle do EaDCesaf	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	O material gravado é disponibilizado na plataforma Moodle após a conclusão do curso ao participante. Etapa prevista para todo o período do projeto.
16	Monitorar impacto do treinamento na rotina das atividades do treinando	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Em implementação na home page do CESAF previsão de lançamento da página para até Fevereiro/18.
17	Emitir parecer e informação para fins de pontuação e progressão de membros e servidores	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.
18	Fornecer suporte para participação em eventos externos	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa prevista para todo o período do projeto. Em execução.
19	Aprimorar e atualizar o laboratório de produção de multimeios	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Aquisições suspensas para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
20	Adequar a estrutura de mídia do auditório do 1º piso	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Aquisições suspensas para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.13.1 – Monitoramento do Projeto Lapidando Talentos

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
					conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 18.389,00	75,00%	

5.2.14 UMA PARCERIA RUMO À PAZ

Gerente: NMP – Núcleo Maria da Penha

Objetivo Estratégico Vinculado: Combater a Violência Doméstica

Quadro 5.2.14.1 – Monitoramento do Projeto Uma Parceria Rumo à Paz

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	<i>Estruturar e sensibilizar para o envolvimento de Associações ou Grupos Organizados de Mulheres para atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Contatos efetuados via ofício, e-mail e telefone com associações e grupos afetos à matéria.</i>
2	<i>Elaboração de documento e relatórios de estudos preliminares para realizar ações, e procedimentos de práticas que busquem a</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Relatório elaborado internamente no NMP com a consultoria dos profissionais que atuam na rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica. Documento disponível no NMP.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.14.1 – Monitoramento do Projeto Uma Parceria Rumo à Paz

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
	<i>melhoria na redução de violência doméstica contra a mulher.</i>				
3	<i>Elaboração de metodologia de trabalho com informações que possa orientar Associações ou Grupos Organizados de Mulheres para Atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica.</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Pesquisas, treinamentos através de vídeos produzidos pelo departamento de Comunicação entre outras ferramentas as quais servem de norteadores da execução da atuação do NMP,</i>
4	<i>Firmar convênio com Universidades, órgãos governamentais e não governamentais, Rede de Atendimento e Associações ou Grupos Organizados de Mulheres para aprimorar o desenvolvimento das atividades do Núcleo Maria da Penha.</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Não realizada, tendo em vista a amplitude da rede que atua na matéria.</i>
5	<i>Confecção de camisetas para o projeto.</i>	<i>Etapa Realizada</i>	<i>R\$ 3.600,00</i>	<i>1</i>	<i>Confecção de 200 camisetas para o desenvolvimento do projeto.</i>
6	<i>Reunião de Alinhamento com parceiros do projeto.</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Etapa sendo executada conforme as ações são realizadas, diferente do planejado devido a amplitude da rede.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.14.1 – Monitoramento do Projeto Uma Parceria Rumo à Paz

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
7	<i>Início dos atendimentos, divulgações, publicações quanto a atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins no projeto Uma Parceria Rumo à paz no município de Palmas-TO.</i>	<i>Etapa Realizada</i>	R\$ 2.200,00	1	<i>Palestra informativa, seguida de caminhada no CRAS 110 APM 16 no setor Santa Bárbara, com distribuição de camisetas, panfletos e folders sobre a Lei Maria da Penha, dia 18 de agosto de 2017. E realização de coffee break para 100 pessoas.</i>
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 5.800,00	71,43%	

5.2.15 ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA MOBILIÁRIA DAS PROMOTORIAS DE 1ª ENTRÂNCIA E ARAGUAÇU

Gerente: Departamento Administrativo / Área de Patrimônio

Objetivo Estratégico Vinculado: Garantir infraestrutura Física Adequada / Garantir Clima Organizacional Favorável

Quadro 5.2.15.1 – Monitoramento do Projeto Adequação da Infraestrutura Mobiliária das Promotorias de 1ª Entrância e Araguaçu

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	<i>Elaboração do Termo de Referências para aquisição das poltronas e longarinas</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Fase cumprida em fevereiro de 2017. Termo foi remetido através do Protocolo 07010152956201772.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.15.1 – Monitoramento do Projeto Adequação da Infraestrutura Mobiliária das Promotorias de 1ª Entrância e Araguaçu

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
2	<i>Cotação do valor estimado para aquisição das poltronas</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Procedimento realizado pela Área de Compras. Processo Adm. 2017/0701/00103.</i>
3	<i>Publicação do Edital para aquisição das poltronas</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Edital Publicado Pregão nº 04/2017.</i>
4	<i>Elaboração do Termo de Referências para aquisição dos mobiliários</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Fase cumprida em março de 2017. Termo foi remetido através do Protocolo 07010155915201738.</i>
5	<i>Cotação do valor estimado para aquisição dos mobiliários</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Procedimento realizado pela Área de Compras. Processo Adm. 2017/0701/00171.</i>
6	<i>Publicação do Edital para aquisição dos mobiliários</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Edital Publicado Pregão nº 13/2017.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.15.1 – Monitoramento do Projeto Adequação da Infraestrutura Mobiliária das Promotorias de 1ª Entrância e Araguaçu

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
7	Primeira etapa de aquisição Promotorias do Sul: Araguaçu-TO, Figueirópolis-TO, Aurora-TO, Almas-TO.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Ata de Registro de Preços nº 073-2017 Ata de Registro de Preços nº 018-2017 Ata de Registro de Preços nº 033-2017 Ata de Registro de Preços nº 034-2017 Aquisições suspensas por orientação da CPGE devido ao ATO de contingenciamento nº 112/2017.
8	Segunda etapa de aquisição Promotorias do Norte: Axixá-TO, Goiatins-TO, Itacajá-TO, Wanderlândia-TO.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Ata de Registro de Preços nº 073-2017 Ata de Registro de Preços nº 018-2017 Ata de Registro de Preços nº 033-2017 Ata de Registro de Preços nº 034-2017 Aquisições suspensas por orientação da CPGE devido ao ATO de contingenciamento nº 112/2017.
9	Terceira etapa de aquisição Promotorias do Centro: Araguacema-TO, Novo Acordo-TO, Pium-TO, Ponte Alta-TO, Tocantínia-TO.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Ata de Registro de Preços nº 073-2017 Ata de Registro de Preços nº 018-2017 Ata de Registro de Preços nº 033-2017 Ata de Registro de Preços nº 034-2017 Aquisições suspensas por orientação da CPGE devido ao ATO de contingenciamento nº 112/2017.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	66,67%	

5.2.16 AMPLIAÇÃO DA FROTA 2017

Gerente: Departamento Administrativo / Área de Transporte

Objetivo Estratégico Vinculado: Garantir infraestrutura Física Adequada



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.16.1 – Monitoramento do Projeto Ampliação da Frota 2017

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	<i>Elaboração do Termo de Referência</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Termo de referência elaborado e encaminhado em 02/02/2017.</i>
2	<i>Procedimento Licitatório</i>	<i>Etapa realizada</i>	R\$ 0,00	1	<i>Procedimento licitatório realizado gerando Ata de registro de preços 019/2017 e 020/2017 com validade até 21/06/2018.</i>
3	<i>Acompanhamento do contrato/entrega</i>	<i>Etapa não realizada</i>	R\$ 0,00	0	<i>Suspenso para o exercício 2017 em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição n° 419 de 07 de dezembro de 2017.</i>
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	66,67%	

5.2.17 CONSTRUINDO A EXCELÊNCIA NA FORMAÇÃO

Gerente: CESAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Objetivo Estratégico Vinculado: Promover, de Forma Contínua, o Aperfeiçoamento dos Integrantes



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.17.1 – Monitoramento do Projeto Construindo a Excelência na Formação

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Atualizar conteúdo programático do Curso de Formação de Promotor (no mínimo horas)	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Conteúdo programático atualizado pela equipe do CESAF e aplicado no curso de formação dos novos promotores em Maio/17.
2	Elaborar Manual de Formação Funcional para Promotores de Justiça	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Manual elaborado pela equipe do CESAF e aplicado no curso de formação dos novos promotores em Maio/17.
3	Desenvolver minicurso no ambiente EaDCesaf - A Instituição MPE/TO	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa não realizada por inviabilidade técnica e de recursos humanos.
4	Desenvolver minicurso no ambiente EaDCesaf – Direitos e deveres do servidor MPE/TO	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa não realizada por inviabilidade técnica e de recursos humanos.
5	Desenvolver minicurso no ambiente EaDCesaf – Sistemas de Informações do MPE/TO	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa não realizada por inviabilidade técnica e de recursos humanos.
6	Realizar palestra de acolhida a novos servidores do MPE/TO	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa não realizada por inviabilidade técnica e de recursos humanos.
7	Produzir e editar material gráfico dos Minicursos	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Atividade prevista para todo o período do projeto, sendo executada de forma constante. Até dezembro/17 foram realizados 02 minicurso.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.17.1 – Monitoramento do Projeto Construindo a Excelência na Formação

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
8	<i>Elaborar proposta do programa de mestrado profissionalizante para integrantes do MPE/TO</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Proposta de Mestrado em Administração Pública em parceria com a UFT lançada para inscrições em Agosto/17 processos seletivos em curso com início das aulas previsto para Fevereiro/18.</i>
9	<i>Estruturar banco de dados para formalização e gestão do Cadastro de Docentes Internos e Externos</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade prevista para todo o período do projeto, sendo executada de forma constante.</i>
10	<i>Estruturar banco de dados do programa de cursos e eventos</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade prevista para todo o período do projeto, sendo executada de forma constante.</i>
11	<i>Estruturar banco de dados de registro, avaliação e controle de certificados de participantes</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Atividade prevista para todo o período do projeto, sendo executada de forma constante.</i>
12	<i>Coordenar a edição da Revista Jurídica do MPE-TO</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 6.460,00</i>	<i>1</i>	<i>Revista Jurídica em fase de diagramação pela ASCOM, memorando nº 035/17 de solicitação de impressão encaminhado à Diretoria-Geral em 21/08/17. Impressões realizadas a um custo total de R\$6.460,00.</i>
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 6.460,00	66,67%	



Relatório de Gestão 2017

5.2.18 GESTÃO DOCUMENTAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS

Gerente: DG – Diretoria-Geral

Objetivo Estratégico Vinculado: Ter Padrão de Excelência nos Procedimentos Internos / Otimizar a Utilização de Recursos

Quadro 5.2.18.1 – Monitoramento do Projeto Gestão Documental no Ministério Público do Tocantins

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Instituição da Política de Gestão Documental no MPTO	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Etapa concluída. Minuta do Ato de Política de Gestão de Documentos Arquivísticos e revisão do ato normativo em 06/07/17. Publicação do Ato da Política de Gestão Documental nº 008/17 do Colégio de Procuradores de Justiça.
2	Criação dos Instrumentos Arquivísticos	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Etapa em andamento, 50,00 % concluído. Essa etapa do projeto encontra-se em andamento, temos 3 atividades dentro dela: Estudo de normativos e elaboração de diagnóstico institucional – finalizado; Minuta de Instrumentos Arquivísticos – 40% concluído e Aprovação dos Instrumentos, se dará com a conclusão dos mesmos.
3	Criação dos procedimentos arquivísticos/gestão documental – capacitação	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Depende da finalização de etapa anterior que está em andamento. As atividades dessa etapa encontram-se aguardando início, devido à interdependência com a etapa 02.
4	Prédio do Arquivo Geral construído e mobiliado	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando licitação e cronograma de execução da área de Engenharia.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.18.1 – Monitoramento do Projeto Gestão Documental no Ministério Público do Tocantins

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
					<i>Atividade de projetos da obra estão definidos e aprovados assim como o layout para disposição de moveis. Etapa do projeto aguardando o andamento das demais atividades que o compõem.</i>
5	SIGAD do MPTO implantado	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	<i>Depende da finalização de etapas anteriores que estão em andamento. Dentre as atividades dessa etapa, temos concluída a visita ao MPDFT para conhecer o sistema Tabularium, todos os processos da área meio e fim estão virtualizados e a análise do sistema SEI com produção de relatório. As demais atividades se encontram aguardando início por dependerem de etapas anteriores a serem concluídas.</i>
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	66,67 %	

5.2.19 DEFESA DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Gerente: CAOCID – Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher

Objetivo Estratégico Vinculado: Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.19.1 – Monitoramento do Projeto Defesa do Direito Fundamental à Saúde

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Fortalecer a estrutura de recursos humanos, mobiliário e equipamentos de TI do CAOPCID;	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Solicitação de equipamentos de informática encaminhada via E-doc 07010173990201781 Memo. 023/2017 e lotação da servidora Alane Torres de Araújo Martins, para trâmites internos conforme orientação da Diretoria Geral.
2	Firmar termo de cooperação técnica com a SESAU-TO para intercâmbio de informações e servidores especializados;	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Termo de cooperação firmado nº 2011.0701.00182 válido até 02/01/2019
3	Estabelecer parceria com o sistema de auditoria do SUS-MS para intercâmbio de informações	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Minuta de Termo de Parceria em elaboração pelo CAOCID
4	Estabelecer parceria com o TCE para intercâmbio de informações;	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Minuta de Termo de Parceria em elaboração pelo CAOCID
5	Sistematizar a coleta de informações das reuniões de CIR e CIB;	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Realizada visita técnica ao departamento de planejamento da SESAU para definição do fluxo de atuação; Solicitação de material de apoio, e calendário das reuniões CIB e CIR, a fim de participar dessas reuniões no decorrer do ano. Solicitação atendida.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.19.1 – Monitoramento do Projeto Defesa do Direito Fundamental à Saúde

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
6	Sistematizar o tratamento e difusão das informações aos Promotores de Justiça envolvidos;	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Encaminhamento por meio do E-doc, das informações e documentos necessários para atuação na respectiva área de saúde. Em elaboração, instrumentos para formalização dos procedimentos administrativos para intercâmbio de informações com as Promotorias de Justiça.
7	Definir e difundir modelo de protocolo de atuação aos Promotores de Justiça, estabelecendo quais aspectos da política de saúde serão objeto de ações e acompanhamento;	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Em estudo, buscando meios eficazes de modelos de atuação.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	57,14%	

5.2.20 MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI

Gerente: DMTI – Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação

Objetivo Estratégico Vinculado: Garantir infraestrutura Física Adequada



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.20.1 – Monitoramento do Projeto Modernização da Infraestrutura Física de TI

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	<i>Liberação de orçamento planejado</i>	<i>Realizada parcialmente</i>	<i>R\$ 563.773,40</i>	<i>1</i>	<i>Em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017, obteve-se liberação parcial do orçamento.</i>
2	<i>Solicitação da ATA SRP vigente</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Ata de Registro de Preços nº 008/17</i>
3	<i>Encaminhamento da solicitação para as empresas contratadas</i>	<i>Realizada parcialmente</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Conforme relatório analítico</i>
4	<i>Entrega dos equipamentos</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Etapa aguardando entrega dos equipamentos adquiridos para início da execução</i>
5	<i>Configuração e instalação dos equipamentos na sede de Palmas</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Etapa aguardando entrega dos equipamentos adquiridos para início da execução</i>
6	<i>Agendamento de viagens e autorizações</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Etapa aguardando entrega dos equipamentos adquiridos para início da execução</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.20.1 – Monitoramento do Projeto Modernização da Infraestrutura Física de TI

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
7	Configuração e instalação no Interior	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Etapa aguardando entrega dos equipamentos adquiridos para início da execução
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 563.773,40	42,86%	

5.2.21 É DE DIREITO

Gerente: CAOPIJ – Centro Operacional de Apoio às Promotorias da Infância e Juventude

Objetivo Estratégico Vinculado: Atuar na Defesa do Direito da Criança e do Adolescente

Quadro 5.2.21.1 – Monitoramento do Projeto É de Direito

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
1	Realizar 1 encontro operacional com PJS da área da infância e juventude	Etapa realizada	R\$ 8.040,00	1	Realizada em Abril/17 com aproximadamente 35 promotores participantes.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.21.1 – Monitoramento do Projeto É de Direito

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
2	Realizar 01 seminário estadual sobre MPE e a política de Assistência Social	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Solicitada através Memorando Diretoria-Geral conforme orientações de operacionalização. Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição n° 419 de 07 de dezembro de 2017.
3	Realizar 04 oficinas de trabalho com PJ nas regiões sul, norte, sudeste e centro, para empoderamento prático da atuação nas áreas da prática do ato infracional, assistência social, violências.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Solicitada através Memorando à Diretoria-Geral conforme orientações de operacionalização. Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição n° 419 de 07 de dezembro de 2017.
4	Produzir manual de atuação do PJ na área da infância e juventude	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Solicitada através Memorando a Diretoria-Geral conforme orientações de operacionalização. Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição n° 419 de 07 de dezembro de 2017.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.21.1 – Monitoramento do Projeto É de Direito

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
5	Realizar 07 audiências públicas nas Comarcas de Palmas, Gurupi, Dianópolis, Araguaína, Paraíso, Guaraí e Colinas para estruturação das medidas em meio aberto	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Solicitada através Memorando a Diretoria-Geral conforme orientações de operacionalização. Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
6	Monitorar a formulação dos planos socioeducativos nos municípios das 42 Comarcas;	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa em execução pela equipe de servidores do CAOPIJ. Atividade constante.
7	Acompanhar o cumprimento de TACs e ACPs propostas pelas Promotorias de Justiça	Etapa em execução	R\$ 0,00	1	Etapa em execução pela equipe de servidores do CAOPIJ. Atividade constante.
8	Realizar uma campanha midiática contra o homicídio de adolescentes e jovens negros e pobres.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Em fase de levantamento de dados para a produção.
9	Realizar 01 encontro sobre escuta de crianças e adolescentes com os membros do sistema de garantia de direitos;	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Solicitada através Memorando a Diretoria-Geral conforme orientações de operacionalização. Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.21.1 – Monitoramento do Projeto É de Direito

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
10	Promover cursos na linha do cuidado para a rede de atenção das Comarcas dos 18 Hospitais Regionais.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Solicitada através Memorando a Diretoria-Geral conforme orientações de operacionalização. Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
11	Realizar encontros com toda a Rede em 10 Comarcas, no ano de 2017, esclarecendo competências, atribuições, interação, autonomias, de forma a solucionar conflitos e diminuir as demandas encaminhadas prematuramente aos Promotores de Justiça.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Solicitada através Memorando a Diretoria-Geral conforme orientações de operacionalização. Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
12	Realizar Campanha Sobre o 18 de maio(Dia Nacional Contra o Abuso e a Exploração Sexual);	Etapa realizada	R\$ 2.500,00	1	Produção e impressão de cartazes folders para distribuição às comarcas
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 10.540,00	33,33%	



Relatório de Gestão 2017

5.2.22 MP ENCANTO

Gerente: Cerimonial

Objetivo Estratégico Vinculado: Garantir Clima Organizacional Favorável

Quadro 5.2.22.1 – Monitoramento do Projeto MP EnCanto

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
1	<i>Verificar casos de sucesso (TCE e Defensoria)</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Visitas e entrevistas realizadas pela equipe de cerimonial do MP para captar a expertise na implantação e execução do projeto em outras instituições.</i>
2	<i>Elaboração do Termo de Referência para execução de contratações</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Termo de referência elaborado, encaminhado à Diretoria-Geral em 05/04/17 aguardando trâmites internos para procedimentos de licitação.</i>
3	<i>Pesquisas de intenções de integrantes</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Pesquisa realizada e constatado intenção de participação de 37 servidores em participar do projeto.</i>
4	<i>Contratar profissional da área</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Suspensão para o exercício 2017 devido contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.22.1 – Monitoramento do Projeto MP EnCanto

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
5	Compra de material necessário para a execução do projeto	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Suspensão para o exercício 2017 devido contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
6	Cronograma de ensaios	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Suspensão para o exercício 2017 devido contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
7	Lista de frequência	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Suspensão para o exercício 2017 devido contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
8	Encaminhamento de lista de presença para os chefes de departamentos	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Suspensão para o exercício 2017 devido contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
9	Ensaios e preparação (conforme cronograma do profissional – semanal)	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Suspensão para o exercício 2017 devido contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.22.1 – Monitoramento do Projeto MP EnCanto

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
10	Apresentações especiais sugeridas (Junho – 1 apresentação de lançamento; Setembro – Primavera; Outubro – Dia do Servidor)	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Suspensão para o exercício 2017 devido contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	30,00%	

5.2.23 RESTRUTURAÇÃO DO CAOPAC

Gerente: CAOPAC– Centro Operacional de Apoio às Promotorias do Patrimônio Público e Criminal

Objetivo Estratégico Vinculado: Combater a Improbidade e Recuperar Ativos / Combater a Criminalidade

Quadro 5.2.23.1 – Monitoramento do Projeto Reestruturação do CAOPAC

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Adquirir equipamentos de Informática (Memo. nº 002/CAOPAC/2016) encaminhado a Diretoria-Geral	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Memorando 002/CAOPAC/2017 encaminhado à Diretoria-Geral em 25/03/17, aguarda trâmites de aquisição.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.23.1 – Monitoramento do Projeto Reestruturação do CAOPAC

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
2	Aquisição de Softwares (Memo. nº 002/CAOPAC/2016) encaminhado a Diretoria-Geral	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Memorando 002/CAOPAC/2017 encaminhado à Diretoria-Geral em 25/03/17, aguarda trâmites internos de aquisição.
3	Instrumentos básicos de Engenharia (Memo. nº 002/CAOPAC/2016) encaminhado a Diretoria-Geral	Etapa realizada	R\$ 3.000,00	1	Solicitação encaminhada à Diretoria-Geral através dos Memorandos 002 e 019 Edoc 07010167371201757 de 19/06/17, aguarda trâmites de aquisição.
4	Criação de núcleo de engenharia Civil e Auditoria Pública (Memo. nº 002/CAOPAC/2016) encaminhado a Diretoria-Geral	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Implementação do Núcleo de Engenharias ratificadas através dos ofícios 021 e 022 de 30/06/17 à Diretoria-Geral, aguarda trâmites internos.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 3.000,00	25,00%	

5.2.24 ESPAÇO CONVIVER

Gerente: DGPFP – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Objetivo Estratégico Vinculado: Garantir Clima Organizacional Favorável / Atrair e Reter Talentos



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.24.1 – Monitoramento do Projeto Espaço Conviver

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Aprovação do projeto	Etapa realizada	R\$ 0,00	1	Projeto aprovado pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica (CPGE).
2	Elaborar projeto de adequação de espaço existente	Não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando liberação de espaço na sede da Procuradoria, a depender da construção do anexo.
3	Adquirir mobiliário, materiais e equipamentos necessários	Não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando etapa anterior.
4	Executar o projeto de adequação do espaço	Não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando etapa anterior.
5	Divulgar o lançamento do Espaço Conviver	Não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando etapa anterior.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.24.1 – Monitoramento do Projeto Espaço Conviver

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
6	<i>Criar na forma de mural de giz a rede de Bons Desejos</i>	<i>Não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Aguardando etapa anterior.</i>
7	<i>Coletar sugestões de músicas e vídeos para serem exibidos no Espaço</i>	<i>Não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Aguardando etapa anterior.</i>
8	<i>Incentivar doação de livros e revistas para a biblioteca colaborativa do Espaço Conviver</i>	<i>Não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Aguardando etapa anterior.</i>
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	12,50%	



Relatório de Gestão 2017

5.2.25 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – RECICLAMP

Gerente: CAOMA – Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Objetivo Estratégico Vinculado: Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística

Quadro 5.2.25.1 – Monitoramento do Projeto Gestão de resíduos Sólidos – Reciclamp

<i>Etapa</i>	<i>Descrição da Etapa Proposta</i>	<i>Descrição da Etapa Alcançada</i>	<i>R\$ Executado</i>	<i>IRF</i>	<i>Comentário e/ou Justificativa</i>
1	<i>Levantar o número de lixeiras existentes, por sala e por andar, para dimensionar a disposição das mesmas no layout do prédio e quantificar os adesivos que deverão ser providenciados para identificá-las</i>	<i>Etapa realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>1</i>	<i>Levantamento realizado em 2016. Dados anexados ao processo do projeto</i>
2	<i>Construir no âmbito da Cogean as normas de incentivo aos ocupantes de salas que aderirem ao projeto e as formas de educação ambiental de choque para aquelas salas que não aderirem; normas de licitação para incluir a logística reversa para produtos perigosos e outras</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>O trabalho de normatização foi iniciado com o levantamento de pesquisa sobre os projetos semelhantes existentes em outros órgãos e em outras Procuradorias Gerais de Justiça. Estamos agora na fase de sistematização e adaptação das normas e elaborando também a reformulação do Ato da Cogean. No final do processo, o projeto chegará à definição de premiação para os servidores que aderirem ao Reciclamp.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.25.1 – Monitoramento do Projeto Gestão de resíduos Sólidos – Reciclamp

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
3	<i>Editar ato de criação da política de gestão de resíduos sólidos da PGJ tendo o projeto como instrumento de sua implantação</i>	<i>Etapa em execução</i>	R\$ 0,00	0	<i>O trabalho de criação da política de gestão de resíduos sólidos da PGJ está na fase de pesquisa de outras políticas existentes em outros MPs de outros Estados e também em tribunais de justiça em todo o país. No final do levantamento haverá a adaptação de uma política à realidade da PGJ do Tocantins, discussão no âmbito da Cogean e edição da nova política.</i>
4	<i>Realizar Campanha educativa para conseguir a adesão dos Membros e Servidores</i>	<i>Etapa não realizada</i>	R\$ 0,00	0	<i>Aguardando disponibilidade financeira para execução. A Campanha Educativa só poderá ser realizada quando as lixeiras identificadas e os contêiner de deposição de resíduos perigosos estiverem adquiridos. Além do que o material de divulgação deverá estar concluído. Essa necessidade de implantação de ações prévias se deve ao fato de que sem esse material pode haver descrédito no projeto e conseqüente falta de adesão, especialmente porque não podemos pedir que haja separação do lixo sem oferecer lixeira adequada para a sua disposição.</i>
5	<i>Capacitar os gestores de setores como almoxarifado, TI, saúde, administração, licitação e equipe da terceirizada</i>	<i>Etapa não realizada</i>	R\$ 0,00	0	<i>Aguardando disponibilidade financeira para execução, em virtude de que não há como iniciar a capacitação sem a existência de lixeiras identificadas e contêiner para a prática das ações. Essa necessidade de implantação de ações prévias se deve ao fato de que sem esse material pode haver descrédito no projeto e conseqüente falta de</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.25.1 – Monitoramento do Projeto Gestão de resíduos Sólidos – Reciclamp

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
					<i>adesão, especialmente porque não podemos pedir que haja separação do lixo sem oferecer lixeira adequada para a sua disposição.</i>
6	<i>Construir parceria com cooperativa ou associação de catadores para recolher o material reciclável</i>	<i>Etapa em execução</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>A parceria com a Cooperativa de Catadores (Cooperan) já foi assinada e já está em funcionamento. Além da parceria formal, o Caoma é protagonista no suporte à estruturação da Cooperativa, criando e participando efetivamente na implantação de uma incubadora social, que no ano de 2017 conseguiu o licenciamento ambiental das atividades da Cooperativa e a construção de um muro na cooperativa.</i>
7	<i>Contratar empresa para o recolhimento de resíduos perigosos, como tonner e lâmpadas, por exemplo</i>	<i>Etapa não realizada e retirada do Projeto</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Item retirado do projeto na reformulação de dezembro de 2017. No entanto, já realizamos o levantamento de duas empresas que fazem esse tipo de trabalho e o valor que cada uma cobra para o recolhimento dos resíduos perigosos. No entanto, a PGJ já iniciou a exigência, nos contratos de aquisição, da logística reversa de muitos desses produtos (como tonner para impressora) e outros produtos, como lâmpadas, acharam o valor caro.</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.25.1 – Monitoramento do Projeto Gestão de resíduos Sólidos – Reciclamp

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
8	Adquirir oito coletores de copos plásticos para água e café como investimento no Programa de Gestão de Resíduos Sólidos do MPTO, sendo dois por andar. (R\$158,00 Inox e R\$100,00 plástico)	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando disponibilidade financeira para execução. Item alterado na reformulação de dezembro de 2017: "Aquisição de oito coletores de copos plásticos para água e café como investimento no Programa de Gestão de Resíduos Sólidos do MPE, sendo dois por andar", conforme Mem. N°153/2017 – Caoma..
9	Comprar conjuntos de lixeiras com capacidade para 40 ou 50 litros cada, identificadas para a coleta seletiva (uma por andar, uma na entrada e uma na garagem)	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando disponibilidade financeira para execução. Esse item foi alterado na reformulação do Projeto realizada em dezembro de 2017: "6 conjuntos de lixeiras com capacidade para 40 ou 50 litros cada, identificadas para a coleta seletiva (um por andar, um na entrada e um na garagem). O conjunto terá três lixeiras= 1 lixeira de cor azul (papel e papelão); 1 lixeira na cor cinza com rejeitos – lixo não reciclável ou contaminado cuja separação não é possível e 1 lixeira na cor vermelha – plástico. Lixeira com capacidade para 40 litros em aço inoxidável, polido, com identificação do resíduo, com tampas plásticas basculantes na cor corresponde à norma de identificação da classificação dos resíduos", conforme Mem. N° 153/2017 – Caoma.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.25.1 – Monitoramento do Projeto Gestão de resíduos Sólidos – Reciclamp

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
10	Comprar 4 contêineres plásticos para a coleta seletiva, com capacidade para 700 litros, fabricado em polietileno de alta densidade	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando disponibilidade financeira para execução. Esse item foi alterado na reformulação do Projeto realizada em dezembro de 2017: “4 contêineres plásticos para a coleta seletiva, com capacidade para 700 litros, fabricado em polietileno de alta densidade. 1-na cor laranja com identificação de produto perigoso. 3 – na cor azul com identificação de papel e papelão. Contentor de lixo em polietileno, injetado com tampa sobreposta, dreno para líquidos, superfícies internas polidas e cantos arredondados, trava de segurança em duas rodas, Cap. 700L (137cm comp.; 80cm largura e 120 cm altura) “, conforme Mem. Nº 153/2017 – Caoma.
11	Produzir e imprimir adesivos para lixeiras, identificando as que receberão material reciclável e as que receberão rejeitos	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando disponibilidade financeira para execução. Item alterado em dezembro de 2017: “Adesivos para lixeiras, identificando as que receberão material reciclável e as que receberão rejeitos. Impressos conforme a arte a ser elaborada pela Ascom, no tamanho 15cm por 22cm, totalizando 240 adesivos ou 8m2”, conforme Mem. Nº 153/2017 – Caoma.
12	Adquirir canecas, jarras e bandejas para incentivar funcionários do MPE a aderirem ao Programa de Gestão de Resíduos Sólidos do MPE	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Aguardando disponibilidade financeira para execução. Item alterado em dezembro de 2017: “Canecas aço inox, capacidade 400ml para incentivar funcionários do MPE a aderirem ao Programa de Gestão de Resíduos Sólidos do MPE, uma para cada funcionário, mas entregues



Relatório de Gestão 2017

Quadro 5.2.25.1 – Monitoramento do Projeto Gestão de resíduos Sólidos – Reciclamp

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
					<i>conforme o merecimento pela adesão ao projeto. As canecas devem conter a logomarca do MP, na cor preta, e adesivo de identificação do funcionário”, conforme Mem. Nº 153/2017 – Caoma.</i>
13	<i>Publicar livreto sobre o processo de Gestão de Resíduos Sólidos do MPE, com fins de certificação</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Aguardando disponibilidade financeira para execução.</i>
14	<i>Produzir e editar VT sobre o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos do MPE</i>	<i>Etapa não realizada e retirada do Projeto</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Item retirado do projeto. Item alterado em dezembro de 2017, conforme Mem. Nº 153/2017 – Caoma.</i>
15	<i>Comprar 1 triturador de resíduos orgânicos para galhos e folhas do jardim e restos de frutas</i>	<i>Etapa não realizada</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Aguardando disponibilidade financeira para execução.</i>
16	<i>Adquirir 1 composteira/minhocário para processamento do resíduo orgânico</i>	<i>Etapa não realizada e retirada do Projeto</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>0</i>	<i>Esse item foi retirado do projeto na reformulação realizada em dezembro de 2017. Item alterado em dezembro de 2017, conforme Mem. Nº 153/2017 – Caoma.</i>
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	6,25%	



Relatório de Gestão 2017

5.2.26 OPERAÇÃO PRÓ-CONSUMIDOR – ESTRUTURAÇÃO

Gerente: CAOCON – Centro Operacional as Promotorias do Consumidor

Objetivo Estratégico Vinculado: Promover a Defesa dos Direitos dos Consumidores

Quadro 5.2.26.1 – Monitoramento do Projeto Operação Pró-Consumidor – Estruturação

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ Executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Aquisição de Equipamentos de Informática e Audiovisuais.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria-Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
2	Patrimoniar os Equipamentos Audiovisuais e de Informática Adquiridos.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria-Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
3	Instalar e Disponibilizar para uso os Equipamentos Audiovisuais e de Informática.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria-Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição nº 419 de 07 de dezembro de 2017.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	0,00%	



Relatório de Gestão 2017

5.2.27 MEIO AMBIENTE LEGAL – ESTRUTURAÇÃO

Gerente: CAOMA – Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Objetivo Estratégico Vinculado: Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística

Quadro 5.2.27.1 – Monitoramento do Projeto Meio Ambiente Legal – Estruturação

Etapa	Descrição da Etapa Proposta	Descrição da Etapa Alcançada	R\$ executado	IRF	Comentário e/ou Justificativa
1	Aquisição de Equipamentos de Informática e Audiovisuais.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Pedido suspenso para o exercício 2017, conforme instruções recebidas da Diretoria Geral, em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição n° 419 de 07 de dezembro de 2017.
2	Patrimoniar os Equipamentos Audiovisuais e de Informática Adquiridos.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Suspenso para o exercício 2017 em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição n° 419 de 07 de dezembro de 2017.
3	Instalar e Disponibilizar para uso os Equipamentos Audiovisuais e de Informática.	Etapa não realizada	R\$ 0,00	0	Suspenso para o exercício 2017 em virtude de contingenciamento orçamentário conforme ATO 112/2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, edição n° 419 de 07 de dezembro de 2017.
Realização Física das Etapas para o Período			R\$ 0,00	0,00%	



6 ATIVIDADES DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

6.1 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (INSTITUCIONAL)

A Procuradoria-Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do Ministério Público. A chefia da Instituição cabe ao Procurador-Geral de Justiça, substituído, em seus impedimentos e suas faltas, ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

As atribuições do Procurador-Geral de Justiça estão previstas no art. 29 da Lei nº. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e Lei Complementar nº. 051/2008 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), em consonância com as disposições das Constituições Federal e Estadual que regem a organização, princípios, legitimação, garantias, vedações e funções do Ministério Público.

Dentre a gama de funções de natureza constitucional e infraconstitucional cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, sobressaem-se as seguintes atividades de execução: ajuizar ação penal de competência dos Tribunais; representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, quando a autoridade reclamada for o Governador, o Presidente da Assembleia Legislativa, os Presidentes dos Tribunais ou Secretários de Estado; representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

6.2 COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça, Órgão da Administração Superior e de Execução do Ministério Público do Estado do Tocantins, é integrado por todos os Procuradores de Justiça em exercício e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Conta com 02 (duas) comissões permanentes, a Comissão de Assuntos Institucionais e a Comissão de Assuntos Administrativos, ambas compostas por 03 (três) Procuradores de Justiça, com atribuições em suas respectivas áreas.

As sessões ordinárias são realizadas na primeira segunda-feira de cada mês, às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, localizado no 3º piso do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões extraordinárias e solenes acontecem sempre em face de convocação.



Relatório de Gestão 2017

Dentre suas atribuições constantes do artigo 20 da Lei Complementar nº. 51/2008, destacam-se: criação de cargos e serviços auxiliares, fixação e reajustes dos subsídios dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica, providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, aprovação da Proposta Orçamentária Anual e do Plano Plurianual, fixação e revisão das atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça, e decisão sobre pedidos de revisão de processo administrativo disciplinar.

O Colégio de Procuradores é responsável, também, pelas eleições do Corregedor-Geral, do Ouvidor, do seu representante no Conselho Superior do Ministério Público, dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional (Caops) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).

O Colegiado reúne-se, ainda, em sessões solenes, com o fim de dar posse ao Procurador-Geral, ao Corregedor-Geral, aos Membros eleitos do CSMP, ao Ouvidor, ao Coordenador do Cesaf, aos Procuradores de Justiça e também aos Promotores de Justiça Substitutos.

Tabela 6.2.1 – Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça, em 2017

Item	Descrição	Quantidade
1	Sessões Ordinárias	10
2	Sessões Extraordinárias	05
3	Sessões Solenes	05
4	Feitos autuados	34
5	Feitos julgados	38
6	Resoluções	09
7	Recomendações	-

Fonte: Colégio de Procuradores de Justiça

6.3 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público é Órgão que compõe a Administração Superior, estando afetos à sua competência os assuntos de carreira, dentre os quais as deliberações sobre concurso público, promoção, remoção, procedimento para vitaliciamento de Promotores de Justiça Substituto etc. No âmbito administrativo, tem a seu cargo as decisões referentes às promoções de arquivamento de peças de informação ou inquérito civil público. Incumbe, também, a este Colegiado,



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

a análise dos Relatórios de Correição e Inspeção realizados pela Corregedoria-Geral, bem como, se for o caso, deliberar sobre providências a serem tomadas.

As sessões ordinárias são realizadas na segunda quinta-feira de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, às 10 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões são públicas, salvo se houver matéria que envolva análise de procedimento administrativo ou outra que, por sua natureza, reclame sigilo.

Informamos, na tabela a seguir, o comparativo de atuação do Conselho Superior do Ministério Público no período 2013/2017:

Tabela 6.3.1 – Atividades do Conselho Superior 2013/2017

Descrição	Ano, em (quantidade)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Resoluções	08	09	10	08	06
Sessões Ordinárias	10	10	10	11	11
Sessões Extraordinárias	06	04	05	07	08
Súmulas	10	-	10	-	06
Registros de comunicação de instauração de Procedimentos Preparatórios, Administrativos e Notícias de Fato	-	-	1068	-	1.287
Registros de comunicação de instauração de Inquérito Públicos Civil	-	-	720	-	1.296
Audiências de instrução de processos	-	-	50	-	06
Procedimentos Administrativos (Requerimentos,	-	-	46	-	80



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.3.1 – Atividades do Conselho Superior 2013/2017

Descrição	Ano, em (quantidade)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Concursos e PADs) finalizados					
Movimentações no sistema eletrônico E-DOC	-	-	-	-	20.221

Fonte: Conselho Superior do Ministério

6.4 CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do MPTO e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a administração superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do Ministério Público. As correições têm buscado verificar a regularidade dos serviços das Promotorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

A Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, dispõe: “A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o Órgão da Administração Superior do Ministério Público encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público. “

Portanto, no decorrer de 2017 foram realizadas 30 correições, em consonância com o cronograma de correições aprovado e amplamente divulgado no sítio eletrônico: <https://www.mpto.mp.br/web/corregedoria/2015/12/10/cronograma-2017>, divididas entre as Promotorias da Capital e interior do Estado do Tocantins, onde se verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de Execução, conforme, detalhado a seguir:

Quadro 6.4.1 – Órgãos inspecionados, em 2017

Item	Período	Local	Cidade
1	06/02/2017	Promotoria de Justiça de Araguaçu	Araguaçu
2	07/02/2017	Promotoria de Justiça de Alvorada	Alvorada



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.4.1 – Órgãos inspecionados, em 2017

Item	Período	Local	Cidade
3	08/02/2017	Promotoria de Justiça de Figueirópolis	Figueirópolis
4	09/02/2017	Promotoria de Justiça de Cristalândia	Cristalândia
5	10/02/2017	Promotoria de Justiça de Pium	Pium
6	20 a 24/03/2017	GAECO	Palmas
7	20 a 24/03/2017	GECEP	Palmas
8	20 a 24/03/2017	CESAF	Palmas
9	20 a 24/03/2017	CAOCID	Palmas
10	20 a 24/03/2017	CAOCON	Palmas
11	20 a 24/03/2017	CAOPAC	Palmas
12	20 a 24/03/2017	CAOPIJ	Palmas
13	20 a 24/03/2017	CAOMA	Palmas
14	20 a 24/03/2017	Diretoria de Inteligência	Palmas
15	03/04/2017	1ª a 3ª Promotoria de Justiça de Miracema	Miracema do Tocantins
16	04/04/2017	1ª e 2ª Promotoria de Justiça de Miranorte	Miranorte
17	05/04/2017	Promotoria de Justiça de Tocantínia	Tocantínia
18	15/05/2017	Promotoria de Justiça de Wanderlândia	Wanderlândia
19	16 a 18/05/2017	1ª a 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Araguaína
20	05 e 06/06/2017	1ª a 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi
21	07/06/2017	Promotoria de Justiça de Peixe	Peixe
22	08/06/2017	Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia	Formoso do Araguaia
23	07/08/2017	1ª e 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis	Dianópolis
24	08/08/2017	Promotoria de Justiça de Almas	Almas
25	09/08/2017	Promotoria de Justiça de Natividade	Natividade
26	23/10/2017	Promotoria de Justiça de Filadélfia	Filadélfia
27	24/10/2017	Promotoria de Justiça de Goiatins	Goiatins
28	25/10/2017	Promotoria de Justiça de Itacajá-TO	Itacajá-TO
29	26/10/2017	1ª e 2ª Promotoria de Justiça de Pedro	Pedro Afonso
30	20/11 a 01/12/2017	1ª a 30ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas

Fonte: Corregedoria-Geral

Foram, também, autuados diversos procedimentos disciplinares no decorrer de 2017, pela Corregedoria-Geral, destacados por classe processual:



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.4.1 – Procedimentos administrativos em 2017 (em unid.)

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Em andamento
<i>Sindicância</i>	01	01	01	01	00
<i>Pedido de Providências Classe I</i>	04	54	49	01	08
<i>Pedido de Providências Classe II</i>	01	46**	25	00	19
Total	06	101	75	02	27

Fonte: Corregedoria-Geral

* 1 (um) convertido em Pedido de Providências Classe I

** 2 (dois) encaminhados ao Conselho Superior

Cabe à Corregedoria-Geral acompanhar o estágio probatório dos Membros do MPTO. Os dois primeiros anos de efetivo exercício do cargo corresponderão ao período de estágio probatório, durante o qual o membro do Ministério Público terá o seu trabalho e a sua conduta avaliada pela Corregedoria Geral do Ministério Público para fins de vitaliciamento.

Seguem abaixo, as fiscalizações para fins de estágio probatório realizadas no decorrer de 2017.

Quadro 6.4.2 – Fiscalizações para fins de estágio probatório em 2017

Item	Período	Local	Cidade
1	29/03/2017	Promotoria de Justiça de Itacajá-TO	Itacajá-TO
2	13/06/2017	Promotoria de Justiça de Goiatins	Goiatins
3	11/09/2017	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
4	07/11/2017	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins	Aurora do Tocantins

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 6.4.2 – Estágio Probatório no período de 2015 a 2017

Espécie	Ano, em (unid.)		
	2015	2016	2017
<i>Processos de acompanhamento de Estágio Probatório</i>	07	08	11
<i>Relatórios de avaliação de Estágios Probatórios</i>	73	45	61
<i>Relatórios de Vitaliciamento</i>	-	04	05

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.4.2 – Estágio Probatório no período de 2015 a 2017

Espécie	Ano, em (unid.)		
	2015	2016	2017
<i>Reunião Ordinária – Estágio Probatório</i>	03	02	01
<i>Cursos Preparatório para Carreira do Ministério Público</i>	01	-	-

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 6.4.3 – Outras atividades realizadas no período de 2015 a 2017.

Espécie	Ano, em (unid.)		
	2015	2016	2017
<i>Prontuários individuais de Concurso Promoção/Remoção - Antiquidade</i>	84	74	101
<i>Prontuários individuais de Concurso Promoção/Remoção - Merecimento</i>	102	97	115
<i>Participação em Sessões do Colégio de Procuradores</i>	11	17	22
<i>Participação em Sessões do Conselho Superior do Ministério Público</i>	24	18	18

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 6.4.4 – Fluxo de expedientes em 2017 (em unid.)

Espécie	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<i>Atos CGMP</i>	-	01	01	01	01	-	-	-	-	-	-	-	04
<i>Atos CGMP/PGJ</i>	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	03	04
<i>Expedientes Recebidos</i>	183	192	225	154	217	287	255	268	256	276	226	*	*
<i>Memorandos Circulares Expedidos</i>	02	01	01	-	04	03	01	05	-	03	01	01	22
<i>Memorandos Expedidos</i>	22	22	21	40	40	22	06	39	21	40	16	18	307
<i>Ofícios Expedidos</i>	46	10	35	20	25	03	67	08	03	39	20	21	297

Fonte: Corregedoria-Geral

* Valores em apuração de resultados



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.4.5 – Atos extrajudiciais disciplinares no período de 2015 a 2017 (em unid.)

<i>Descrição</i>	<i>Ano, em (unid.)</i>		
	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>
<i>Mandado de Notificação</i>	45	92	73
<i>Mandado de Intimação</i>	28	-	-
<i>Mandado de Cientificação</i>	62	-	-
<i>Decisão</i>	126	75	89
<i>Parecer</i>	-	-	15
<i>Despacho</i>	55	88	156
<i>Oitiva</i>	-	17	17
<i>Portaria</i>	28	11	23
<i>Ata</i>	10	12	12
<i>Recomendação</i>	34	8	16
<i>TAC</i>	-	-	2
Total	388	303	403

Fonte: Corregedoria-Geral

Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva

O Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, instituído em março de 2015, por ato Conjunto do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, tem como objetivo normalizar o acervo dos procedimentos extrajudiciais (em atraso) das Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, além de possibilitar aos Promotores de Justiça Substituto um primeiro contato com a matéria.

Os esforços empreendidos pela equipe da Corregedoria-Geral, no decorrer de 2017, em parceria com os Promotores de Justiça Substitutos, possibilitaram a análise e impulsionamento de 693 (seiscentos e noventa e três) procedimentos extrajudiciais, que já foram encaminhados à origem para o cumprimento das diligências determinadas.

Assim, no decorrer de 2017, foram atendidas as Promotorias de Justiça de Araguacema-TO, Aurora do Tocantins-TO, Colméia-TO, 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis-TO e 28ª Promotoria de Justiça da Capital.

Tabela 6.4.6 – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva no período de 2015 a 2017

<i>Providências</i>	<i>Ano</i>		
	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>
<i>Arquivamento</i>	84	261	176



Relatório de Gestão 2017

<i>Despacho</i>	85	144	106
<i>Declínio de Atribuições</i>	58	29	18
<i>Inquérito Civil</i>	102	279	325
<i>Procedimento Preparatório</i>	05	24	02
<i>Procedimento Investigatório Criminal</i>	03	01	07
<i>Procedimento Administrativo</i>	01	01	57
<i>Ação Penal</i>	-	06	01
<i>Ação Civil</i>	-	14	01
Total	338	759	693

Fonte: Corregedoria-Geral

6.5 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Ouvidoria tem por atribuição o conhecimento de manifestações (denúncias, reclamações, críticas, dúvidas, elogios, pedidos de informações, sugestões e comentários) relacionadas às atividades dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins (Promotores e Procuradores de Justiça), bem como dos seus serviços auxiliares (órgãos e servidores). Também é papel da Ouvidoria divulgar e esclarecer à sociedade a missão institucional do Ministério Público.

Assim, a principal atividade desenvolvida pela Ouvidoria é receber, registrar, analisar e dar o devido encaminhamento às manifestações dos cidadãos sobre o trabalho desenvolvido pelo MP/TO.

As manifestações podem ser feitas:

a) pelo site (www.mpto.mp.br), preenchendo o formulário constante do link “manifestação” (à esquerda);

b) pelos telefones (63) 3216-7598 e 3216-7575;

c) pelo e-mail ouvidoria@mpto.mp.br;

d) por correspondência enviada para o endereço Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, Cep 77.006-218 – Palmas-TO.

No decorrer de 2017, a Ouvidoria do Ministério Público recebeu e processou 965 ocorrências, das quais 800 foram anônimas. Da análise de dados, constata-se que 141 manifestações foram enviadas para as áreas com atribuição e aguardam respostas, enquanto 824 foram respondidas e concluídas.



Relatório de Gestão 2017

A seguir serão demonstradas, por meio de tabelas, as Manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria no decorrer de 2017.

Tabela 6.5.1 – Formas de Ocorrência, em 2017

Forma de Contato	Ano	Em, (%)
<i>Virtual</i>	697	72,23
<i>E-mail</i>	50	5,18
<i>Telefone</i>	138	14,30
<i>Presencial</i>	80	8,29
<i>Recebimento de Ofício/Comunicação/Carta</i>	-	0,0
<i>Outros</i>	-	0,0
Total	965	100,00

Fonte: Ouvidoria

Tabela 6.5.2 – Evolução das Manifestações Recebidas por Grupo – 2014/2017

Grupo	Ano			
	2014	2015	2016	2017
<i>Denúncia</i>	458	568	766	893
<i>Pedido de Informação</i>	53	57	62	33
<i>Reclamações</i>	51	74	13	19
<i>Comentários</i>	01	-	-	-
<i>Elogios</i>	04	04	02	02
<i>Sugestões</i>	04	02	-	06
<i>Críticas</i>	01	-	01	04
<i>Dúvidas</i>	-	01	-	08
Total	572	706	844	965

Fonte: Ouvidoria

A maioria das ocorrências concentrou-se no assunto “Improbidade Administrativa”, representando 22,14%. Outro assunto destaque foi “Educação/Saúde/Pessoa com Deficiência” que representa 13,88% do total das manifestações registradas. Em seguida, vem o assunto “Consumidor/Serviços Públicos”, com 12,33% do total. A seguir, a tabela com detalhamento por assunto:



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.5.3 – Detalhamento por assunto

Detalhamento por assunto	Quantidade	Em, (%)
<i>Crime/Execução Penal</i>	55	6,06
<i>Educação/Saúde/Pessoa com Deficiência</i>	126	13,88
<i>Eleitoral</i>	01	0,11
<i>Improbidade Administrativa</i>	201	22,14
<i>Concurso Público</i>	50	5,51
<i>Irregularidade Trabalhista</i>	36	3,96
<i>Controle Externo da Atividade Policial</i>	29	3,19
<i>Demanda Alheia à Competência da Ouvidoria/Consultas e Dúvidas Jurídicas</i>	47	5,18
<i>Residência na Comarca e Lotação de Membros</i>	-	0,00
<i>Administração e Funcionamento do Ministério Público</i>	10	1,10
<i>Infração Disciplinar de Membro ou Servidor/Inércia ou Morosidade na Atuação Funcional</i>	28	3,08
<i>Infância e Juventude</i>	68	7,49
<i>Lei de Acesso à Informação/Remuneração de Membros e Servidores</i>	27	2,97
<i>Consumidor/Serviços Públicos</i>	112	12,33
<i>Meio Ambiente</i>	41	4,52
<i>Outros</i>	77	8,48
Total	908	100,00

Fonte: Ouvidoria

Obs.: algumas manifestações referem-se a mais de um tema.

6.6 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Tocantins (MPTO), por meio de seus órgãos de execução Promotorias e Procuradorias de Justiça, atuaram em diversas áreas no decorrer de 2017. Selecionamos as notícias relacionadas aos objetivos estratégicos, elencados no Plano Estratégico 2010-2018, conforme quadros a seguir:

Quadro 6.6.1 - Principais noticiais: aperfeiçoar o sistema penal e as medidas alternativas

Item	Assunto	Data
1	<i>Após Ação do MPTO, contratos entre Estado e Umanizzare são considerados nulos pela Justiça.</i>	09/10/17
2	<i>Com Umanizzare fora da administração prisional, MPTO requisita informações ao governo do Estado sobre continuidade dos serviços</i>	01/12/17
3	<i>Grupo de Trabalho sobre o Sistema Prisional discute construção e reforma de unidades</i>	02/05/17
4	<i>Instituições definem ações para fiscalização do sistema prisional no Tocantins</i>	20/02/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.6.1 - Principais noticiais: aperfeiçoar o sistema penal e as medidas alternativas

Item	Assunto	Data
5	<i>Liminar requerida pelo MPTO determina que preso pelo não pagamento de pensão alimentícia seja separado de presos comuns</i>	31/10/17
6	<i>Monitoramento de tornozeleiras eletrônicas passa a ser acompanhado do Gaeco</i>	22/11/17
7	<i>MPTO desenvolve projeto de capacitação com detentas da região sul do Estado</i>	27/07/17
8	<i>MPTO discute sistema prisional em duas reuniões ocorridas nesta sexta-feira</i>	20/01/17
9	<i>MPTO é parceiro em projeto de leitura para presos em Araguatins</i>	06/07/17
10	<i>MPTO encontra celas lotadas e reclamações de reeducandos em vistoria realizada na Casa de Prisão Provisória de Palmas</i>	11/01/17
11	<i>MPTO instaura inquérito civil para investigar contrato de empresa que administra presídios no Tocantins</i>	11/01/17
12	<i>MPTO obtém condenação do Estado e da Umanizzare por problemas na execução de serviços no sistema prisional</i>	01/06/17
13	<i>MPTO participa de reunião do Grupo de Trabalho sobre sistema prisional</i>	29/05/17
14	<i>MPTO pede que preso por pensão alimentícia em Paraíso seja colocado em cela separada de presos comuns</i>	19/10/17
15	<i>MPTO promove audiência sobre segurança pública em Pedro Afonso</i>	22/03/17
16	<i>MPTO recomenda ao Estado que garanta a manutenção da ordem em presídio com a saída da Umanizzare</i>	30/08/17
17	<i>MPTO recomenda que SECIJU adote medidas na transição da gestão penitenciária da Umanizzare para o Estado</i>	14/06/17
18	<i>MPTO sedia reunião do Conselho da Comunidade de Palmas</i>	08/03/17
19	<i>PGJ destaca necessidade da abertura de novas vagas no sistema prisional durante reunião com Governo do Estado e Poder Judiciário</i>	20/01/17
20	<i>Promotor de Justiça recomenda ao Estado instalação urgente de unidade prisional de regime semiaberto em Palmas</i>	03/04/17
21	<i>Promotor de Justiça representa MPTO no "I Fórum de Inteligência e Segurança Prisional do Tocantins"</i>	28/09/17
22	<i>Reunião do Conselho Penitenciário Estadual tem foco em atuação mais intensiva em fiscalizações e inspeções</i>	21/03/17
23	<i>Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Prisional discute novo prazo para saída completa da Umanizzare</i>	06/07/17
24	<i>Transição na gestão da Casa de Prisão de Palmas e da Unidade Barra da Grota é discutida no MPTO</i>	07/07/17
25	<i>Vistoria aponta problemas em cadeias da região sudeste do Estado</i>	07/07/17
26	<i>Vistoria na CPP de Palmas é realizada a pedido de Promotor de Justiça da área de execução penal</i>	16/01/17

Fonte: Assessoria de Comunicação



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.6.2 - Principais noticiais atuar na defesa dos direitos da criança e do adolescente

Item	Assunto	Data
1	<i>Ação do Caopij incentiva Promotores de Justiça a instaurar inquérito para investigar programas de acolhimento</i>	18/07/17
2	<i>Alternativas ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco são discutidas em Araguaína</i>	17/08/17
3	<i>Após consulta do MPTO, Conselho Regional de Medicina orienta médicos a denunciarem gestantes que se recusem a fazer pré-natal</i>	07/06/17
4	<i>Audiência discute implementação de programas que visam qualificar jovens em situação de vulnerabilidade em Araguaína</i>	23/10/17
5	<i>Caopij lança Ação para incentivar implantação de programa de Guarda Subsidiada</i>	08/03/17
6	<i>Conselheiros tutelares participam de treinamento do MPTO para otimizar fluxo de atendimento à população</i>	27/10/17
7	<i>Decisão atende pedidos do MPTO para que Estado do Tocantins homologue e dê posse aos aprovados no concurso do sistema socioeducativo</i>	25/05/17
8	<i>Em Ação do MPTO, Promotores de Justiça devem instaurar inquérito para investigar programas de acolhimento</i>	05/04/17
9	<i>Evento apresenta dados sobre a situação da infância e adolescência do Tocantins</i>	11/07/17
10	<i>Iniciativa do MPTO visa qualificar jovens em situação de vulnerabilidade social para inserção no mercado de trabalho</i>	18/10/17
11	<i>Liminar obriga município de Paranã a estruturar Conselho Tutelar</i>	20/10/17
12	<i>Mais uma etapa para implantação da cadeia de custódia é finalizada</i>	13/12/17
13	<i>MPTO capacita conselheiros tutelares de Goiatins, Barra do Ouro e Campos Lindos</i>	17/08/17
14	<i>MPTO discute fluxo de atendimento no Conselho Tutelar de Porto Nacional</i>	15/08/17
15	<i>MPTO e instituições estaduais dão mais um passo na sistematização da cadeia de custódia no Tocantins</i>	02/05/17
16	<i>MPTO firma TACs com municípios da Comarca de Colméia-TO para realização de cavalgadas</i>	24/05/17
17	<i>MPTO lança nova edição do Estatuto da Criança e do Adolescente</i>	16/02/17
18	<i>MPTO participa de visita técnica ao CEIP Norte para implantação de projeto de aprendizagem profissional</i>	22/11/17
19	<i>MPTO pede que município ofereça medidas socioeducativas em meio aberto a adolescentes infratores</i>	22/08/17
20	<i>MPTO quer maior rigor na proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos em Natividade</i>	11/09/17
21	<i>MPTO requer estrutura e material necessário às atividades do Conselho Tutelar de São Salvador do Tocantins</i>	20/09/17
22	<i>MPTO requer melhorias para o Conselho Tutelar de Paranã</i>	09/06/17
23	<i>MPTO se reúne com representantes de municípios da Comarca de Porto Nacional para tratar de pactuação de abrigamento regionalizado</i>	27/10/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.6.2 - Principais notícias atuar na defesa dos direitos da criança e do adolescente

Item	Assunto	Data
24	Municípios da comarca de Pedro Afonso acionados pelo MPTO têm prazo para elaborar plano socioeducativo destinado a adolescentes infratores	30/11/17
25	PGJ participa do lançamento de ações voltadas ao combate às queimadas no Estado	06/07/17
26	Projeto de Cadeia de Custódia deve ser implantado até dezembro nas três maiores regionais de saúde do Tocantins	19/10/17
27	Projeto de Cadeia de Custódia recebe novos apoiadores	19/05/17
28	Promotores da área da Infância e Juventude participam de encontro em Palmas	02/05/17
29	Promotores instauram Inquéritos para levantamento sobre programa de acolhimento em 19 municípios tocaninenses	29/03/17
30	Representante do MPTO discute programa Guarda Subsidiada com secretários municipais de assistência social	19/09/17
31	Roda de conversa celebra os 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente	11/07/17
32	Temas ligados à infância e adolescência são expostos pelo MPTO à rede de proteção	03/05/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.6.3 Principais notícias: combater a criminalidade

Item	Assunto	Data
1	14 pessoas são denunciadas por traficar drogas na região do Bico do Papagaio	16/01/17
2	Acusado do homicídio de estudante é denunciado pelo MPTO em Araguaína	15/06/17
3	Advogada é condenada por lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e associação para o tráfico	17/03/17
4	Após mais de 18 horas de júri, MPTO obtém condenação de acusados de assassinato	23/03/17
5	Comarca de Augustinópolis julga primeiro caso de feminicídio; réu é condenado a mais de 16 anos de prisão	21/11/17
6	Donos de clínica de Araguaína denunciados pelo MPTO por cárcere privado são condenados a prisão	13/12/17
7	Estudante é condenado a 20 anos de prisão por homicídio em Sítio Novo	01/11/17
8	Executor é condenado a 13 anos de reclusão pelo homicídio de comerciante em Colinas do Tocantins	02/06/17
9	Homem acusado de matar esposa com ajuda dos familiares é condenado a 18 anos de prisão em Colinas do Tocantins	19/10/17
10	Homem acusado de matar tio envenenado em São Sebastião do Tocantins é condenado a 17 anos de prisão	11/08/17
11	Homem é condenado a 25 anos de reclusão por matar idoso a golpes de machado em Arraias	17/07/17
12	Homem é condenado a mais de 17 anos por crime de feminicídio em Palmeirópolis	07/12/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.6.3 Principais noticiais: combater a criminalidade

Item	Assunto	Data
13	Júri Popular condena homem a mais de 20 anos de prisão em Araguaçu	13/12/17
14	Justiça acolhe pedido do MPTO de incluir o nome de Duda Pereira no rol de procurados da Interpol	13/06/17
15	Justiça atende MPTO e decreta prisão preventiva do empresário Eduardo Pereira	10/04/17
16	Lavrador é condenado em Xambioá	26/09/17
17	Marido de cabeleireira morta em Araguaína vai responder por feminicídio	26/06/17
18	MPTO apresenta denúncia contra acusado de matar PM em Araguaína	16/06/17
19	MPTO denuncia advogada goiana por porte ilegal de arma e munições	21/03/17
20	MPTO denuncia comerciante de Araguaína que tentou matar dois moradores de rua	02/06/17
21	MPTO denuncia envolvidos no assalto da agência do Banco do Brasil que levou terror à cidade de Gurupi	18/08/17
22	MPTO denuncia envolvidos no assassinato de advogado Danilo Sandes, em Araguaína	10/11/17
23	MPTO denuncia homem por forjar bilhete de despedida para esconder assassinato da esposa ocorrido há 10 anos	04/05/17
24	MPTO denuncia jovem que agrediu ex-namorada a golpes de facão em Araguaína	27/11/17
25	MPTO denuncia suspeitos de assalto a fazendas em Araguaína	28/08/17
26	MPTO e Polícia Científica discutem implementação de laudos periciais na investigação de crimes contra a vida	26/05/17
27	MPTO e Polícia Civil capturam homem condenado a 17 anos de prisão pelo assassinato do tio	11/08/17
28	MPTO obtém condenação de acusado de assassinar Policial Militar há 24 anos em Jaú do Tocantins	01/04/17
29	MPTO obtém condenação de acusado de ter assassinado o próprio irmão	07/06/17
30	MPTO obtém condenação de dois homens por assassinato em assentamento de Nova Rosalândia-TO	25/11/17
31	MPTO obtém condenação de homem acusado de homicídio em Araguaína	27/04/17
32	MPTO obtém decisão favorável e acusados do assassinato de empresário de Porto Nacional irão a júri popular	01/03/17
33	MPTO obtém decisão favorável que mantém prisão de acusado do assassinato de dentista no norte do Estado	10/04/17
34	MPTO obtém primeira condenação por feminicídio em Ponte Alta	11/08/17
35	MPTO promete empenho para agilizar julgamento de Fábio Pisoni	09/05/17
36	MPTO quer que Duda Pereira seja incluído na lista de procurados pela Interpol	08/06/17
37	MPTO tem êxito em dois Tribunais do Júri na comarca de Cristalândia	14/12/17
38	MPTO tem tese acatada e Justiça condena a mais de 18 anos homem acusado de estuprar idosa em Natividade	04/08/17
39	MPTO, SSP e Energisa realizam ação com foco na segurança da população	07/04/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.6.3 Principais noticiais: combater a criminalidade

Item	Assunto	Data
40	<i>Operação frustra tentativa de ataques a órgãos públicos</i>	05/04/17
41	<i>Policiais Civis de Araguaína serão levados a Júri Popular por tentativa de homicídio</i>	06/06/17
42	<i>Policial que dirigia embriagado e causou a morte de duas pessoas em Araguaína é denunciado por homicídio doloso</i>	02/02/17
43	<i>Traficantes são presos em ação conjunta do MPTO com as polícias Militar e Civil no município de Peixe</i>	05/04/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.4 - Principais noticiais: combater a improbidade e recuperar ativos

Item	Assunto	Data
1	<i>Ação do MPTO é acatada pela justiça para obrigar Câmara de Gurupi a atualizar Portal da Transparência</i>	17/08/17
2	<i>Ação do MPTO questiona discrepância na lotação de policiais no Estado</i>	25/09/17
3	<i>Ação do MPTO requer suspensão do aumento salarial de gestores municipais em Pindorama</i>	11/08/17
4	<i>Ação do MPTO resulta na condenação de sete ex-vereadores de Dianópolis por desvio de dinheiro público</i>	21/02/17
5	<i>Ação que visava anular aumento do IPTU em Arraias é declarada extinta por ter atingido seu objetivo</i>	12/06/17
6	<i>Após Ação do MPTO, justiça decreta bloqueio dos bens de ex-prefeito de Taguatinga</i>	26/10/17
7	<i>Após Ação do MPTO, quase meio milhão de reais gastos em refeições deve ser devolvido aos cofres do Estado</i>	10/02/17
8	<i>Após recurso, MPTO obtém decisão favorável à condenação de ex-prefeito de Santa Maria</i>	10/11/17
9	<i>Atendendo a pedidos do MPTO e MPC, Tribunal de Contas determina inspeção no sistema de informática do Detran/TO</i>	29/05/17
10	<i>Atuação do MPTO impede que município de Paranã realize licitações sem a devida publicidade</i>	14/02/17
11	<i>Atuação do MPTO resulta em condução coercitiva de médico acusado de cobrar por cirurgias no hospital público de Augustinópolis</i>	24/03/17
12	<i>Câmara de Vereadores de Paraíso possui 70% de servidores comissionados e MPTO recomendação concurso público</i>	19/05/17
13	<i>Condições precárias de delegacia de Caseara levam MPTO a ingressar com ação judicial contra Estado</i>	17/11/17
14	<i>Decisão atende pedidos do MPTO e condena ex-prefeito de Silvanópolis por emissão de cheques sem fundos</i>	20/02/17
15	<i>Decisão atende pedidos do MPTO e condena ex-presidente da Câmara Municipal de Rio da Conceição a devolver mais de R\$ 11 mil aos cofres públicos</i>	27/03/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.4 - Principais noticiais: combater a improbidade e recuperar ativos

Item	Assunto	Data
16	<i>Decisão atende pedidos do MPTO e determina bloqueio de bens e imóveis de ex-governador e de ex-secretário de saúde do Tocantins</i>	12/01/17
17	<i>Decisão atende pedidos do MPTO e determina que ex-secretário de finanças de Nova Olinda utilize tornozeleira eletrônica durante cumprimento de pena</i>	27/07/17
18	<i>Depois de ser afastado das funções a pedido do MPTO, cartorário de Cristalândia é condenado à perda do cargo</i>	21/11/17
19	<i>Estado terá que prestar informações sobre a posse dos concursados da Cidadania e Justiça e sobre a substituição dos servidores contratados</i>	13/09/17
20	<i>Ex-prefeito de Araguaína é condenado por irregularidade em contrato referente a radares de trânsito</i>	27/10/17
21	<i>Ex-prefeito de Carmolândia-TO é condenado a 11 de reclusão em ação penal movida pelo MPTO</i>	11/07/17
22	<i>Ex-prefeito de Crixás do Tocantins é condenado por improbidade administrativa em ação do MPTO</i>	29/04/17
23	<i>Ex-prefeito de Fátima tem bens bloqueados após Ação do MPTO</i>	11/04/17
24	<i>Ex-prefeito de Goiatins Olímpio Barbosa Neto tem prisão preventiva decretada a pedido do MPTO</i>	25/08/17
25	<i>Ex-prefeito de Goiatins tem bens bloqueados a pedido do MPTO</i>	25/01/17
26	<i>Ex-prefeito de Paraíso do Tocantins tem R\$ 2,9 milhões bloqueados a pedido do MPTO</i>	06/03/17
27	<i>Ex-prefeito de Paranã é condenado a ressarcir recursos por dano ao erário</i>	23/10/17
28	<i>Ex-prefeito de Sandolândia-TO, denunciado pelo MPTO, é condenado a mais de quatro anos de detenção por contratar serviço sem licitação</i>	26/07/17
29	<i>Ex-prefeito e ex-secretária de Pium são condenados pela prática de improbidade administrativa</i>	01/02/17
30	<i>Focco irá incentivar uso de aplicativos de celulares no combate à corrupção</i>	05/05/17
31	<i>Fundação Unirg assume compromisso perante o MPTO de realizar concurso público para o cargo de professor</i>	13/12/17
32	<i>Igeprev: liminares determinam o bloqueio de R\$ 308 milhões em bens de agentes públicos e empresas</i>	26/09/17
33	<i>Irregularidades nas transferências ao Instituto de Previdência de Araguaína levam MPTO a ajuizar ação</i>	01/11/17
34	<i>Justiça acata pedidos do MPTO e determina afastamento do Secretário Estadual de Saúde</i>	30/08/17
35	<i>Justiça atende pedido do MPTO e condena município de Cariri a realizar manutenção na rede elétrica</i>	04/05/17
36	<i>Licitação do município de Recursolândia é suspensa a pedido do MPTO</i>	08/02/17
37	<i>Liminar fixa prazo de 30 dias para adequações no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa</i>	25/07/17
38	<i>Liminar que obriga Assembleia Legislativa a adequar Portal da Transparência é mantida</i>	26/09/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.4 - Principais noticiais: combater a improbidade e recuperar ativos

Item	Assunto	Data
39	<i>Liminar suspende venda de imóveis da Odebrecht Ambiental/Saneatins localizados em Formoso do Araguaia</i>	20/06/17
40	<i>Mantido bloqueio de bens de ex-prefeito de Oliveira de Fátima</i>	28/03/17
41	<i>Material apreendido pelo MPTO é devolvido a Prefeitura de Colinas</i>	26/04/17
42	<i>MPTO aciona municípios que não prestaram contas de bens doados pelo PAC-2</i>	03/08/17
43	<i>MPTO aciona secretário estadual da Saúde pela prática de improbidade administrativa</i>	31/08/17
44	<i>MPTO ajuíza ação contra "servidora fantasma" da Secretaria Estadual da Saúde</i>	26/05/17
45	<i>MPTO ajuíza ação contra diretora regional de ensino de Araguaína pela prática de abuso de poder</i>	08/06/17
46	<i>MPTO ajuíza ação contra ex-prefeito de Cariri do Tocantins por propor lei que permitiu a doação de centenas de lotes públicos sem critérios</i>	03/05/17
47	<i>MPTO ajuíza ação contra ex-prefeito por nomeação de concursados em período vedado por lei</i>	08/06/17
48	<i>MPTO ajuíza ação penal contra conselheira tutelar de Talismã e pede a perda da função pública</i>	27/04/17
49	<i>MPTO ajuíza Ação por improbidade administrativa contra ex-prefeito de Axixá</i>	05/06/17
50	<i>MPTO aponta irregularidades em licenciamento ambiental e processa ex-presidente e servidores do Naturatins</i>	09/06/17
51	<i>MPTO aponta irregularidades em obra da Câmara de Porto Nacional e obtém bloqueio de bens dos acusados</i>	02/05/17
52	<i>MPTO apura possíveis atrasos do Governo do Estado nos repasses financeiros ao Igeprev</i>	10/08/17
53	<i>MPTO cobra recuperação de rodovia que liga os municípios de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré</i>	06/04/17
54	<i>MPTO consegue suspender aumento de salários de prefeita, vice-prefeito e secretários de Santa Terezinha do Tocantins</i>	24/08/17
55	<i>MPTO constata indício de irregularidade em licitação da Sesau e encaminha representação ao MPF</i>	11/07/17
56	<i>MPTO desenvolve projeto para prevenção de atos de improbidade em municípios</i>	25/05/17
57	<i>MPTO e MPC recomendam suspensão de licitação para compra de produtos de decoração natalina de Palmas</i>	25/10/17
58	<i>MPTO e MPC recomendaram na segunda que Assembleia suspenda licitação para compra de móveis de luxo</i>	12/09/17
59	<i>MPTO e MPC requerem estudo sobre a legalidade da obra de revitalização da Avenida Tocantins, em Taquaralto</i>	30/08/17
60	<i>MPTO ingressa com ação para obrigar Município e Câmara de Vereadores de Axixá a implementar o Portal Transparência</i>	21/02/17
61	<i>MPTO instaura inquérito para levantar quantitativo de policiais militares na região de Araguaína</i>	07/08/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.4 - Principais noticiais: combater a improbidade e recuperar ativos

Item	Assunto	Data
62	MPTO intervém e consegue suspensão de aumento de salários de prefeito, vice e secretários em Crixás	25/08/17
63	MPTO investiga ocorrência de nepotismo em Santa Rita do Tocantins	16/02/17
64	MPTO investiga omissão do Estado na pesagem de caminhões em rodovias estaduais	19/10/17
65	MPTO obtém condenação de ex-prefeita de Ipueiras por utilizar recurso público na compra de apoio político	28/07/17
66	MPTO obtém condenação de ex-prefeito de Crixás do Tocantins e gestores de fundos municipais por dispensa de licitação	13/03/17
67	MPTO obtém decisão judicial que obriga Estado a recuperar trecho da rodovia estadual que liga Porto Nacional a Brejinho de Nazaré	25/04/17
68	MPTO obtém decisão que afasta da função cartorário de Cristalândia	08/11/17
69	MPTO obtém decisão que obriga Estado a destinar recursos para a reforma e estruturação das delegacias de polícia da Comarca de Gurupi	19/09/17
70	MPTO obtém decisão que reduz salário de prefeito, vereadores e secretários municipais de Ponte Alta do Bom Jesus	07/12/17
71	MPTO obtém liminar para impedir nepotismo em Santa Rita do Tocantins	13/06/17
72	MPTO participa de audiência pública sobre a situação de obras inacabadas no Tocantins	30/08/17
73	MPTO pede à Justiça que suspenda a função pública do tabelião de Cristalândia condenado por crime de falsidade ideológica	27/10/17
74	MPTO pede afastamento do prefeito de Nova Olinda por prática de nepotismo	31/03/17
75	MPTO pede condenação de ex-prefeito de Sítio Novo por sacar dinheiro público no período eleitoral sem prestar contas	01/03/17
76	MPTO pede que a Umanizzare deixe gestão de unidades prisionais e que pagamentos pelos serviços sejam suspensos	07/03/17
77	MPTO pede, na Justiça, nulidade de registros de imóveis rurais fraudados em Riachinho	08/02/17
78	MPTO prende em flagrante pregoeiro de Praia Norte por fraude em licitação	20/02/17
79	MPTO processa ex-prefeito de Dueré-TO e de Cariri do Tocantins por improbidade administrativa	02/03/17
80	MPTO processa gestores públicos e empresas apontando dano ao erário de mais de R\$ 400 milhões por superfaturamento na construção da ponte e aterro que ligam Palmas a Porto Nacional	01/08/17
81	MPTO quer anulação de contrato da Câmara Municipal de Gurupi para a locação de veículos	22/03/17
82	MPTO quer anulação de reajuste salarial do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários de Crixás do Tocantins	22/06/17
83	MPTO quer anular portaria que removeu policiais militares; justificativa é que houve desvio de finalidade na edição do ato	13/06/17
84	MPTO quer impedir despesas do Estado com shows, eventos e publicidade	10/03/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.4 - Principais noticiais: combater a improbidade e recuperar ativos

Item	Assunto	Data
85	MPTO quer informação sobre gastos no carnaval de Pedro Afonso diante do descaso na prestação de serviços básicos	09/03/17
86	MPTO quer que governo cumpra decisão liminar e dê posse aos aprovados para cargos do sistema socioeducativo no Concurso da Defesa Social	18/05/17
87	MPTO quer realização de concurso público e suspensão de contratos temporários na prefeitura de Cristalândia	23/02/17
88	MPTO quer veículos oficiais da Câmara de Gurupi identificados	22/05/17
89	MPTO questiona conduta de médico servidor público estadual lotado em Gurupi	02/03/17
90	MPTO recomenda a realização de novo concurso público para o Quadro Geral de Paranã	08/11/17
91	MPTO recomenda anulação de provas para seis cargos de concurso promovido pela Prefeitura de Axixá e nomeação dos demais aprovados	03/03/17
92	MPTO recomenda exoneração do diretor geral do Hospital Regional de Gurupi em razão do acúmulo ilegal de cargos públicos	26/04/17
93	MPTO recomenda homologação de concurso público da Prefeitura de Nazaré e convocação dos aprovados	17/03/17
94	MPTO recomenda órgãos sobre necessidade de farmacêuticos em período integral em drogarias de Gurupi	10/05/17
95	MPTO recomenda que prefeitura efetue pagamentos atrasados em Peixe	21/11/17
96	MPTO recomenda suspensão de concursos em Gurupi	24/02/17
97	MPTO recorre ao Tribunal de Justiça para impedir despesas do Estado com shows, eventos e publicidade	08/06/17
98	MPTO recorre de decisão visando responsabilizar empresas por fraudes em obras públicas que causaram prejuízo superior a R\$ 6 milhões	16/11/17
99	MPTO recorre de sentença que absolveu ex-prefeito de Araguaína e empresários de crime contra a Lei de Licitações	26/10/17
100	MPTO requer a condenação de prefeito de Sucupira por uso irregular de veículo oficial	23/05/17
101	MPTO requer a rescisão de contratos temporários e a realização de concurso público em Riachinho	22/11/17
102	MPTO requer adequações no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa	21/07/17
103	MPTO requer condenação de Prefeito de Gurupi por doação de R\$ 400 mil ao Gurupi Esporte Clube	21/08/17
104	MPTO requer condenação de vice-prefeita de Conceição do Araguaia por acúmulo ilegal de cargos públicos	04/05/17
105	MPTO requer medidas para garantir segurança interna no Hospital Regional de Gurupi	21/03/17
106	MPTO requer na Justiça anulação de licitação de R\$ 1,2 milhão da Prefeitura de Palmeiras do Tocantins por indício de sobrepreço e outras irregularidades	14/09/17
107	MPTO requer que Câmara reduza cargos comissionados em Gurupi	21/06/17
108	MPTO requer que marido de prefeita de Riachinho seja proibido de entrar nas repartições públicas do município	07/02/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.4 - Principais noticiais: combater a improbidade e recuperar ativos

Item	Assunto	Data
109	MPTO requisita informações ao Estado sobre gastos com pessoal	21/11/17
110	MPTO se manifesta pela rescisão do contrato entre Estado e Umanizzare durante reunião do grupo de trabalho sobre sistema prisional	30/03/17
111	MPTO se manifesta pelo afastamento do prefeito de Oliveira de Fátima	06/09/17
112	Município de Goiatins pagou por aparelho de raio-x que não foi entregue; MPTO leva caso à Justiça	29/11/17
113	Município de Palmas atende recomendação do MPTO e MPC e revoga pregão eletrônico	01/06/17
114	Município de Palmas atende recomendação do MPTO e MPC e suspende pregão presencial no valor de R\$ 13,2 milhões por indícios de sobrepreço	22/06/17
115	Prefeito de Ipueiras tem R\$ 1,7 milhão bloqueado a pedido do MPTO	03/03/17
116	Prefeito de Oliveira de Fátima tem bens bloqueados; MPTO pede também seu afastamento do cargo	04/05/17
117	Prefeitura de Dianópolis atende MPTO e suspende gastos com carnaval para priorizar a quitação de dívidas	15/02/17
118	Problemas estruturais nas delegacias de Novo Acordo e Aparecida do Rio Negro levam MPTO a intervir na Justiça	15/03/17
119	Procurador-Geral de Justiça requer levantamento de prefeituras com pendências em relação aos portais da transparência	01/08/17
120	Promotora de Justiça representa MPTO em audiência pública sobre revisão da Lei Orgânica de Colinas do Tocantins	06/09/17
121	Recomendação conjunta do MPTO e MPC requer a suspensão de pregão eletrônico a ser realizado pelo município de Palmas	30/05/17
122	Secretária de Axixá do Tocantins é alvo de ação do MPTO por utilizar máquina da Prefeitura em propriedade particular	19/09/17
123	STF confirma pedido do MPTO e mantém ex-prefeito de Nova Olinda na prisão	03/03/17
124	Sucateamento dos núcleos da Polícia Técnico-Científica em Tocantinópolis leva MPTO a ajuizar ação contra o Estado	09/08/17
125	Suposta fraude na locação de veículos e aquisição irregular de combustíveis leva MPTO a ajuizar Ação contra vereadores de Gurupi	12/05/17
126	TJ acata tese do MPTO e mantém condenação da ex-superintendente do Sebrae Tocantins por ato de improbidade administrativa	04/09/17
127	TJ atende MPTO e mantém condenação de ex-presidente da Câmara de Porto Nacional por burlar Lei das Licitações	12/04/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.5 - Principais noticiais: combater a violência doméstica

Item	Assunto	Data
1	Alunos de três escolas de Palmas recebem certificados de “Guardião do Lar” após orientações sobre combate à violência contra a mulher	10/10/17
2	Campanha alusiva à Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher tem participação do MPTO	07/11/17
3	Escola Municipal Darcy Ribeiro recebe projeto “Anjos da Guarda”	08/11/17
4	Juarina-TO: Promotor de Justiça fala sobre os avanços nos direitos das mulheres	08/03/17
5	Mais de 80 alunos participam de palestra do projeto Anjos da Guarda	01/11/17
6	Ministério Público Estadual promove palestra sobre Lei Maria da Penha a alunos da rede municipal de Palmas	08/03/17
7	MPTO lança Projetos de combate à violência contra mulher e proteção ao Idoso	14/06/17
8	MPTO lança projetos destinados a fortalecer amparo a idosos e combater à violência doméstica	19/06/17
9	MPTO leva “Uma parceria rumo à paz” ao setor Santa Bárbara	17/08/17
10	MPTO participa de marcha pelos direitos das mulheres	09/03/17
11	MPTO promove caminhada pela paz	18/08/17
12	MPTO promove palestra sobre combate à violência doméstica e familiar em escola de Palmas nesta sexta-feira	14/09/17
13	Núcleo Maria da Penha acompanha evento sobre violência de gênero, pedofilia e pornografia vingativa	01/09/17
14	Projeto Anjos da Guarda leva informação sobre combate a violência contra mulher a escolas de Palmas	15/09/17
15	Promotores de Justiça deverão levantar número de inquéritos policiais de feminicídio no Estado	21/03/17
16	São Valério: Promotor de Justiça ministra palestra sobre o Dia Internacional da Mulher	08/03/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.6 - Principais noticiais: combater o crime organizado

Item	Assunto	Data
1	A pedido do MPTO, Justiça suspende contrato entre Odebrecht/Saneatins e construtora investigada na operação Lava Jato	14/09/17
2	Ação conjunta do MPTO e PC resulta em apreensão de drogas em Palmas	01/08/17
3	Ação do GAECO resulta em condenação de organização criminosa de tráfico de drogas cujas penas somam 87 anos de prisão	05/12/17
4	Ação do MPTO, Polícias Militar e Civil resulta na prisão de 8 agentes públicos em Couto Magalhães	27/04/17
5	Ex-prefeito Raul Filho, Carlinhos Cachoeira e mais 18 pessoas são alvo de denúncia do MPTO por formação de organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro	10/04/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.6 - Principais noticiais: combater o crime organizado

Item	Assunto	Data
6	<i>GAECO denuncia 21 pessoas por tráfico de drogas, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro</i>	29/05/17
7	<i>Gaeco denuncia dois empresários do ramo de combustíveis por formação de cartel</i>	08/08/17
8	<i>MPTO requer prisão preventiva de policiais civis e de ex-chefe da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional por integrarem organização criminosa</i>	03/08/17
9	<i>Operação conjunta do MPTO e Polícia Civil resulta na prisão de traficantes e apreensão de 30 kg de drogas</i>	09/06/17
10	<i>Operação do Gaeco e Polícia Civil prende supostos integrantes de quadrilha que traficava drogas no Sul de Palmas</i>	28/09/17
11	<i>Operação do Gaeco resulta na prisão de suspeitos de roubo</i>	27/10/17
12	<i>Operações do Gaeco em 2017 resultam na prisão de 50 pessoas</i>	19/12/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.7 - Principais noticiais: efetivar controle externo da atividade policial

Item	Assunto	Data
1	<i>Ação do MPTO visa melhorias nos serviços de investigação da Polícia Civil</i>	13/10/17
2	<i>Delegado de Polícia é condenado a mais de 15 anos de prisão em Araguaína</i>	07/03/17
3	<i>Gecep realizará inspeções em Palmas, Araguaína e Gurupi em conjunto com os promotores naturais</i>	08/11/17
4	<i>MPTO instaura inquérito para investigar ação de policiais militares em Paraíso</i>	25/04/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.8 - Principais noticiais: exigir o cumprimento do direito à educação

Item	Assunto	Data
1	<i>Alunos ficam sem merenda em Abreulândia-TO e MPTO aciona Justiça para obrigar Estado a regularizar fornecimento</i>	01/09/17
2	<i>Caopij oficia promotores de Justiça para que acompanhem fiscalizações de veículos escolares</i>	17/08/17
3	<i>Decisão atende pedidos do MPTO e determina regularização de transporte escolar em Dianópolis</i>	18/04/17
4	<i>Educação em Monte do Carmo é tema de audiência pública; precariedade de escola rural chama atenção</i>	28/06/17
5	<i>II Ciclo de Debates sobre Educação e Atuação do Ministério Público tem prazo para inscrição prorrogado até o dia 24 de abril</i>	17/04/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.8 - Principais noticiais: exigir o cumprimento do direito à educação

Item	Assunto	Data
6	<i>Inscrições para o II Ciclo de Debates sobre Educação e Atuação do Ministério Público estão abertas</i>	24/03/17
7	<i>Justiça atende MPTO e determina que Município de Araguaína ofereça atendimento a crianças com autismo</i>	24/08/17
8	<i>Liminar estabelece prazo de cinco dias para que Estado regularize a oferta de merenda escolar em Abreulândia-TO</i>	04/09/17
9	<i>MPTO ajuíza ação contra Município de Riachinho por irregularidades no transporte escolar</i>	16/11/17
10	<i>MPTO e DPE ingressam com ação judicial contra Município de Palmas solicitando reposição das aulas na rede municipal de ensino</i>	06/10/17
11	<i>MPTO e DPE recomendam que município estabeleça diálogo com grevistas da Educação e se abstenha de descontar salário até que defina sobre reposição das aulas</i>	26/09/17
12	<i>MPTO está convicto de que alunos não tiveram aulas durante a greve da rede municipal de Palmas e exigirá a reposição de aulas</i>	28/09/17
13	<i>MPTO inspeciona Escola Municipal Anne Frank para verificar impacto da greve da Educação</i>	26/09/17
14	<i>MPTO intervém para garantir oferta de ensino médio regular no período noturno em Tocantinópolis</i>	08/08/17
15	<i>MPTO obtém decisão judicial que obriga município de Paranã a regularizar o transporte escolar</i>	19/10/17
16	<i>MPTO orienta conselheiros do Fundeb em Araguaína acerca da fiscalização dos recursos</i>	09/10/17
17	<i>MPTO promove audiência pública para debater impactos da greve da Educação de Palmas</i>	22/09/17
18	<i>MPTO promove discussão sobre greve da Educação em Palmas e defende reposição das aulas</i>	25/09/17
19	<i>MPTO propõe à Seduc projeto de atendimento aos filhos dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos</i>	18/08/17
20	<i>MPTO propõe TAC para sanar problemas em escolas de Araguaína</i>	08/02/17
21	<i>MPTO recomenda continuidade no serviço de transporte escolar de Palmeirópolis</i>	04/12/17
22	<i>MPTO requer reforma e fornecimento de materiais básicos para escolas públicas de Ananás</i>	11/12/17
23	<i>O direito à educação e a fiscalização dos recursos da área são discutidos durante Ciclo de Debates</i>	27/04/17
24	<i>Planejamento e dotação orçamentária foram destaques na abertura do Ciclo de Debates sobre Educação e Atuação do Ministério Público</i>	27/04/17
25	<i>Proposta de acordo entre MPTO e Prefeitura de Santa Fé do Araguaia visa corrigir irregularidades no ensino fundamental e na educação infantil</i>	09/02/17

Fonte: Assessoria de Comunicação



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.9 - Principais noticiais: exigir o cumprimento do direito à saúde

Item	Assunto	Data
1	<i>A pedido do MPTO, Estado tem 15 dias para informar sobre estoque de medicamentos e materiais no Hospital Regional de Araguaína</i>	05/06/17
2	<i>A pedido do MPTO, Justiça mantém interdição das atividades de Centro Terapêutico de Araguaína</i>	24/05/17
3	<i>Ação do Ministério Público e Defensoria cobra regularização de procedimentos urológicos no Tocantins</i>	20/09/17
4	<i>Ação do MPTO requer soluções para inconformidades no setor oncológico do Estado</i>	10/10/17
5	<i>Acidentes de trânsito são alvo de discussões em reunião do Conselho Municipal de Saúde</i>	09/08/17
6	<i>Adesão do MPTO ao NAT-JUS é apresentada em reunião do Cemas</i>	24/08/17
7	<i>Após Ação do MPTO, Poder Judiciário concede tutela provisória para obrigar o Estado a regularizar o atendimento a doentes renais em Araguaína</i>	24/02/17
8	<i>Após intervenção do MPTO, município de Palmas regulariza abastecimento de medicamentos</i>	20/09/17
9	<i>Audiência determina novos prazos em relação a cirurgias pediátricas</i>	12/05/17
10	<i>Aumento de casos de leishmaniose em Araguaína faz MPTO reiterar pedido de urgência em ação judicial</i>	12/05/17
11	<i>Cessão de servidores da Sesau aos municípios volta a ser discutida por comitê do CNJ</i>	25/04/17
12	<i>Conselho Estadual de Saúde rejeita contas da Sesau</i>	08/06/17
13	<i>Debate sobre judicialização da Saúde reúne MPTO e órgãos que atuam na área</i>	29/05/17
14	<i>Decisão atende pedidos do MPTO e determina fornecimento de medicamentos a paciente da rede pública de Dianópolis</i>	03/04/17
15	<i>Decisão atende pedidos do MPTO e DPE e determina o bloqueio de R\$ 425 mil das contas do Estado para garantir alimentação dos pacientes da UTI do HGP</i>	07/03/17
16	<i>Durante prestação de contas da Secretaria de Saúde de Palmas, MPTO questiona processos de trabalho e tempo de espera de consultas durante</i>	30/03/17
17	<i>Em audiência na Justiça, Estado se compromete a regularizar abastecimento de medicamentos e insumos nos hospitais</i>	10/11/17
18	<i>Estado tem até esta terça-feira para prestar informações sobre situação dos funcionários do HGP</i>	30/10/17
19	<i>Estado tem dez dias para comprovar resolução de problemas em Hospital de Dianópolis</i>	11/10/17
20	<i>Estado terá que adquirir equipamento para normalizar a realização de cirurgias neurológicas no HGPP</i>	07/04/17
21	<i>Evento reúne profissionais da Saúde e do sistema de Justiça no Tocantins</i>	25/09/17
22	<i>Exames de mamografia são alvo de Recomendação do MPTO em Gurupi</i>	06/10/17
23	<i>Falhas nos serviços do Hospital Regional de Gurupi são alvo de um conjunto de ações do MPTO</i>	23/10/17
24	<i>Justiça determina que Estado e União disponibilizem UTI em até 24 horas após a prescrição médica</i>	22/11/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.9 - Principais noticiais: exigir o cumprimento do direito à saúde

Item	Assunto	Data
25	<i>Liminar determina melhoria nos serviços de saúde destinados às gestantes e aos recém-nascidos no Estado do Tocantins</i>	29/05/17
26	<i>Liminar expedida a pedido do MPTO determina a correção de irregularidades no atendimento do Hospital de Referência de Dianópolis</i>	05/12/17
27	<i>Liminar obriga Estado do Tocantins e União a disponibilizar leitos de UTI aos pacientes no prazo de até 24 horas após a prescrição médica</i>	05/04/17
28	<i>Liminar obriga Município e Estado a fornecerem medicação a grávidas com toxoplasmose em Gurupi</i>	30/10/17
29	<i>Mais de 300 pacientes têm tratamento interrompido pela falta de medicamentos de alto custo; MPTO ajuíza ação para resolver problema</i>	06/12/17
30	<i>Ministério Público e Defensoria requerem bloqueio de recursos para garantir dieta especial para os pacientes da UTI do HGPP</i>	10/02/17
31	<i>Ministério Público e Defensoria requerem normalização da oferta de medicamentos para pacientes do HGPP com câncer; 10 internos estão com quimioterapia suspensa</i>	14/02/17
32	<i>MPTO acompanha prestação de Contas da Secretaria de Saúde de Palmas</i>	29/09/17
33	<i>MPTO acompanha seminário sobre saúde do trabalhador</i>	24/08/17
34	<i>MPTO acompanha vistoria no Hospital Geral de Palmas</i>	08/08/17
35	<i>MPTO apura descumprimento de carga horária das equipes médicas do Hospital Regional de Araguaína</i>	17/01/17
36	<i>MPTO cobra cumprimento de sentença e pagamento de multa por omissão do Estado em regularizar serviços do HRG</i>	26/09/17
37	<i>MPTO cobra regularização dos serviços de anestesiologia em todos os hospitais do Estado</i>	01/12/17
38	<i>MPTO discute prevenção de óbito fetal e materno com órgãos ligados à saúde em Araguaína</i>	10/11/17
39	<i>MPTO e DPE firmam acordo com Estado para garantir realização de cirurgias ortopédicas</i>	14/06/17
40	<i>MPTO instaura inquéritos civis para apurar irregularidades na saúde pública em Porto Nacional</i>	19/01/17
41	<i>MPTO instaura procedimento para investigar irregularidades na Rede de Atenção Psicossocial do Estado</i>	27/09/17
42	<i>MPTO investiga irregularidades na Rede de Atenção Psicossocial do Tocantins</i>	19/10/17
43	<i>MPTO investiga mortes de recém-nascidos no Hospital Dona Regina</i>	22/09/17
44	<i>MPTO investiga prejuízos à saúde públicas causadas por paralisação de anestesistas e pela interrupção de serviço de radioterapia</i>	10/11/17
45	<i>MPTO obtém bloqueio de R\$ 250 mil das contas do Governo do Estado destinados à estruturação de centro para tratamento de pacientes com transtornos mentais</i>	19/12/17
46	<i>MPTO obtém bloqueio de recursos do Estado para custear cirurgia de criança</i>	19/10/17
47	<i>MPTO obtém decisão que obriga Estado a fornecer medicamentos a pacientes atendidos pela assistência farmacêutica em Gurupi</i>	29/03/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.9 - Principais noticiais: exigir o cumprimento do direito à saúde

Item	Assunto	Data
48	MPTO participa de audiência a fim de regularizar a oferta de cirurgias cardíacas a recém-nascidos	12/05/17
49	MPTO participa de audiência pública na Assembleia Legislativa acerca do Plano Estadual da Saúde	13/09/17
50	MPTO participa de Audiência Pública para prestação de contas da Saúde de Palmas	30/05/17
51	MPTO participa de reunião do Conselho Estadual de Saúde	10/11/17
52	MPTO participa de reunião do Conselho Estadual de Saúde que discute realização de auditoria nas contas da Sesau	18/05/17
53	MPTO participa de reunião sobre instalação de UTI pediátrica em Araguaína	14/06/17
54	MPTO pede afastamento do Secretário Estadual da Saúde por descumprir decisão judicial	05/06/17
55	MPTO pede estruturação de atendimento a autistas em Araguaína	14/06/17
56	MPTO pede prisão de Secretário Estadual da Saúde caso continue a descumprir decisão judicial que determinou realização de cirurgia em criança de Paraíso	13/10/17
57	MPTO pede uniformização de protocolos de saúde em cidades do centro-norte do Estado	17/03/17
58	MPTO prestigia inauguração de Ludoteca no HIPP	16/05/17
59	MPTO realiza vistoria em UTI neonatal do Hospital e Maternidade Dona Regina	16/11/17
60	MPTO recomenda ações de combate ao mosquito da dengue em Pedro Afonso	25/05/17
61	MPTO recomenda providências imediatas no Hospital Regional de Arraias	29/05/17
62	MPTO recomenda que hospitais de Gurupi garantam o acesso de parturientes ao Parto Humanizado	17/05/17
63	MPTO recomenda suspensão de contratos da Secretaria da Saúde até que se conclua investigação sobre supostas irregularidades	23/11/17
64	MPTO reforça pedido à Justiça de Araguaína para obrigar Estado a promover transferência de pacientes internados na UPA	20/10/17
65	MPTO requer detalhamento sobre casos de sífilis congênita no Tocantins	19/05/17
66	MPTO requer informações sobre a suspensão parcial das atividades dos médicos anestesistas	14/11/17
67	MPTO requer medidas urgentes para transferência de pacientes da UPA ao HRA	17/10/17
68	MPTO requer que Estado seja obrigado a cumprir decisões judiciais sobre plantões obstétricos e sobre nomeação de diretor técnico para HRG	30/11/17
69	MPTO requer retirada de lixo hospitalar acumulado no Hospital Regional de Araguaína	23/06/17
70	MPTO solicita ações de parlamentares em audiência pública de prestação de contas da Saúde na AL	28/06/17
71	MPTO solicita busca de recém-nascidos que deixaram de realizar teste auditivo no Hospital Dona Regina devido a problemas em equipamento	18/10/17
72	MPTO, MPF e DPE buscam obrigar Estado a fornecer leitos de UTI no Tocantins	31/03/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.9 - Principais noticiais: exigir o cumprimento do direito à saúde

Item	Assunto	Data
73	<i>MPTO, MPF e DPE dialogam com grevistas dos setores da cozinha e lavanderia do Hospital Geral de Palmas e conseguem suspender paralisação</i>	25/10/17
74	<i>Municípios de Colméia-TO, Couto-TO Magalhães-TO, Itaporã-TO e Pequizeiro-TO se comprometem a implantar programa de controle da população de cães e gatos</i>	27/04/17
75	<i>Pacientes podem ficar sem UTI no Tocantins</i>	13/06/17
76	<i>Precariedade no funcionamento do Hospital Dona Regina e do Hospital Regional de Dianópolis leva MPTO a ajuizar ações contra o Estado</i>	09/10/17
77	<i>Promotora de Justiça Maria Roseli representa MPTO em reunião do Conselho Estadual de Saúde</i>	09/02/17
78	<i>Promotora de Justiça participa de inauguração da nova sede do Caps em Palmas</i>	05/06/17
79	<i>Promotora de Justiça participa de Oficina sobre Programas da Saúde</i>	04/12/17
80	<i>Promotora de Justiça participa de reunião do Conselho Municipal de Saúde</i>	08/02/17
81	<i>Promotoras de Justiça de Colinas debatem assuntos ligados à saúde pública e combate às drogas em congresso universitário</i>	20/11/17
82	<i>Promotores de Justiça e Procuradores de Contas debatem problemas do SUS</i>	09/06/17
83	<i>Promotoria de Justiça participa de reunião do Conselho Estadual de Saúde</i>	06/07/17
84	<i>Recursos do Estado são bloqueados para garantir oferta de medicamento a paciente com Lúpus</i>	24/07/17
85	<i>Saúde da mulher e Vigilância em Saúde são temas de conferência em Palmas</i>	18/05/17
86	<i>Saúde é tema de Conferência em Araguaína</i>	04/05/17
87	<i>Secretaria Estadual da Saúde deve apresentar plano para regularização de cirurgias pediátricas eletivas no Tocantins</i>	20/04/17
88	<i>Secretário estadual da Saúde será investigado por homicídio e outros crimes decorrentes da desassistência a pacientes</i>	11/01/17
89	<i>Servidores cedidos pela Sesau voltam à pauta de reunião do Cemas</i>	08/06/17
90	<i>Sesau compromete-se a reformar Hospital Dona Regina e regularizar oferta de rouparia</i>	12/12/17
91	<i>Sistema de Justiça e gestores de saúde debatem problemas do Hospital Geral de Palmas</i>	17/03/17
92	<i>Situação de laboratórios na Capital é pauta de audiência no MPTO</i>	17/11/17
93	<i>Vistoria constata falta de medicamentos, materiais e de dieta especial para os pacientes da UTI Adulto do HGP</i>	07/02/17
94	<i>Vistoria constata que problemas do setor de ortopedia persistem no HGPP</i>	02/06/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.10 - Principais noticiais: exigir o cumprimento do direito eleitoral

Item	Assunto	Data
1	<i>Após eleição, MPTO recomenda instituição de equipe de transição em Itacajá-TO</i>	11/12/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.10 - Principais notícias: exigir o cumprimento do direito eleitoral

Item	Assunto	Data
2	<i>ATMP vê com preocupação portaria do TSE que reduzirá em mais da metade as Zonas Eleitorais no Tocantins</i>	22/05/17
3	<i>MPTO prestigia encerramento do projeto "Tocantins 100% Biométrico"</i>	02/06/17
4	<i>MPTO prestigia lançamento do sistema Infodip pela Justiça Eleitoral</i>	24/11/17
5	<i>Promotor Eleitoral da Capital participa de reunião com representantes da função eleitoral dos Ministérios Públicos Estaduais</i>	09/12/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.11 - Principais notícias: exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência

Item	Assunto	Data
1	<i>Conselho Estadual sobre drogas discute implantação de projeto-piloto para atender dependentes químicos e familiares</i>	23/03/17
2	<i>Município de Gurupi firma acordo judicial com MPTO e se compromete a disponibilizar vagas para idosos e pessoas com deficiência nos estacionamentos</i>	08/06/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.12 - Principais notícias: exigir o cumprimento dos direitos do idoso

Item	Assunto	Data
1	<i>Audiência Pública aborda direitos e demandas de idoso na Capital</i>	03/10/17
2	<i>Empresa de transporte que dificulta gratuidade para idosos pode pagar indenização de até R\$ 1 milhão</i>	02/03/17
3	<i>MPTO vitoria instituição de longa permanência para idosos em Cristalândia</i>	13/11/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.13 - Principais notícias: fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual infantil

Item	Assunto	Data
1	<i>#18deMaio: MPTO apoia ações de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes</i>	16/05/17
2	<i>Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Porto Nacional é tema de reunião promovida pelo MPTO</i>	03/10/17
3	<i>CAOPIJ aprecia plano para ampliação de serviço de atendimento às vítimas de violência sexual no Tocantins</i>	20/06/17
4	<i>Ex-suplente de senador é condenado a 27 anos de reclusão e 5 de detenção pela prática de atos libidinosos contra duas crianças</i>	26/07/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.13 - Principais notícias: fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual infanto juvenil

Item	Assunto	Data
5	<i>Homem que prometia cura por meio de tratamento espiritual é condenado pelo estupro de seis crianças</i>	17/11/17
6	<i>MPTO discute rede de atendimento às vítimas de violência sexual</i>	16/02/17
7	<i>Professor é denunciado pelo MPTO por crime de estupro de vulnerável; caso ocorreu em Palmas no mês de junho</i>	14/07/17
8	<i>Promotor de Justiça ministra palestra sobre abuso sexual de crianças e adolescentes</i>	22/05/17
9	<i>Promotora de Justiça palestra no IV Fórum Estadual Sobre Violência Sexual</i>	10/11/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.14 - Principais notícias: promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística

Item	Assunto	Data
1	<i>1º Encontro Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos acontece dia 21 de junho</i>	25/05/17
2	<i>Ação do MPTO determina prazo de 120 dias para regularização do aterro sanitário de Figueirópolis-TO</i>	23/05/17
3	<i>Agrotóxicos serão tema do 2º Fórum de Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador</i>	27/11/17
4	<i>Após MPTO obter decisão judicial, município de Fátima deve transformar lixão em aterro sanitário</i>	08/05/17
5	<i>Audiência Pública debate regulação do sistema de água e saneamento no Estado</i>	19/10/17
6	<i>Comerciantes denunciam ao MPTO que ciclovia do Shopping a Céu Aberto está prejudicando trânsito na principal avenida de Taquaralto</i>	11/10/17
7	<i>Córrego Santa Bárbara, no Taquari, passa por mutirão de limpeza após atuação do MPTO</i>	11/07/17
8	<i>Curtume de Gurupi paga indenização de R\$ 30 mil por danos causados ao meio ambiente</i>	27/10/17
9	<i>Debates sobre agroecologia encerram programação do 1º encontro do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos</i>	22/06/17
10	<i>Fórum apresenta resultado de fiscalização em primeira reunião do ano</i>	20/03/17
11	<i>Fórum de Agrotóxico publica página na internet e faz balanço de sua atuação no Estado</i>	27/11/17
12	<i>Impactos negativos do uso de agrotóxicos são discutidos por especialistas de diversos estados em Palmas</i>	21/06/17
13	<i>Inscrições abertas para congressos de Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo no Estado de São Paulo</i>	10/11/17
14	<i>Justiça acata Ação do MPTO e determina que prefeitura de Gurupi adapte calçadas na cidade</i>	30/11/17
15	<i>MPTO aciona Justiça para garantir acesso de pescadores à margem do rio Tocantins em Peixe</i>	11/04/17

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.14 - Principais noticiais: promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística

Item	Assunto	Data
16	MPTO aciona órgãos ambientais visando maior controle e fiscalização do uso dos rios Formoso e Urubu em atividades agrícolas	08/08/17
17	MPTO aciona proprietária de balneário em Tocantinópolis por danos ao meio ambiente	29/11/17
18	MPTO ajuíza duas ações contra a captação irregular de água do Rio Formoso	22/08/17
19	MPTO apoia campanha "Praia Limpa, Praia Viva" na Região Norte do Tocantins	22/06/17
20	MPTO denuncia município de Maurilândia-TO e prefeita da cidade pela prática de crimes ambientais	07/06/17
21	MPTO e Naturatins vistoriam empreendimentos no rio Azuis	10/08/17
22	MPTO e órgãos de controle discutem fiscalização de captação de água nos rios Formoso e Urubu	30/03/17
23	MPTO e servidores do Naturatins discutem ações preventivas para evitar crise hídrica na Bacia do Rio Formoso do Araguaia	07/07/17
24	MPTO formaliza acordo para regularização do sistema de esgoto da Casa de Prisão Provisória de Palmas	18/05/17
25	MPTO intermedeia acordo para revitalização do Centro Comercial Popular de Taquaralto	09/03/17
26	MPTO investiga queimadas em Araguaína	20/09/17
27	MPTO investiga soterramento de trecho do córrego Neblina em Araguaína	09/11/17
28	MPTO obtém decisão que obriga Município de Gurupi a proteger área de preservação ambiental localizada no setor Canaã	01/09/17
29	MPTO obtém suspensão dos direitos políticos de ex-prefeito de Gurupi por não revisar o Plano Diretor	18/10/17
30	MPTO participa de seminário de inclusão produtiva com segurança sanitária	18/10/17
31	MPTO pede execução de sentença e Rezendão pode sofrer interdição antes de jogo da Copa do Brasil	08/03/17
32	MPTO quer que município de Gurupi seja obrigado a contratar empresa especializada em guinchamento de veículos	09/02/17
33	MPTO realiza reunião para discutir revitalização da Feirinha de Araguaína	19/04/17
34	MPTO recebe inscrições para 1º Encontro Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	12/06/17
35	MPTO recomenda instalação de sinalização em obras de rodovia que corta Porto Nacional	18/12/17
36	MPTO recomenda que Município promova sinalização na principal avenida de Taquaralto	18/01/17
37	MPTO recomenda que Prefeitura de Palmas possibilite maior participação popular nos debates sobre a revisão do Plano Diretor da Capital	27/06/17
38	MPTO requer proibição de vaquejada em Goianorte com base em decisão do STF	26/05/17
39	MPTO requer regularização do sistema de esgoto da Casa de Prisão Provisória de Palmas	04/04/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.14 - Principais noticiais: promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística

Item	Assunto	Data
40	<i>MPTO requer suspensão das audiências públicas sobre a revisão do Plano Diretor de Palmas</i>	26/09/17
41	<i>MPTO reúne com BRK e empresa garante que não vai construir estação de esgoto no rio Lontra</i>	31/08/17
42	<i>MPTO reúne-se com BRK/Saneatins para discutir solução dos problemas de estação de tratamento de esgoto em Araguaína</i>	08/11/17
43	<i>MPTO vai realizar audiências para discutir regularização de imóveis no Norte do Estado</i>	09/10/17
44	<i>Município de Gurupi atenderá recomendação do MPTO e tornará obrigatória a instalação de taxímetros</i>	27/11/17
45	<i>Órgãos ambientais apresentam ao MPTO relatórios sobre a bacia do Rio Formoso</i>	26/10/17
46	<i>Painel discute os impactos da Reforma Trabalhista na saúde do trabalhador e meio ambiente</i>	23/11/17
47	<i>Produtores procuram MPTO para tratar de Ação contra captação irregular no rio Formoso</i>	25/08/17
48	<i>Promotora de Justiça e representantes da Prefeitura de Palmas discutem soluções para a Arca de Taquaralto</i>	31/10/17
49	<i>Promotoria recomenda que o Município de Goianorte não realize vaquejada</i>	10/05/17
50	<i>Pulverização aérea preocupa membros do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos</i>	13/09/17
51	<i>Regularização fundiária é discutida em audiências públicas nas cidades de Luzinópolis e Tocantinópolis</i>	20/10/17
52	<i>Trabalho do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos é apresentado em encontro</i>	05/12/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.15 Principais noticiais: promover a defesa dos direitos do consumidor

Item	Assunto	Data
1	<i>Ação conjunta do MPTO, OAB-TO e Procon orienta passageiros sobre novas regras de bagagens no transporte aéreo</i>	28/07/17
2	<i>Acordo entre Seturb, MPTO e DPE reduz valor da taxa de cadastro e recadastro de estudantes</i>	27/06/17
3	<i>Acordo firmado com MPTO garantirá construção de estacionamento para universitários da Ulbra</i>	22/03/17
4	<i>Caocon participa de reunião do Sistema Nacional do Consumidor, em Brasília</i>	12/12/17
5	<i>Comércio de gás de cozinha é alvo da Força-Tarefa Pró-Consumidor do MPTO</i>	26/10/17
6	<i>Decreto estabelece a organização do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor</i>	10/11/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.15 Principais noticiais: promover a defesa dos direitos do consumidor

Item	Assunto	Data
7	<i>Falta de acessibilidade em pontos de ônibus em Gurupi leva MPTO a recomendar adequação</i>	11/10/17
8	<i>Falta de água em Divinópolis leva MPTO e DPE a acionar ATS judicialmente</i>	07/11/17
9	<i>Fechamento de agência bancária em Ananás faz MPTO ingressar com ação judicial contra BB</i>	27/11/17
10	<i>Ineficiência na prestação de serviços bancários leva MPTO a apurar negligência de instituição financeira em Taguatinga</i>	11/12/17
11	<i>Instituições de ensino de Gurupi são proibidas de realizar matrículas ou inscrições</i>	07/12/17
12	<i>Irregularidades no abastecimento da água em Santa Maria do Tocantins levam MPTO a ajuizar ação contra ATS</i>	18/05/17
13	<i>Justiça atende pedido do MPTO e determina regularização fornecimento de água em Santa Maria do Tocantins</i>	27/05/17
14	<i>Ministério Público, Defensoria Pública, Saneatins e ATR discutem inadequações no serviço de fornecimento de água</i>	17/03/17
15	<i>MPTO ajuíza Ação Civil Pública por falta de água no município de Goianorte</i>	19/05/17
16	<i>MPTO apresenta balanço da operação Pró-Consumidor realizada na região do Bico do Papagaio</i>	29/09/17
17	<i>MPTO cobrará agilidade no funcionamento do frigorífico municipal de Palmas destinado ao processamento de aves e peixes</i>	23/02/17
18	<i>MPTO convoca BRK Ambiental e Município para explicar demora no atendimento de usuários da concessionária em guichês do Resolve Palmas</i>	22/08/17
19	<i>MPTO e Adapec vistoriam laticínio em Palmeirópolis e encontram inconformidades quanto à estrutura e processo produtivo</i>	21/06/17
20	<i>MPTO e DPE ajuízam ação contra imobiliária em Palmas, por cláusulas abusivas de rescisão de contrato de compra e venda de lotes</i>	08/08/17
21	<i>MPTO obtém sentença que determina regularização no atendimento do Banco do Brasil em Gurupi</i>	28/06/17
22	<i>MPTO orienta que abatedouro de Palmeirópolis suspenda comércio de carne para cidades vizinhas</i>	05/09/17
23	<i>MPTO pede à Justiça que execute decisão contra BB com objetivo de agilizar atendimento nas agências de Gurupi</i>	15/05/17
24	<i>MPTO pede anulação de contrato de concessão do serviço de abastecimento de água em Sítio Novo</i>	12/12/17
25	<i>MPTO pede bloqueio de valores da ATS a fim de regularizar fornecimento de água em Presidente Kennedy</i>	05/09/17
26	<i>MPTO promove audiência pública com produtores rurais de Monte do Carmo sobre o Serviço de Inspeção Municipal</i>	17/03/17
27	<i>MPTO prossegue no combate à comercialização de carne clandestina no Tocantins</i>	03/03/17
28	<i>MPTO realizará audiência pública para implantação do Serviço de Inspeção Municipal em Monte do Carmo</i>	13/03/17



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.3.15 Principais noticiais: promover a defesa dos direitos do consumidor

Item	Assunto	Data
29	MPTO recomenda presença de médico e enfermeiros em partidas de futebol no Nilton Santos	28/08/17
30	MPTO recomenda que município de Cariri do Tocantins implemente Serviço de Inspeção Municipal	07/12/17
31	MPTO recomenda que Unimed Palmas mantenha atendimento contínuo aos seus usuários	01/11/17
32	MPTO recomenda suspensão de emissão de carteiras estudantis em universidade de Gurupi	03/05/17
33	MPTO remeterá à Diretoria Regional de Ensino de Palmas a documentação de ex-alunos de escola que fechou as portas na capital	03/03/17
34	MPTO tem legitimidade reconhecida para atuar em ação contra operadora de telefonia	16/10/17
35	Possíveis Irregularidades em Farmácias de Palmas são alvo de audiência no MPTO	21/09/17
36	Problemas no Abastecimento de água é tema de nova audiência em Presidente Kennedy	31/05/17
37	Recomendação do MPTO visa maior controle sobre a emissão de carteiras de estudantes e sobre a concessão da meia-entrada	21/09/17
38	Sentença atende pedidos do MPTO e determina restituição de valor cobrado em ingressos na Exposição Agropecuária de Gurupi	23/06/17
39	Transporte Público de Palmas é alvo de fiscalização do MPTO e Instituições parceiras	03/03/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.16 Principais noticiais: promover a defesa dos direitos humanos fundamentais - residuais (não contemplados em objetivos estratégicos específicos saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)

Item	Assunto	Data
1	Ação do MPTO visa garantir direitos de universitárias grávidas	23/03/17
2	Alunos de Escola Rural de Colinas participam de palestra sobre bullying	24/11/17
3	Caocid disponibiliza enunciados da Copevid a Promotores de Justiça e operadores do direito	18/05/17
4	Direitos Humanos é tema de Encontro de membros do Ministério Público Brasileiro	08/09/17
5	Diversidade sexual é tema de reunião no MPTO, em Palmas	11/05/17
6	MPTO apoia seminário de educação e direitos humanos que acontece em Palmas no próximo dia 30	25/05/17
7	MPTO leva palestra sobre bullying e cidadania a mais de 150 alunos de escola rural de Colinas	06/12/17
8	MPTO oferece orientação jurídica na Parada LGBT em Palmas	07/08/17
9	MPTO orienta municípios sobre responsabilidades no atendimento de pessoas em vulnerabilidade social	10/04/17



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.3.16 Principais notícias: promover a defesa dos direitos humanos fundamentais - residuais (não contemplados em objetivos estratégicos específicos saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)

Item	Assunto	Data
10	MPTO participa de abertura da Semana da Diversidade Sexual do Tocantins	04/08/17
11	MPTO participa de reunião sobre implantação de ambulatório de travestis e transexuais em Palmas	18/08/17
12	MPTO requer execução de multa contra a prefeitura de Gurupi por descumprimento de sentença	27/10/17
13	Promotora de Justiça profere palestra em escola sobre os desafios familiares gerados pelas novas tecnologias	01/12/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 6.3.16 - Principais notícias: promover o atendimento ao dependente químico

Item	Assunto	Data
1	MPTO ministra palestra sobre prevenção às drogas em escolas públicas de Colinas do Tocantins	10/08/17

Fonte: Assessoria de Comunicação

6.7 ESTRUTURA DE APOIO DIRETO ÀS ÁREAS FINALÍSTICAS

Os Centros de Apoio Operacional mantêm os Promotores de Justiça atualizados com informações técnico-jurídicas. Além disso, respondem a consultas das Promotorias, realizam pesquisas, estudos e relatórios, auxiliando em procedimentos de investigação, na preparação de ações e em estratégias de atuação. Propõem a celebração de convênios pela Instituição e a realização de cursos, palestras, seminários e outros eventos.

Os Centros de Apoio Operacional representam as diversas áreas de atuação do Ministério Público: Consumidor, Cidadania, Direitos Humanos e Mulher, Defesa do Patrimônio Público e Criminal, Infância e Juventude e Meio Ambiente.

6.7.1 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR - CAOCON

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor - Caocon é um órgão auxiliar das atividades funcionais dos Promotores de Justiça.

A proteção integral aos consumidores é a principal área de atuação do Centro de Apoio Operacional do Consumidor. Cabe ao Caocon, através de sua



Relatório de Gestão 2017

Coordenação e de sua equipe técnica, a orientação e auxílio a todos os Promotores de Justiça do Estado do Tocantins que atuam na área de defesa do consumidor.

No decorrer de 2017, o Caocon desenvolveu diversas atividades relativas à defesa dos direitos dos consumidores, cujas ações são voltadas para áreas específicas, tais como: combate à revenda clandestina de gás liquefeito de petróleo – GLP; alimentação do sítio Consumidor Vencedor, que entrou em funcionamento em dezembro/2014, no qual se insere informações sobre TAC'S firmados entre as partes interessadas, bem como as ações propostas pelas Promotorias de Justiça, em benefício do consumidor; publicação do Informativo do Caocon; ações de combate à venda de carne clandestina e de produtos impróprios para o consumo; ações para melhoria das estruturas dos estabelecimentos comerciais e observância das boas práticas que regem o comércio; ações de combate à venda de leite e seus derivados de origem duvidosa; dentre outras atividades correlatas.

Combate ainda às irregularidades nos estabelecimentos comerciais, nos laticínios, nos frigoríficos e na venda e transporte irregular de GLP.

O Projeto Operação Pró-Consumidor tem por objetivo fiscalizar estabelecimentos comerciais, capacitar consumidores, comerciantes e órgãos públicos locais acerca de boas práticas relacionadas ao Consumo.

O foco de atuação da Operação é determinado pelo Promotor de Justiça, que na solicitação da ação informa a área de interesse, podendo ser supermercados, açougues, padarias, farmácias, postos de vendas de gás, postos de combustíveis, venda clandestina de leite *in natura*, entre outros.

Dentre os parceiros que estiveram presentes nas Operações destacamos o Procon, a Vigilância Sanitária Estadual, a Vigilância Sanitária dos Municípios fiscalizados, o Corpo de Bombeiros, a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

No decorrer de 2017, o objetivo do Projeto foi atingido, uma vez que o **Caocon** realizou 08 fiscalizações em municípios do Estado, conforme quadro a seguir:

Quadro 6.7.1.1 – Eventos do Projeto Pró-Consumidor, em 2017

<i>Item</i>	<i>Solicitante</i>	<i>Tipo de ação</i>	<i>Local</i>	<i>Período</i>
1	3ª PJ Porto Nacional	Audiência Pública	Monte do Carmo-TO	16/03/2017
2	23ª PJ da Capital	Operação de Fiscalização do Transporte Público.	Palmas-TO	03/03/2017
3	23ª PJ da Capital	Operação Pró-Consumidor em Rede de Supermercado.	Palmas-TO	27/03/2017

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.7.1.1 – Eventos do Projeto Pró-Consumidor, em 2017

<i>Item</i>	<i>Solicitante</i>	<i>Tipo de ação</i>	<i>Local</i>	<i>Período</i>
4	<i>PJ de Palmeirópolis</i>	<i>Operação Pró-Consumidor em laticínio.</i>	<i>Palmeirópolis-TO</i>	<i>20/06/2017</i>
5	<i>23ª PJ da Capital</i>	<i>Operação Pró-Consumidor nas feiras livres.</i>	<i>Palmas-TO</i>	<i>29/08/2017</i>
6	<i>23ª PJ da Capital</i>	<i>Operação Pró-Consumidor nos Centro de Formação de Condutores (CFC's).</i>	<i>Palmas-TO</i>	<i>suspenso</i>
7	<i>2ª PJ de Tocantinópolis</i>	<i>Operação Pró-Consumidor de GLP</i>	<i>Tocantinópolis-TO, Aguiarnópolis-TO e Palmeiras-TO</i>	<i>25 a 29/09/2017</i>
8	<i>23ª PJ da Capital</i>	<i>Operação Pró-Consumidor de GLP</i>	<i>Palmas-TO</i>	<i>23 a 27/10/2017</i>

Fonte: Caocon

Fiscalização de Transporte Público

A 23ª Promotoria de Justiça da Capital solicitou ao Caocon apoio técnico na Ação de Fiscalização do Sistema de Transporte Público Coletivo de Palmas, coordenada pela própria Promotoria de Justiça, em articulação com demais entidades parceiras. Posteriormente, solicitou a análise da planilha de custos, aprestada pelo Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Palmas (SETURB), ao Conselho Municipal de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte de Palmas-TO, objetivando autorização de reajuste tarifário para o exercício 2017, tendo o Caocon elaborado parecer com todas as informações.

Consumidor Vencedor

O Consumidor Vencedor é um sítio do Ministério Público, que dá ao cidadão acesso as informações sobre vitórias obtidas na defesa coletiva dos consumidores.

Em dezembro de 2017, foi feita a reestruturação do sítio do Consumidor Vencedor, tendo passado por alterações para facilitar o seu uso, inclusive deixando mais simples a consulta pelo celular.

Termos de Cooperação Técnica

O Termo de Cooperação Técnica do Programa Pró-Consumidor, ligado ao Planejamento Estratégico e firmado com os órgãos parceiros em 2014, foi renovado em



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

2016, mais precisamente em 23 de junho de 2016, com publicação no Diário Oficial N. 4.743, pág. 28, de 16/11/2016, cujo objetivo é dar continuidade às demandas oriundas das Promotorias de Justiça, tendo funcionado satisfatoriamente no ano de 2017.

A colaboração dos órgãos parceiros é de fundamental importância na realização das operações. O presente Termo de Cooperação Técnica, o primeiro projeto a ser apresentado pelo CAOCON e aprovado por unanimidade, continuará durante o ano de 2018.

Combate ao uso Nocivo de Agrotóxicos

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) foi iniciado em 2001 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com o objetivo de avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal que chegam à mesa do consumidor, sendo um indicador da ocorrência de resíduos de agrotóxicos em alimentos.

Este programa desenvolve um trabalho importante para a população, tanto que foi divulgado o relatório de atividades da VISA no monitoramento feito entre os anos de 2013 a 2015, em alimentos de origem vegetal, realizada em 24 culturas diferentes, totalizando a coleta de 463 amostras analisadas com o objetivo de verificar resíduos agrotóxicos nesses alimentos.

Segundo esse relatório, foram verificados 232 agrotóxicos diferentes nas amostras monitoradas. Durante o monitoramento, o relatório observou que 84% dos resultados das amostras pesquisadas foram considerados satisfatórios, porém, alguns alimentos apresentaram resultados insatisfatórios com a detecção de resíduos de agrotóxicos em desacordo com a legislação vigente. ¹

Ressalte-se que todas as inconformidades detectadas pela VISA nas amostras pesquisadas são encaminhadas para o Ministério Público, através da Promotoria de Justiça do Consumidor da capital, para as devidas providências.

O PARA passou por uma reestruturação no ano de 2017, reiniciando as coletas de alimentos em novo formato.

Dentre as novidades, verificam-se as seguintes:

a) o programa ampliou o número de alimentos monitorados de 25 para 36, o que representa 80% do consumo de alimentos de origem vegetal dos brasileiros, de acordo com dados do IBGE. Os alimentos serão monitorados nos próximos três anos, dentro de um plano plurianual;

1

Publicado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) – em 21/09/2017.



Relatório de Gestão 2017

b) A quantidade de amostras monitoradas também será aumentada, com números proporcionais ao consumo de cada alimento por Unidade Federativa. Esse aumento possibilitou a expansão da quantidade de municípios de coleta, que passou de 30 para mais de 70 locais.

c) inclusão de novos agrotóxicos na listagem de substâncias pesquisadas, como o 2,4-D e glifosato, dois dos produtos mais comercializados no país.

O PARA é resultado de uma ação entre Anvisa, Vigilâncias Sanitárias locais e Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen), que tem como objetivo monitorar resíduos de agrotóxicos nos alimentos que chegam à mesa do consumidor, visando reduzir eventuais riscos à saúde. Os resultados levantados pelo PARA subsidiam medidas a serem tomadas quanto às irregularidades encontradas e possibilitam a avaliação e mapeamento das situações em que os resíduos de agrotóxicos nos alimentos possam representar risco à saúde da população brasileira.

Fiscalização do Fundo Estadual para Relações de Consumo

O Fundo Estadual para Relações de Consumo foi criado pela Lei nº 1.250/2001, sendo vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, tendo por finalidade prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e à harmonia da relação de consumo (art.1º, parágrafo único da Lei nº 1.482/2004).

Durante o período que o Caocon esteve no Conselho de Gestão do Fundo para Relações de Consumo, verificou-se que balanço patrimonial da entidade no exercício de 2015 obteve superávit financeiro de R\$ 4.378.523,80, conforme apresentado na 34ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Estadual para Relações de Consumo.

Diante deste fato, solicitou-se à Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) abertura de créditos suplementares sem cancelamento, em virtude da apuração em balanço patrimonial de superávit financeiro no exercício de 2015, conforme exigência do art. 2º, parágrafo 2º, da Lei 1.250/2001.

Destaca-se, ainda, que o Fundo Estadual para Relações de Consumo não possui, até o momento, um Regimento Interno. Assim, deliberou-se, por unanimidade, que não seria apreciada a prestação de contas do exercício de 2015, bem como os demonstrativos mensais de despesas e receitas. Portanto, foi feita uma minuta do Decreto para aprovação do Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo para Relações de Consumo, com as alterações propostas pelos Conselheiros, posteriormente encaminhada à Casa Civil para apreciação.

Atuações Diversas do Caocon

Relatório de Gestão 2017

Nos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2017, nas ações de combate à venda de produtos impróprios para o consumo, foi encontrada grande quantidade de produtos nestas condições, sendo retirados imediatamente das gôndolas pelos parceiros responsáveis pela fiscalização desses produtos. Os que estão à venda sem procedência, sem informações dos órgãos de fiscalização SIF, SIE e SIM, são apreendidos e descartados, para segurança sanitária, soterrados ou incinerados.

Como resultados das ações do Caocon no período de 2012 a 2017, podemos destacar os seguintes:

Tabela 6.7.1.1 – Estabelecimentos visitados área consumidor, nos anos de 2012/2017

Estabelecimentos Inspeccionados/Vistoriados	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Supermercados</i>	18	592	20	36	01
<i>Panificadoras</i>	07	08	19	07	00
<i>Açougues</i>	37	25	06	22	00
<i>Postos de Combustíveis</i>	01	06	07	69	08
<i>Revendedores de GLP</i>	30	68	07	08	38
<i>Outros</i>	39	063	04	08	01
Total	132	172	60	150	48

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 6.7.1.2 – Saldo das apreensões realizadas, nos anos de 2013/2017

Apreensões	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Produtos apreendidos pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal e Procon</i>	1.089	5.271	1.525	2.089	125
<i>Carnes, frios e laticínios</i>	5,9	4,6	0,67	0,97	0,05

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 6.7.1.2 – Demonstrativo das ações por cidade, em 2017

Órgãos Parceiros	Quantidade			
	Notificações	Autos de Infração	Interdições	Autos de Apreensão
<i>Procon</i>	19	19	-	03

- 2 Vários supermercados fiscalizados também possuíam açougue e/ou panificadora;
- 3 Neste item estão incluídos em 2014 os abatedouros e os laticínios.

Relatório de Gestão 2017

Vigilância Municipal	Sanitária	01	01	-	01
Vigilância Estadual	Sanitária	-	-	-	-
Corpo de Bombeiros		03	-	-	-
AEM		01	01	01	-
ANP		17	12	06	27
<i>Total</i>		41	33	7	31

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

A seguir, demonstrativo das realizações do Caocon no período 2010 a 2017.

Tabela 6.7.1.3 – Realizações do **Caocon**, período de 2010/2017

Atividades finalística	Quantidade							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pareceres	-	-	-	01	01	04	03	05
Processos de acompanhamento	07	13	06	12	09	10	01	01
Relatórios	03	05	04	08	15	06	06	06
Vistorias	114	309	160	128	172	63	63	07
Recomendações	-	04	5	-	-	-	22	-
Pesquisa de Peças, doutrinas e Jurisprudência	-	-	-	-	-	13	22	20
Promoção de eventos								
Seminário	-	01	-	02	02	-	-	-
Oficinas	-	-	-	-	04	-	01	-
Pesquisas	-	-	-	18	-	-	-	-
Participações em eventos								
Audiências públicas	-	02	-	12	-	01	-	04
Cursos	-	-	-	04	02	05	01	03
Oficinas	-	-	-	-	-	-	01	-
Reuniões	19	19	9	18	04	06	21	18
Seminário, Fóruns, Conferências e Encontros	1	-	-	02	01	04	-	03
Visitas em Hospitais, IML e Delegacias de Polícia	-	-	-	-	-	28	-	-
Atividade- Meio								
Ofícios e Memorandos								



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.7.1.3 – Realizações do **Caoccon**, período de 2010/2017

Atividades finalística	Quantidade							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Expedidos</i>	142	369	164	82	137	220	136	79
<i>Recebidos</i>	61	85	55	113	100	798	15	56
<i>Circulares</i>	-	-	-	-	-	15	03	02
E-mail								
<i>Expedidos</i>	18	39	42	154	850	290	850	445
<i>Recebidos</i>	-	-	61	235	700	758	400	815
Outros (Convite, comunicado, portarias, etc.....)								
<i>Expedidos</i>	-	-	-	15	04	-	-	-
<i>Recebidos</i>	-	-	-	08	03	-	-	06

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

6.7.2 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CIDADANIA, DOS DIREITOS HUMANOS E DA MULHER – CAOCID

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCID é o mais recente dos Caops do MPTO. Foi instituído pelo Ato nº 46/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça, publicado no dia 28 de abril de 2014, sendo o mesmo resultado da decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, que promoveu a fusão de três Caops já existentes, o Caop da Cidadania, o dos Direitos Humanos e o da Mulher.

Nesse sentido, a atividade do CAOCID permeia diversas questões relativas ao cidadão, sendo exemplos de direitos subsidiados por este Centro de Apoio o direito à saúde, à assistência social, à não discriminação racial, à orientação sexual, direitos dos idosos, direitos das pessoas com deficiência, proteção da mulher, dentre várias outras.

Destaca-se notadamente pela defesa dos direitos e garantias das minorias, das populações em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivos essenciais a inclusão social, a cidadania, a prevenção e o combate à tortura e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos nela assegurados.

Tem por finalidade, de acordo com o Ato nº 46/2014 do PGJ, promover a integração, o intercâmbio e, respeitada a independência funcional, a uniformização dos procedimentos entre os órgãos de execução do Ministério Público, além de fomentar a execução das estratégias ministeriais pelos órgãos de execução do Ministério Público, por meio de atividades indutoras das políticas institucionais e das ferramentas de planejamento e, por fim, apoiar, mediante provocação, os órgãos de execução do Ministério Público.



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Atualmente, contamos com uma equipe formada por uma analista ministerial com especialização em saúde pública, uma técnica ministerial e uma assistente dos órgãos auxiliares com formação na área do Direito que realiza apoio técnico nesta área.

No decorrer de 2017, realizamos um trabalho operacional padrão que consiste basicamente em: atendimentos a membros e ao público; participação e promoção de reuniões; emissão de Pareceres Técnicos sem caráter vinculativo aos órgãos ligados à sua atividade; expedição e recebimento de ofícios, memorandos e circulares; participação em eventos em geral; alimentação do site institucional; emissão de minutas de Recomendações e atos normativos e estímulo a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns, bem como a execução dos projetos devidamente aprovados.

Nesta perspectiva, estão em andamento 02 Projetos ligados ao CAOCID: "Proteção à Pessoa Idosa - Acompanhamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Estado do Tocantins" e o "Defesa do Direito Fundamental à Saúde". Além de 02 Iniciativas também ligados ao CAOCID: "Procedimento Operacional Padrão para Solicitação de Apoio Técnico" e o "Calendário Anual de Datas Cidadãs Comemorativas".

Cabe registrar, também, que foram aprovados junto à Comissão Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) 04 Projetos Padrões que estão em fase de planejamento e serão desenvolvidos no ano de 2018, quais sejam: "Cartilhas Institucionais acerca de temas relacionados a Direitos Humanos", "Saúde Básica – Atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins no efetivo funcionamento da saúde nos Municípios Tocantinenses.", "Vistorias em Casas de Passagem para População em Situação de Rua nos Municípios do Estado do Tocantins" e "Vistorias em Comunidades Terapêuticas e Centros de Tratamento para Dependentes Químicos".

Observe-se que desempenhamos atividades interinstitucionais em projetos externos como a participação e apoio ao Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Conselho Estadual da Mulher, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (COPEVID), Comissão Estadual de Combate à Violência Doméstica (CPVID) Comissão Estadual de Diversidade Sexual - criada para elaborar o Conselho Estadual de Diversidade Sexual, Comitê Executivo para Monitoramento das Ações da Saúde no Estado do Tocantins (CEMAS) e Conselho Estadual de Saúde.

Além disso, é de grande relevância lembrar que participamos e apoiamos muitos eventos, cursos, seminários, oficinas, conferências, projetos e fóruns, todas

Relatório de Gestão 2017

devidamente registrados no site, para fins de divulgação, prestação de contas e disseminação da informação, conforme tabela apresentada a seguir:

Quadro 6.7.2.1 – Participação em eventos, em 2017

Item	Evento	Período	Local
1	Reunião COEDE	26/01/2017	SECIJU
	Reunião CEDDH		
	Reunião CEDUPI		
2	Reunião CEPIR	31/01/2017	SECIJU
	Reunião Diretoria dos Conselhos		
3	I Seminário de Justiça Restaurativa do TO	15/02/2017	TJ/TO
4	Reunião CEDIM	20/02/2017	SECIJU
5	Reunião CEDDH	23/02/2017	DPE/TO
6	I Ciclo de Palestras Dia da Mulher	100%07/03/2017	MPTO
	Reunião – Planejamento das Rodas de Conversa		UFT
	Rodas de Conversa Sobre Violência Doméstica		SINTRAS
	Palestra Acesso da Lei Maria da Penha		Escola Municipal Tom Jobim
7	I Parada das Mulheres Manifestação	08/03/2017	Praça dos Girassóis
8	I Conferência da Mulher Advogada OAB/TO	09/03/2017	OAB/TO
9	I Conferência da Mulher Advogada OAB/TO	10/03/2017	OAB/TO
10	“Hibisco Roxo” Chimamanda Ngozi Adichie	15/03/2017	SESC
11	Sessão Solene de Lançamento da Rede de Monitoramento Cidadão de Palmas	16/03/2017	Fecomércio/TO
12	Reunião CEDIM	20/03/2017	SECIJU
13	Reunião COEDE	24/03/2017	Anexo 2 da SEDUC
14	Reunião CEDIM	27/03/2017	SECIJU
15	Reunião CEDDH	30/03/2017	DPE/TO
	Reunião CEDUPI		SECIJU
	I Conatins – Congresso de Autismo do TO	30 a 31/03/2017	MP/TO
17	Reunião CPVID	12/04/2017	TJ/TO
18	Reunião do CEDIM	24/04/2017	DPE-TO
19	Reunião do Fórum das Mulheres do Campo, da Floresta, das Águas e das Cidades	26/04/2017	Turim Palace Hotel
20	Reunião do CEDDH	27/04/2017	DPE/TO
	Reunião do CEDUPI		SECIJU

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.7.2.1 – Participação em eventos, em 2017

Item	Evento	Período	Local
21	<i>I Encontro de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione</i>	27 e 28/04/2017	Faculdade Católica Dom Orione - Araguaína
22	<i>Reunião do CEDIPI</i>	04/05/2017	SECIJU
23	<i>Audiência Pública sobre Crianças Desaparecidas</i>	04/05/2017	Assembleia Legislativa do Tocantins
24	<i>I Conferência em Vigilância em Saúde do Tocantins (CEVS)</i>	10 a 12/05/2017	Araguaína e Gurupi
25	<i>I Conferência em Vigilância em Saúde do Tocantins (CEVS)</i>	17 a 19/05/2017	Palmas
26	<i>I Conferência Estadual de Saúde da Mulher (CESMU)</i>	10 a 12/05/2017	Araguaína e Gurupi
27	<i>I Conferência Estadual de Saúde da Mulher (CESMU)</i>	17 a 19/05/2017	Palmas
28	<i>Mesa Redonda sobre Homofobia</i>	17/05/2017	DPE/TO
29	<i>Reunião do CEDDH</i>	25/05/2017	SECIJU
30	<i>Reunião do CEDIPI</i>	25/05/2017	SECIJU
31	<i>Reunião do Fórum das Mulheres do Campo, da Floresta, das Águas e das Cidades</i>	26/05/2017	SECIJU
32	<i>Roda de Conversa sobre casa de Religião de Matriz Africana</i>	30/05/2017	IPHAN
33	<i>Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos</i>	30 a 31/05; 01/06/2017	UFT Palmas
34	<i>Reunião do COEDE</i>	02/06/2017	SECIJU
35	<i>Reunião do Fórum Quilombola</i>	19/06/2017	Procuradoria-Geral da República/TO
36	<i>I Encontro do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos</i>	21/06/2017	MP/TO e PGJ-TO
37	<i>Audiência Pública – Educação Inclusiva</i>	22/06/2017	Assembleia Legislativa/TO

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.7.2.1 – Participação em eventos, em 2017

Item	Evento	Período	Local
38	<i>Semana da Diversidade Sexual de Palmas</i>	<i>30/07 a 06/08/2017</i>	<i>IFTO</i>
39	<i>Atendimento ao público LGBT na parada Gay</i>	<i>06/08/2017</i>	<i>Praia da Graciosa</i>
40	<i>Reunião sobre Regularização Fundiária Quilombola</i>	<i>28 de Julho</i>	<i>DPE/TO</i>
41	<i>Transexualidade e o Diálogo dos Saberes</i>	<i>28/07/2017</i>	<i>DPE/SP</i>
42	<i>Reunião de Organização de Seminário acerca de igualdade de gênero do CDHP</i>	<i>01/08/2017</i>	<i>Centro de Direitos Humanos de Palmas (CDHP)</i>
43	<i>Reunião acerca do Ambulatório de Tratamento Hormonal</i>	<i>15/08/2017</i>	<i>DPE/TO</i>
44	<i>Programa de Saúde Mental – DSEI/Araguaia</i>	<i>14/09/2017</i>	<i>Procuradoria-Geral da República/TO</i>
45	<i>Reunião COEDE</i>	<i>14/08/2017</i>	<i>SECIJU</i>
46	<i>Reunião CEDIPI</i>	<i>24/08/2017</i>	<i>SECIJU</i>
47	<i>Reunião Mecanismo Nacional de Prevenção e combate à Tortura</i>	<i>28/08/2017</i>	<i>CDHP</i>
48	<i>Ambulatório "T" – Reunião</i>	<i>29/08/2017</i>	<i>DPE/TO</i>
49	<i>Reunião CEDIPI</i>	<i>31/08/2017</i>	<i>SECIJU</i>
50	<i>Reunião CEDDH</i>	<i>31/08/2017</i>	<i>DPE/TO</i>
51	<i>Campanha Igualdade entre Homens e Mulheres</i>	<i>04 a 05/09/2017</i>	<i>CDH</i>
52	<i>Roda de Conversa acerca de Crimes Sexuais – “Crimes Sexuais no Código Penal de 1941 e a Defesa dos Direitos das Mulheres no Século XXI”</i>	<i>13/09/2017</i>	<i>OAB/TO</i>
53	<i>Entrevista TV Graciosa sobre o projeto “Permanecer Melhor”</i>	<i>22/09/2017</i>	<i>MP/TO</i>
54	<i>Semana da Saúde do MPTO-TO</i>	<i>25 a 29/09/2017</i>	<i>Sede da Procuradoria de Justiça do TO</i>
55	<i>Encontro de Políticas de Reintegração e Alternativas Penais do Tocantins</i>	<i>26/09/2017</i>	<i>DPE/TO</i>

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.7.2.1 – Participação em eventos, em 2017

Item	Evento	Período	Local
56	<i>Fórum de Inteligência de Segurança Prisional do Tocantins</i>	27/09/2017	OAB/TO
57	<i>III Conferência Municipal de Igualdade</i>	28 e 29/09/2017	Faculdade Católica do Tocantins
58	<i>Reunião do CEDIPI</i>	11/09/2017	SECIJU
59	<i>Congresso Internacional de Direitos Humanos</i>	24 a 27/10/2017	TJ/TO
60	<i>Minicurso sobre Direito dos Povos Indígenas e Questões Bioéticas</i>	24/10/2017	ESMAT
61	<i>Entrevista TV Graciosa sobre o projeto “Permanecer Melhor”</i>	25/10/2017	MP/TO
62	<i>Reunião do CEDDH</i>	26/10/2017	Centro de Direitos Humanos de Palmas
63	<i>Reunião do CEDIPI</i>	26/10/2017	Centro de Direitos Humanos de Palmas
64	<i>Reunião com Comissão de planejamento do “Ambulatório T” de Palmas</i>	10/11/2017	Secretaria Municipal de Saúde
65	<i>Reunião do CEDIPI</i>	23/11/2017	SECIJU
66	<i>Rodas de Conversa – Semana da Não violência contra a Mulher</i>	28/11/2017	Escola CEM Castro Alves
67	<i>Reunião do CEDDH</i>	30/11/2017	SECIJU
68	<i>Rodas de Conversa – Semana da Não violência contra a Mulher</i>	30/11/2017	Escola CEM Castro Alves
69	<i>Audiência Pública sobre Genocídio da Juventude Negra – Semana da Consciência Negra</i>	30/11/2017	Assembleia Legislativa do Tocantins
70	<i>Fórum de Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador “Agrotóxicos: saúde trabalho e meio ambiente”</i>	05/12/2017	TCE/TO
71	<i>Reunião do CEMAS</i>	06/12/2017	Fórum da Comarca de Palmas-TO.

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, cujo comparativo detalhamos a seguir:

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.7.2.1 – Realizações CAOCID, em 2014/2017

Especificação	Ano			
	2014	2015	2016	2017
Atendimentos a membros	10	43	19	49
Atendimentos ao público	45	60	52	22
Artigos publicados	-	-	02	
Atividades em projetos externos	-	-	13	34
Coleta de exames para DNA	11	25	15	-
Gravação na Rádio da UFT: Programa MP Explica	-	-	02	-
Minuta de Recomendação e ato normativo emitidos	-	-	-	2
Participações em cursos, seminários, oficinas, conferências e outros	03	19	21	43
Participações em Reuniões	02	22	29	42
Pareceres Técnicos emitidos	02	11	03	20
Palestras	01	04	04	06
Projetos em execução*	-	01	04	06
Recomendações emitidas	-	-	02	
Reuniões realizadas	07	03	03	5
Ofícios/Memorandos/Circulares	78	181	119	146
Vistorias/Inspeções realizadas	-	-	-	1
Total	161	372	288	376

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher

Núcleo Maria da Penha

Criado em 2012, as ações do Núcleo Maria da Penha visam combater a problemática da violência doméstica e familiar, por meio de várias ações e estratégias baseadas no escopo das mais variadas origens da violência doméstica e a desconstrução cultural do machismo, que ainda é visível e latente em nossa sociedade.

No decorrer de 2017, foram realizadas as atividades pertinentes ao Projeto do Núcleo Maria da Penha:

- ✚ Atendimento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;
- ✚ Otimização do intercâmbio de informações e esforços no combate a toda forma de violência doméstica;
- ✚ Manutenção dos cadastros atualizados sobre os órgãos e instituições que integram a Rede da Mulher;



Relatório de Gestão 2017

- ✚ Elaboração das propostas de projetos, eventos e ações diversas, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- ✚ Estabelecimento de convênios, acordos e outros instrumentos de cooperação mútua entre o MPTO e outras entidades públicas e privadas, e acompanhar a execução dos já firmados.
- ✚ Realização do Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, Secretaria Municipal de Governo e Relações Político-Sociais, Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça e o Ministério Público do Estado do Tocantins, com o objetivo de executar no âmbito do município de Palmas o Projeto “S.O.S Mulher – Ministério Público do Tocantins de Portas Abertas para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”; Projeto “Uma Parceria rumo a paz”
- ✚ Realização do Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Secretaria Municipal de Educação e o Ministério Público do Estado do Tocantins, com o objetivo de executar no âmbito das escolas municipais de Palmas o Projeto Anjos da Guarda: “Rompimento do Ciclo da Violência Doméstica através da Conscientização das crianças do Ensino Fundamental - Ministério Público do Tocantins divulgando a Lei Maria da Penha via palestras educativas”;
- ✚ Participação no “*I Ciclo de Debates: Conjuntura Político-Previdenciária e a Questão da Mulher*”, no dia 07 de março de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Participação no “Fórum AMT (Mesa Redonda sobre a Reforma Previdenciária)”, na Casa 8 de Março, no dia 07 de março de 2017;
- ✚ Palestra sobre a Lei Maria da Penha, na Escola Municipal Antônio Carlos Jobim aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do Projeto “*Uma Parceria rumo a Paz*”, no dia 07 de março de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Participação na palestra e lançamento do livro “Diálogos para o enfrentamento à homofobia e ao sexismo em contextos de privação de liberdade”, no dia 27 de março de 2017;
- ✚ Lançamento dos Projetos de Combate à Violência Doméstica do Núcleo Maria da Penha: “S.O.S Mulher, Anjos da Guarda, Uma Parceria rumo a paz”, no dia 19 de junho de 2017;
- ✚ Palestra informativa, seguida de caminhada no CRAS 110 APM 16 no Setor Santa Bárbara, uma ação do Projeto “Uma Parceria rumo a paz”, com distribuição de camisetas, panfletos e *folders* sobre a Lei Maria da Penha, dia 18 de agosto de 2017, em Palmas/TO;



Relatório de Gestão 2017

- ✚ Participação na palestra “*Questões controversias na Lei Maria da Penha*”, no Tribunal de Justiça, com a palestrante Alice Bianchini, no dia 31 de agosto de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Participação na roda de conversas “Crimes Sexuais no Código Penal de 1941 e a Defesa dos Direitos das Mulheres no Século XXI”, no dia 13 de setembro de 2017, na OAB/TO.
- ✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, na Escola Municipal Luiz Gonzaga, no dia 15 de setembro de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Participação no “Curso de Justiça Restaurativa e Construção da Paz”, na Escola Superior da Magistratura Tocantinense, no dia 25 a 29 de setembro de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, em três escolas, Escola Municipal de Tempo Integral Padre Josimo, Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva e Escola Municipal Daniel Batista, no dia 09 de outubro de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, na Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, no dia 31 de outubro de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, Escola Municipal Darcy Ribeiro, dia 07 de novembro de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Publicação de artigo “Violência contra a mulher e a desigualdade de gênero: qual o papel do Núcleo e do Ministério Público” no T1 Notícias, no dia 09 de novembro de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, na Escola Municipal Monsenhor Pedro Pereira Piagem, dia 10 de novembro de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, na Escola Municipal Vinicius Moraes, dia 17 de novembro de 2017, em Palmas/TO;
- ✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto



Relatório de Gestão 2017

2016.0701.00528, Escola Municipal Mestre Pacífico Siqueira Campos, dia 24 novembro de 2017, em Palmas/TO;

✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, Escola Municipal Darcy Ribeiro, dia 28 de novembro de 2017, em Palmas/TO;

✚ Participação na organização da Campanha “*Semana Nacional pela não Violência contra a Mulher*”, do dia 27 de novembro a 01 de dezembro de 2017, em Palmas/TO;

✚ Participação nas reuniões da Comissão da Mulher na Câmara Municipal de Palmas;

✚ Participação nas reuniões do Comitê de Prevenção à Violência Doméstica – CPVID, em Palmas/TO;

✚ Participação na elaboração do projeto da Comissão da Mulher: Instituição da Semana da Mulher nas Escolas, em Palmas/TO;

✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva, dia 11 de dezembro de 2017, em Palmas/TO;

✚ Palestra informativa de prevenção sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha: ação referente ao Projeto “Anjos da Guarda”, projeto 2016.0701.00528, Escola Municipal Antônio Gonçalves, dia 07 de dezembro de 2017, em Palmas/TO.

6.7.3 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E CRIMINAL - CAOPAC

O Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal tem como objetivo primordial a orientação dos Órgãos de Execução – Promotores e Promotorias de Justiça – com atribuições na área de defesa do patrimônio público em todo o Estado do Tocantins.

Compete ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal:

✚ prestar assessoramento técnico nos casos encaminhados pelos órgãos oficiais, por profissional habilitado na área específica, principalmente quanto a auditoria em contas e inspeção em obras;

✚ opinar e oferecer sugestões sobre questão envolvendo improbidade administrativa e corrupção;

✚ analisar, discutir e aprofundar temas referentes à atuação do Ministério Público na defesa da probidade e da lisura na Administração Pública;



Relatório de Gestão 2017

▣ subsidiar a formulação de política institucional em relação ao combate à improbidade e à corrupção.

A seguir, demonstrativo das realizações do CAOPAC no período 2010 a 2017.

Tabela 6.7.3.1 – Realizações CAOPAC, 2013 a 2017

Atividades Finalísticas	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Consulta de endereço, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais</i>	4.690	9.752	5.155	7.130	7.872
<i>Processos de acompanhamentos</i>	02	02	-	-	-
<i>Relatórios técnicos</i>	41	25	28	41	57
<i>Pesquisas / atendimentos</i>	67	98	-	8	15
<i>Vistórias</i>	06	04	04	04	15
<i>Sistema de pesquisa</i>	03	06	-	04	07
<i>Promoção de Eventos</i>	-	-	01	01	01
<i>Reuniões</i>	02	02	04	17	10
<i>Audiências Públicas</i>	2	-	-	-	-
<i>Seminários/ Mesa Redonda</i>	06	02	-	01	03
<i>Cursos</i>	01	03	-	04	07
Atividades-Meio					
<i>Ofícios Expedidos</i>	91	98	34	80	41
<i>Ofícios Recebidos/E-DOC</i>	46	51	42	211	244
<i>Memorandos Expedidos</i>	-	-	45	32	59
<i>Memorandos Recebidos</i>	-	-	17	28	04
<i>E-mails Expedidos</i>	186	202	469	218	287
<i>E-mails Recebidos</i>	252	266	318	119	313

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal

6.7.4 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O conteúdo dessa seção do presente relatório está organizado, de forma quantitativa, conforme se evidencia no Quadro I e, de forma qualitativa, através da descrição das ações, organizadas a partir de eixos estruturantes, quais sejam: a) atuação, que se refere principalmente à produção técnica elaborada pela equipe do CAOPIJ e ao desenvolvimento cotidiano das atividades-fim, que é o atendimento e o apoio direto e indireto aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude; b) incidência institucional, referente à gestão política dos temas afetos a infância e juventude no Estado; c) participação em espaços de formação e articulação de políticas públicas para



Relatório de Gestão 2017

infância e juventude, considerados fundamentais para ampliação do conhecimento, articulação institucional e principalmente para o correto assessoramento das Promotorias da Infância e Juventude. Demonstra-se, com esta seção do relatório, a capacidade técnica operacional do CAOPIJ e a necessidade de fortalecimento, ampliação e potencialização das ações que já estão sendo desenvolvidas.

Atuação

Produção de Diagnóstico da Educação Especial no Tocantins:

Visando auxiliar os Promotores de Justiça com atuação na área da Infância e Juventude, no acompanhamento e fiscalização da oferta da educação especial para os estudantes da rede pública de ensino, o CAOPIJ procedeu a um levantamento do número de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação, nos municípios tocantinenses. Através do levantamento, foi possível identificar a quantidade de crianças e adolescentes matriculados nas redes, municipal e estadual, por unidade escolar, localização (urbana ou rural) e tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Objetivou-se, com esses dados, subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça, com atuação na área da Infância e Juventude, no sentido de fiscalizar e assegurar o direito à educação e ao atendimento educacional especializado dessas crianças e adolescentes.

Pesquisa sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios tocantinenses:

Para nortear seus trabalhos das promotorias na área da educação, o CAOPIJ realizou uma pesquisa sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios tocantinenses. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) afere a qualidade do aprendizado no País e permite o estabelecimento de metas para as políticas educacionais. Aliado a outros instrumentos de análise, pode auxiliar na avaliação das políticas públicas adotadas e de seus efetivos resultados, indicando as regiões com maior necessidade de intervenção do MPTO.

Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ideb é calculado por meio da taxa de rendimento escolar (índice de aprovação coletado anualmente pelo Censo Escolar) e das médias de desempenho nos exames bianuais aplicados pelo Inep (o Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb), nos anos iniciais e nos anos finais da Educação Básica. O levantamento apresenta um panorama da situação do sistema educacional



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

dos municípios do Estado do Tocantins, através de dados coletados de bancos de dados oficiais.

Pesquisa sobre Guarda Subsidiada:

Realizada no bojo da “Ação Estratégica Estadual – Direito à Convivência Familiar/Comunitária –Guarda Subsidiada”, desenvolvida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (CAOPIJ) para incentivar os Promotores a provocar os gestores municipais a estruturarem o Programa de Guarda Subsidiada (PGS) no Tocantins, foi realizada esta pesquisa junto aos Promotores de Justiça para verificar em quais municípios foi aberto Inquérito Civil com o objetivo de verificar se os municípios tocantinenses possuem leis que criem o Programa de Guarda Subsidiada e se o mesmo está em funcionamento. Um total de 65 Promotorias de Justiça procederam à instauração do Inquérito.

Realização do II Ciclo de Debates sobre Educação e Atuação do Ministério Público:

O II Ciclo de Debates sobre Educação e Atuação do Ministério Público, foi motivado pela necessidade de fiscalizar o cumprimento das regras constitucionais referentes aos gastos mínimos em educação que asseguram o piso de recursos de impostos e transferências de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, os repasses oriundos do Fundeb, bem como o patamar mínimo de gasto em valorização do magistério. O gasto mínimo em educação segue parâmetros legais, os quais, por sua vez, servem para aferir a qualidade da educação. Contudo, os resultados negativos das avaliações da educação básica e uma série de irregularidades nas unidades escolares, identificadas nas vistorias e audiências da educação realizadas pela equipe do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (CAOPIJ), ao longo dos últimos anos, sinalizam que o financiamento da educação previsto constitucionalmente não tem logrado os resultados esperados.

Abertura de 08 (oito) Novos Procedimentos Administrativos por áreas de atuação:

Considerando o conceito de Procedimento Administrativo estabelecido no Manual de Taxonomia do CNMP, o qual aponta que “Os procedimentos destinados ao acompanhamento de fiscalizações; de cunho permanente ou não; de fatos, instituições e políticas públicas, assim como outros procedimentos não sujeitos a inquérito civil, que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa; em função de um ilícito específico; deverão ser cadastrados como “Procedimento



Relatório de Gestão 2017

Administrativo”, o CAOPIJ passou a adotá-los para fins de organização dos serviços e ações realizadas pelo CAOPIJ no ano de 2016, tendo aberto 23 PADs naquele ano.

De janeiro a dezembro de 2017, foram abertos 08 novos procedimentos administrativos, sob acompanhamento da equipe e da coordenação do CAOPIJ, perfazendo assim um total de 31 PADs em desenvolvimento sobre execução e monitoramento da equipe do CAOPIJ, os quais versam sobre os seguintes temas: Medidas Socioeducativas em meio aberto; Plano Estadual Socioeducativo; Vagas no Sistema Socioeducativo; Formação dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo; Educação no Sistema Socioeducativo; Educação especial; Transporte escolar; Educação infantil; Saúde no Sistema Socioeducativo; Regionalização SUAS; Planos de Educação; Fórum Estadual de Educação; CEDCA; Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária; Pai Presente; Cadastro de Acolhimento e Adoção; Curso de adoção; Depoimento especial; Fundo Estadual do DCA; Sípia; Saúde no SSE; Meta 2 do PNE; Serviços de convivência familiar e comunitária; Vistoria Educacional de Porto Nacional-TO; Vistoria Educacional em Colinas-TO; PPCAM; Apadrinhamento Afetivo; Vistoria Educacional de Miranorte-TO; Vistoria Educacional de Pedro Afonso-TO; Vistoria Educacional na comarca de Gurupi-TO.

Realização de Vistorias Educacionais e Audiência Pública:

Atendendo às solicitações dos Promotores de Justiça, a equipe do CAOPIJ realizou vistoria educacional e Audiência Pública sobre a qualidade da educação no município de Monte do Carmo-TO. Nos municípios de Bom Jesus-TO, Brasilândia-TO, Colinas-TO, Cariri-TO, Gurupi-TO, Presidente Kennedy-TO, Miranorte-TO, Santa Maria-TO, Tupirama-TO, Tupiratins-TO, Bernardo Sayão-TO, Juarina-TO e São Félix-TO, ocorreram as vistorias educacionais, sem, contudo, serem realizadas as audiências públicas.

Ao todo, foram fiscalizadas 81 unidades escolares, realizadas reuniões nos municípios com os Conselhos Municipais de Educação e de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, bem como com os Conselheiros Tutelares. Os relatórios das vistorias foram encaminhados aos Promotores de Justiça para adoção das medidas consideradas cabíveis.

Nota Técnica sobre as atribuições do Conselho Tutelar:

A Nota teve a finalidade de esclarecer e orientar os Promotores de Justiça da Infância e Juventude do Estado do Tocantins, e a quem possa interessar, sobre o impedimento legal de criação de novas atribuições para os Conselhos Tutelares.

De forma recorrente, têm sido relatadas pelos Conselhos Tutelares inúmeras situações em que autoridades do Ministério Público, do Poder Judiciário e do



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Poder Executivo utilizam o Conselho Tutelar para realização de “estudos sociais”, “laudos periciais” e outras diligências tendentes a instruir feitos em andamento.

A Nota Técnica esclarece que o Conselho Tutelar não tem atribuições para, dentre outras tarefas:

- a) realizar estudos sociais, relatórios e/ou elaborar parecer para fundamentar decisão judicial;
- b) fazer o recâmbio de crianças e adolescentes;
- c) identificar pessoas na comunidade para receber guarda provisória;
- d) acompanhar criança e ou adolescente em situação de determinação de guarda compartilhada;

Nota Técnica sobre Atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e dos Conselhos Escolares, em âmbito estadual e municipal:

Esclarece que cada Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, seja no âmbito do Estado (no caso, Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Estado do Tocantins) ou dos Municípios (Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB) possui atribuições vinculadas diretamente ao seu sistema de ensino, não podendo desta feita, por exemplo, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de determinado município, exercer seu poder de fiscalização junto às unidades escolares do Sistema Estadual de Educação; ou vice-versa.

E, considerando a dificuldade operacional para que o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB realize inspeção *in loco* nas inúmeras unidades escolares do Estado, espalhadas por todos os municípios tocantinenses, torna-se imprescindível a criação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, vinculados às próprias unidades escolares. Ainda que o Conselho Estadual do FUNDEB realize a vistoria *in loco* para verificar a correta aplicação dos recursos do FUNDEB, numa amostragem das escolas estaduais, seria impossível a este tomar conhecimento das graves violações ao direito à educação de qualidade a que estão submetidos crianças e adolescentes e/ou mesmo verificar se os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica estão sendo aplicados, conforme preceitua a legislação pertinente, repercutindo desta maneira na qualidade da educação básica no âmbito das escolas estaduais. Nesse sentido, consideram-se os chamados Conselhos Escolares, vinculados às próprias unidades escolares, como elementos importantes para se verificar tanto o cumprimento da Lei 11.494/2007 como as demais normativas que regem o direito à educação, com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente e para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



Relatório de Gestão 2017

Nota Técnica sobre Guarda Subsidiada e Convivência Familiar:

Trata-se de Nota Técnica, sem caráter vinculativo, destinada aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude do Estado do Tocantins, com fulcro no artigo 8º, inciso VI, do Ato no 46/2014. Esclarece que o Programa de Acolhimento Familiar, possui duas modalidades: 1) Família Extensa – guarda subsidiada e b) Família Acolhedora. Uma única Lei Municipal pode ser criada para atender e implantar esses dois serviços.

Os Municípios que já implantaram o programa de acolhimento familiar e não previram a possibilidade da guarda subsidiada podem ajustar suas leis para nelas inserirem essa modalidade ou simplesmente editar lei posterior que discipline essas duas modalidades.

Por se tratarem de programa ou serviço da Assistência Social, a legislação exige a lotação de equipe técnica, sendo que a mesma equipe pode executar os dois serviços, exatamente porque são modalidades diferentes de um mesmo Programa, ou seja, Programa de Acolhimento Familiar. Em ambos os casos, é lícita a utilização de verbas do Fundo da Infância e Adolescência – FIA para o custeio desses programas.

Parecer Técnico sobre GGEM – Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares – ECA, Lei 8069/90, artigos 150 e 151 – Tribunal de Justiça do Tocantins

Trata-se de parecer interprofissional solicitado pela 21ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital, visando a detecção de eventual ilegalidade na criação do GGEM- Grupo de Gestão das Equipes Multidisciplinares no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, através da Portaria 1859, de 18 de maio de 2016.

Parecer Técnico sobre reclassificação e ou avanço escolar:

Trata-se de parecer solicitado pela 21ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital, visando orientar os procedimentos relativos aos pedidos de reclassificação escolar ou avanço escolar, previstos na LDB – Lei 9394/96 e as possibilidades de sua utilização para fins de acesso a níveis mais elevados de ensino.

Parecer Técnico sobre o Fundo Municipal de Educação:

Trata-se de consulta formulada pelo Promotor de Justiça de Paranã, Milton Quintana, com o fim de verificar se há ou não obrigatoriedade de criação do Fundo Municipal da Educação.



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Considerando que, a despeito de todas as disposições legais, as quais apontam a necessidade de comprovação da aplicação dos recursos destinados constitucionalmente à Manutenção e Desenvolvimento da Educação e dos recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), não se encontram dispositivos que obriguem a criação dos Fundos Municipais de Educação. Contudo, o presente parecer sugere a expedição de Recomendação Notificatória ao Município, a fim de que sejam criados os Fundos Municipais de Educação, em consonância com os princípios da gestão democrática da educação e com os anseios da comunidade escolar e sociedade.

Parecer sobre supressão dos cursos técnicos do EM no Colégio da Polícia Militar de Palmas:

Trata-se de consulta formulada pela Promotora da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, Zenaide Aparecida da Silva, com o fim de verificar possível irregularidade no cumprimento do Edital 01/2016 do Colégio da Polícia Militar do Tocantins, em Palmas.

Parecer sobre inclusão de Tema Transversal no Currículo das Escolas do Sistemas Estadual e Municipais de educação:

Trata-se de consulta formulada pelo Promotor de Justiça Vinícius de Oliveira e Silva, Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal, sobre a criação de normas no âmbito municipal e estadual para inclusão do tema transversal “Educação contra a Corrupção” nos currículos escolares.

Parecer sobre evasão escolar da Escola Estadual Meira Matos no município de Novo Acordo-TO:

Trata-se de consulta formulada pela Promotora de Justiça Renata Castro Rampanelli Cisi, em resposta ao ofício nº 114/2017/RECP, com a finalidade de informar sobre a demanda de Evasão Escolar na Escola Estadual de Meira Matos situada no município de Novo Acordo-TO

Parecer sobre irregularidades na contratação de Professor de Língua Inglesa em Paraíso-TO:

Trata-se de consulta formulada pelo Promotor de Justiça, Guilherme Goseling Araújo, da 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso-TO, em resposta à solicitação feita via E-doc, com o fim de verificar possíveis irregularidades na contratação de Professores de Língua Inglesa, para atuarem na Rede Estadual de Educação, nas séries iniciais, no município de Paraíso-TO.



Relatório de Gestão 2017

Parecer Técnico sobre Fundo Estadual da Criança e do Adolescente:

Trata-se de Parecer elaborado no bojo do procedimento administrativo nº 10/2016 - CAOPIJ, que tem por finalidade acompanhar o funcionamento do Fundo Estadual da Criança e Adolescente.

Parecer sobre ofícios nº 2485, nº 946 e nº 1076 da PRM - Gurupi – TO recebido do MPF, declínio de competência:

Trata-se de Parecer sobre o Relatório de Pesquisa anexado às Representações feitas pelo Senhor Sérgio Martins de Sousa Queiroz sobre a ineficiência na prestação do ensino fundamental nos municípios do Estado do Tocantins, e as irregularidades relacionadas à falta de critérios na disponibilização de vagas para o ensino fundamental, apresentadas ao Ministério Público Federal, que declinou a competência em favor do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Parecer sobre irregularidades na aplicação dos recursos do FUNDEB – Araguaã-TO:

Trata-se de Parecer sobre possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do FUNDEB, no Município de Araguaã-TO, objeto do IC 2017.0002768, da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

Celebração de Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional para oferta de aprendizagem profissionalizante:

Termo de cooperação celebrado entre diversas instituições e Ministério Público Estadual, mediante articulação do CAOPIJ, destinado a oferta de aprendizagem para adolescentes em situação de acolhimento familiar e institucional, trabalho infantil, e do sistema socioeducativo.

Elaboração de fluxos do Conselho Tutelar de Porto Nacional-TO:

Foram elaborados os fluxos de atendimento do Conselho Tutelar de Porto Nacional – TO, bem como manual explicativo sobre as atribuições deste órgão em cada situação de violação de direitos, tendo sido realizadas, para tal, três reuniões na Promotoria.

Atuação para implantação da Cadeia de Custódia:

O CAOPIJ articulou, junto à Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, a implantação da Cadeia de Custódia nos 18 hospitais



Relatório de Gestão 2017

do Estado do Tocantins para aperfeiçoar a atenção aos crimes contra a criança e o adolescente vítimas de violência sexual, visando sobretudo a humanização do serviço e a não vitimização destas crianças e adolescentes, uma vez que nessas unidades, as vítimas de violência sexual receberão suporte médico e também serão ouvidas (por médicos, psicólogos e assistentes sociais) com a finalidade de encaminhar as gravações para o delegado de polícia, de maneira que a vítima não precise recontar várias vezes o trauma sofrido.

Kits Operacionais:

A equipe do CAOPIJ formatou Kits Operacionais destinados à atuação do Promotor de Justiça nas áreas elencadas por estes como prioritárias, quais sejam: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Educação e Conselhos de Direitos. Cada kit operacional dispõe de, pelo menos, quatro modelos de peças processuais: Notificação Recomendatória, Portaria de Instauração de Inquérito Civil, Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública. Os kits operacionais estão disponíveis no site do CAOPIJ.

Site do CAOPIJ:

A equipe do CAOPIJ, com a Equipe de Informática do MPTO, faz constante atualização da página do CAOPIJ, a qual foi estruturada a partir da Política de Atendimento da Criança e Adolescente, disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nela estão disponibilizadas notícias, peças processuais judiciais e extrajudiciais, jurisprudências, doutrinas, kits operacionais de atuação, links relacionados, os boletins informativos e demais produções do CAOPIJ como notas técnicas e planilhas temáticas, estudos e pesquisas e ainda notícias importantes na área da infância e juventude publicadas em veículos de comunicação, locais e nacionais.

Incidência Institucional

Recomendação sobre transporte escolar para início do ano letivo para Governador do Estado e Secretaria Estadual de Educação:

Considerando que todo início de ano, o Ministério Público e os demais órgãos de defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes recebem inúmeras denúncias de falta de transporte escolar para os alunos, prejudicando a qualidade do ensino a eles ofertados, o CAOPIJ encaminhou recomendação ao Poder Público para que ofertasse, desde o primeiro dia letivo do calendário escolar, o serviço de transporte escolar a todos os estudantes da rede de ensino estadual, sem qualquer discriminação, assegurando o princípio da isonomia, bem como a adoção de todas as medidas consideradas cabíveis para a oferta regular do transporte escolar, próprio ou terceirizado,



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

em condições de segurança, higiene e salubridade, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro.

Acompanhamento da regionalização dos serviços de média e alta complexidade:

No marco do processo de regionalização dos serviços de média e alta complexidade do Estado, o CAOPIJ oficiou a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, solicitando a remessa ao CAOPIJ das resoluções pactuadas pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e deliberadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) referentes a este processo, e ainda, o Plano de Regionalização dos Serviços de Proteção Social (última versão) e as Orientações Técnicas sobre a referida regionalização, pactuadas no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e da CIB.

Produção de Diagnóstico sobre a política socioeducativa no Estado foi tema de incidência junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública:

Tendo em vista que a publicação da Resolução que instituiu a Central de Vagas de adolescentes do Estado, dependia da estruturação das Delegacias de Polícia, o CAOPIJ encaminhou ofício ao Secretário de Segurança Pública para que procedesse à realização de diagnóstico sobre a política socioeducativa junto às delegacias, já anteriormente acordado em reunião de trabalho entre esta secretaria e o CAOPIJ, a fim de subsidiar a implementação da central de vagas, a partir de um retrato da realidade que respondesse às seguintes questões: 1. Número de adolescentes que foram apreendidos em flagrante e permaneceram custodiados nas Delegacias de Polícia, aguardando vaga em alguma das 03 Unidades de Internação do Estado (Palmas-TO, Araguaína-TO e Gurupi-TO), no ano de 2016, conforme preconizam os artigos 175 e 185 do Estatuto da Criança e do Adolescente; 2. Nestas Delegacias de Polícia onde os adolescentes permaneceram custodiados, existe dependência física separada do adulto para o adolescente aguardar a guia de internação?; 3. Quem conduz ou transporta o/a adolescente, após emissão de guia de internação pela autoridade judicial, para condução até a unidade socioeducativa? Polícia Civil, SECIJU ou outro?; 4. Neste período em que os adolescentes permanecem custodiados nas Delegacias, quem fornece a alimentação? Polícia Civil, SECIJU ou outro? Ela é suficiente para atender estes adolescentes? Cite outros problemas relacionados, se existir.; 5. Quais outras dificuldades relacionadas a este tema e sugestões a serem apresentadas.

Monitoramento do Plano Estadual de Educação pela SEDUC:



Relatório de Gestão 2017

O CAOPIJ solicitou à Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes informações quanto: a) a inclusão no PPA, LDO e LOA, das ações previstas no Plano Estadual de Educação do Tocantins, aprovado na forma da Lei ° 2.977, de 08 de julho de 2015 e publicada no Diário Oficial do Tocantins nº 4.411 de 09 de julho de 2015;

b) a metodologia adotada e os resultados do “monitoramento contínuo e de avaliações periódicas”, referentes a cada uma das metas do Plano Estadual de Educação; c) a divulgação e resultado do monitoramento e das avaliações no sítio institucional da SEDUC – TO. Esta temática é objeto do Procedimento Administrativo que trata do acompanhamento e monitoramento do Plano Estadual de Educação pelo CAOPIJ.

Participações (em espaços de formação e articulação de políticas públicas para infância e juventude)

✚ Encontro da Comissão Permanente da Infância e Juventude (COPEIJE) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) em João Pessoa, ocasião em que o Coordenador do CAOPIJ, Sidney Fiori Júnior, foi eleito Coordenador da COPEIJE.

✚ Encontro com Promotores de Justiça de Santa Catarina, com apresentação da palestra “Atuação prática do Promotor de Justiça para efetivação do FIA: formas de aplicação, controle e execução de verbas”, pelo Coordenador do CAOPIJ.

✚ Participação do Coordenador do CAOPIJ no IV Congresso Nacional do Proinfância, no Rio de Janeiro, com apresentação sobre o controle e execução do Fundo da Infância e Juventude (FIA) e a nova Lei de Parcerias Público-Privadas. O evento, que reuniu Promotores de Justiça de todo o país com atuação na área da infância e juventude, ainda abordou questões referentes a medidas socioeducativas, mediação escolar, acolhimento institucional de adolescentes, entre outros.

✚ Participação do Coordenador do CAOPIJ em Seminário de Fiscalização do CMDCA e Efetivação do FIA, realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), em que o Coordenador do CAOPIJ ministrou a palestra “Efetivação do FIA: concretização, funcionamento e captação de recursos”, explicando e exemplificando o passo a passo de como garantir a previsão, arrecadação e destinação correta dos recursos.

✚ Participação de servidora do CAOPIJ no III Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, com o tema “educação e diversidade sociocultural: a pobreza e a desigualdade social em questão,



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

realizado em Arraias-TO, onde a servidora apresentou o Painel “Educação do Campo e Desigualdade Social”.

✚ Participação de Servidora do CAOPIJ no I Simpósio Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social e no IV Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade, em Palmas - TO.

✚ Participação de servidora do CAOPIJ no IV Seminário de Educação Infantil, realizado no auditório da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), em Palmas-TO. O seminário é uma realização da União dos Dirigentes Municipais em Educação (Undime) e tem o objetivo de discutir as políticas públicas destinadas à educação infantil. A servidora apresentou o painel sobre a Atuação do Ministério Público na defesa do Direito à Educação Infantil.

✚ Participação de servidora do CAOPIJ com apresentação da Palestra “Abuso Sexual” em evento realizado pela Promotoria de Justiça de Barrolândia-TO, no contexto do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual. A palestra foi aberta à comunidade e estavam presentes, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino, técnicos do CREAS, CRAS, gestores das pastas executivas, alunos e comunidade em geral.

✚ Participação de servidora do CAOPIJ em Debate promovido pela Escola de Conselhos com participação de outros órgãos do Sistema de Garantias de Direitos, direcionado a Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos, com foco nas atribuições do conselho tutelar. Este debate foi realizado para duas turmas, em módulos e períodos diferentes.

✚ Participação de servidora do CAOPIJ como debatedora na mesa de diálogo “Políticas Públicas de Educação, Cultura e Esporte”, com o tema: “Educação do Campo”, durante o Curso de Formação Teórico-prático: Organização e Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, ofertado pelo Programa de Extensão Escola de Conselhos da UNITINS.

6.7.5 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - CAOMA

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente – Caoma foi instituído pelo ATO nº 046 de 2014. O novo Centro de Apoio assumiu as atividades que já vinham sendo realizadas pelo Caoma desde 1997 e acrescentou às suas ações novas obrigações nas áreas de urbanismo e habitação.

As principais atribuições do Caoma instituídas pelo ATO nº 046/2014 são:



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

- ✚ acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal fixadas para a defesa urbanística, da habitação e do meio ambiente;
- ✚ propor alteração legislativa ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito;
- ✚ prestar auxílio aos órgãos de execução do MPTO na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais;
- ✚ receber representações ou expedientes reclamatórios e encaminhá-los aos órgãos de execução para as medidas adequadas. As quase duas décadas de atuação do Caoma, deixaram um legado ao MPTO, com o registro de ações que permitiram a redução de impactos sociais e ambientais de grandes empreendimentos, como usinas hidrelétricas; discussão do tema resíduos sólidos com os municípios acompanhada da cobrança de procedimentos para a implantação de gestão adequada do lixo; pioneirismo na cobrança para a implantação da gestão da vegetação nativa em terras privadas, com a exigência da instituição das Reservas Legais e respeito às Áreas de Preservação Permanente - APP e atuação direta na proteção dos recursos hídricos do Estado.
- ✚ desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho.
- ✚ contribuir para a fiscalização de políticas e programas de preservação do meio ambiente do estado e promover o controle preventivo dos mecanismos de governança ambiental. Esses são os principais objetivos do Caoma, que também tem o papel de oferecer suporte técnico e jurídico na atuação dos promotores.

O Caop tem ainda a função de proteger o direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e promover a tutela de interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos de natureza ambiental, atuando nas esferas cível, criminal e administrativa.

Na área de habitação e urbanismo, o centro de apoio trata de questões relacionadas à justiça social urbana e à proteção do direito à moradia digna e contribui com a fiscalização da qualidade de vida nas cidades e do exercício do direito ao desenvolvimento urbano, com participação democrática. Atua, também, dentre outras iniciativas, na melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda, na proteção do patrimônio histórico e cultural, na formulação de políticas públicas de transporte e mobilidade, na universalização do acesso ao saneamento básico e na prevenção, mediação e resolução pacífica de conflitos fundiários.

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.7.5.1 – Realizações do Caoma no período 2010 a 2017.

Atividades Finalísticas	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Vistorias</i>	132	123	65	54	59	28	81	55
<i>Viagens</i>	-	-	-	-	28	09	26	19
<i>Relatórios</i>	90	179	45	75	49	47	62	89
<i>Pareceres</i>	11	15	10	31	30	56	52	89
<i>Mapas e Croquis</i>	135	262	68	119	127	50	193	274
<i>Processos de Acompanhamento</i>	144	98	60	23	-	-	-	-
<i>Demandas de Loteamentos</i>	-	-	-	-	21	-	-	-
Promoção de Eventos								
<i>Seminário</i>	02	-	-	34	-	-	01	01
<i>Oficinas</i>	04	01	02	11	-	-	-	-
<i>Cursos</i>	-	-	01	02	01	-	01	01
<i>Pesquisas</i>	04	-	01	02	-	-	-	-
<i>Reuniões</i>	-	-	-	-	26	32	22	24
Participação em Eventos								
<i>Audiências Públicas</i>	04	02	04	15	04	02	01	02
<i>Reuniões</i>	110	79	25	287	62	-	27	02
<i>Cursos</i>	02	05	6	192	03	-	-	02
<i>Oficinas</i>	02	02	00	21	02	02	-	-
<i>Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros</i>	14	13	2	20	12	6	03	02
<i>Ofícios Expedidos</i>	181	231	175	93	171	-	129	194
<i>Ofícios Recebidos</i>	218	199	158	25	220	-	191	120
<i>Ofícios Expedidos Circulares</i>	-	-	-	-	8	-	16	01
<i>Ofícios Recebidos Circulares</i>	-	-	-	-	29	-	16	121

R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Tabela 6.7.5.1 – Realizações do Caoma no período 2010 a 2017.

Atividades Finalísticas	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Memorandos Expedidos</i>	130	122	113	93	94	-	111	159
<i>Memorandos Recebidos</i>	22	28	26	25	23	-	58	121
<i>E-mails Expedidos</i>	225	271	849	354	489	-	318	295
<i>E-mails Recebidos</i>	428	587	605	695	834	-	350	305

Fonte: Centro de Apoio operacional de Urbanismo, Habitacional e Meio Ambiente – Caoma

6.7.6 NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL – NIS

O Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, órgão auxiliar do Procurador-Geral de Justiça, foi instituído pela Resolução nº 004/2015/CPJ, em 24 de abril de 2015.

A presente seção especifica as principais atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional durante o ano de 2017, conforme dados a seguir apresentados:

Organização Interna e Principais Realizações

O Núcleo conta com a seguinte estrutura organizacional:

- ✚ Coordenação;
- ✚ Diretoria de Inteligência;
- ✚ Assessoria Jurídico Administrativa;
- ✚ Departamento de Análise de Dados e Informações – LAB-LD/TO;
- ✚ Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação– LAB-LD/TO;
- ✚ Departamento de Operações e Segurança Institucional;
- ✚ Secretaria.

Coordenação

As atividades da Coordenação do NIS que destacaram, em 2017, foram as seguintes:

- ✚ Ampliação dos serviços de vigilância armada para diversas Promotorias de Justiça do interior;



Relatório de Gestão 2017

✚ Contratação de atualização funcional e ampliação do Sistema Guardião – Módulo de Interceptação – solução tecnológica em interceptação telemática legal, no valor de R\$ 465.000,00.

Outrossim, diversas atividades foram executadas no período em referência, as quais encontram-se consolidadas nos quadros dispostos a seguir:

Tabela 6.7.6.1 – Atividades do NIS, em 2017.

Item	Atividades	Quantidade
1	<i>Viagens Institucionais</i>	18
2	<i>Reuniões Institucionais</i>	26
3	<i>Processos Administrativos Instaurados</i>	121
4	<i>Processos Administrativos Arquivados</i>	19
5	<i>Procedimento de Resposta a Incidente de Segurança - PRIS</i>	02
6	<i>Ofícios Expedidos</i>	14
7	<i>Memorandos Expedidos</i>	297
8	<i>Despachos e Pareceres</i>	70

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

Diretoria de Inteligência

A Diretoria de Inteligência é dirigida pelo Promotor de Justiça Nilomar dos Santos Farias, e dentre as principais atividades realizadas no ano de 2017, apontam-se:

Tabela 6.7.6.2 - Atividades do Guardião, em 2017

Item	Procedimentos	Quantidade
1	<i>Processos (Operações)</i>	16
2	<i>Relatórios Circunstanciais</i>	40
3	<i>Relatórios CNMP</i>	11
4	<i>Relatórios diversos</i>	4
5	<i>Ofícios Expedidos</i>	145



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.7.6.2 - Atividades do Guardião, em 2017

Item	Procedimentos	Quantidade
6	<i>Memorandos Expedidos</i>	23

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

As principais atividades desenvolvidas no ano de 2017 foram compiladas e demonstradas abaixo:

Tabela 6.7.6.3 - Atividades Desenvolvidas LAB- LD/TO

Item	Descrição de atividades	Total
1	<i>Pedido de Cooperação Técnica</i>	11
2	<i>Relatórios de Análise</i>	80
3	<i>Relatório de Pesquisas</i>	144
4	<i>Pesquisas Realizadas</i>	3.930
5	<i>Relatório técnico – Tecnologia da Informação</i>	01
6	<i>Ordem de missão</i>	19
7	<i>Relatório de Missão</i>	17

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

6.7.7 CARTÓRIOS DE DISTRIBUIÇÃO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS

O Cartório de Distribuição das Promotorias de Justiça tem por objetivo primordial dar apoio técnico e administrativo aos membros na execução de notificações e encaminhamentos de documentos oriundos do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça, Centros de Apoio Operacional e, atualmente, no caso do Cartório de 1ª Instância, documentos da área administrativa.

O trabalho é regulamentado por meio do Ato nº 082/2013, que dispõe sobre autuação, movimentação e conclusão dos processos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

Apresentamos, a seguir, comparativo de resultados da atuação dos Cartórios de 1ª e de 2ª instância aos anos 2013/2016:

Tabela 6.7.7.1 – Atividades do Cartório de Distribuição 1ª Instância 2013/2017

Descrição	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Notícia de Fato</i>	606	726	898	650	-
<i>Procedimento Preparatório</i>	82	379	178	159	62

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.7.7.1 – Atividades do Cartório de Distribuição 1ª Instância 2013/2017

Descrição	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Procedimento Administrativo</i>	12	05	08	22	06
<i>Inquérito Civil Público</i>	03	05	28	305	233
<i>Carta Precatória</i>	03	03	10	13	03
<i>Certidões</i>	-	18	41	33	25
<i>Autos Judiciais físicos e eletrônicos encaminhados</i>	-	7.179	312	-	5.510
<i>Lotes de documentos extrajudiciais distribuídos</i>	-	288	282	-	-
<i>Sistema – E-Ext (documentos extrajudiciais)</i>	-	-	-	-	640
<i>Lotes - Sistema E-Proc - Distribuição (autos judiciais)</i>	-	-	-	-	75
<i>Lotes de documentos Extrajudiciais distribuídos</i>	-	-	-	-	52

Fonte: Cartório de Distribuição 1ª Instância

Tabela 6.7.7.2 – Atividades do Cartório de Distribuição 2ª Instância 2013/2017

Descrição	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
<i>E-mails enviados aos Procuradores</i>	-	-	-	-	1.026
<i>Ofícios</i>	02	02	-	-	-
<i>Memorandos</i>	35	54	459	133	81
<i>Certidões</i>	07	19	01	00	01
<i>Relatório Processual</i>	290	280	300	273	273
<i>Pautas cíveis e criminais</i>	180	178	178	171	179
<i>Distribuição de Processos</i>	5.621	6.836	9.821	12.365	12.646
<i>Guias de tramitação</i>	8.612	9.005	8.871	1.271	-
<i>Pautas Cíveis e Criminais</i>	-	178	178	171	179
<i>Pautas da 1ª e 2ª Turmas Recursais</i>	-	00	00	68	73
<i>Pareceres Impressos das Pautas da 1a e 2a Turmas Recursais</i>	-	-	-	-	203
<i>Pareceres Impressos das Pautas Cíveis e Criminais</i>	-	00	00	12.959	8.050



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.7.7.2 – Atividades do Cartório de Distribuição 2ª Instância 2013/2017

Descrição	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Processos distribuídos no Arquimedes e sem distribuição</i>	-	6.836	9.821	24.180	24.882
<i>Processos Vinculados aos Procuradores em Substituição</i>	-	00	00	1205	1.991
<i>Processos distribuídos no plantão</i>	-	-	-	-	41
<i>Processos distribuídos no plantão</i>	-	-	-	-	41

Fonte: Cartório de Distribuição – 2ª Instância

6.8 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (ADMINISTRATIVO)

Compete ao Procurador-Geral de Justiça ou a seu substituto legal praticar, em nome do Ministério Público, todos os atos próprios de gestão decorrentes de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, conforme disposto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins.

A Procuradoria-Geral de Justiça compreende:

- I – o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
- II – a Subprocuradoria-Geral de Justiça;
- III – a Diretoria-Geral;
- IV – os Grupos Especiais de Atuação Funcional.

Nesta perspectiva, além das funções de órgão de execução, a Procuradoria-Geral de Justiça tem as atribuições administrativas: executar a política administrativa da instituição; coordenar a elaboração da proposta orçamentária do Ministério Públicos outras atividades correlatas.

A estrutura administrativa da Diretoria-Geral compreende:

- I – Gabinete da Diretoria-Geral;
- II – Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;
- III – Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia;
- IV – Departamento de Licitações:
 - a) Comissão de Licitação;
 - b) Assessoria Técnica em Licitação;
 - c) Área de Contratos.
- V – Departamento de Planejamento e Gestão:



Relatório de Gestão 2017

- a) Área de Convênios;
 - b) Escritório de Projetos.
- VI – Departamento de Finanças e Contabilidade:
- a) Área de Execução Orçamentária/Financeira;
 - b) Área de Contabilidade.
- VII – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento:
- a) Área de Processamento de Folha de Pagamento;
 - b) Área de Registro Funcional;
 - c) Área de Valorização de Pessoas;
 - d) Área de Promoção e Assistência à Saúde;
 - e) Área Previdenciária.
- VIII – Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação:
- a) Área de Banco de Dados;
 - b) Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
 - c) Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação;
 - d) Área de Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento.
- IX – Departamento Administrativo:
- a) Área de Patrimônio;
 - b) Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial;
 - c) Área de Transportes;
 - d) Área de Almoxarifado;
 - e) Área de Protocolo Geral;
 - f) Área de Compras;
 - g) Área de Arquivo Geral;
 - h) Área de Suporte de Serviços Administrativos.

6.8.1 DIRETORIA-GERAL

Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Nos últimos anos, o Ministério Público do Estado do Tocantins vem buscando construir prédios modernos para servir de abrigo às atividades do Ministério Público. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, demonstrando a real dimensão da grandeza institucional das Promotorias de Justiça.



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

As novas instalações trouxeram uma nova realidade às atividades ministeriais. Em vez de ocuparem prédios locados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do Ministério Público agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

Nesse sentido, seguem abaixo as tabelas com o detalhamento de investimentos em obras e reformas, com seus custos principais:

Tabela 6.8.1.1 – Situação da obra de construção das Promotorias de Justiça de Porto Nacional.

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Porto Nacional		
<i>Processo n°:</i>	272/2015		
<i>Licitação:</i>	Concorrência n° 002/2015		
<i>Contrato n°:</i>	058/2015		
<i>Estrutura:</i>	<i>Área do terreno: 15.572,40 m²</i> <i>Área construída: 1.485,99 m²</i> <i>Área urbanizada: 4.469,87 m²</i> <i>Recepção ampla e acessível</i> <i>Oito gabinetes de promotoria com banheiro privativo</i> <i>Oito salas para analistas</i> <i>Sala de técnicos e estagiários</i> <i>Sala para oficiais de diligência</i> <i>Cartório</i> <i>Arquivo Geral</i> <i>Almoxarifado</i> <i>Copa e Depósito de Material de Limpeza</i> <i>Plenário</i> <i>Banheiro público com acessibilidade</i> <i>Vestiários para funcionários</i> <i>Garagem privativa para os membros e veículo oficial</i> <i>Estacionamento público com vaga especial</i> <i>Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos</i>		
<i>Recebimento:</i>	11/01/17		
<i>Valor inicial do contrato</i>	R\$ 4.085.700,00	<i>Valor Aditivado</i>	(-) R\$ 312.484,18
<i>Valor Total da Obra</i>			R\$ 3.773.215,82
<i>Valor Medido</i>			R\$ 3.773.215,82
<i>Valor Pago</i>			R\$ 3.773.215,82
<i>Valor Final por metro quadrado construído</i>			R\$ 2.539,19
<i>Execução no exercício 2016</i>			R\$ 3.498.805,68
<i>Execução no exercício 2017</i>			R\$ 274.410,14
			<i>Execução, em (%)</i>
			-
			100,00
			100,00
			-
			92,72
			7,28

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.2 – Situação da obra de reforma das Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins.

Obra:	Reforma das Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins		
Processo nº:	250/2016		
Licitação:	Concorrência nº 002/2016		
Contrato nº:	074/2016		
Estrutura:	Remoção e substituição do telhado Remoção e substituição de forro Remoção, substituição das divisórias internas com readequação de layout Remoção e substituição das esquadrias Reforma em banheiro tornando-o acessível conforme as normas técnicas Execução de garagens privativas Execução de gradil de proteção Remoção e substituição das instalações elétricas e de dados Execução de pintura interna e externa da sede		
Recebimento:	06/03/17		
Valor inicial do contrato	R\$ 247.705,76	Valor Aditivado	R\$ 8.386,72
Execução, em (%)			
Valor Total da Obra			R\$ 256.092,48
Valor Medido			R\$ 256.092,48
Valor Pago			R\$ 256.092,48
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 759,15
Execução no exercício 2016			R\$ 146.273,26
Execução no exercício 2017			R\$ 109.819,22

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Tabela 6.8.1.3 – Situação da obra de reforma do Reservatório Inferior de água do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Obra:	Reforma do reservatório inferior de água da Procuradoria-Geral de Justiça		
Processo nº:	205/2016		
Licitação:	Concorrência nº 001/2016		
Contrato nº:	076/2016		
Estrutura:	Demolição e remoção do reservatório danificado Reaterro e compactação de terreno Execução de infraestrutura e fundação Execução de superestrutura em pilares e vigas Execução de painéis de vedação em alvenaria Execução de cobertura em telha fibrocimento Instalação de reservatório de 10.000 litros Execução de instalações hidráulicas e elétricas		



Relatório de Gestão 2017

Obra:	Reforma do reservatório inferior de água da Procuradoria-Geral de Justiça		
	<i>Instalação de bombas de recalque Execução de pintura interna e externa</i>		
Recebimento:	13/03/17		
Valor inicial do contrato	R\$ 79.433,06	Valor Aditivado	R\$ 1.920,71
			Execução, em (%)
Valor Total da Obra			R\$ 81.353,77
			-
Valor Medido			R\$ 81.353,77
			100,00
Valor Pago			R\$ 81.353,77
			100,00
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 2.192,23
			-
Execução no exercício 2016			R\$ 77.243,64
			94,95
Execução no exercício 2017			R\$ 4.110,13
			5,05

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Tabela 6.8.1.4 – Situação da obra de reforma das alas norte e leste do telhado do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Obra:	Reforma de parte do telhado da Procuradoria-Geral de Justiça		
Processo nº:	098/2017		
Licitação:	Concorrência nº 002/2017		
Contrato nº:	041/2017		
Estrutura:	<i>Remoção de telhas fibrocimento Instalação de telhas tipo sanduíche (Telha mais isopor) Limpeza e pintura das calhas metálicas</i>		
Recebimento:	22/08/17		
Valor inicial do contrato	R\$ 58.941,06	Valor Aditivado	R\$ 0,00
			Execução, em (%)
Valor Total da Obra			R\$ 58.941,06
			-
Valor Medido			R\$ 58.941,06
			100,00
Valor Pago			R\$ 58.941,06
			100,00
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 106,94
			-
Execução no exercício 2016			R\$ 0,00
			0,0
Execução no exercício 2017			R\$ 58.941,06
			100,00

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Tabela 6.8.1.5 – Situação da obra de reforma de pintura externa e tratamento de trincas no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça.



Relatório de Gestão 2017

Obra:	<i>Reforma de pintura externa e tratamento de trincas no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça</i>		
<i>Processo n°:</i>	352/2016		
<i>Licitação:</i>	Pregão presencial n° 033/2016		
<i>Contrato n°:</i>	130/2016		
<i>Estrutura:</i>	<i>Execução de limpeza em alvenaria com hidrojato Execução de pintura externa em alvenaria Tratamento de trincas com material selante</i>		
<i>Recebimento:</i>	13/02/17		
<i>Valor inicial do contrato</i>	R\$ 134.899,98	<i>Valor Aditivado</i>	R\$ 0,00
<i>Execução, em (%)</i>			
<i>Valor Total da Obra</i>			R\$ 134.899,98
<i>Valor Medido</i>			100,00
<i>Valor Pago</i>			100,00
<i>Valor Final por metro quadrado construído</i>			R\$ 24,90
<i>Execução no exercício 2016</i>			0,0
<i>Execução no exercício 2017</i>			100,00

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Tabela 6.8.1.6 – Situação da obra de reforma para readequação da sala dos estagiários na Promotoria de Paraíso.

Obra:	<i>Reforma para adequação da sala dos estagiários da Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins</i>		
<i>Processo n°:</i>	398/2017		
<i>Licitação:</i>	Dispensa de licitação – contratação direta		
<i>Contrato n°:</i>			
<i>Estrutura:</i>	<i>Retirada e reinstalação de divisórias do tipo naval Retirada e recolocação de vidro comum em divisórias Instalação de novas divisórias</i>		
<i>Recebimento:</i>	27/09/17		
<i>Valor inicial do contrato</i>	R\$ 1.661,80	<i>Valor Aditivado</i>	R\$ 0,00
<i>Execução, em (%)</i>			
<i>Valor Total da Obra</i>			R\$ 1.661,80
<i>Valor Medido</i>			100,00
<i>Valor Pago</i>			100,00
<i>Valor Final por metro quadrado construído</i>			R\$ 30,18
<i>Execução no exercício 2016</i>			R\$ 0,00
<i>Execução no exercício 2017</i>			100,00

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Além dos serviços descritos nas tabelas acima, é importante ressaltar que a Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia também prestou auxílio técnico às Promotorias de Justiça com a finalidade de investigar, esclarecer e fundamentar tecnicamente as decisões processuais destas Promotorias.

Como exemplos desse assessoramento, podem ser citados as seguintes atividades:

- ✚ Realização de vistoria técnica *in loco* e elaboração de laudo para verificar o estado de conservação do prédio da Escola Municipal de Tempo Integral Marcos Freire e propor as possíveis soluções;
- ✚ Vistoria na Escola Municipal Darcy Ribeiro, na capital, para averiguar as condições infraestruturais após a reforma para instalação dos condicionadores de ar.
- ✚ Análise do processo que trata da investigação de inexecução contratual na construção da Rodovia Estadual TO – 416, e elaboração de parecer técnico conclusivo relatando os aspectos relevantes para contribuir com as investigações;
- ✚ Apoio técnico prestado junto à 23ª Promotoria da capital na discussão do novo Plano Diretor da cidade de Palmas, embasando as decisões da douta Promotora de Justiça em normas e técnicas aplicadas;
- ✚ Análise técnica do processo que trata da execução do projeto “Shopping a Céu Aberto”, na cidade de Palmas, e apresentação de parecer conclusivo acerca das irregularidades apontadas.

A Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia ainda trabalhou em conjunto com a Comissão Permanente de Licitação na análise de documentações técnicas e propostas de empresas licitantes, fornecendo o respaldo técnico para resguardar a lisura do processo licitatório.

Além disso, auxiliou também o Departamento Administrativo nos serviços de manutenção e conservação do patrimônio imobiliário desta Instituição, na capital e no interior, e na escolha e definição de novos imóveis de aluguel, para alocar as promotorias do interior, por meio de vistorias *in loco* e negociações com os proprietários, garantindo sempre a qualidade e segurança do imóvel.

6.8.1.1 DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

O Departamento de Licitações constitui órgão de apoio administrativo, e é formado pelos profissionais ligados à área de Licitação. Compete ao departamento coordenar, planejar, controlar, orientar e executar as atividades relativas ao processo licitatório e a área de Contratos.

Desta forma, o Departamento de Licitação possui a seguinte estrutura:

Relatório de Gestão 2017

- ✚ Comissão de Licitação;
- ✚ Assessoria Técnica em Licitação;
- ✚ Área de Contratos.

Em 2017, foram processados 46 procedimentos licitatórios, dos quais 36 foram homologados, 02 foram declarados desertos, 05 encontram-se em fase de homologação, 01 foi revogado e 02 encontram-se em fase de divulgação do Edital, a seguir classificados por modalidade:

Tabela 6.8.1.1.1– Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
Concorrência	02	02	02	02	02
Concurso	-	-	-	-	01
Pregão Presencial – Tradicional	15	24	05	19	12
Pregão Presencial – SRP	26	24	27	27	21
Pregão Eletrônico – Tradicional	07	08	02	04	01
Pregão Eletrônico – SRP	01	02	03	02	09
Dispensa de Licitação	76	56	47	65	62
Inexigibilidades	17	15	06	10	13
Suprimento de Fundos	04	04	05	04	06
Total	148	135	97	133	127

Fonte: Departamento de Licitações

A tabela abaixo detalha os procedimentos licitatórios de 2017, retratando o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame:

Tabela6.8.1.1.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2017

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 001/17	0485/16	Registro de Preços para aquisição de materiais de manutenção.	251.024,27	137.160,28	45,36%
P.P 002/17	0488/16	Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.	363.472,32	352.444,53	3,03%
P.P 003/17	0059/17	Registro de Preços para contratação de empresa(s)	32.636,55	25.747,80	21,11%

Relatório de Gestão 2017

Tabela6.8.1.1.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2017

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		especializada(s) no fornecimento de Bandeiras do Mercosul, Brasil, Estado e Municípios do Estado do Tocantins.			
P.P 004/17	0552/16	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	356.849,06	327.986,00	8,09%
P.P 005/17	0103/17	Registro de Preços para aquisição de poltronas.	484.346,20	403.190,00	16,76%
P.P 006/17	0153/17	Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio do tipo: gás carbônico (CO ₂), água pressurizada (AP), pó químico seco (PQS); suportes de parede; placas fotoluminescentes; luminárias de emergência; e na prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos.	55.080,12	49.747,60	9,68%
P.P 007/17	0109/17	Contratação de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de centralização e processamento da folha de pagamento, ressarcimentos e outras indenizações aos servidores e membros da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.	2.800.000,00 (Licitação do Tipo Maior Oferta)	Deserta	Deserta
P.E 008/17	0082/17	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Informática.	2.509.914,10	1.702.043,40	32,19%
P.P 009/17	0091/17	Registro de Preços para aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática.	330.785,05	264.438,90	20,06%
P.P 010/17	0122/17	Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de vidro cristal laminado refletivo e porta de vidro laminado, para atender as sedes da PGJ e da Promotoria de Justiça de Miranorte-TO, respectivamente.	10.185,01	10.185,01	0,00%

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.1.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2017

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.E 011/17	0092/17	Registro de Preços para aquisição de veículos para a frota da PGJ.	739.065,08	635.400,00	14,03%
P.P 012/17	0185/17	Registro de Preços para prestação de serviços de buffet.	119.532,00	117.700,00	1,53%
P.P 013/17	0171/17	Registro de Preços para aquisição de mobiliários.	605.476,88	574.512,31	5,11%
P.P 014/17	0183/17	Contratação de empresa para gerenciamento de manutenção (preventiva e corretiva), operada através da utilização de sistema via Web próprio da Contratada, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção, através de uma rede de empresas credenciadas pela Contratada para atender a frota de veículos na sede da PGJ e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins.	140.000,00 (Licitação do tipo menor taxa)		
			1,63%	0,00%	100,00%
P.P 015/17	0134/17	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tintas e materiais para pintura.	104.178,16	101.222,30	2,84%
P.P 016/17	0190/17	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.	175.539,99	172.043,45	1,99%
P.P 017/17	0189/17	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada.	3.815.026,08	3.645.288,00	4,45%
P.P 018/17	0188/17	Contratação de empresa especializada em gestão de abastecimento de frota que permita, por meio de sistema via Web com uso de cartões magnéticos, a aquisição de combustíveis, lubrificantes e filtros automotivos, a serem utilizados por veículos da PGJ lotados na Capital e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins.	220.000,00 (Licitação do tipo menor taxa)		
			1,63%	0,00%	100,00%

Relatório de Gestão 2017

Tabela6.8.1.1.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2017

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 019/17	0210/17	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de controle de acesso da sede da PGJ em Palmas e da Promotoria de Justiça de Araguaína.	33.013,20	32.640,00	1,13%
P.E 020/17	0192/17	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – tóneres e acessórios.	479.139,80	330.401,40	31,04%
P.P 021/17	0256/17	Aquisição de materiais gráficos – capas para processo.	10.082,00	9.976,00	1,05%
P.E 022/17	0194/17	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	6.134.060,66	4.505.850,42	26,54%
P.P 023/17	0246/17	Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.	16.248,50	13.549,00	16,61%
P.P 024/17	0245/17	Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	139.090,10	92.026,90	33,84%
P.E 025/17	0253/17	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática.	1.229.840,68	589.087,82	52,10%
P.P 026/17	0330/17	Aquisição de malotes, lacres e uniformes operacionais para o GAECO.	4.467,43	Deserta	Deserta
P.E 027/17	0325/17	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Informática.	232.558,20	124.503,75	46,46%
P.E 028/17	0306/17	Registro de Preços para aquisição de veículos para a frota da PGJ/TO.	276.692,00	230.000,00	16,88%
P.P 029/17	0359/17	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e foto.	40.998,82	37.470,00	8,61%
P.P 030/17	0326/17	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, confecção de materiais gráficos e comunicação visual.	763.443,00	355.797,00	53,40%

Relatório de Gestão 2017

Tabela6.8.1.1.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2017

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.E 031/17	0324/17	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática.	42.093,35	32.697,90	22,32%
P.P 032/17	0393/17	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos.	21.336,10	20.981,00	1,66%
P.P 033/17	0331/17	Aquisição e personalização de envelopes.	23.656,00	10.270,00	56,59%
P.E 034/17	0222/17	Aquisição de equipamentos fotográficos e acessórios.	46.029,59	37.152,49	19,29%
P.P 035/17	0411/17	Registro de Preços para aquisição de motores para portão deslizante e demais peças integrantes de motor de portão.	57.813,80	38.565,20	33,29%
P.P 036/17	0426/17	Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	30.211,60	29.025,00	3,93%
P.P 037/17	0391/17	Registro de Preços para aquisição de materiais de higiene/limpeza e materiais para copa/cozinha.	46.260,62	45.824,37	0,94%
P.P 038/17	0456/17	Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.	8.690,00	8.500,00	2,19%
P.P 039/17	0427/17	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	199.800,00 (12,91% e 11,59% de desconto sobre o valor da tarifa de passagens nacionais e internacionais, respectivamente, excluída a taxa de embarque).		
			24,50%	24,50%	0,00%
P.P 040/17	0479/17	Contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos.	19.848,29	19.239,98	3,06%
P.P 041/17	0466/17	Registro de Preços para aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, faixas, impressão colorida	210.247,41	115.512,70	45,06%

Relatório de Gestão 2017

Tabela6.8.1.1.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2017

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		em lona, adesivos, letras caixas, mastros, entre outros.			
P.E 042/17	0448/17	Registro de Preços para aquisição de tokens USB e emissão de certificados digitais e-CPF e e-CNPJ do tipo A3 e Web SSL, providos no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).	169.378,50	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 09/01/18
P.P 043/17	0471/17	Concessão de uso de espaço público, com área de 47,00 m ² , para instalação e exploração de serviços de lanchonete dentro da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas-TO.	7.200,00 (Valor anual da concessão a ser pago pela vencedora)	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 15/01/18
Concorrências					
C.C 001/17	0070/17	Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da obra do prédio sede do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas – TO.	1.277.573,38	Revogada	Revogada
C.C 002/17	0098/17	Contratação de empresa especializada para reforma de parte do telhado existente e reforma na marquise de entrada, do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Palmas – TO.	66.563,30	58.941,06	11,45%
Concursos					
RG 001/17	0157/17	2º Prêmio Ministério Público de Jornalismo, por meio da seleção técnica de trabalhos inscritos em seis categorias: Jornalismo Impresso, Radiojornalismo, Telejornalismo, Webjornalismo, Fotojornalismo e Destaque Acadêmico.	Valor Total da Premiação		
					19.000,00

Legenda

1 – PP – Pregão Presencial

2 – PE – Pregão Eletrônico



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.1.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2017

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
3 – CC – Concorrência					
4 – RG – Regulamento					

Fonte: Departamento de Licitações

Desta forma, o volume licitado referente ao exercício 2017 é de aproximadamente 16.012.500,07 (dezesseis milhões, doze mil, quinhentos reais e sete centavos), considerando os valores estimados dos Pregões nº 042 e 043/2017 que se encontram em fase de divulgação do Edital.

Tabela 6.8.1.1.3 – Montante licitado 2017, em (R\$)

Modalidade de Licitação	Valor licitado	Valor a licitar	Total
<i>Concorrência</i>	58.941,06	-	58.941,06
<i>Pregão Presencial - Tradicional</i>	4.108.579,99	7.200,00	4.115.779,99
<i>Pregão Presencial - SRP</i>	3.462.263,34	-	3.462.263,34
<i>Pregão Eletrônico - Tradicional</i>	37.152,49	-	37.152,49
<i>Pregão Eletrônico - SRP</i>	8.149.984,69	169.378,50	8.319.363,19
<i>Concurso</i>	19.000,00	-	19.000,00
Total	15.835.921,57	176.578,50	16.012.500,07

Fonte: Departamento de Licitações

Em 2017 foram formalizadas 95 (noventa e cinco) Atas de Registro de Preços objetivando: aquisição e instalação de concertinas galvanizadas simples; aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha; aquisição de fechaduras eletrônicas; aquisição de materiais de manutenção; aquisição de condicionadores de ar; aquisição de bandeiras; aquisição de materiais de expediente; aquisição de extintores de incêndio e serviços de recarga; fornecimento de placas fotoluminescentes e luminárias de emergência; aquisição de mobiliários; aquisição de veículos; serviços de buffet; aquisição de equipamentos, softwares e materiais de Informática; aquisição de tóneres; aquisição de tintas e materiais para pintura; aquisição de equipamentos de comunicação, áudio, vídeo, foto, máquinas e utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para cozinha; serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual; aquisição de motores e peças para portão; serviços de hospedagem e alimentação; aquisição de purificadores de água; serviços de passagens aéreas.

Relatório de Gestão 2017

Em 2017 a PGJ não realizou adesão à Ata de Registro de Preços (ARP). Em contrapartida, autorizou 34 (trinta e quatro) pedidos de adesões “caronas” às ARPs solicitados pelos órgãos listados a seguir:

Quadro 6.8.1.1.1 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP) 2017

Nº ARP	Objeto	Órgão Adeso
011/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	- Companhia de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim/ES – DATAI;
015/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins – SEMARH (2 pedidos); - Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins – SEDUC; - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS;
037/16	Prestação de serviços de buffet.	- Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte de Palmas - TO – SEISTT.
039/16	Aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática.	- Secretaria-Geral de Governo e Articulação Política do Estado do Tocantins; - Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins – SECIJU;
057/16	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	- Controladoria-Geral do Estado do Tocantins – CGE.
074/16	Aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas, mastros, entre outros.	- Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins – DETRAN/TO.
076/16	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	- Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES – IPACI; - Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins – TERRAPALMAS; - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres/MT – PREVI – CÁCERES; - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo/SP; - Controladoria Geral do Estado do Tocantins – CGE;

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.1.1 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP) 2017

Nº ARP	Objeto	Órgão Adeso
		- Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins – DETRAN/TO; - Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.
005/17	Aquisição de materiais de manutenção.	- Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte de Palmas - TO – SEISTT.
009/17	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	- Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor – PROCON/TO.
018/17	Aquisição de mobiliários – poltronas.	- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.
019/17	Aquisição de veículos.	- Prefeitura Municipal de Lagoa Bonita do Sul/RS; - Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro – SP;
021/17	Prestação de serviços de buffet.	- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins – SEMARH.
053/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	- Instituto de Promoção e Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe – IPESAÚDE; - Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia de Saquarema – RJ; - Instituto de Terras do Acre – ITERACRE.
054/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	- Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
056/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	- Ministério Público do Estado de Rondônia – MP/RO.
059/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	- Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará; - Gabinete da Vice-Governadora do Estado do Ceará; - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo – DER/ES; - Agência Goiana de Habitação – AGEHAB; - Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia de Saquarema – RJ.
073/17	Aquisição de mobiliários.	- Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

Fonte: Departamento de Licitações



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.1.4 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP

Tipo	Quantidade
<i>Atas de Registro de Preços (ARP)</i>	95
<i>Adesões a ARP</i>	-
<i>Caronas cedidas de ARP</i>	34

Fonte: Departamento de Licitações

Contratos

A tabela abaixo traz uma sinopse da quantidade de contratos e termos aditivos firmados no exercício 2017:

Tabela 6.8.1.1.5 – Contratos e Termos Aditivos firmados 2017

Tipo	Quantidade
<i>Contratos firmados</i>	80
<i>Termos aditivos</i>	47

Fonte: Departamento de Licitações

Em 2017, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a gestão de 126 contratos vigentes, dos quais 80 foram firmados em 2017, bem como das 106 Atas de Registro de Preços vigentes, das quais 95 foram firmadas em 2017. Enfatiza-se que em 2017 foram ajustados 47 aditivos incluídas neste quantitativo as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios sede de Promotorias no Interior. Atribuições estas a cargo da Área de Contratos, que realiza também o acompanhamento de todos os contratos cujos pagamentos são mensais.

A tabela 6.8.1.1.6 relaciona os 21 contratos de locação de imóveis 2017 que abrigam as sedes das Promotorias de Justiça do Interior, com exceção do contrato de aluguel do depósito em Palmas, sendo dispendido no exercício o valor total mensal de R\$ 31.564,21.

Tabela 6.8.1.1.6 – Contratos de locação de imóveis 2017, em (R\$)

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
1	010/2008	Formoso do Araguaia-TO	1.068,66
2	021/2008	Colméia-TO	1.111,28
3	004/2009	Wanderlândia-TO	1.313,74
4	024/2009	Cristalândia-TO	1.890,12
5	033/2009	Itaguatins-TO	1.476,56
6	040/2017	Pium-TO	1.300,00



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.1.6 – Contratos de locação de imóveis 2017, em (R\$)

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
7	038/2009	Ponte Alta do Tocantins-TO	1.357,83
8	039/2009	Tocantínia-TO	1.378,89
9	003/2010	Araguaçu-TO	1.610,15
10	010/2010	Novo Acordo-TO	1.179,40
11	021/2010	Xambioá-TO	1.127,56
12	022/2011	Arapoema-TO	1.093,61
13	103/2013	Ananás-TO	1.760,20
14	012/2017	Alvorada-TO	2.100,00
15	022/2015	Axixá-TO	1.715,53
16	026/2015	Itacajá-TO	1.139,72
17	042/2015	Palmas-TO (Depósito)	5.479,67
18	044/2015	Goiatins-TO	1.095,93
19	009/2016	Almas-TO	922,77
20	046/2016	Aurora-TO	942,59
21	016/2017	Araguacema-TO	500,00
Total			31.564,21

Fonte: Departamento de Licitações

6.8.1.2 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

O Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) é responsável por elaborar, planejar, coordenar e acompanhar as atividades de planejamento e gestão orçamentária, no âmbito do MPTO. Ao Deplan compete, também, acompanhar e controlar a execução dos projetos, contratos, convênios e as respectivas prestações de contas, sendo responsável ainda por planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento de planos, programas e projetos, de duração anual e plurianual.

Em 2017, foi disponibilizado a todos os integrantes do Ministério Público o Manual de Normas, Procedimentos e Rotinas Administrativas para assinatura de Convênios e Acordos de Cooperação Técnica no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins. Os critérios para essas tratativas foram formalizados por meio do ato nº 113/2017, publicado no Diário Oficial de 12 de dezembro de 2017.

Qualquer convênio, acordo de cooperação técnica e cessão de uso deverá obedecer aos critérios expostos no documento, que também estabelece, de forma

R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

esquemática, o fluxograma de procedimentos. O Manual é o primeiro mapeamento de processo elaborado conforme metodologia do Conselho Nacional do Ministério Público.

A área de Convênios é responsável pelo gerenciamento dos instrumentos celebrados mediante convênios informados no quadro a seguir, agindo como interlocutor junto aos convenentes.

Quadro 6.8.1.2.1 Relação de Acordos e Parcerias Firmado, por Convenente, em 2017

N.	Objeto	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
015/2013	Implementação de um laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro no Ministério Público nos moldes dos laboratórios desenvolvidos pelo DRCI/SNJ (LAB-LD), mediante a capacitação e treinamento de servidores e colaboradores lotados no MP -TO.	01/01/17	31/12/19	Ministério da Justiça
055/2016	Intercâmbio do conhecimento técnico específico necessário e suficiente a possibilitar aos partícipes a experiência avançada no exercício das atribuições da competência de cada um.	01/01/18	31/12/18	Governo do Estado do Tocantins
059/2016	Regulamentar a utilização de Hardware e Software do Sistema de Monitoramento de Sinais– Guardiã por parte da Secretaria da Segurança Pública, bem ainda de mobiliário e instalações físicas da Procuradoria-Geral de Justiça, para fins de realização de investigações criminais a cargo da Polícia Civil do Estado do Tocantins.	21/03/16	20/03/18	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
071/2016	Formar rede de controle da Gestão Pública no Estado do Tocantins.	03/03/17	02/03/22	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
072/2016	Fixar critérios e normas de ação conjunta por intermédio dos órgãos envolvidos para efetivação do combate aos crimes contra a ordem tributária.	31/10/17	30/10/22	Secretaria de Estado da Fazenda do Tocantins
073/2016	Promover e implantar atendimento especializado, garantindo o resgate da autoestima da mulher vítima de violência doméstica, por meio do projeto denominado “S.O.S Mulher –MPTO de Portas Abertas para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”.	20/06/17	19/06/18	Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, Secretaria Municipal de Governo e

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.2.1 Relação de Acordos e Parcerias Firmado, por Convenente, em 2017

N.	Objeto	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
				Relações Político Sociais, Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social e Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça.
074/2016	Acessar a rede SICONV pelas unidades e ramos do MP e o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, capacitação, e o fortalecimento da comunicação e transparência, relativas as transferências voluntárias.	22/02/17	21/02/22	Conselho Nacional do Ministério Público
075/2016	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 15/2016, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a cessão do direito de uso do software SEI – Sistema Eletrônico de Informação, para o trâmite virtual dos processos administrativos.	16/10/17	15/10/22	Conselho Nacional do Ministério Público
076/2017	Fortalecer os órgãos de gestão e de controle do SUS, em regime de parceria, visando desenvolver ações conjuntas voltadas ao aprimoramento da Gestão do SUS no Estado do Tocantins.	06/04/17	05/04/22	SESAU
078/2017	Ceder o Sistema Guardião e outros bens móveis da Polícia Militar do Estado do Tocantins ao Ministério Público do Estado do Tocantins.	27/01/16	26/01/18	Comando-Geral da Polícia Militar
079/2017	Unir esforços, no qual o Sebrae-TO oferecerá cursos, palestras e oficinas aos integrantes e o MPTO cederá dados do programa Propriedade Legal.	13/02/17	08/02/21	CESAF/MPTO SEBRAE-TO Departamento de Planejamento e Gestão – DEPLAN/DG/PGJ
080/2017	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias.	06/08/17	05/08/22	Prefeitura Municipal de Tocantínia
081/2017	Cessão de software Athenas, criado pelo MPTO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	18/04/17	17/04/19	Defensoria Pública do Espírito Santo
082/2017	Implementar medidas de natureza técnico-administrativas objetivando a operacionalização conjunta de medidas de fiscalização da implantação da Política Nacional do Idoso, no âmbito da Política Estadual em toda a sua abrangência e em especial	13/06/17	12/06/18	Secretaria Estadual e Saúde Secretaria Estadual do Trabalho e

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.2.1 Relação de Acordos e Parcerias Firmado, por Convenente, em 2017

N.	Objeto	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
	<i>às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS).</i>			<i>Assistência Social Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins</i>
083/2017	<i>Conjugar esforços comuns no sentido de garantir a entrega da prestação jurisdicional de forma mais célere e eficaz.</i>	11/05/17	10/05/22	<i>Defensoria Pública do Estado do Tocantins Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins</i>
084/2017	<i>Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias.</i>	23/05/17	22/05/22	<i>Prefeitura Municipal de Peixe</i>
085/2017		28/04/17	27/04/18	<i>Intelligent Business Consulting Ltda</i>
086/2017	<i>Implantar o Projeto Profissionalizando a Capacidade da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar visando a superação da relação de dependência financeira das mulheres em relação aos cônjuges e companheiros agressores, evitando a revitimação e promovendo o aumento da autoestima, inserção no mercado de trabalho e integração social.</i>	06/06/17	05/06/22	SENAI
087/2017	<i>Formalizar parceria entre a Fundação ABRINQ e o MP, com vistas ao fortalecimento das gestões municipais, que aderiram ao “Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC”, na efetivação dos direitos da criança e do adolescente.</i>	05/07/17	30/06/20	<i>Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente.</i>
088/2017	<i>Cessão de software Athenas, criado pelo MPTO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística do MPPI.</i>	09/08/16	08/08/18	<i>Ministério Público do Piauí</i>
089/2017	<i>Entabular parcerias institucionais, com os fins precípuos de promover a qualidade do conhecimento produzido em assuntos técnico-científicos não jurídicos nas diversas áreas de formações dos profissionais técnicos integrantes das Instituições.</i>	03/08/17	02/08/19	<i>Ministério Público Federal, por intermédio da Secretaria de Apoio Pericial – PGR</i>
090/2017	<i>Acordo de Cooperação Técnica e Operacional, objetivando o atendimento às necessidades do MP-TO quanto a adequações a serem realizadas E-PROC.</i>	29/06/17	28/06/22	<i>Tribunal de Justiça Tocantins</i>



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.2.1 Relação de Acordos e Parcerias Firmado, por Convenente, em 2017

N.	Objeto	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
091/2017	Concessão de empréstimos e financiamentos pelo Banco Bradesco S/A, aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins (MP/TO), mediante consignação em folha de pagamento.	20/06/17	19/06/22	Banco Bradesco S/A.
092/2017	Concessão de empréstimos, financiamentos e/ou arrendamentos mercantis, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento, aos membros e servidores do MP/TO.	29/06/17	28/06/22	MP/TO Banco do Brasil
093/2017	Desenvolver ações educacionais, pesquisa científica e extensividade da difusão do conhecimento produzido pelos partícipes visando o aprimoramento profissional, técnico, científico, acadêmico e cultural de seus integrantes e o desenvolvimento das ações voltadas ao cumprimento de suas missões institucionais.	20/06/17	19/06/22	IFTO
094/2017	Promover e conscientizar o educando por meio de palestras educativas, contra a prática de violência doméstica e familiar e capacitar os educadores para desenvolverem atividades que busquem modificar valores	19/07/17	18/07/18	Secretaria Municipal de Educação de Palmas – SEMED
095/2017	Participação dos órgãos na organização e realização da II Corrida da Justiça, etapa integrante do calendário de corrida de rua do Circuito Virgílio Coelho do Município de Palmas, do ano de 2017, projeto voltado à integração e bem-estar dos servidores e membros das respectivas instituições.	02/06/17	01/06/18	Defensoria Pública do Estado do Tocantins Justiça Federal de 1 Grau do Estado do Tocantins Ministério Público Federal Tribunal Regional Eleitoral TJTO
096/2017	Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	06/09/17	05/09/19	Ministério Público de Contas do Estado de Roraima
097/2017	Expressar o interesse comum dos partícipes de cooperar entre si, visando ações conjuntas, para o atendimento das infrações de menor potencial ofensivo.	06/09/17	05/09/22	Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Tocantins
098/2017	Estabelecer condições de parceria entre as instituições, para o desenvolvimento de atividade de capacitação de servidores e membros do Ministério Público estadual e servidores e agentes Políticos do Poder Executivo Estadual.	21/11/17	31/12/19	Secretaria da Administração do Estado do Tocantins

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.2.1 Relação de Acordos e Parcerias Firmado, por Convenente, em 2017

N.	Objeto	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
099/2017	<i>Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico educacional e cultural visando troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta mútua de cursos de capacitação, de aperfeiçoamento funcional nas modalidades presencial e a distância, bem como atividades complementares de interesses comuns.</i>	08/08/17	07/08/18	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
100/2017	<i>Promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por associações e Organizações criminosas.</i>	04/12/17	03/12/22	Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Tocantins
101/2017	<i>Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.</i>	20/11/17	19/11/19	Defensoria Pública do Estado de Rondônia
102/2017	<i>Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.</i>	20/11/17	19/11/19	Defensoria Pública do Estado de Sergipe
103/2017	<i>Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.</i>	20/11/17	19/11/19	Defensoria Pública do Estado do Maranhão
104/2017	<i>Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.</i>	20/11/17	19/11/19	Defensoria Pública do Estado do Piauí
105/2017	<i>Articular e conjugar esforços dos partícipes com o intuito de avocar os municípios do Estado do TO à integração do Sistema Nacional de Transito .</i>	07/12/17	06/12/22	Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins e o Conselho Estadual de Trânsito do Tocantins
106/2017	<i>Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.</i>	06/12/17	05/12/19	Defensoria Pública do Distrito Federal
107/2017	<i>Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.</i>	20/11/17	19/11/19	Defensoria Pública do Estado da Paraíba
108/2017	<i>Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.</i>	20/11/17	19/11/19	Defensoria Pública do Estado de Roraima
109/2017	<i>Termo de Adesão do MP-TO ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para a criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos - SINALID.</i>	07/12/17	06/12/22	Conselho Nacional do Ministério Público



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.2.1 Relação de Acordos e Parcerias Firmado, por Convenente, em 2017

N.	Objeto	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
110/2017	<i>Estabelecer Cooperação Técnica na área de inteligência e investigação criminal, a ser desenvolvida por meio do uso integrado da ferramenta RETINA. Banco de dados criado pelo Núcleo de Apoio Técnico Especializado do MP - AC.</i>	31/10/17	30/10/22	Ministério Público do Estado do Acre
	<i>Dotar o Ministério Público do Estado do Tocantins de infraestrutura necessária para o suporte ao processo de virtualização e modernização, bem como melhorar o processo de segurança da informação.</i>	30/12/2016	01/11/2017	Ministério da Justiça

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Escritório de Projetos

A gestão de projetos no âmbito do Ministério Público do Tocantins é orientada pelo Manual de Projetos, disponível no sítio eletrônico: <https://mpto.mp.br/web/planejamento/2016/05/19/178704-manual-de-gestao-de-projetos>, que determina os procedimentos a serem seguidos para os projetos estratégicos, com base nas práticas e conhecimentos do *Project Management Body of Knowledge* (PMBok). Este documento traz as informações necessárias para cada etapa do projeto: iniciação (proposta de projeto), autorização, planejamento, execução, controle, encerramento e monitoramento.

No decorrer 2017, o Escritório de Projetos do Ministério Público apoiou a estruturação e a execução de 27 (vinte e sete) projetos, sendo 14 (quatorze) finalísticos e 13 (treze) administrativos. A atuação com foco na área-fim tem proporcionado benefícios diretos para a sociedade, como a efetividade no combate à corrupção, proteção à pessoa idosa, defesa do direito fundamental à saúde e na prevenção de outros ilícitos e de irregularidades de natureza ambiental, econômica etc. No âmbito administrativo, foram criados diversos mecanismos de gestão, de otimização de processos e de estruturação de sistemas, o que tem aumentado a eficiência e a capacidade de atuação do órgão.

Convém destacar, ainda, que todos os projetos estão alinhados aos objetivos delineados no Planejamento Estratégico Institucional. Ou seja, todos os projetos acompanhados pelo escritório sempre suportam um ou mais objetivos estratégicos.

Outro ponto relevante, é que os valores destinados aos projetos são programados e avaliados pelo Escritório de Projetos e por colegiados, de forma a garantir a legitimidade dos gastos, bem como a economicidade.

Relatório de Gestão 2017

Vale ressaltar que todos os dados dos projetos são documentados de forma estruturada, com formulários específicos e detalhados. Além disso, o Escritório de Projetos encaminha ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) relatórios consolidados, que incluem informações como os benefícios gerados pelos projetos, as pessoas envolvidas, os custos, os prazos e a situação em que se encontram.

A seguir, a relação de Projetos estratégicos executados no âmbito do Ministério Público, em 2017.

Quadro 6.8.1.2.1 - Relação de projetos estratégicos em 2017

Nº	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Estratégico	IRF até Dezembro/17
1	<i>Operação Pró-Consumidor – Ações de Fiscalização</i>	CAOCON	<i>Promover a defesa dos direitos do consumidor</i>	100,00%
2	<i>Meio Ambiente Legal – Ações de Fiscalização</i>	CAOMA	<i>Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística</i>	100,00%
3	<i>Grupo de Vivências Corporais</i>	DGPPF	<i>Garantir clima organizacional favorável</i>	100,00%
6	<i>Uma Parceria Rumo à Paz</i>	Núcleo Maria da Penha	<i>Combater a violência doméstica</i>	100,00%
7	<i>Rompimento do Ciclo da Violência Doméstica através da Conscientização das Crianças</i>	Núcleo Maria da Penha	<i>Combater a violência doméstica</i>	100,00%
8	<i>Proteção à Pessoa Idosa</i>	CAOCID	<i>Exigir o cumprimento dos direitos do idoso</i>	100,00%
9	<i>Fortalecer a Estratégia, Valorizar a Integração</i>	DEPLAN	<i>Ter padrão de excelência nos procedimentos internos / Ter comunicação interna efetiva</i>	83,33%
10	<i>Direito à Educação</i>	CAOPIJ	<i>Exigir o cumprimento do direito à educação / Atuar na defesa do direito da criança e do adolescente</i>	81,82%
11	<i>SOS Mulher</i>	Núcleo Maria da Penha	<i>Combater a violência doméstica</i>	75,00%
12	<i>Lapidando Talentos</i>	CESAF	<i>Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes</i>	73,68%
13	<i>Aprendizes do MP, agentes de integração e da cidadania</i>	CESAF	<i>Atrair e reter talentos</i>	70,00%

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.2.1 - Relação de projetos estratégicos em 2017

Nº	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Estratégico	IRF até Dezembro/17
14	Vivências para o desenvolvimento da assertividade	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável	66,67%
15	Gestão Documental no Ministério Público do Tocantins	Diretoria-Geral	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos / Otimizar a utilização de recursos	66,67%
16	Construindo a excelência na formação	CESAF	Promover, continuamente, o aperfeiçoamento dos integrantes	60,00%
17	Defesa do Direito Fundamental à Saúde	CAOCID	Exigir o cumprimento do direito à saúde	50,00%
18	Modernização e atualização da infraestrutura física de TI	DMTI	Garantir infraestrutura física adequada	50,00%
19	É de Direito	CAOPIJ	Atuar na defesa do direito da criança e do adolescente	30,00%
20	Meio Ambiente Legal – Estruturação	CAOMA	Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	20,00%
21	Espaço Conviver	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável / Atrair e reter talentos	0,00%
22	Adequação da infraestrutura mobiliária das Promotorias de 1ª Entrância e Araguaçu	Patrimônio	Garantir infraestrutura física adequada / Garantir clima organizacional favorável	0,00%
23	Ampliação de Frota 2017	Transporte	Garantir infraestrutura física adequada	0,00%
24	MP “EnCanto”	Cerimonial	Garantir clima organizacional favorável	0,00%
25	Estruturação do CAOPAC	CAOPAC	Combater a improbidade e recuperar ativos / Combater a criminalidade	0,00%
26	Operação Pró-Consumidor – Estruturação	CAOCON	Promover a defesa dos direitos do consumidor	0,00%
27	Gestão de Resíduos Sólidos na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Tocantins-Reciclamp	CAOMA	Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	0,00%



Relatório de Gestão 2017

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

6.8.1.3 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

O Departamento de Finanças e Contabilidade é responsável por coordenar, orientar e supervisionar a execução orçamentária, financeira e efetuar os registros contábeis da Procuradoria-Geral de Justiça, fornecendo informações para tomadas de decisões e controle, por parte da direção da instituição.

O Departamento de Finanças e Contabilidade compreende:

- ✚ Área de Execução Orçamentária/Financeira;
- ✚ Área de Contabilidade.

Abaixo, os valores da execução orçamentária de 2017, por modalidade.

Tabela 6.8.1.3.1 – Execução Orçamentária, por modalidade de despesa 2017, em (R\$)

<i>Modalidade</i>	<i>Valor, em (R\$)</i>
<i>Concorrência</i>	59.256,06
<i>Concurso</i>	19.000,00
<i>Pregão</i>	14.540.334,75
<i>Dispensa de Licitação</i>	1.897.637,83
<i>Inexigibilidades</i>	401.271,25
<i>Suprimento de Fundos</i>	22.216,47
<i>Não se aplica</i>	174.257.007,38
Total	191.196.723,74

Fonte: Siafem.

6.8.1.4 DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS E FOLHA DE PAGAMENTO

O Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento tem a finalidade de coordenar, supervisionar, orientar e executar as atividades de registro funcional e folhas de pagamento, promover e assistir à saúde, valorizar pessoas e prestar atendimento previdenciário a membros e servidores, inclusive seus dependentes e executar atividades inerentes à gestão de pessoal no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça.

O Departamento é dividido em cinco áreas:

- ✚ Área de Processamento de Folha de Pagamento;
- ✚ Área de Registro Funcional;
- ✚ Área de Valorização de Pessoas;
- ✚ Área de Promoção e Assistência à Saúde;
- ✚ Área Previdenciária.

Relatório de Gestão 2017

O Quadro de Pessoal dos Órgãos Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins é composto pelos cargos de provimento efetivo, demonstrados nas tabelas a seguir, que detalha as situações que alteram a força de trabalho desta instituição.

Tabela 6.8.1.4.1 – Carreira de apoio em 31/12/2017

<i>Nível Funcional</i>	<i>Existente 2016*</i>	<i>Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**</i>	<i>Existente 2017*</i>	<i>Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**</i>	<i>Var (%)***</i>
<i>AME – Analista Ministerial Especializado</i>	65	57	64	55	-1,53
<i>AMI – Analista Ministerial</i>	156	143	153	141	-1,92
<i>AXE – Auxiliar Ministerial Especializado</i>	18	17	18	17	0
<i>AXM – Auxiliar Ministerial</i>	13	12	12	11	-7,69
<i>MOP – Motorista Profissional</i>	20	19	20	20	0
<i>MOT - Motorista</i>	6	5	6	5	0
<i>OFD – Oficial de Diligências</i>	29	29	29	29	0
<i>TCM – Técnico Ministerial</i>	136	124	134	121	-1,47
<i>TME – Técnico Ministerial Especializado</i>	33	31	33	31	0
Total	476	437	469	430	-1,47

Legenda:

AME – Analista Ministerial Especializado;

AMI – Analista Ministerial;

AXE – Auxiliar Ministerial;

AXM – Auxiliar Ministerial Especializado;

MOP – Motorista Profissional;

OFD – Oficial de Diligências;

TCM – Técnico Ministerial e



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.4.1 – Carreira de apoio em 31/12/2017

<i>Nível Funcional</i>	<i>Existente 2016*</i>	<i>Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**</i>	<i>Existente 2017*</i>	<i>Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**</i>	<i>Var (%)</i> ***
------------------------	------------------------	---	------------------------	---	-----------------------

TME – Técnico Ministerial Especializado.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

* Considerados todos os servidores do quadro

** Excluídos servidores cedidos, afastados e licenciados, exceto por motivo de saúde, maternidade e doença na família

*** Comparando-se o quadro de existentes

A tabela citada anteriormente demonstra, ao final do exercício de 2017, que o Ministério Público do Tocantins contava com 430, servidores lotados nas áreas de apoio e finalística. Além de servidores efetivos, a força de trabalho é composta por servidores comissionados e requisitados de outros órgãos da administração pública.

O Quadro de Pessoal do MPTO, como pode ser notado, é ainda heterogêneo, uma vez que é composto por servidores de carreira vinculados ao órgão, servidores requisitados de outros órgãos e esferas, além de servidores sem vínculo com a Administração.

Contudo, no decorrer de 2018, a realização do concurso público e posterior provimento de cargos decorrentes deste certame permitirá o aumento de número de servidores de carreira efetiva vinculados ao MPTO, em áreas previamente definidas, de forma a suprir as necessidades existentes no quadro de pessoal.

Em relação à rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; via cargo em comissão; via cessão e as baixas, por exoneração ou inatividade, comprovam o aumento na força de trabalho do Ministério Público, com um saldo negativo de 09 integrante, conforme tabela a seguir:

Tabela 6.8.1.4.2 – Movimentação de membros e servidores, em 2017.

<i>Nível Funcional</i>	<i>Existente 31/12/2016</i>	<i>Movimentação</i>					<i>Existente 31/12/2017</i>
		<i>Nomeado</i>	<i>Exonerado</i>	<i>Aposentado/ Falecido</i>	<i>Promovido</i>	<i>Cedido/ Licenc.</i>	
<i>Procuradores</i>	12	-	-	-	-	-	12
<i>Promotores</i>	109	4	-	4	-	-	109
<i>Servidores</i>	476	-	6	1	-	-	469
<i>Comissionados</i>	73	15	8	-	-	-	80
<i>Requisitados</i>	53	12	3	-	-	-	62
<i>Total</i>	723	31	17	5	-	-	732

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

* Incluídos os Cedidos/Licenciados



Relatório de Gestão 2017

Assim, a movimentação e rotatividade dos servidores do MPTO é apresentada por um Índice de Rotatividade muito utilizado ultimamente pelas organizações: *turn over*. Ele mede a entrada e saída dos servidores da Instituição por quaisquer motivos: pedido de vacância, processo administrativo ou aposentadoria.

Na busca do índice de rotatividade ideal, o MPTO tem praticado políticas que permitam a retenção de seu pessoal, por meio de valorização de seu Quadro de Pessoal, o que tem apresentado excelentes resultados, como pode ser observado na tabela a seguir, que detalha a movimentação de servidores e membros no período de 2010 e 2017:

Tabela 6.8.1.4.3 – Comparativo de movimentação de servidores e membros 2009 – 2017.

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Posse</i>	102	22	63	33	39	16	28	04
<i>Exoneração/Inatividade*</i>	27	17	20	25	27	12	07	05
<i>Turn over</i>	12,67	3,79	7,48	5,17	5,76	2,59	2,93	0,76
Nº total de Servidores	509	514	555	561	545	541	597	590

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

* Consideradas as exonerações, aposentadorias e falecimentos

* A fórmula de *Turn over* utilizada é: $((\text{Admissões} + \text{Desligamentos}) / 2) / \text{n}^\circ \text{ membros e servidores efetivos desligados}$.

Quanto ao grau de escolaridade e formação, os dados apresentados ao longo da tabela 6.8.1.4.4 indicam um amadurecimento do Ministério Público. O atual quadro da instituição indica uma evolução no sentido da profissionalização do serviço público, em que os servidores são mais escolarizados.

Tabela 6.8.1.4.4 – Distribuição de servidores efetivos existentes, por nível de escolaridade 2009 – 2017

Nível de Escolaridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Fundamental</i>	36	37	37	37	37	37	37	37	36
<i>Médio</i>	138	158	152	180	190	197	199	218	216
<i>Superior Completo</i>	145	192	202	220	221	221	218	221	217
Total	319	387	391	437	448	455	454	476	469

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Por outro lado, ainda há desafios a serem superados no plano da gestão de recursos humanos, tais como a implantação da gestão por competências no âmbito do Ministério Público. Muitos órgãos adotam a gestão por competências com o objetivo de melhorar a eficiência, eficácia, qualidade dos serviços prestados, desenvolvimento permanente e melhora da qualidade de vida dos servidores.



Relatório de Gestão 2017

Em relação à remuneração dos servidores, observa-se que, nos últimos anos, o Ministério Público tem concedido reajustes salariais anuais, visando evitar perdas em decorrência da inflação e proporcionar também ganhos reais aos integrantes do quadro auxiliar.

Nessa perspectiva, foi enviada e aprovada a proposta de reajuste na ordem de 6,58%, percentual correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre os meses de janeiro e dezembro de 2016.

Apresenta-se abaixo, o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2009 a 2017, conforme tabela a seguir:

Tabela 6.8.1.4.5 – Reajustes anuais dos servidores de 2009 a 2017 (%)

Ano	Mês	Percentual	INPC*
2009	Maio	8,00	6,25
2010		5,00	4,77
2011		7,00	6,36
2012		7,5%**	5,47
2013		7,00	6,77
2014		5,70	5,38
2015		7,95	7,67
2016		11,08	11,08
2017		6,58	6,57

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

** Aprovação do novo PCCR.

Segue abaixo, o comparativo de despesa com pessoal versus receita corrente líquida relativo aos anos de 2009 a 2017:

Tabela 6.8.1.4.6 – Evolução de Despesa de Pessoal 2009-2017.

Ano	Valor da Folha, em (milhões R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2009	55.961	-	1,64
2010	67.867	21,28	1,75
2011	71.310	5,07	1,57
2012	81.300	14,01	1,63
2013	90.132	10,86	1,69
2014	105.110	16,62	1,63
2015	119.040	13,12	1,83
2016	121.161	1,78	1,66
2017	134.679	11,16	1,87

Fonte: Departamento Contabilidade e Finanças

Relatório de Gestão 2017

Ações da Área de Saúde

A Área de Saúde do Ministério Público realiza estudos, ações de prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionada ao trabalho. As atividades realizadas em prol da saúde dos servidores e membros do MP/TO visam principalmente reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição.

Este conjunto de ações vem atender ao objetivo estratégico “Garantir Clima Organizacional Favorável”, visando assim, promover o ambiente seguro e saudável para membros e servidores, além de incentivar e oportunizar a participação em atividades que atendem a este objetivo.

Dessa maneira, todos os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vêm sendo documentados, visando traçar um perfil de causas de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde ocupacional no MP/TO.

As ações relacionadas à prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde implementadas no período de 2012 a 2017 são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 6.8.1.4.7 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2017 (em unid.)

Tipo	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Acupuntura</i>	06	-	-	-	602	-
<i>Aferição de pressão arterial</i>	109	238	394	438	189	202
<i>Análise do ambiente de trabalho</i>	-	140	108	5	15	21
<i>Atividades enfermagem prevenção/DST</i>	-	1.178	1.625	1.879	1.800	1.008
<i>Atividades odontológicas de prevenção</i>	278	-	-	-	153	-
<i>Balance</i>	-	-	07	-	-	-
<i>Bioimpedância</i>	-	-	-	-	-	202
<i>Cálculo de índice de massa corpórea</i>	109	206	305	263	149	202
<i>Cuidados faciais</i>	56	41	85	119	43	26
<i>Dança – Zumba</i>	10	-	06	-	-	-
<i>Curso Educação Alimentar (Cozinha Brasil)</i>	-	-	-	56	-	-

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.4.7 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2017 (em unid.)

Tipo	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Demonstração de alimentação saudável</i>	-	-	-	200	250	-
<i>Dinâmica de relaxamento</i>	13	10	10	-	20	-
<i>Exercícios</i>	-	30	-	-	-	-
<i>Frequência cardíaca</i>	-	-	-	-	-	202
<i>Ginástica Laboral/ Grupo de Vivências Corporais</i>	2.560	2.048	-	26	373	544
<i>Imunização-Vacinas</i>	-	353	360	358	24	223
<i>Ioga</i>	12	22	22	-	25	-
<i>Jump</i>	05	-	-	-	-	-
<i>Maquiagem</i>	51	-	-	-	10	-
<i>Massagem corporal</i>	51	44	82	90	34	49
<i>Medidas da circunferência abdominal</i>	109	206	305	62	149	202
<i>Muay Thai</i>	09	-	-	-	-	-
<i>Oficinas e palestras</i>	-	-	-	-	-	358
<i>Orientações com nutricionista</i>	33	-	-	-	-	-
<i>Orientação ergonômica</i>	-	-	108	5	15	21
<i>Orientações para manuseio correto de carga pesada</i>	12	-	-	-	-	-
<i>Pilates</i>	-	16	-	-	-	-
<i>Saturação de oxigênio</i>	-	-	-	-	-	202
<i>Shiatsu terapia</i>	22	-	-	-	-	-
<i>Verificação de glicemia</i>	109	220	389	403	147	202
<i>Workshop</i>	-	-	97	35	66	-

R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Tabela 6.8.1.4.7 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2017 (em unid.)

Tipo	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	3.554	4.726	3.903	3.939	3.911	3.664

Fonte: Setor de Saúde

As ações desenvolvidas na área de saúde amparam-se em abordagens coletivas que possam influenciar ou modificar hábitos individuais e culturas organizacionais, de maneira a favorecer os espaços de convivência e de produção de saúde, fortalecendo a autonomia dos servidores e contribuindo com suas competências e habilidades.

No decorrer de 2017, foram realizadas diversas ações de promoção à saúde do servidor, mediante oferta de serviços como verificação de pressão arterial, dosagem de glicemia capilar, medida do índice de biomassa corporal (IMC), peso, altura e bioimpedância. A seguir, um comparativo de atendimentos relativos aos anos de 2012 a 2017:

Tabela 6.8.1.4.8 – Comparativo de atendimentos – 2012/2017, em (unid.)

Especialidade/Ação	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Enfermagem</i>	1.357	1.586	1.347	1.689	3.007	1.449
<i>Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)</i>	-	45	39	123	82	41
<i>Fisioterapia</i>	1.260	1.322	646	1.180	1.209	1.181
<i>Médica</i>	962	1.487	1.058	1.064	1.053	1.025
<i>Odontologia</i>	805	785	631	909	701	662
<i>Psicologia</i>	29	45	19	82	74	254
<i>Visitas técnicas – Enfermagem</i>	10	02	01	-	-	-
<i>Visitas técnicas – Fisioterapia</i>	-	-	03	-	-	-
<i>Visitas técnicas – Médica</i>	08	75	02	-	-	-
<i>Visitas técnicas – Psicologia</i>	17	-	02	06	01	-
<i>Perícias médicas</i>	04	06	-	05	-	-
<i>Pareceres médicos</i>	04	96	-	-	-	-
<i>Pareceres Fisioterapêuticos</i>	-	-	-	-	03	-
<i>Atendimento em Grupo - Psicologia</i>	-	-	-	-	22	69



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.4.8 – Comparativo de atendimentos – 2012/2017, em (unid.)

Especialidade/Ação	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Junta Médica Oficial do Estado – Perícias Médicas – a partir de abril de 2016.</i>	-	-	-	-	241	474
Total	4.456	5.426	3.748	5.058	6.393	5.155

Fonte: Setor de Saúde

8ª Semana da Saúde

A abertura da 8ª Semana da Saúde reuniu membros e servidores do Ministério Público do Estado Tocantins para falar de Constelação Familiar. Um método psicoterapêutico que nasceu na Alemanha e que possibilita a exteriorização de conflitos, com uma gama de aplicações práticas devido aos seus efeitos esclarecedores no campo das relações humanas, como a melhoria das relações familiares, melhoria das relações interpessoais, dentre outros.

A técnica foi exposta aos participantes pelo psicoterapeuta Nereu Gomes Leda durante a palestra “A constelação familiar e seu olhar na depressão e ansiedade”, tendo sido realizada também uma prática com os participantes.

Segundo o palestrante, a técnica possibilita que a pessoa passe por um processo de autorresponsabilização, saindo do lugar de vítima ou de juiz. É aí que a cura de muitos problemas começam.

De acordo com a técnica, que vem sendo utilizada inclusive pela Justiça brasileira em conciliações, o que nos adocece é não deixar o amor fluir, aqui interpretado como uma energia que traz o movimento de harmonia, de vitalidade e de levar para frente.

A programação da Semana da Saúde ainda trouxe para os integrantes do MPTO um workshop sobre emagrecimento, com a nutricionista Ariana Nascimento, e a oficina de crochê “Um Polvo de Amor – o poder da doação e a saúde do servidor”.

A oficina de crochê faz parte do Projeto “Um Polvo por Amor”, que doou os brinquedos de crochê produzidos por servidores e familiares a Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) Neonatais no Tocantins.

6.8.1.5 DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI constitui serviço auxiliar de apoio administrativo, e tem como atribuição fornecer serviços nas áreas de Redes de Computadores, Desenvolvimento de Sistemas, Manutenção em



Relatório de Gestão 2017

Equipamentos de TI e Suporte ao Usuário em qualquer estágio do desenvolvimento de uma solução.

O DTMI está estruturado da seguinte forma:

- a) Área de Banco de Dados;
- b) Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- c) Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação;
- d) Área de Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento.

O Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado do Tocantins compõe-se de 25 (vinte e cinco) servidores, alocados da seguinte forma:

Tabela 6.8.1.5.1 - Força de Trabalho DTMI

<i>Item</i>	<i>Departamento / Área</i>	<i>Tipo de Vínculo</i>	<i>Localidade</i>	<i>Quantidade</i>
01	<i>Chefia TI</i>	<i>Efetivo/Comissionado</i>	<i>Palmas</i>	<i>01</i>
02	<i>Área de Manutenção e Atendimento a usuários</i>	<i>Comissionado</i>	<i>Palmas</i>	<i>02</i>
03		<i>Efetivo</i>	<i>Palmas</i>	<i>05</i>
04		<i>Efetivo</i>	<i>Gurupi</i>	<i>01</i>
05		<i>Efetivo</i>	<i>Araguaína</i>	<i>01</i>
06		<i>Terceirizado</i>	<i>Palmas</i>	<i>00</i>
07	<i>Área de Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados</i>	<i>Comissionado</i>	<i>Palmas</i>	<i>03</i>
08		<i>Efetivos</i>	<i>Palmas</i>	<i>04</i>
09		<i>A disposição</i>	<i>Palmas</i>	<i>01</i>
10		<i>Efetivo</i>	<i>TJ/TO</i>	<i>01</i>
11	<i>Área de Banco de Dados</i>	<i>Comissionado</i>	<i>Palmas</i>	<i>01</i>
12		<i>Efetivo</i>	<i>Palmas</i>	<i>01</i>
13	<i>Seção de Redes e Segurança</i>	<i>Efetivo/Comissionado</i>	<i>Palmas</i>	<i>01</i>
14		<i>Efetivo</i>	<i>Palmas</i>	<i>02</i>
15		<i>A Disposição</i>	<i>Palmas</i>	<i>01</i>
Total				25

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Obs.: Os técnicos de TI das Promotorias de Justiça de Araguaína e Gurupi, não pertencem ao quadro do DMTI, estão lotados nas referidas Promotorias e subordinados aos coordenadores destas unidades.

Contratos Gerenciados

- ✚ Link Dedicado MPLS para Promotorias de Justiça da capital e interior do Estado (Conexão com Internet);
- ✚ Manutenção preventiva e corretiva no sistema de controle de acesso nas Promotorias de Justiça de Palmas e Araguaína;

Relatório de Gestão 2017

- ✚ Locação de central telefônica para sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Palmas;
- ✚ Manutenção corretiva com fornecimento de peças e serviços para os equipamentos de TI de todas as unidades do Ministério Público;
- ✚ Garantia para os equipamentos novos e manutenções;
- ✚ Aquisição de equipamentos.

Tabela 6.8.1.5.2 - Aquisição de equipamentos de processamento de dados

Item	Descrição	Ano						
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
01	Computadores	83	80	189	75	04	106	16
02	Monitor LCD	82	80	378	174	-	216	32
03	Nobreaks	80	80	259	105	-	126	32
04	Nobreak de 8KVA para servidores de rede	-	01	-	-	-	-	-
05	Estabilizadores	60	40	68	40	-	11	10
06	Impressora a laser	41	03	-	-	-	-	-
07	Impressora multifuncional	10	-	58	50	-	11	10
08	Scanner profissional	08	24	15	10	-	08	04
09	Switch 48 portas 10/100/1000	02	02	-	-	04	02	04
10	Suporte monitor	-	-	264	100	-	-	-
11	Datashow	08	-	-	-	-	-	-
12	Servidores de rede	-	-	-	03	-	01	01
13	Servidores microtorre	-	-	-	12	-	-	-
14	Storage com capacidade de 30 TB	-	-	-	01	-	-	01
15	Token	40	130	-	-	-	-	12
16	Unidade de backup robotizada	-	-	-	01	-	-	-
Total		414	440	1231	571	8	481	122

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 6.8.1.5.3 - Situação atual do parque tecnológico do MPTO

Item	Tipo de Equipamento	Tempo de Uso, em ano								Total
		0	1	2	3	4	5	6	> 6	
1	Multifuncionais	11	50	40	-	8	-	9	35	153

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.5.3 - Situação atual do parque tecnológico do MPTO

Item	Tipo de Equipamento	Tempo de Uso, em ano								Total
		0	1	2	3	4	5	6	> 6	
2	Computadores	70	98	100	115	107	18	58	302	868
3	Escâneres	8	11	16	-	30	8	12	17	102
4	Estabilizadores	11	39	93	-	82	-	11	243	479
5	Impressoras	4	-	8	10	43	13	9	206	293
6	Micros servidores	-	-	-	12	-	-	-	-	12
7	Monitores	216	178	257	130	110	2	147	382	1422
8	Nobreaks	130	106	149	133	0	77	53	103	751
9	Notebooks	5	3	-	-	134	1	17	49	209
10	Projektor de imagem	3	-	-	-	-	1	-	9	13
11	Servidores	-	3	0	1	-	-	-	7	11
12	Outros	-	-	5	-	69	9	32	128	243
13	Switches	13	22	3	4	-	6	1	50	99
Total		471	510	671	405	583	135	349	1531	4655
Percentual (%)		10,12	10,96	14,41	8,70	12,52	2,90	7,50	32,89	100,00

Fonte: área de Patrimônio

Tabela 6.8.1.5.4 - Índice de defasagem dos equipamentos principais

Item	Tipo de Equipamento	0 > 4 anos	4 > anos	Total	% < 4 anos	% > 4 anos
1	Multifuncionais	818	614	1.432	57,12	42,88
2	Computadores	980	660	1.640	59,76	40,24
3	Escâneres	1.982	1.385	3.367	58,87	41,13
4	Estabilizadores	225	254	479	46,97	53,03
5	Impressoras	65	228	293	22,18	77,82
5	Monitores	891	531	1.422	62,66	37,34
6	Nobreaks	518	233	751	68,97	31,03

Fonte: área de Patrimônio

Desenvolvimento de Sistemas

O MPTO dispõe de diversos sistemas de informação que apoiam as suas atividades-fim e meio. Os sistemas de informação amparam a operação dos diversos órgãos da Instituição e frequentemente passam por melhorias, sejam evolutivas ou

Relatório de Gestão 2017

corretivas. Segue a lista dos sistemas e serviços, assim como sua finalidade, linguagem e banco de dados:

Quadro 6.8.1.5.1 - Sistemas MPTO

Item	Sistema	Finalidade	Linguagem	Banco de Dados
1	Moodle	Capacitação de membros e servidores Online	-	-
2	Arquimedes	Gestão de autos físicos da área finalística	Java	Postgre
3	Gnuteca	Gestão Bibliotecária	-	-
4	Redmine	Gestão de projetos e desenvolvimento de sistemas	-	-
5	Raf	Sistema de Relatório de Atividade Funcional	Python	Postgre
6	E-Proc	Sistema de Judicial virtual	PHP	MYSQL
7	Almox	Sistema de gestão de almoxarifado	Delphi	Paradox
8	Ifponto	Registro de ponto eletrônico e controle de banco de horas	-	-
9	Zimbra	Sistema de servidor e cliente de e-mail	-	-
10	Cesaf	Parte do sistema Athenas, responsável pelo controle de capacitação e concursos	Python	Postgre
11	Controle Patrimonial	Parte do sistema Athenas, responsável pela gestão patrimonial, valoração e depreciação de bens	Python	Postgre
12	Diárias	Parte do sistema Athenas, responsável pela gestão online de diárias virtualizado, com rotas, prestação de contas e integração com o portal da transparência	Python	Postgre
13	Diário Oficial	Parte do sistema Athenas, responsável pela publicação do diário oficial do MPTO	Python	Postgre
14	E-Doc	Parte do sistema Athenas, responsável pela tramitação eletrônica de documentos e protocolo eletrônico	Python	Postgre
15	E-Ext	Parte do sistema Athenas, responsável pela gestão virtual de processos extrajudiciais	Python	Postgre
16	Eleições	Parte do sistema Athenas, responsável realização de eleições eletrônicas e virtuais	Python	Postgre
17	E-Padm	Parte do sistema Athenas, responsável pelo controle de processos administrativos físicos	Python	Postgre
18	Esocial	Parte do sistema Athenas, responsável pela geração das informações para alimentação do E-SOCIAL do governo federal	Python	Postgre
19	Financeiro	Parte do sistema Athenas para relatório de extração de contas de crédito e realização de plano de contas e provisões	Python	Postgre

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.5.1 - Sistemas MPTO

Item	Sistema	Finalidade	Linguagem	Banco de Dados
20	Folha de Pagamento	Parte do sistema Athenas, responsável pela gestão de folha de pagamento de membros, servidores, estagiários e cedidos	Python	Postgre
21	Gestão de Contratos	Parte do sistema Athenas, responsável pela gestão de contratos, como seus prazos de vencimentos, fiscais, serviços, valores, pagamentos e prorrogações	Python	Postgre
22	Gestão de Pessoas	Parte do sistema Athenas, responsável pelos registros dos membros, servidores, estagiários, terceirizados e cedidos, bem como Dossiê, Afastamentos, gestão de faltas, gestor de pensões, gestor de progressão, lotação e previsão de aposentadoria	Python	Postgre
23	Férias	Parte do sistema Athenas, responsável pela marcação, autorização e controle de férias	Python	Postgre
24	Estágio Probatório	Parte do sistema Athenas, responsável pela avaliação do estágio probatório de forma virtual	Python	Postgre
25	Avaliação de Desempenho	Parte do sistema Athenas, responsável pela avaliação de desempenho de forma virtual	Python	Postgre
26	Sicap Pessoal	Parte do Sistema Athenas, responsável pelo envio de informações ao TCE-TO	Python	Postgre
27	Mala Direta	Parte do sistema Athenas, responsável pela gestão da mala direta do PGJ	Python	Postgre
28	Painel de Controle	Parte do sistema Athenas, responsável pela auditoria do sistema, controle de acesso e parametrização do sistema	Python	Postgre
29	Planejamento	Parte do sistema Athenas, para geração do mapa estratégico e acompanhamento dos faróis baseado em BSC	Python	Postgre
30	Portal do Servidor	Parte do sistema Athenas, para emissão eletrônica de formulários, emissão de contracheques, comprovantes de rendimentos, suportes e assuntos de interesse dos usuários gerais	Python	Postgre
31	Portal da Transparência	Parte do sistema Athenas, para envio de documentos ao portal da transparência	Python	Postgre
32	Questionários	Parte do sistema Athenas para elaboração de questionários dentro da Intranet	Python	Postgre
33	Siacmp	Parte do sistema Athenas, para atendimento ao cidadão, permitindo registrar os atendimentos e o acompanhamento pelo sítio do MPTO	Python	Postgre
34	Siatu	Parte do sistema Athenas para realização de solicitação de serviços aos departamento administrativo, TI e suporte ao processo judicial	Python	Postgre

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.5.1 - Sistemas MPTO

Item	Sistema	Finalidade	Linguagem	Banco de Dados
35	Web	Parte do sistema Athenas para gestão de conteúdo WEB (Site de Internet e Intranet do MPTO), bem como publicações em redes sociais	Python	Postgre
36	Web Service (Athenas / E-Proc)	Integração do sistema Athenas e E-PROC para troca e tramitação de informações	Python, PHP	-
37	Portal do Cidadão	Sistema para que o cidadão possa acompanhar suas demandas dentro do MPTO, bem como interagir com suas demandas	Python	Postgre
38	Intranet	Parte do sistema Athenas, com publicação de notícias e documentos oficiais de interesse interno, bem como serviços para nossos servidores	Python	Postgre
39	Site do MPTO	Portal de notícias, bem como fornecimento de serviços a sociedade e prestação de contas	Python	Postgre
40	Ouvidoria	Sistema de atendimento online a sociedade, possibilitando o acompanhamento integral de sua demanda	Python	Postgre
41	Verificação de Documentos Eletrônicos	Sistema que permite a verificação da autenticidade do documento, bem como acompanhamento de documentos protocolados na Instituição	Python	Postgre

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 6.8.1.5.5 – Resumo de atividades realizadas

Tipo de atividades	Ano		
	2015	2016	2017
Configurações	-	3	11
Estudos	52	50	51
Funcionalidades	648	668	519
Módulos	-	4	1
Problemas	120	315	288
Processos	-	1	13
Relatórios	-	58	38
Reuniões	1	1	25
Suportes	73	73	102
Total	894	1173	1048

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

Quadro 6.8.1.5.2 - Detalhamento da descrição do tipo de atividades

Tipo	Descrição
Configurações	Atividades relacionadas a preparação de ambientes e servidores para suportar as aplicações desenvolvidas / implantadas pela Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados;
Estudos	Atividades relacionadas a estudos ligados a novos projetos ou implementações de alto impacto em nossos sistemas;
Funcionalidades	Atividades desenvolvidas relacionadas a novas funcionalidades disponibilizadas para nossos clientes;
Módulos	Atividades relacionadas a implementação de novos módulos de sistema;
Problemas	Atividades relacionadas a correção de problemas, de relatório ou de funcionalidade que esteja ocorrendo em nossos sistemas;
Processos	Atividades realizadas que possuem um fluxo e uma frequência já definida, tendo esta, seu ciclo de vida estimado;
Relatórios	Atividades relacionadas a emissão e suporte aos relatórios solicitados por todas as áreas deste MP;
Reuniões	Atividades relacionadas a reuniões realizadas por esta equipe, internamente ou com outros departamentos, relacionados a demandas apresentadas por nossos clientes;
Suportes	Atividades relacionadas a suporte ao usuário, na utilização dos sistemas ou atualizações simples apresentadas como demandas pelos mesmos.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Quadro 6.8.1.5.3 - Sistemas produzidos, implantados e mantidos

Item	Descrição
1	Sítio do MPTO Gerenciável;
2	Intranet / Portal do servidor Gerenciável;
3	Gestor de capacitações – CESAFA;
4	Gestor de concursos – CESAFA;
5	SIACAMP – Sistema de Atendimento ao Cidadão;
6	Gestor Patrimonial;
7	Gestor de Diárias;
8	Diário Oficial Digital do MPTO;
9	Gestor de Documentos Eletrônicos – E-Doc;
10	Processo Extrajudicial Eletrônico – E-Ext;
11	Gestor de Eleições;
12	Gestor de Processos Administrativos – E-Padm;



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.5.3 - Sistemas produzidos, implantados e mantidos

Item	Descrição
13	<i>Membros e atuações – Expediente;</i>
14	<i>Plano de contas e Provisões – Financeiro;</i>
15	<i>Gestão de Folha de Pagamento;</i>
16	<i>Gestão de Contratos;</i>
17	<i>Gestão de Pessoas;</i>
18	<i>Avaliação Periódica de Desempenho;</i>
19	<i>Avaliação de Estágio Probatório;</i>
20	<i>Controle de Afastamentos e Exercício;</i>
21	<i>Gestão de Férias;</i>
22	<i>Gestão de Pensões;</i>
23	<i>Gestão de Progressão;</i>
24	<i>Previsão de Aposentadorias;</i>
25	<i>Mala Direta Institucional;</i>
26	<i>Portal do Servidor;</i>
27	<i>Portal da Transparência;</i>
28	<i>Gestor de Questionários;</i>
29	<i>Sistema de Atendimento a Usuário – SIATU.</i>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Quadro 6.8.1.5.4 - Sistemas e atividades realizadas em 2017

Item	Descrição
1	<i>Correções, melhorias e novas funcionalidades no e-Proc;</i>
2	<i>Análise, desenvolvimento e implantação do RAF integrado com o e-Proc;</i>
3	<i>Manutenção e desenvolvimento de novas funcionalidades para o e-Ext;</i>
4	<i>Manutenção do SIACMP e novas funcionalidades;</i>
5	<i>Manutenções em aplicativos da área meio (RH, E-Doc e E-Padm);</i>
6	<i>Suporte a usuários na utilização de sistemas;</i>
7	<i>Adequações dos sistemas existentes (folha e RH) para implementação do e-Social;</i>
8	<i>Emissão e instalação de certificados digitais nos servidores;</i>
9	<i>Melhoria e mudança no SIATU;</i>
10	<i>Melhoria de layout do E-Doc;</i>
11	<i>Melhoria e mudança no sistema de contratos;</i>
12	<i>Redenrização de anexos no e-Ext;</i>

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.5.4 - Sistemas e atividades realizadas em 2017

Item	Descrição
13	<i>Desenvolvimento da numeração única nos procedimentos administrativos;</i>
14	<i>Administração e gerenciamento dos bancos de dados POSTGRESQL, MYSQL e ORACLE;</i>
15	<i>Desenvolvimento e manutenção de relatórios no JasperReports;</i>
16	<i>Suporte ao sistema ARQUIMEDES;</i>
17	<i>Implementação dos níveis de sigilo no ATHENAS;</i>
18	<i>Atualização de informações, formulários e consultas no portal da transparência;</i>
19	<i>Desenvolvimento do portal do cidadão;</i>
20	<i>Criação do site para o fórum do CAOMA;</i>
21	<i>Criação do site da CPL;</i>
22	<i>Migração do ambiente de desenvolvimento;</i>
23	<i>Suporte, instalação e treinamento do ATHENAS em outros órgãos como: TCE/TO, MPPI e MPRR;</i>
24	<i>Clusterização dos servidores para melhor performance e segurança.</i>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Quadro 6.8.1.5.5 - Sistemas e atividades em estudo e andamento

Item	Descrição
1	<i>RAF automatizado e integrado com e-Ext e CNMP – Em andamento;</i>
2	<i>Sistema de gestão de almoxarifado – Em andamento;</i>
3	<i>Sistema de inventário patrimonial – Em estudo;</i>
4	<i>Sistema e-Social – Em andamento;</i>
5	<i>Sistema Eletrônico de Gestão das Vistorias Educacionais – Em estudo;</i>
6	<i>Reformulação do portal MPTO – Em andamento;</i>
7	<i>Desenvolvimento do e-Social – Em andamento;</i>
8	<i>Simplificação do e-Ext – Em andamento;</i>
9	<i>Virtualização de Processos Administrativos – Em andamento;</i>
10	<i>Reformulação do sistema de gestão de contratos – Em estudo.</i>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Demandas aguardando definição de prioridade e execução

Podemos destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, estes que servirão para tomada de decisão e também servem como parâmetro de controle, podemos destacar os seguintes projetos ainda na fila para aprovação do CETI e posterior desenvolvimento:



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.5.6 - Demandas aguardando definição de prioridade e execução

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
1	<i>Assinador Digital</i>
2	<i>Controle de Arquivo Geral</i>
3	<i>Virtualização de Processos Administrativos</i>
4	<i>Pesquisa textual no Athenas</i>
5	<i>Sistema de Pontuação de Membros para promoção</i>
6	<i>Wikipédia do MPTO</i>
7	<i>Controle Médico</i>
8	<i>Gestão de Conhecimento</i>
9	<i>Desenvolvimento do Software de BI integrado a todos os sistemas</i>
10	<i>Gestão Acadêmico para o CESAF</i>
11	<i>Sistema de acompanhamento da atividade policial</i>
12	<i>Sistema de CAOMA (GEOPROCESSAMENTO)</i>
13	<i>Atualização da AST e python</i>
14	<i>Demandas de RH levantadas pelo CNMP</i>
15	<i>Portal da transparência integrado com sistemas</i>
16	<i>Sistema de pregão eletrônico presencial</i>
17	<i>Integração e desenvolvimento das informações da corregedoria e CNMP – apenas quando concluído todo o extrajudicial e E-Proc</i>
18	<i>Gestão de folha de frequência no ATHENAS, para controle de frequência e não precisar imprimir as folhas de pontos e melhorar o controle</i>
19	<i>Sistema de gestão de frotas</i>
20	<i>Agenda/lista telefônica online (estilo TJTO)</i>
21	<i>Sistema de controle de gastos com energia (necessário para construção do BI)</i>
22	<i>Sistema de controle de gastos com água (necessário para construção do BI)</i>
23	<i>Sistema de controle de gastos com telefone (necessário para construção do BI)</i>
24	<i>Sistema de controle do Arquivo Geral</i>
25	<i>GED e Temporalidade de documentos</i>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação

A Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação é responsável pelo planejamento, especificação, desenvolvimento, documentação, instalação, manutenção e apoio ao uso dos sistemas de informação do MPTO e também por acompanhar, manter e customizar os sistemas internos da Instituição.

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.5.7 - Principais tarefas realizadas em 2017

Item	Descrição
1	Análise e estudo dos macroprocessos de gestão de segurança (PNTI);
2	Análise e estudo dos macroprocessos de gestão de infraestrutura (PNTI);
3	Elaboração de formulário padrão para registro e apuração de incidentes em redes computacionais;
4	Elaboração do fluxo para racionalização das rotinas do processo na apuração de incidentes de redes;
5	Elaboração de diagrama lógico detalhado da rede;
6	Elaboração de diagrama da estrutura de rack e servidores;
7	Elaboração dos documentos de instruções de trabalhos dos procedimentos realizados na área;
8	Elaboração do Catálogo de serviços da área;
9	Análise e estudo no desenvolvimento de sistema de telefonia inteligente para a central de atendimento;
10	Instalação e configuração de servidor para testes de migração do servidor de e-mail (máquina virtual, sistema operacional, firewall e DNS);
11	Instalação e configuração de novos servidores (Servidor Teste 1, 2 e 3 do PostgreSQL e Servidor Produção PostgreSQL pgpool, db1server e db2server);
12	Configuração de Volume nos servidores Glusters do banco Pgsq (disco, rede, DNS);
13	Testes de upgrade de link das Promotorias de Justiça do interior do Estado e PGJ;
14	Instalação de certificado digital nos servidores web: Arquimedes, 3 Athenas, Web e E-mail;
15	Configuração nos switches de fibra e storage de novo host;
16	Redistribuição das máquinas virtuais para novo host;
17	Instalação e configuração do novo servidor de e-mail (máquina virtual, sistema operacional, firewall e DNS);
18	Cópia dos dados e Migração do serviço de e-mail - Zimbra;
19	Atualização dos firmwares dos TZ Sonicwall de todas promotorias do interior;
20	Cópias das máquinas virtuais novas do Athenas;
21	Sincronização de dados NFS para Servidores Gluster do sistema Athenas;
22	Migração Athenas (atualização e configurações de firewall e DNS);
23	Instalação e configuração do novo servidor PostgreSQL Master 16.04 (máquina virtual, sistema operacional);
24	Atualização do servidor de arquivos distribuído Gluster para versão 3.10
25	Instalação de novo servidor de hack.
26	Remoção dos Firewall e desativação dos Links MPLS das Promotorias de Justiça de Palmas (1006 SUL e CIACA 504 SUL).
27	Instalação de sistema de Arquivos em Cluster e integração com o sistema Athenas
28	Implementação de nova arquitetura para o sistema Athenas em HA (alta disponibilidade) e configuração de balanceamento de carga e tolerância a falhas no Firewall NSA Sonicwall.
29	Instalação e Configuração de Novo Firewall NSA 5600.



Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.5.7 - Principais tarefas realizadas em 2017

Item	Descrição
30	Instalação e configuração de novos servidores:
31	Servidor Athenas de aplicação;
32	Servidor Athenas de Roteamento;
33	Servidor Celery;
34	Atualização do Sistema operacional dos servidores em produção;
35	Restruturação da topologia da rede da Procuradoria-Geral de Justiça para recepção dos novos switches.
36	Readequação dos racks da sala de servidores para recepção da gaveta de expansão do storage e dos switches core de fibra e core utp.
37	Atualização da versão dos S.O. Sonicwall HA.
38	Acompanhamento e fiscalização dos upgrades dos links de MPLS;
29	Elaboração dos termos de referência para investimento no setor de RTSI.
30	Substituição de hd em garantia do Storage V-3700;
31	Levantamento situacional dos equipamentos de conectividade das Promotorias de Justiça do interior do Estado e PGJ.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento

A Área de Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento é responsável pelo planejamento, elaboração, coordenação, especificação, instalação, manutenção e apoio ao suporte técnico de informática às unidades do MPTO.

Segue, abaixo, quadro com os números totais de atendimentos realizados pela equipe da ACEMA.

Tabela 6.8.1.5.6 - Atendimentos realizados ACEMA

Ano					
2012	2013	2014	2015	2016	2017
2.815	3.069	3.121	3.233	3.809	3.519

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI
Obs.: até nov/2017

6.8.1.6 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

O Departamento Administrativo constitui órgão de apoio administrativo, e é formado pelos profissionais ligados as áreas de manutenção predial e Suporte ao Usuário.

O Departamento Administrativo tem um papel fundamental no



R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

desenvolvimento estratégico da Instituição pois é responsável por todas as atividades relacionadas ao bom funcionamento da Estrutura Física da Instituição como um todo.

Dessa forma, tem a função de planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de apoio administrativo necessária ao funcionamento do Ministério Público, com ênfase na gestão de material e patrimônio, transportes, serviços gerais e manutenções, compras e contratos administrativos, protocolo e arquivos.

Destaca-se, ainda, por gerenciar os todos os serviços que são prestados por empresas terceirizadas no âmbito do *MPTO*, como *serviço de energia elétrica*, fornecimento de água, manutenção e conservação dos ambientes físicos (internos e externos), bem como os serviços terceirizados de limpeza dos ambientes, recepção, telefonista, reprografia, manutenção predial, jardinagem, copa e vigilância armada.

Assim, o Departamento Administrativo possui a seguinte estrutura:

- a) Área de Patrimônio;
- b) Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial;
- c) Área de Transportes;
- d) Área de Almoxarifado;
- e) Área de Protocolo Geral;
- f) Área de Compras;
- g) Área de Arquivo Geral;
- h) Área de Suporte de Serviços Administrativos.

Área de Patrimônio

A Área de Patrimônio é uma seção subordinada diretamente ao Departamento Administrativo, a qual tem dentre as diversas atribuições a gestão patrimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, que é realizada por meio da previsão, aquisição, afetação/tombamento, alocação e realocação de bens patrimoniais.

No decorrer de 2017, empreendemos esforços para atender às diversas demandas aportadas nesta Área, sempre pautados pelo objetivo estratégico de obter infraestrutura adequada que possibilite aos membros, servidores e a sociedade em geral, melhor estruturado.

Com o intuito de viabilizar as aquisições necessárias, foram realizados diversos procedimentos licitatórios via pregões presenciais que redundaram em Atas de Registro de Preços, as quais são formatadas conforme as especificações dos bens a serem adquiridos: SRP nº 08 e 09/2017 – aquisição e instalação de Condicionadores de Ar; SRP 018/2018 – aquisição de poltronas; SRP – 033/2017 – aquisição de equipamentos de áudio vídeo, copa, cozinha e escritório; SRP – 034/2017 – aquisição

R e l a t ó r i o d e G e s t ã o 2 0 1 7

de equipamentos de áudio vídeo, copa, cozinha e escritório; SRP – 047/2017 – aquisição de equipamentos de áudio vídeo, copa, cozinha e escritório; SRP – 063/2017 – aquisição de equipamentos de áudio vídeo; SRP – 073/2017 – aquisição de mobiliários; SRP – 092/2017 – aquisição de purificador de água natural e gelada; SRP – 093/2017 – aquisição de equipamentos de áudio vídeo e foto.

As aquisições realizadas durante este período buscaram suprir as necessidades de cada solicitação, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras do Órgão. Destacamos, entre os bens adquiridos, os seguintes: equipamentos de processamento de dados; utensílios domésticos e mobiliários em geral, sempre buscando proporcionar infraestrutura adequada aos membros, servidores e aos cidadãos.

Tabela 6.8.1.6.1 - Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie, em 2017.

Especificações	2016	2017
<i>Aparelhos e Equipamentos de Comunicação</i>	40.146,00	-
<i>Aparelhos, Equipam e Utens. Médicos, Lab. e Hospitalares</i>	348,00	1.295,60
<i>Aparelhos e Utensílios Domésticos</i>	277.942,15	22.939,45
<i>Coleções, Materiais e Obras Bibliográficas</i>	12.286,43	-
<i>Máquinas e Equipamentos Gráficos</i>	6.289,80	5.340,00
<i>Equipamentos P/ Áudio, Vídeo e Foto</i>	2.093,90	38.610,51
<i>Equipamentos P/ Processamento de Dados</i>	788.572,54	1.551.447,31
<i>Máquinas e Utensílios P/ Escritório</i>	2.690,00	-
<i>Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina</i>	624,00	861,19
<i>Equipamentos Hidráulicos, Elétricos e Energéticos</i>	3.410,00	3.100,00
<i>Maquinas e Equip. p/ Construção Civil</i>	0,00	298,30
<i>Mobiliário em Geral</i>	461.715,60	44.947,00
<i>Aparelho de Medição e Orientação</i>	1.372,66	-
<i>Veículos de Tração Mecânica</i>	789.937,91	-
<i>Equipamentos Hidráulicos e Elétricos</i>	-	8.099,80
<i>Aparelhos e Instrumentos Téc. de Medição, Teste e Controle</i>	-	3.000,00
Total	2.387.428,99	1.679.939,16

Fonte: SIAFEM

Ao longo de 2017, recebemos na Área de Patrimônio cerca de 140⁴ (cento e quarenta) solicitações oriundas da Procuradoria-Geral de Justiça, das Promotorias de

Relatório de Gestão 2017

Justiça do Interior, dos órgãos e departamentos internos, tendo uma média de atendimento imediato de 70%, atendimento parcial de 6% e cerca de 19% das solicitações estão aguardando atendimento.

Também foi realizado um amplo trabalho de inventário para levantamento dos bens patrimoniais do Ministério Público, o qual foi concluído no prazo estipulado e apresentado relatório ao Procurador-Geral de Justiça.

Diante dos resultados do inventário, foram executados ajustes e autuados diversos processos de regulação e baixa:

Tabela 6.8.1.6.2 – baixas realizadas, em 2017

Item	Favorecido	Processo:	Documento	Data	Número	Qtde
1	Prefeitura Municipal de Porto Nacional	2017/0701/00042	030/2017	25/01/17	001/2017	155
2	Associação e Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Nacional - APAE	2017/0701/00105	Despacho nº 147/2017	24/03/17	006/2017	25
3	Comando da Polícia Militar do Tocantins	2017/0701/00106	Decisão nº 046/2017	25/04/17	009/2017	20
4	Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Tocantins	2017/0701/00399	Decisão nº 101/2017	28/09/17	018/2017	15
5	Secretaria da Cidadania e Justiça	2017/0701/00409	Decisão nº 103/2017	29/09/17	019/2017	31
6	SEMED	2017/0701/00414	Decisão nº 104/2017	29/09/17	020/2017	29
7	Hospital Geral de Palmas	2017/0701/00413	Decisão nº 108/2017	09/10/17	021/2017	35
8	SEMED	2017/0701/00414	Decisão nº 104/2017	29/09/17	022/2017	6
9	Hospital Geral de Palmas	2017/0701/00413	Decisão nº 108/2017	09/10/17	023/2017	5
10	Comando da Polícia Militar do Estado do Tocantins	2017/0701/00452	Decisão nº 105/2017	04/10/17	027/2017	43
11	ASCAMPA	2017/0701/00073	Despacho nº 070/2017	14/02/17	002/2017	157
12	ASCAMPA	2017/0701/00073	Despacho nº 070/2017	14/02/17	003/2017	24
13	ASCAMPA	2017/0701/00075	Decisão nº 050/2017	25/04/17	004/2017	21
14	ASCAMPA	2017/0701/00083	Decisão nº 049/2017	25/04/17	007/2017	25
15	COOPERAN	2017/0701/00086	076/2017	17/02/17	008/2017	11

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.6.2 – baixas realizadas, em 2017

Item	Favorecido	Processo:	Documento	Data	Número	Qtde
16	ASCAMPA	2017/0701/00450	Decisão nº 107/2017	24/10/17	025/2017	145
17	ASCAMPA	2017/0701/00450	Decisão nº 107/2017	24/10/17	026/2017	10
18	COOPERAN	2017/0701/00453	Decisão nº 110/2017	11/10/17	028/2017	45
18	Hospital Geral de Palmas	2017/0701/00453	Decisão nº 110/2017	11/10/17	028/2017	45
19	Diogo Baptista de Almeida	2016/0701/00221	Nota de Compra em Leilão	24/11/16	010/2017	2
20	Geraldo Inácio Sobrinho Júnior	2016/0701/00221	Nota de Compra em Leilão	24/11/16	011/2017	1
21	Marco Antônio Perillo Filho	2016/0701/00221	Nota de Compra em Leilão	24/11/16	012/2017	1
22	Hilda de Paula Mendonça	2016/0701/00221	Nota de Compra em Leilão	24/11/16	013/2017	1
23	Aldon Rosa Tavares	2016/0701/00221	Nota de Compra em Leilão	24/11/16	014/2017	1
24	Juracy Ribeiro Soares	2016/0701/00221	Nota de Compra em Leilão	24/11/16	015/2017	1
25	Pasqualy Frios e Baterias e Acessórios Ltda	2016/0701/00221	Nota de Compra em Leilão	24/11/16	016/2017	1
26	Marco Antônio Ferreira Perillo	2016/0701/00221	Nota de Compra em Leilão	24/11/16	017/2017	1
Total						856

Fonte: Área de Patrimônio

Ainda em cumprimento às observações do inventário 2017, foram feitas 112 notificações a usuários do Sistema de Controle Patrimonial que estavam com cargas de movimentações pendentes.

Também foram feitas 77 notificações aos responsáveis por bens que não foram localizados durante o inventário de 2017.

Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.6.3 – Comparativo de despesas 2012 – 2017, em (R\$).

Descrição	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Energia elétrica	673.286,40	661.527,49	732.497,64	836.009,00	1.031.360,64	1.080.954,85
Locação de imóveis	228.736,20	358.853,35	262.219,41	444.441,00	529.948,20	379.480,68
Serv. de água e esgoto	77.743,17	85.869,43	88.882,86	105.534,00	114.621,88	165.292,69
Locação de Mão de Obra – Vigilância armada	-	2.942.996,07	3.098.757,87	2.917.266,74	2.564.091,92	3.007.042,85
Locação de Mão de Obra – Serviços de Limpeza e Conservação	2.900.252,25	3.122.949,73	3.521.908,74	2.149.651,00	4.143.143,72	4.452.392,93
Serviço de manutenção de ar-condicionado	129.814,26	128.340,00	117.645,00	138.124,00	139.050,00	249.467,73
Serv. de manutenção de elevadores	17.550,00	19.500,00	19.500,00	17.507,00	16.236,63	17.411,27
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	-	53.613,83	62.719,10	62.777,15
Serv. de postagens	142.288,17	170.057,58	156.289,77	151.238,00	142.650,89	157.493,86
Serv. de telefonia fixa	558.899,57	451.400,00	177.950,11	232.756,00	211.751,05	192.928,28
Serv. de telefonia móvel	24.058,95	15.500,00	11.636,04	16.550,00	15.468,70	58.999,34

Fonte: Sistema SIAFEM

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almoxarifado, conforme tabela a seguir:

Tabela 6.8.1.6.4– Comparativo despesas materiais de consumo 2013–2017, em (R\$).

Descrição	Ano, em (R\$)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Ferramentas	-	-	-	15.785,85	1.884,27

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.6.4– Comparativo despesas materiais de consumo 2013–2017, em (R\$).

Descrição	Ano, em (R\$)				
	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Gêneros Alimentícios</i>	125.794,84	74.288,41	63.451,00	23.215,00	46.284,97
<i>Material p/ Manutenção de Bens Imóveis</i>	11.331,25	27.156,46	21.437,00	52.320,74	12.490,00
<i>Material p/ Comunicações</i>	5.498,68	11.183,46	5.460,00	3.865,00	5.165,00
<i>Material Elétrico e Eletrônico</i>	-	-	-	44.956,07	18.191,80
<i>Material de ar condicionado e embalagem</i>	-	-	19.339,00	19.982,76	32.038,00
<i>Materiais de Expediente e Ensino</i>	84.987,96	96.841,12	87.925,00	100.707,68	133.990,36
<i>Material de Processamento de Dados</i>	-	-	-	14.656,35	27.777,52
<i>Material de Copa e Cozinha</i>	-	-	-	30.986,90	37.031,70
<i>Material de Limpeza e Produtos de Higienização</i>	-	-	-	61.361,08	1.980,08
<i>Material de Sinalização Visual e Outros</i>	-	-	-	35.206,32	41.136,01
<i>Outros Materiais de Consumo</i>	61.488,97	103.671,51	103.750,00	120.143,52	106.368,19
Total	478.811,56	523.547,45	301.362,00	523.187,27	464.337,90

Fonte: Sistema SIAFEM

Tabela 6.8.1.6.5 – Comparativo de despesas 2013 – 2017, em (R\$).

Descrição	Ano, (R\$)				
	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Serv. de limpeza, higiene e outros.</i>	3.122.949,73	3.521.908,74	3.149.651,00	4.097.293,20	4.452.395,93
<i>Serviço de manutenção de ar-condicionado</i>	128.340,00	117.645,00	138.124,00	137.065,20	147.258,78
<i>Serv. de manutenção de elevadores</i>	19.500,00	19.500,00	17.507,00	15.756,00	16.231,68

Fonte: Departamento administrativo



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.6.6 – Serviços de limpeza, higiene e outros 2017, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor, em (R\$)	Var (%)
<i>Artífice</i>	05	23.457,02	6,78
<i>Ajudante de artífice</i>	03	8.150,10	2,36
<i>Copeiro</i>	07	18.858,27	5,45
<i>Jardineiro</i>	01	3.686,54	1,07
<i>Recepcionista</i>	27	82.401,06	23,82
<i>Porteiro</i>	09	28.329,42	8,19
<i>Servente de Limpeza</i>	62	176.200,80	50,94
<i>Encarregado</i>	01	4.782,90	1,38
<i>Despesas com Diárias</i>	-	82.672,18	-
Total		345.866,11	100,00%

Fonte: Departamento administrativo

Tabela 6.8.1.6.7 – Despesa com Serviços de Vigilância Armada 2017, em (R\$).

Mês	Valor Mensal (a)	Valor Repactuado (b)	Δ Var, em (R\$) (c)	Valor Total (a+c)
<i>Janeiro</i>	222.251,94	241.644,66	19.392,72	241.644,66
<i>Fevereiro</i>	228.038,51	247.431,23	19.392,72	247.431,23
<i>Março</i>	234.651,74	254.044,46	19.392,72	254.044,46
<i>Abril</i>	234.651,74	254.044,46	19.392,72	254.044,46
<i>Mai</i>	234.651,74	254.044,46	19.392,72	254.044,46
<i>Junho</i>	254.044,46	-	-	254.044,46
<i>Julho</i>	254.044,46	-	-	254.044,46
<i>Agosto</i>	254.044,46	-	-	254.044,46
<i>Setembro</i>	248.425,05	-	-	248.425,05
<i>Outubro</i>	248.425,05	-	-	248.425,05
<i>Novembro</i>	248.425,05	-	-	248.425,05
<i>Dezembro</i>	248.425,05	-	-	248.425,05
Total	2.910.079,25	1.251.209,27	96.963,60	3.007.042,85

Fonte: Departamento administrativo

Em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue o quadro 6.8.1.6.1, organizado em três partes: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da Procuradoria-Geral de Justiça; locados de terceiros e bens imóveis cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ao Ministério Público. A distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da Procuradoria-Geral de

Relatório de Gestão 2017

Justiça é constituída por 47 imóveis em quarenta e três municípios do Estado do Tocantins.

Quadro 6.8.1.6.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2017.

	Localidade	Situação
TOCANTINS	<i>Almas-TO</i>	2
	<i>Alvorada-TO</i>	2
	<i>Ananás-TO</i>	2
	<i>Araguacema-TO</i>	2
	<i>Araguaçu-TO</i>	2
	<i>Araguaina-TO</i>	3
	<i>Araguatins-TO</i>	1
	<i>Arapoema-TO</i>	2
	<i>Arraias-TO</i>	3
	<i>Augustinópolis-TO</i>	3
	<i>Aurora do Tocantins-TO</i>	2
	<i>Axixá-TO</i>	2
	<i>Colinas do Tocantins-TO</i>	3
	<i>Colméia-TO</i>	2
	<i>Cristalândia-TO</i>	2
	<i>Dianópolis-TO</i>	3
	<i>Figueirópolis-TO</i>	1
	<i>Filadélfia-TO</i>	1
	<i>Formoso do Araguaia-TO</i>	2
	<i>Goiatins-TO</i>	2
	<i>Guaraí-TO</i>	3
	<i>Gurupi-TO</i>	3
	<i>Itacajá-TO</i>	2
	<i>Itaguatins-TO</i>	2
	<i>Miracema do Tocantins-TO</i>	3
	<i>Miracema do Tocantins-TO</i>	2
	<i>Miranorte-TO</i>	3
	<i>Natividade-TO</i>	3
	<i>Novo Acordo-TO</i>	2
	<i>Palmas-TO (Depósito)</i>	2
	<i>Palmas-TO (20ª Promotoria)</i>	1

Relatório de Gestão 2017

	<i>Palmas-TO (PGJ e Promotorias)</i>	3
	<i>Palmas-TO (Promotoria Eleitoral)</i>	1
	<i>Palmas-TO (Secretaria Criminal)</i>	1
	<i>Palmeirópolis-TO</i>	1
	<i>Paraíso do Tocantins-TO</i>	3
	<i>Paraná-TO</i>	3
	<i>Pedro Afonso-TO</i>	3
	<i>Peixe-TO</i>	3
	<i>Pium-TO</i>	2
	<i>Ponte Alta do Tocantins-TO</i>	2
	<i>Porto Nacional-TO</i>	3
	<i>Taguatinga-TO</i>	3
	<i>Tocantínia-TO</i>	2
	<i>Tocantinópolis-TO</i>	3
	<i>Wanderlândia-TO</i>	2
	<i>Xambioá-TO</i>	2
<i>Total de Prédios Cedidos</i>		7
<i>Total de Prédios Locados</i>		22
<i>Total de Prédios Próprios</i>		18
<i>Legenda:</i>		
1 – <i>Cedido</i>		
2 – <i>Locado</i>		
3 – <i>Próprio</i>		

Fonte: Departamento administrativo

Com investimento na ordem de R\$ 3.658.206,09, foi inaugurada, no dia 17 de fevereiro de 2017, a sede própria das Promotorias de Justiça de Porto Nacional. A obra está localizada no Anel Viário, Setor Aeroporto, ao lado do Fórum.

O prédio segue padrão arquitetônico estabelecido em 2010 para as Promotorias de Justiça de todo o Estado, sempre prezando pela funcionalidade, pelo conforto e pelo respeito às normas de acessibilidade. A padronização garante melhores condições de trabalho para membros e servidores e resulta em uma maior produtividade em benefício do cidadão. Além das instalações, as promotorias serão totalmente equipadas com mobiliários e modernos equipamentos de informática.



Relatório de Gestão 2017

Em relação ao serviço de vigilância armada executado nas dependências e unidades pertencentes à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, segue seu detalhamento:

Tabela 6.8.1.6.8 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2017 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$)	Valor anual, em(R\$)	Em, (%)
	Noturno	Diurno			
Almas-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Araguaína-TO	01	-	11.430,22	137.162,64	4,60
	-	01	12.816,84	153.802,08	5,16
Arapoema-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Arraias-TO	-	01	6.118,25	73.419,00	2,46
Colinas do Tocantins-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
	01	-	13.050,47	156.605,64	5,25
Colméia-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Dianópolis-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Guaraí-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Gurupi-TO	-	01	11.680,47	140.165,64	4,70
	01	-	13.097,45	157.169,40	5,27
Itacajá-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Miracema do Tocantins-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Miranorte-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Natividade-TO	-	01	6.118,25	73.419,00	2,46
Novo Acordo-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Palmas-TO (PGJ e Promotorias)	-	01	11.701,71	140.420,52	4,71
	01	-	13.118,70	157.424,40	5,28
Paraíso do Tocantins-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Paraná-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
	01	-	13.050,47	156.605,64	5,25



Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.6.8 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2017 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$)	Valor anual, em(R\$)	Em, (%)
	Noturno	Diurno			
Pedro Afonso-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Peixe-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Porto Nacional-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
	01	-	13.050,47	156.605,64	5,25
Taguatinga –TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Tocantinópolis-TO	01	-	6.185,22	74.222,64	2,49
	01	-	13.050,47	156.605,64	5,25
Xambioá-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Total	7	22	248.425,05	2.981.100,60	100,00

Fonte: Área de Manutenção

Área de Transportes

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça tem uma frota de 37 veículos próprios e 04 cautelados nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição, com idade média da frota de 4,58 anos.

Na busca por instrumentos que possam contribuir para a melhoria na gestão da frota institucional e para otimização dos recursos disponíveis, a instituição optou pela contratação de empresa especializada no abastecimento e manutenção. Esta ferramenta possibilitou acompanhar todas as informações sobre abastecimento da frota (custo de combustível por km rodado; média de valor por litro; quilômetros percorridos; litros abastecidos e média de consumo de combustível), bem como disponibilizar informações gerenciais de manutenção da frota (controle de manutenção corretiva; controle de peças e serviços em garantia; despesas organizadas por centro de custo; múltiplas cotações sem a necessidade de descolamentos e informações em tempo real).

Para a prestação eficiente desse serviço de transporte, a Procuradoria-Geral de Justiça mantém estrutura de gestores de transporte na Sede com contratos de abastecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, motoristas, entre outros.

Durante o exercício 2017, foram destinados a desfazimento via leilão, após passarem por um processo de baixa internamente no órgão, 04 veículos oficiais os quais foram substituídos por veículos novos em 2016 e por serem classificados como antieconômicos.

Relatório de Gestão 2017

Quadro 6.8.1.6.2 – Relação de veículos destinados a leilão.

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local
1	Fiat	Siena	MWY-6110	2008/2009	Palmas
2		Uno Mille	MWM-1966	2011/2012	Araguatins
3	Ford	Fiesta	MXG-8040	2007/2008	Gurupi
4	Renault	Clio	MWD-2228	2005/2005	Palmas

Fonte: Área de Transportes

Segue, abaixo, um comparativo das despesas empenhadas visando à manutenção da frota institucional, nos anos de 2012 a 2017.

Tabela 6.8.1.6.9 – Principais despesas de manutenção de serviços 2012 – 2017.

Descrição	Despesas, em(R\$)					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Combustíveis e lubrificantes	141.813,77	109.670,00	121.123,24	112.041,00	82.166,53	159.940,79
Material/Serviços de Manutenção	41.142,56	30.908,50	49.066,96	42.460,00	137.451,91*	72.133,92
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-	-	-	-	7.300,00	-
Seguros	48.679,42	36.500,00	42.214,04	42.108,00	53.693,83	46.746,26
Serviços de Lava a Jato	10.801,41	8.402,95	8.623,00	6.617,00	9.206,00	9.206,00

Fonte: Área de Transportes

*Obs.: Despesas com peças e serviços no exercício 2016.

A Procuradoria-Geral de Justiça procura administrar bem os custos relacionados à gestão de sua frota de veículos, aplicando métodos e técnicas que minimizem os gastos e riscos relacionados ao investimento em veículos, contribuindo com a eficiência das suas operações. Podemos considerar como custos na frota: custos com manutenção, combustível, pneus, peças de reposição, e assim por diante.

Vale destacar que no decorrer de 2017, foram destinados a desfazimento via leilão, após passarem por um processo de baixa interna no órgão, 04 veículos oficiais

Relatório de Gestão 2017

os quais foram substituídos por veículos novos em 2016 e por serem classificados como antieconômicos.

A seguir, apresentamos a descrição da frota de veículos à disposição desta PGJ, bem como os principais custos associados em 2017.

Tabela 6.8.1.6.10 – Informações sobre o uso dos veículos (custos associados à manutenção)

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Custo de manutenção, (em R\$)
1	GM	Celta LT ⁵	OEH-2976	2012/2012	Palmas/PGJ	1.205,96
2	Ford	F-350	MWQ-9397	2009/2009	Palmas/PGJ	12.840,00
3		Fiesta	MXG-8040	2007/2008	Desfazimento	-
4		Ranger	MWY-6100	2008/2009	Palmas/PGJ	247,00
5		Ranger	QKF-1924	2016/2017	Palmas/PGJ	529,40
6		Ranger	QKE-6924	2016/2017	Palmas/PGJ	2.629,56
7			Siena Fire	MWY-6110	2008/2009	Desfazimento
8	Fiat	Siena ELX	MXG-3014	2010/2011	Palmas/PGJ	1.379,00
9		Siena ELX	MXG-3114	2010/2011	Palmas/PGJ	1.782,50
10		Siena ELX	MWA-8957	2010/2011	Palmas/PGJ	2.379,00
11		Siena EL	MWO-6906	2011/2012	Palmas/PGJ	1.600,84
12		Siena EL	MWQ-8096	2011/2012	Palmas/PGJ	1.871,76
13		Siena EL	MWQ-8396	2011/2012	Palmas/PGJ	1.450,29
14		Siena EL	MWQ-8536	2011/2012	Palmas/PGJ	675,00
15		Siena EL	MWQ-8416	2011/2012	Palmas/PGJ	1.450,00
16		Siena EL	MWQ-8246	2011/2012	Palmas/PGJ	3.765,88
17		Siena EL	MWQ-8386	2011/2012	Palmas/PGJ	-
18		Línea	MWP-0214	2012/2012	Palmas/PGJ	2.437,00
19		Línea	MWP-0224	2012/2012	Palmas/PGJ	2.437,00
20		Línea	MWP-0244	2012/2012	Palmas/PGJ	70,00
21		Uno Economy	MWM-1976	2011/2012	Miracema	1.362,00
22		Uno Economy	MWM-1986	2011/2012	Araguaína	2.900,00
23	Uno Economy	MWM-1996	2011/2012	Miranorte	2.121,80	
24	Renault	Logan	MWZ-7708	2011/2012	Palmas/PGJ	1.086,00
25	Toyota	Hilux	MWS-0429	2010/2011	Palmas/PGJ	5.368,56
26		Hilux ⁶	ONU-4870	2013/2013	Palmas/PGJ	7.545,78

5 Veículo Cautelado

6 Veículo Cautelado

Relatório de Gestão 2017

Tabela 6.8.1.6.10 – Informações sobre o uso dos veículos (custos associados à manutenção)

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Custo de manutenção, (em R\$)
27	VW	Gol 4P	QKE-4724	2016/2017	Augustinópolis	1.353,21
28		Gol 4P	QKE-4744	2016/2017	Porto Nacional	977,13
29		Gol 4P	QKE-4714	2016/2017	Araguaína	1.109,98
30		Gol 4P	QKE-4694	2016/2017	Paraíso do Tocantins	-
31		Gol 4P	QKE-4704	2016/2017	Gurupi	685,48
32		Gol 4P	QKF-9884	2016/2017	Palmas/PGJ	370,22
33		Gol 4P	QKG-5867	2016/2017	Tocantinópolis	657,44
34		Gol 4P	QKE-1148	2016/2017	Araguaína	927,72
35		Voyage 1.6	QKG-1564	2016/2017	Palmas/PGJ	332,92
36		Voyage 1.6	QKF-9864	2016/2017	Palmas/PGJ	424,21
37		Voyage 1.6	QKH-6197	2016/2017	Palmas/PGJ	670,00
38		Voyage 1.6	QKH-6207	2016/2017	Palmas/PGJ	901,18
39		Voyage 1.6	QKG-1564	2016/2017	Palmas/PGJ	332,92
40	Sem Marca	Carreta Reboque	MXG-9010	2007/2007	Palmas/PGJ	-

Fonte: Área de Transportes